UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

EDWARD DETTMAM LOSS

Embaixadores e políticas urbanas na Legislação Estatutária Comunal Italiana
entre os séculos XIII e XV

São Paulo
2015

EDWARD DETTMAM LOSS

Embaixadores e políticas urbanas na Legislação Estatutária Comunal Italiana
entre os séculos XIII – XV

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Medieval

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva

São Paulo

2015

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha mãe, Salusa, que durante toda a sua vida abriu mão dos seus sonhos para que todos os seus filhos pudessem ter os seus. A ela, serei eternamente grato.

Ao meu pai, Angelo, pelo apoio financeiro e por lembrar-me constantemente da razão pela qual fiz minhas escolhas.

Às minhas irmãs, Rebeca e Micaela, pelas palavras de conforto e por sempre terem me amado pelo que realmente sou.

Ao professor Marcelo Cândido da Silva, meu orientador, a quem devo minha iniciação aos estudos sobre Idade Média. Agradeço-lhe pelos 6 anos de dedicação e orientação.

Ao amigo, Filipe da Silva Félix Gomes, pelo carinho e amizade, e por ter sido meu companheiro de todas as ocasiões durante esses 8 anos que moro em São Paulo.

Aos colegas do Laboratório de Estudos Medievais, LEME-USP, principalmente à Bruna, Karen, Vinícius e Verônica. Com os quais aprendi muito desde o meu primeiro ano de graduação.

À professora Maria Giuseppina Muzzarelli pela grande ajuda e pela confiança que teve em meu trabalho durante minha estadia na *Università di Bologna*.

Ao professor André Luís Pereira Miatello, pelos frutuosos comentários que tem feito sobre a minha pesquisa de mestrado desde sua etapa de formulação em projeto.

Por último, agradeço o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, sem o qual a realização desse trabalho não teria sido possível.

Resumo

Debates realizados nas últimas décadas acerca do conceito de Diplomacia permitiram a consideração das práticas de negociação e mediação de conflitos do período medieval como práticas diplomáticas, antes restritas somente às realidades do Estado Moderno. Nesse cenário de discussões teóricas, o Período Comunal Italiano (séculos XII a XIV) despertou o interesse dos historiadores como um campo privilegiado de estudo da Diplomacia, principalmente devido às experiências de conflito entre as comunas italianas e o Sacro Império Romano-Germânico, que marcaram o período. Tal fascínio historiográfico em relação às comunas italianas expressou-se, sobretudo, na realização de um intenso processo de revisão e exploração dos *corpora* documentais peninsulares sob a chave de leitura da Diplomacia. Entretanto, a legislação estatutária comunal italiana não usufruiu da mesma sorte que outros textos no estudo das relações diplomáticas peninsulares na Baixa Idade Média por serem, principalmente, documentos considerados muito rígidos para a abordagem dessa questão.

Fora os trabalhos de Angelini e Gilli, que acenaram para as possibilidades de estudo dos estatutos sob a ótica da Diplomacia, esses documentos continuam em grande parte ainda não explorados, principalmente a relação das rubricas estatutárias dedicadas aos embaixadores com os movimentos políticos da época.

Desta forma, essa pesquisa tem por objetivo analisar as diferentes redações dos estatutos comunais de Bolonha, Ferrara, Modena e Verona produzidos entre os séculos XIII e XV, buscando compreender como esses textos regulamentavam a organização de embaixadas e a escolha de embaixadores para representar os interesses da comuna no exterior, e qual era a relação que as rubricas destinadas a esse personagem estabeleciam com as disputas políticas no interior de cada uma dessas comunas e em seu conjunto.

Palavras-chave: Estatutos comunais. Embaixadores. Políticas Urbanas.

Abstract

Debates developed in the last decades about the concept of Diplomacy allowed practices of conflict mediation and resolution developed during the medieval period to be considered as diplomatic practices, a title once reserved only to realities related to the Modern State. In this scenario of theoretical discussions, the Italian Communal Period (XIIth to XIVth centuries) has arisen the interest of historians as a privileged field to study Diplomacy, especially due to the conflict experiences between the communes and the Holy Roman German Empire, which marked the period. Such historiographic fascination essentially resulted in the execution of an intense revision and exploration process of documents produced in the peninsula in a Diplomatic point of view. However, the Statutory Communal Legislation did not cherish of the same luck as other texts in this sort of inquiry, mainly because they were considered too rigid to be used in the exploration of such matter.

Apart from the works of Angelini and Gilli, who signaled the possibilities of studying the statutes in a Diplomatic point of view, these documents continue to be mostly unedited and unexplored, especially the relationship between their *rubricae* dedicated to ambassadors and the political movements of the period.

Therefore, this research aims to analyse different redactions of the communal statutes of Bologna, Ferrara, Modena and Verona written between the 13th and the 15th century, in order to try to understand how these texts regulated the organization of embassies and the choice of ambassadors to represent communal interests abroad, and what was the relationship established between the *rubricae* dedicated to this figure and the political disputes in the interior of each one of these communes and in them as a group.

Keywords: Communal statutes. Ambassadors. Urban politics.

Conteúdo

Lista de Tabelas.....	p. 08.
Capítulo 1: introdução.....	p. 09.
1. O caso italiano.....	p. 15.
1.1. O estudo da Diplomacia e o Período Comunal Italiano (séculos XII – XIV).....	p. 17.
1.1.1. A legislação estatutária italiana e a Diplomacia Comunal.....	p. 20.
1.1.2. Os embaixadores nas diferentes redações estatutárias comunais italianas: o exercício de reflexão proposto por essa pesquisa.....	p. 27.
Capítulo 2: O estudo da legislação estatutária comunal italiana.....	p. 33.
1. O que é um estatuto comunal?.....	p. 33.
2. <i>Documentos de caráter simplesmente normativo</i> ?: as facetas de um estatuto.....	p. 48.
Capítulo 3: As rubricas sobre os embaixadores nos estatutos comunais italianos.....	p. 51.
1. Bolonha.....	p. 52.
1.1. Os estatutos comunais bolonheses de 1245 – 1267.....	p. 53.
<i>O nuntium comunis</i> : um sinônimo de <i>ambaxator comunis</i> ?.....	p. 63.
1.2. Os estatutos comunais bolonheses de 1288.....	p. 67.
1.3. Os estatutos comunais bolonheses de 1335.....	p. 77.
1.4. Os estatutos comunais bolonheses de 1376.....	p. 87.
1.5. Os estatutos comunais bolonheses de 1454.....	p. 98.
1.6. Apontamentos e sistematização da análise diacrônica dos estatutos comunais bolonheses.....	p. 108.
Capítulo 4: As rubricas sobre os embaixadores nos estatutos comunais de Verona.....	p. 114.
1. Os estatutos comunais veroneses de 1228.....	p. 115.
2. Os estatutos comunais veroneses de 1276 – 1323.....	p. 122.
3. Os estatutos comunais veroneses de 1327.....	p. 137.
4. Os estatutos comunais veroneses de 1393.....	p. 144.
5. Sistematização do estudo diacrônico dos estatutos comunais veroneses.....	p. 145.
Capítulo 5: As rubricas sobre os embaixadores nos estatutos comunais de Ferrara e Modena.....	p. 151.
1. Ferrara.....	p. 152.
1.2. Os estatutos comunais de Ferrara de 1287.....	p. 153.
1.3. As menções às embaixadas na legislação estatutária comunal ferrarense de 1287.....	p. 155.
2. Modena.....	p. 163.
2.1. Os estatutos comunais de Modena de 1306-1307.....	p. 164.

2.2. Os estatutos comunais de Modena de 1327 – 1420.....	p. 180.
2.3. Sistematização do estudo diacrônico dos estatutos comunais de Modena e Ferrara.....	p. 188.
Capítulo 6. Análise sincrônica dos estatutos das comunas selecionadas e apontamentos finais.....	p. 194.
Referências bibliográficas.....	p. 209.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Remuneração dos embaixadores bolonheses.....	p. 101.
Tabela 2: Jurisdição sobre as escolhas e as instruções do embaixador em Bolonha.....	p. 108.
Tabela 3: Localização das rubricas sobre os embaixador nos estatutos bolonheses.....	p. 109.
Tabela 4: privilégios do embaixador bolonhês em missão.....	p. 110.
Tabela 5: Caráter do envio.....	p. 111.
Tabela 6: Critérios de seleção dos embaixadores em Verona.....	p. 146.
Tabela 7: Jurisdição sobre a escolha dos embaixadores veroneses.....	p. 147.
Tabela 8: Localização das rubricas nos estatutos veroneses.....	p. 147.
Tabela 9: remuneração e os cavalos dos embaixadores veroneses.....	p. 148.
Tabela 10: proibições e controle de conduta do embaixador em Verona.....	p. 148.
Tabela 11: Responsáveis pela escolha dos embaixadores.....	p. 189.
Tabela 12: Responsáveis pelas instruções dos embaixadores.....	p. 189.
Tabela 13: características do embaixador.....	p. 191.
Tabela 14: Remuneração e cavalos.....	p. 192.
Tabela 15: Agentes escolhidos como embaixadores e os proibidos de exercer o ofício...	p. 195.
Tabela 16: Encarregados da escolha do embaixador.....	p. 197.
Tabela 17: Responsáveis pelas instruções do embaixador.....	p. 198.
Tabela 18: Remuneração do embaixador.....	p. 200.
Tabela 19: número de cavalos previstos para o embaixador.....	p. 202.
Tabela 20: Privilégios dos embaixadores.....	p. 203.
Tabela 21: Questões protocolares a serem seguidas pelo embaixador.....	p. 205.
Tabela 22: Informações disponíveis sobre o espião.....	p. 206.

Capítulo 1: Introdução

O estudo da Diplomacia é considerado um dos campos mais tradicionais da História Política. Objeto privilegiado na reflexão das origens do Estado Moderno, a Diplomacia e as relações diplomáticas¹ foram amplamente utilizadas por historiadores cujas obras contribuíram para a consolidação do Estado Nacional no século XIX², mas também por modernistas, tais quais Burckhardt e Mattingly³, como um dos aspectos que demarcavam a transição entre a Idade Média e a Modernidade. O envio e a manutenção de embaixadas eram considerados o principal símbolo da soberania absoluta do Estado Moderno e uma de suas inovações em relação à “Idade das trevas.”⁴

Tal perspectiva assentava-se em uma leitura da história da Diplomacia como um “processo lento, algumas vezes, ininterrupto, de dectável progresso em direção ao moderno

¹ Utilizamos aqui os termos “Relações diplomáticas” e “Diplomacia” lado a lado, apesar de se trataram de níveis de observação diferentes, um político-jurídico e o outro institucional, pelo fato de que a própria historiografia que trabalha mais recentemente com a questão não faz uma diferenciação sistemática dos termos, utilizando-os como sinónimos e empregando ainda para o período medieval outros vocábulos que apresentam problemas conceituais mais complicados como “Relações Externas” e “Relações Internacionais”. (Vide, por exemplo: GILLI. P. “La fonction d’ambassadeur dans les traits juridiques italiens du XVe siècle: l’impossible représentation”. *MEFRM*. N° 121, 2009. pp. 173- 187). No levantamento bibliográfico realizado para essa pesquisa não encontramos nenhum trabalho que se debruçasse sobre a diferença e as especificidades desses dois termos – “Relações diplomáticas” e “Diplomacia” – dessa forma, reproduziremos, ao longo do texto, o vocábulo utilizado pelo respectivo autor que for mencionado. Sobre a frase “Relações Internacionais”, vale a pena ressaltar a opinião de Janet L. Nelson, que considera apropriada a sua utilização para descrever até mesmo a Alta Idade Média: “*The phrase ‘international relations’ is not necessarily an anachronism. True, early medieval nations or gentes were not nations in the modern sense, but the collectivities and identities they denoted could be made present and meaningful to those involved in making and selecting gifts and in gift-giving, wether as participants or witnesses, or more indirectly hears or (as we are) readers or viewers of the objects given and received. Rulers habitually represented themselves, and were conceptualised as the representatives of peoples – just as ecclesiastical personages and supernatural powers, even God himself, could be imagined as engaged in especially close bonds with a particular people: as St. Martin, or Christ himself, was with the Franks, or St. Vincent with the Visigoths, or a bishop with his diocesan populus, or the pope with the Ravennese or the Romans or the Franks. (...) Yet these were states whose inter-relations came to be so highly formalised, and long-sustained that I think we can work comfortably with this conference’s bold tittle, which clearly presupposes that early medieval international relations existed in recognisably similar ways to those of modern times, and by the same token, implicitly rejects the idea frequently encountered in modern historiography on the Renaissance that diplomacy was a modern invention.*” NELSON, J. L. “The role of gifts in early medieval diplomatic relations”, in: *Le relazioni internazionali nell’Alto Medioevo*, Atti della LVIII settimana del Centro di Studi Sull’Alto Medioevo di Spoleto, 8- 12 de Abril de 2010. Spoleto: Fondazione Cisam, 2011. pp. 225 – 252. p. 226 e 227.

² Como exemplo de obras dessa natureza podemos citar: BROGLIE, A. *La diplomatie et Le droit Nouveau*. Paris: Michel Lévy Frères, 1868; VISCONDE DE SANTAREM. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo desde o princípio da monarchia portuguesa até aos nossos dias*. Paris: Officina Typographica de Fain e Thunot, 1842-1863; NYS, E. *Les origins du droit international*, Bruxelas: Alfred Castaigne, 1894; DAUMET, G. *Études sur l’alliance de la France et de la Castille au XIV^e et au XVe siècle*. Paris : Librairie Émile Bouillon, 1898.

³ BURCKHARDT, J. *The Civilization of the Renaissance in Italy*. Tradução de S. G. C. Middlemore. Oxford: Phaidon Press, 1878. (1860) e MATTINGLY, G. *Renaissance Diplomacy*. Nova York: Courier Dover Publications, 1988.

⁴ MATTINGLY, G. “The First Resident Embassies: Mediaeval Italian Origins of Modern Diplomacy” *Speculum*, Vol. 12, N° 4, São Francisco: Medieval Academy of America, Outubro de 1937. pp. 423-439. p 423.

sistema de representação.”⁵ Dessa forma, políticas de negociação e de mediação que não correspondessem a esse modelo eram consideradas menos importantes e até mesmo primitivas, não apresentando interesse para os estudiosos.⁶ É o caso da Idade Média, que ficou conhecida como uma era na qual a “religião dominava a teoria diplomática de tal forma que se permanecia à parte dos conflitos que definiam a prática militar e diplomática do período.”⁷

Essa acepção acerca da Diplomacia, associada ao desprestígio da História Política entre os historiadores após a Escola dos Annales – que condenava a História Política de então por ser uma “história dos fatos”, e dessa forma, definia o estudo das relações diplomáticas como um “refúgio de paixões e de julgamentos gratuitos, domínio do descritivo”⁸ – fizeram com que os historiadores diminuíssem o seu interesse pela Diplomacia por grande parte da segunda metade do século XX.

Nas últimas décadas, com a proliferação das revisões acerca da influência do Estado Nacional no estudo de outros períodos históricos; a intensificação do processo de globalização por meio dos avanços tecnológicos, como a Internet; e os atentados terroristas norte-americanos de 2001 – que voltaram a atenção do Ocidente ao Oriente⁹-, as relações diplomáticas, e mais amplamente as relações internacionais, recobram o interesse dos historiadores como um campo privilegiado de estudo do exercício do poder, das trocas e negociações políticas.¹⁰ É também o momento em que a História Política readquire parte de sua antiga importância, absorvendo as suas críticas de “factualidade” e ampliando seus objetos de pesquisa e suas fontes.¹¹ Por exemplo, tipos textuais como as hagiografias – antes

⁵WATKINS, J. “Toward a New Diplomatic History of Medieval and Early Modern Europe”. *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, Vol. 38, Nº1, Mineápolis: Duke University Press, 2008. pp. 1-14. p. 2.

⁶ *Ibid.*, p.2.

⁷ *Ibid.*, p.2.

⁸ BRAUDEL, F. “Pour ou contre une psychologie scientifique”, *Annales, Économie, Sociétés, Civilisations*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales. Vol. 18, nº1, 1963. pp. 119-132. p. 119. Sintomática desse desprestígio das relações internacionais entre os membros da Escola dos Annales é a obra de FEBVRE, L. “contre l’histoire diplomatique en soi. Histoire ou politique? Deux méditations : 1930, 1945”, *Combats pour l’histoire*. Paris: Librairie Armand Colin, 1953. Ver também LE JAN, R. “Les relations diplomatiques pendant le premier Moyen Âge (VI^e - XI^e)”. In: *Les relations diplomatiques au moyen âge. Formes et enjeux*. Actes du XL^e Congrès de la SHMESP (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris : Publications de la Sorbonne, 2011. p. 13.

⁹ Salientamos aqui apenas alguns fatores. Podemos acrescentar também as considerações de Stéphane Péquignot: “À l’évidence, le phénomène tient également aux interrogations de nos sociétés sur le bouleversement des modes de communication, à la remise en cause d’un ordre international qu’on croyait fermement établi, aux doutes sur les modalités de construction de l’Union européenne et au souci, à l’inquiétude pour la paix”. PÉQUIGNOT, S. “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècle”. In: *Les relations diplomatiques au moyen âge. Formes et enjeux*. Actes du XL^e Congrès de la SHMESP (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris : Publications de la Sorbonne, 2011. p. 56.

¹⁰ Sintomático desse crescente interesse é o número de colóquios, simpósios e seminários produzidos sobre o assunto nos últimos anos. A título de exemplo, de 2008 até 2011 ocorreram mais de seis eventos relativos à Idade Média sobre a temática. Para um aprofundamento da conturbada relação entre os historiadores e as relações internacionais CF. PÉQUIGNOT, S. “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècle”. In: *Les relations diplomatiques au moyen âge. Formes et enjeux*. Actes du XL^e Congrès de la SHMESP (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris : Publications de la Sorbonne, 2011. p. 49.

¹¹ *Ibid.*, p. 56.

legados a um segundo plano por uma perspectiva mais tradicional – passam a ser considerados fontes legítimas para o estudo da política medieval¹², e temas tais quais as emoções no medievo, impossíveis outrora numa certa historiografia normativa característica do século XIX, ganham um espaço de estudo respeitável.¹³

Importante nesse processo foi a discussão acerca da validade ou não do conceito de Diplomacia para a Idade Média. Em primeiro lugar, trata-se de um termo não presente em nenhum dos documentos existentes relativos ao período. Estima-se que o vocábulo tenha surgido no século XVII, mas autores como Stéphane Péquignot chegam a datá-lo já do século XVIII.¹⁴ Norberto Bobbio situa a sua primeira utilização nos trabalhos de Edmund Burke em 1796.¹⁵ Tal termo originaria da palavra *diploma*, folha enrolada, geralmente de pergaminho, usada antigamente para leis e editais públicos, e que se tornou depois sinônimo de licença e privilégio concedido às pessoas.¹⁶ Em sua acepção contemporânea, por Diplomacia entendem-se os métodos através dos quais são conduzidas as negociações e as relações entre diversos “Estados”, reguladas e mantidas por embaixadores e encarregados.¹⁷

Nas palavras de Jean-Marie Moeglin, essa definição do conceito pressupõe:

“A existência de Estados reconhecidos como entidades impessoais independentes da pessoa de seus dirigentes; a existência de uma noção de delegação de poder em virtude da qual aquele que o dispõe não faz nada além de representar o Estado, e que prescreve igualmente o serviço exclusivo a esse Estado; a existência, enfim, de um interesse superior do Estado, sobre a definição do qual se pode discordar, mas não sobre o fato de que ele deva ser o objetivo último de toda a diplomacia e que ele exclui toda noção de interesse pessoal dos atores da diplomacia.”¹⁸

Se seguidos à risca os elementos presentes no entendimento contemporâneo do termo, até mesmo muitas das modernas conformações políticas estatais não poderiam ter as suas

¹²Sobre o uso das hagiografia como fonte histórica, vide DUBOIS, J. e LEMEITRE, J-L. *Sources et méthodes de l'hagiographie médiévale*. Paris: Les Éditions du CERF, 2007; e BOESCH GAJANO, S. (org.). *Raccolte di Vite di Santi dal XIII al XVIII secolo. Strutture, messaggi, fruizioni*. Brindisi: Schena Editore, 1990. Em língua portuguesa, vide a recente obra publicada sobre as hagiografias mendicantes e o seu papel nas disputas políticas comunais italianas: MIATELLO, A. P. *Santos e Pregadores nas cidades medievais italianas – retóricas cívica e hagiografia*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

¹³Sobre a questão das emoções como possível objeto de estudo do historiador vide ROSENWEIN, B., “Problems and Methods in the History of Emotions, Passions in Context” in: *Journal of the History and Philosophy of the Emotions*, N° 1, Volume 1, 2010. Disponível online em http://www.passionsincontext.de/uploads/media/01_Rosenwein.pdf

¹⁴PÉQUIGNOT, S. “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècle”. In: *Les relations diplomatiques au moyen âge. Formes et enjeux. Actes du XL^e Congrès de la SHMESP* (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris : Publications de la Sorbonne, 2011. p. 47.

¹⁵BOBBIO, N; MATTEUCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Trad. VARIALLE, C. Et al. Brasília: Editora da UNB, 2004. p. 347.

¹⁶*Ibid.*, p. 348.

¹⁷*Ibid.*, p. 348.

¹⁸MOEGLIN, J-P. “Existe-t-il un ordre diplomatique medieval?”. In: *Les relations diplomatiques au moyen âge. Formes et enjeux. Actes du XL^e Congrès de la SHMESP* (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris : Publications de la Sorbonne, 2011. p. 308.

práticas de negociação consideradas como Diplomacia. Tornava-se então necessária uma redefinição do próprio conceito, que flexibilizasse as suas categorias e ampliasse o seu nível de ação.

Diferentes foram as frentes escolhidas para lidar com a questão. Em um primeiro momento, o cerne do debate sobre a redefinição do termo Diplomacia foi a reiteração da necessidade de um Estado para a sua realização. Nessa chave de leitura, bastava-se então definir o que se entendia por Estado e averiguar a sua possibilidade ou não de existência antes da Idade Moderna, uma tarefa, entretanto, de não menor complexidade e alvo de grandes controvérsias. Enveredava-se assim para uma discussão polêmica que teve como objetivo problematizar as concepções consagradas sobre o conceito de Estado, estabelecidas em boa parte durante o século XIX, que declaravam as realidades políticas anteriores ao Estado Moderno como não estatais ou protoestatais por não possuírem características semelhantes a esse. Por exemplo, um dos autores mais questionados por essas novas correntes foi Max Weber, que considerava por Estado somente as entidades políticas que possuíam um governo centralizado, marcado pela presença de uma burocracia dos meios administrativos e pelo monopólio dos meios legítimos de violência.¹⁹

Não faremos aqui um levantamento minucioso das diferentes concepções de Estado que surgiram nas últimas décadas para a defesa de sua existência em outros momentos históricos, sobretudo na Idade Média, devido à pluralidade desses trabalhos, que por si só mereceriam uma pesquisa à parte inteiramente dedicada a eles.²⁰ Citaremos somente algumas dessas perspectivas que foram utilizadas para a discussão do conceito de Diplomacia e de sua aplicabilidade ao medievo.

Entre essas tentativas de reflexão sobre a Diplomacia centradas no conceito de Estado, encontramos o trabalho de Régine Le Jan. Apoiando-se numa abordagem histórico-antropológica, a autora definiu em um artigo apresentado no XLIº congresso da *Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public* (SHMESP), cujo tema eram as relações diplomáticas na Idade Média, como estatal toda “sociedade na qual a ordem é garantida por um poder e por instâncias que transcendam os grupos de parentesco, qualquer que seja seu modo de organização, sejam elas chefias, principados, reinos, impérios, ou ainda,

¹⁹Fizemos aqui um pequeno resumo das ideias weberianas sobre o Estado. Para um desenvolvimento e entendimento mais aprofundado de suas perspectivas CF. WEBER, M. “Política como vocação” in: GERTH, H.H. e WRIGHT MILLS, C. (orgs), *Max Weber: Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1967.

²⁰ Uma boa síntese dessa discussão pode ser encontrada na obra de GENET, J. P. *La genèse de l'Etat moderne. Culture et société politique en Angleterre*. Paris : PUF, 2003.

organizações comunais.”²¹ Assim, para a autora, o conceito de Diplomacia, por apoiar-se em grande parte na noção de Estado seria válido para o conjunto da Idade Média.²²

Como dito anteriormente, a discussão das concepções de Estado e de sua aplicabilidade para o medievo não foi a única frente escolhida para a defesa de uma Diplomacia medieval. Uma outra corrente significativa investiu na ideia de representação, enfatizando a necessidade de discutí-la para remover do Estado Moderno esse monopólio sobre o conceito de Diplomacia. Tratara-se de historiadores que abriram mão do debate sobre a existência ou não de Estados Medievais como um elemento decisivo para a aplicabilidade do conceito de Diplomacia ao período. É o caso de Stéphane Péquignot, que entende o termo como “o conjunto de atividades de representação, de trocas e de negociações políticas levadas em nome de um poder em relação a outros.”²³ Tal interpretação englobaria no conceito as correspondências, as embaixadas e os congressos, práticas que mobilizavam numerosos protagonistas como os papas, os reis e príncipes, os membros de sua família e de seu conselho, as assembleias das repúblicas e de certas cidades, os embaixadores e seus seguidores, mas também os escribas, os mensageiros, os espiões e os intermediários.²⁴

Também partidários dessa centralidade da ideia de representação para o entendimento do conceito de Diplomacia, Marie-Céline Isaia e Armand Jamme começam o seu texto de forma emblemática, com a seguinte afirmação: “todas as trocas diplomáticas são questões de representação.”²⁵ Para os autores, através do envio de uma embaixada todo poder, qualquer que seja a sua natureza, projeta-se institucional e simbolicamente para fora do seu próprio espaço.²⁶ A ideia de representação seria o elemento-chave do conceito de Diplomacia pelo fato de que o “emissário, no momento em que ele próprio é acolhido e reconhecido como

²¹LE JAN, R. “Les relations diplomatiques pendant le premier Moyen Âge (VI^e - XI^e)”. In: *Les relations diplomatiques au moyen âge. Formes et enjeux*. Actes du XL^e Congrès de la SHMESP (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris : Publications de la Sorbonne, 2011. p. 13. Optamos aqui por apresentar o ponto de vista da autora francesa pois as suas considerações são fruto de um balanço historiográfico feito por Le Jan das mais diferentes definições do conceito de Estado, e dos diversos debates sobre ele. Além disso, ressaltamos a sua colocação pelo fato de que um dos mais recentes colóquios produzidos sobre as relações internacionais na Idade Média - o encontro da SHMESP de 2010 supracitado - é aberto pela autora com a apresentação dessa definição de Estado. Poderíamos, entretanto, citar a existência de visões completamente diferentes sobre o assunto, como a do professor Gert Althoff que em um livro publicado recentemente apresenta um Estado Medieval marcado pela ideia de *Personenverbandsstaat* : um “estado” produzido por grupos de pessoas ao invés de instituições, nos quais as relações entre os indivíduos e seus parentes, clãs ou tribos estariam no centro da vida política. ALTHOFF, G. *Family, friends and Followers : political and social bonds in Medieval Europe*. Cambridge : Cambridge University Press. 2009. p. VII e VIII.

²²*Ibid.*, p. 13.

²³PÉQUIGNOT, S. “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècle”. In: *Les relations diplomatiques au moyen âge. Formes et enjeux*. Actes du XL^e Congrès de la SHMESP (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris : Publications de la Sorbonne, 2011. p. 47.

²⁴*Ibid.*, p. 47.

²⁵ISAIA, M-C; JAMME, A. “Presentation”. In: *Les relations diplomatiques au moyen âge. Formes et enjeux*. Actes du XL^e Congrès de la SHMESP (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris : Publications de la Sorbonne, 2011. p. 8.

²⁶*Ibid.*, p. 9.

representante legítimo do poder que o envia, reconhece em retorno a existência da comunidade política que o recebe.”²⁷

Os três entendimentos acima mencionados não deixam claro o que compreendem por “poder”, um conceito bastante abrangente e bem mais problemático do que o próprio termo “Estado”. É possível, entretanto, depreender da leitura do texto de Péquignot que o autor escolhe utilizar essa categoria bastante ampla e de difícil definição pois não acredita que a Diplomacia seja o apanágio dos reinos e dos principados. Três outros tipos essenciais de protagonistas medievais deveriam ser levados em consideração: as cidades e as ligas urbanas que conduziam uma ação política fora de seus muros, sem se comportar, todavia, de forma totalmente autônoma; as ordens militares, especialmente as Teutônicas, Templárias e Hospitalares; e outras entidades, como os *condottieri* na Itália, que usavam a Diplomacia como instrumento de legitimação.²⁸

Esse enfoque na representação como elemento central para se considerar a possibilidade de uma Diplomacia durante o período medieval é consoante também com argumentações mais tradicionais, como a de Donald Queller, que defendia a existência de exemplos claros de uma preocupação em diversos momentos desse período histórico com os diferentes níveis de representação dos agentes enviados pelas entidades políticas independentes. Em seu artigo sobre as instituições representativas e o direito²⁹, Queller explora a figura do nuncio, do legado, do procurador e do orador mostrando como esses personagens ocupavam hierarquicamente papéis desde uma simples “carta-viva” até a função de um agente com poder de decisão juridicamente vinculante.³⁰ Para o autor, portanto, se a Diplomacia dependia da existência de representação, a Idade Média teria Diplomacia.

O pequeno percurso até aqui apresentado já é capaz de demonstrar o quanto os debates conceituais sobre a Diplomacia constituem um campo em plena ebulição. As definições oferecidas recentemente, como as expressas no já mencionado congresso francês de 2010, não esgotam o problema e nem mesmo tornam mais precisos os elementos constituintes do

²⁷*Op. cit.*, p. 7.

²⁸“*De façon générale, les ‘relations diplomatiques’ ne sont plus considérées comme l’apanage des seuls royaumes ou principautés. En un période – la nôtre – où la prépondérance des États-nations sur la scène internationale est ébranlée par la multiplication des acteurs non étatiques, trois types essentiels d’autres protagonistes médiévaux on émergé dans la recherche: des villes et des liges urbaines qui mènent une action politique hors les murs, sans se comporter pour autant de façon totalement autonome; des ordres militaires, Teutoniques, Templiers et Hospitaliers notamment; enfin, en Italie, des condottiere qui usent de la diplomatie comme instrument de légitimation.*” PÉQUIGNOT, S. “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècle”. In: *Les relations diplomatiques au moyen âge. Formes et enjeux. Actes du XL^e Congrès de la SHMESP* (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris : Publications de la Sorbonne, 2011. p. 58..

²⁹QUELLER, D. “Representative institutions and law”, in: *Medieval Diplomacy and the Fourth Crusade*. Londres: Variorum Reprints, 1980. pp. 373 – 388.

³⁰“The legal effect of sending a nuncius – assuming that the envoy was that and no more – was equivalent to sending a letter.” *Ibid.*, p. 376.

conceito. Entretanto, independente da chave de leitura escolhida pelos autores – seja ela a necessidade de se redimensionar o conceito de Estado ou a insistência na centralidade da ideia de “representação” na definição da Diplomacia – a conclusão a qual esses diversos trabalhos chegam é a mesma: é inegável a possibilidade de refletir sobre a Diplomacia e as suas especificidades no período medieval.³¹

1. O caso italiano

Em meio a esse quadro de debates conceituais sobre a Diplomacia, a Península Itálica teve um lugar singular. Reconhecida desde as remotas teorizações sobre o Estado Moderno produzidas nos séculos XVIII e XIX como berço das relações diplomáticas, a Itália foi considerada uma exceção desse “vácuo diplomático” do medievo, principalmente os últimos séculos de sua Idade Média. A tônica da “inexistência” da Diplomacia era em boa parte substituída pelas “origens” no estudo da Península Itálica. Juristas buscavam no medievo italiano as origens do direito internacional e publicavam tratados de direito canônico sobre os legados.³² Explorava-se a política papal e a figura de seus legados – mesmo que com olhos céticos devido a uma tentativa de separação categórica entre política e religião – de modo a averiguar a sua contribuição para a criação do moderno sistema diplomático de um Estado Italiano.³³

Apesar dos julgamentos sobre a Idade Média e a Diplomacia serem mais brandos na Península Itálica do que no estudo de outras partes da Europa, a ênfase das análises ainda

³¹Mostramos aqui apenas algumas chaves de leitura sobre a possibilidade de utilização do conceito de Diplomacia para o período medieval. Um balanço mais completo sobre essas perspectivas é feito por Jean-Marie Moeglin em MOEGLIN, J-P. “Existe-t-il un ordre diplomatique medieval?”. In: *Les relations diplomatiques au moyen âge. Formes et enjeux. Actes du XL^e Congrès de la SHMESP* (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris : Publications de la Sorbonne, 2011.

³²PÉQUIGNOT, S. “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècle”. In: *Les relations diplomatiques au moyen âge. Formes et enjeux. Actes du XL^e Congrès de la SHMESP* (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris : Publications de la Sorbonne, 2011. p. 51. Como um exemplo de trabalhos dessa natureza CF. NYS, E. *Les origins du droit international*. Bruxelles: sem editora. 1894.

³³Como exemplo de obras do século XIX que buscavam explorar a contribuição da política papal para a construção da Diplomacia na Península Itálica, podemos citar o trabalho de Alfred von Reumont, *Della diplomazia italiana dal secolo XIII al secolo XVI*. Nele encontramos um capítulo intitulado “Roma”, no qual o autor dedica-se mais especificamente à um estudo dos enviados em missão da Santa Sé, dividindo-os entre eclesiásticos e leigos a serviço da Igreja. O embaixador prussiano abre esse capítulo com uma explicação da situação atual – no caso, a do século XIX – dos enviados papais, hierarquizando-os entre Núncios e Legados e explicando as diferenças estabelecidas entre eles por tratados assinados no século XVIII e XIX. Ao abordar o período de tempo proposto pela obra – séculos XIII a XVI –, o autor opera uma divisão em três partes, ou, nas suas palavras, em três épocas: a primeira, sem início declarado, iria até o papa Benedito XI, no ano de 1304; a segunda corresponderia ao momento em que a sede papal situava-se em Avignon (1309 – 1377); e a última teria seu início marcado pela restituição da sede papal na cidade de Roma. Trata-se de uma apresentação dos grandes personagens enviados da sé romana distribuídos nesses três períodos, mas com especial atenção aos séculos XV e XVI, de modo a demonstrar a prolífica atividade diplomática da corte romana. REUMONT, A. Von. *Della diplomazia italiana dal secolo XIII al XVI*, Florença: Barbera, Bianchi, e comp., 1855. pp. 113 – 133.

residia nas senhorias do século XV e no Renascimento para o estabelecimento de um modelo de Diplomacia baseado nas embaixadas permanentes.³⁴ Os séculos anteriores do medievo só entravam nos estudos de modo a justificar a existência de algum elemento específico e como ele chegaria a sua forma mais aprimorada séculos mais tarde.³⁵

Nas últimas três décadas, com os movimentos de retomada de interesse pela História Política e pelo estudo da Diplomacia – já mencionados anteriormente nesse texto – começou-se sistematicamente a fazer uma crítica a esse modelo de Diplomacia de embaixadas permanentes do século XV. A sua multiplicação deixou de ser vista como um ponto de mudança essencial e passou a ser considerada como fruto de uma “preocupação maior dos poderes com a informação”³⁶, ou uma conjuntura na qual o desenvolvimento de correspondências reforçava as relações de amizade.³⁷ Ou seja, não poder-se-iam mais pensar os séculos anteriores da Idade Média como um prelúdio ou como simples fornecedores de características para esse momento.

Dessa forma, iniciou-se uma busca pelas experiências anteriores – as da Itália medieval dos séculos XII, XIII e XIV – almejando-se reavaliar a sua contribuição para a temática.³⁸ Voltava-se assim a atenção para as comunas³⁹ italianas.

³⁴É o que faz, por exemplo, a obra de Otto Krauske que situava a origem das embaixadas na Veneza do século XV. *Die Entwicklung der ständigen Diplomatie von 15. Jahrhundert bis zu den beschlüssen von 1815 und 1818*, Leipzig, 1885. Esse modelo do surgimento da Diplomacia das embaixadas permanentes no século XV italiano é mais desenvolvido pela já citada obra de Mattingly, *Renaissance Diplomacy*.

³⁵A já citada obra de Von Reumont é um exemplo dessa utilização teleológica da Idade Média na construção da Diplomacia. CF. REUMONT, A. Von. *Della diplomazia italiana dal secolo XIII al XVI*, Florença: Barbera, Bianchi, e comp., 1855.

³⁶LAZZARINI, I. “L’informazione politico-diplomatica nell’età della pace di Lodi: raccolta, selezione, trasmissione. Spunti di ricerca dal carteggio Milano-Mantova nella prima età sforzesca (1450-1466)”. *Nuova rivista storica*, V. 83, nº 2, 1999, pp. 247 – 280, p. 253.

³⁷LAZZARINI, I. *Amicizia e potere. Reti politiche e sociali nell’Italia medievale*, Milão: Bruno Mondadori, 2010, pp. 20 – 23.

³⁸PÉQUIGNOT, S. “Les diplomaties occidentales, XIII^e – XV^e siècle”. In: *Les relations diplomatiques au moyen âge. Formes et enjeux. Actes du XL^e Congrès de la SHMESP* (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris: Publications de la Sorbonne, 2011. p. 54.

³⁹Preferimos utilizar aqui o termo “comuna”, apesar das críticas de autores como Paolo Grillo de sua “generalidade, podendo ser aplicado tanto às ‘cidades-estados’, quanto aos simples ‘entes administrativos’, inclusive em formações políticas mais amplas, não sendo um termo nem mesmo exclusivamente ligado ao contexto urbano”, devido ao fato de que o vocábulo “comuna” aparece nas fontes do período, como os estatutos. GRILLO, P. *Milano in età comunale (1183- 1276). Istituzioni, società, economia*. Spoleto: Fondazione CISAM. 2001. p.13. Para um aprofundamento sobre essa discussão conceitual, CF. PINI, A. *Città, comuni corporazioni nel Medioevo Italiano*. Milão: CLUEB, 1986; WALEY, D. *Le città-repubblica dell’Italia medievale*. Milão: Il Saggiatore di Alberto Mondadori, 1969; MOLHO, A; EMLLEN, J. E RAAFLAUB, K. (orgs) *City-states in Classical Antiquity and Medieval Italy*. Michingan: University of Michigan Press, 1992; JONES, P. *The Italian City-State: from commune to signoria*. Oxford: Oxford University Press 1997; e BANTI, O. ““Civitas” e “commune” nelle fonti italiane dei secoli XI e XII secolo”. *Critica Storica*. Bolonha. Nº IX, pp. 568-584. 1972.

1.1. O estudo da Diplomacia e o Período Comunal Italiano (séculos XII – XIV)

Em sua cronologia mais difusa o chamado Período Comunal, ou época das comunas, teve como marco inicial os impulsos urbanizadores do norte e do centro da Península Itálica das primeiras décadas do século XII e final a Grande Peste de 1348.⁴⁰ Com comunas de até 100.000 habitantes, esse momento da história da Itália é conhecido como um período de grandes inovações econômicas, institucionais e políticas. É o tempo de difusão dos magistrados, dos consulados e de toda uma atividade administrativa nova diretamente associada a uma verdadeira “explosão” da produção de documentação escrita, sobretudo com o aumento significativo de uma produção escrita laica.⁴¹ O processo de construção política e a expansão econômica exigiam cada vez mais o recurso à sistematização de textos, seja para regulamentar as novas instâncias administrativas e lidar com as questões de justiça ou para estabelecer redes de crédito e apoiar atividades de câmbio.⁴²

Por quase três séculos, esse período de singular desenvolvimento urbano do norte e do centro da Península Itálica chamou a atenção de diferentes intelectuais, romancistas e artistas, como fonte para refletir questões tais quais a transição entre o feudalismo e o mercantilismo, as origens do republicanismo moderno e a formação de uma burguesia mais ativa no fim da Idade Média.⁴³ Durante o século XIX, o Período Comunal desfrutou de um grande prestígio

⁴⁰ MENANT, F. *L'Italie des communes (1100-1350)*. Paris: Éditions Belin. 2005. p. 5. Além da questão das perdas humanas, a peste é considerada também um momento de cisão bibliológica e legislativa. CF. ASCHERI, M. *I diritti del Medioevo Italiano – Secoli XI – XV*. Roma: Carocci, 2000. p. 310.

⁴¹ CAMMAROSANO, P. *Italia Medievale: Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: Carocci editore. 2005. (1ª edição: 1991) p. 113. A questão da chamada “explosão da produção de documentação escrita” é explorada a fundo por Hagen Keller, que diz “Se por meio desse ‘salto’ no desenvolvimento produzimos um objeto de estudo, teremos contemporaneamente um critério de diferenciação para verificar a relação entre oralidade e escritura em uma sociedade. Também durante a Alta Idade Média existia uma cultura da escrita altamente desenvolvida. A aplicação dos seus conhecimentos permaneceu, todavia, em um modo para nós singular, limitado a setores bem determinados. E isso não depende do fato de que naquele período sabiam escrever e escreviam quase exclusivamente os eclesiásticos. Também esses, de fato, usavam a sua arte só em campos bem delimitados e em formas mais ou menos definidas, renunciando a escrever sobre muitos assuntos que já durante a Baixa Idade Média, sempre em âmbito eclesiástico, eram ao contrário considerados muito úteis, senão, indispensáveis. Os mesmos reinantes dos primeiros séculos do medievo, que se serviam do mundo eclesiástico, davam pouca importância às formas de registro escrito, sem as quais os seus sucessores da Baixa Idade Média não teriam podido governar. Por muitos séculos no Ocidente, nem mesmo aqueles que sabiam escrever usavam o seu conhecimento em todos os campos da vida do homem. O grande progresso do medievo central na história da cultura escrita, então, não é dependente do fato de que a partir daquele momento escrevia-se mais e que sempre mais também os leigos debruçavam-se na escrita. A novidade qualitativa consiste no fato de que a escritura torna-se um instrumento utilizável de modo versátil, que permite abraçar campos totalmente novos, e isso ocorre enquanto as tradicionais regras formais tornam-se menos vinculantes a favor de um uso de novas formas redacionais referentes às singulares situações e às singulares aplicações possíveis.” KELLER, H. “Gli statuti dell'Italia settentrionale come testimonianza e fonte per il processo di affermazione della scrittura nei secoli XII e XIII” In: ALBINI, G. (org) *Le scritture del comune – Amministrazione e Memoria nelle città dei secoli XII e XIII*. Milão: Scriptorium, 1998. pp. 60 - 92, p. 63.

⁴² CAMMAROSANO, P. *Italia Medievale: Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: Carocci editore. 2005. (1ª edição: 1991) pp. 113 e 114.

⁴³ Como exemplo de trabalhos que se debruçaram sobre as questões apresentadas podem ser citados: Ludovico Antonio Muratori (1672-1750), *Antiquitates Italicae Medii Aevii*. Voltaire (1694-1778), *Essai sur les mœurs et*

no interior da historiografia italiana, uma vez que as comunas forneciam, no processo de formação da identidade nacional, as imagens e os valores que representavam a unidade do povo italiano, principalmente os momentos em que essas cooperaram entre si contra as intervenções dos imperadores germânicos.⁴⁴

Quando os medievalistas voltaram a sua atenção para as comunas, eles se depararam com toda essa carga nacionalista depositada principalmente sobre o seu setor de interesse: as relações das comunas entre si e com o exterior. Nesse sentido, os primeiros trabalhos realizados tiveram por objetivo desvencilhar-se dessas influências, e, dessa forma, concentraram-se no estudo dos grandes *corpora* documentais editados no século XIX, construídos para a edificação do Estado Nacional Italiano, e que embasavam as leituras feitas sobre as comunas.⁴⁵ Tratava-se, sobretudo, de uma mudança de atitude em relação a essas fontes: deixava-se de vê-las como “depositárias de informações”, e passava-se a interpretá-las como “expressões culturalmente organizadas das relações e dos programas na base do processo institucional.”⁴⁶ Seria olhar o documento como “fonte problema”, com a necessidade de uma “*forma mentis* que soubesse colher na fonte o aspecto menos assegurador, a sua dimensão de problema mais do que de solução.”⁴⁷ Assim, não é que não existisse nenhuma tentativa de analisar os séculos referentes ao Período Comunal sob a perspectiva da Diplomacia antes da segunda metade do século XX, como demonstra o já citado trabalho do embaixador prussiano Alfred von Reumont de meados do século XIX⁴⁸, mas essas obras ora eram permeadas por essa visão do Estado Nacional que via nas alianças e nas negociações entre as comunas um paralelo com a batalha de independência nacional face ao estrangeiro,

l'esprit de nations, e Jean-Charles-Léonard Sismonde de Sismondi (1773-1842), *Storia delle repubbliche italiane*.

⁴⁴MILANI, G. *I comuni italiani. Secoli XII- XIV*. Roma: Editora Laterza. 2005. p. 159-160. Nesse sentido, a fundação das *Deputazioni di Storia Patria*, instituições diretamente ligadas aos órgãos governamentais centrais criadas para o estudo da história de determinada cidade ou província, recolhendo notícias e outros documentos relativos às comunas, tiveram um papel central em situar esse traço unitário da história nacional nas comunas. Para um exemplo de obra que compartilhava desse ponto de vista. CF. Viralli, Pasquale (1826- 1917), *Introduzione alla storia d'Italia*.

⁴⁵Destacamos como exemplos a *Monumenta Historiae Patriae*, uma importante compilação de documentos medievais italianos, publicada em 22 volumes em Turim entre os anos de 1836 e 1898, e a *Gotifredi Viterbiensis Gesta Frederici I. et Heinrichi VI. Imperatorum metricè scripta*, a biografia do imperador Frederico Barba-ruiva escrita pelo cronista Godofredo de Viterbo pertencente à *Monumenta Germaniae Historica*. Vários foram os medievalistas que se dedicaram a essa iniciativa, entre eles podemos citar o grupo de estudiosos conhecido como a *Escola de Münster*, liderados pelo professor Hagen Keller na defesa de uma *Schriftkultur* na Itália comunal, baseada sobretudo numa “escrita prática” (Träger, Formen, pragmatischer schriftlichkeit im Mittelalter. Der neue Sonderforschungsbereich 231 an der Westfälischen Wilhelms – Universität münster, in “frühmittelalterliche Studien”, 22, 1988, pp. 388 – 409.), e o pesquisador Paolo Cammarosano, com a obra que tornar-se-ia um manual obrigatório para o estudo das fontes italianas, *Italia Medievale: Struttura e geografia delle fonti scritte*.

⁴⁶MILANI, G. *I comuni italiani. Secoli XII- XIV*. Roma: Editora Laterza. 2005. p. 168.

⁴⁷ALBINI, G. “Introduzione” in: ALBINI, G. (org) *Le scritture del comune – Amministrazione e Memoria nelle città dei secoli XII e XIII*. Milão: Scriptorium, 1998. p. 13.

⁴⁸REUMONT, A. Von. *Della diplomazia italiana dal secolo XIII al XVI*, Florença: Barbera, Bianchi, e comp., 1855.

ora corroboravam para a construção de uma narrativa teleológica que situava a Diplomacia como inovação do século XV e os séculos anteriores da Idade Média como simples contribuintes desse momento.⁴⁹

Levando em consideração o peso do Estado-Nação na historiografia sobre as comunas e os novos esforços em direção a uma compreensão diferente das fontes do Período Comunal, mencionados acima, obras como a de Gianluca Raccagni⁵⁰ retomaram os episódios privilegiados nas narrativas da unidade nacional italiana e os de maior interesse para a análise da Diplomacia na época das comunas: os momentos de constituição da Liga Lombarda.

Criada pela primeira vez em 1167, a Liga Lombarda foi resultado da união de boa parte das comunas do norte da Itália contra as tentativas de dominação administrativa do imperador germânico Frederico “Barba-ruiva” e seus descendentes. A aliança que se estabelecia entre as cidades participantes – Bergamo, Bolonha, Brescia, Cremona, Ferrara, Lodi, Mântua, Milão, Modena, Piacenza, Parma, Pádua, Treviso, Veneza, Vicenza e Verona – baseava-se na assistência militar mútua e na submissão de suas políticas exteriores às decisões coletivas. Alcançando êxito com a Paz de Constância – importante documento que confirmava as autonomias das comunas face ao Império e garantia-lhes o direito futuro de aliar-se entre si – a Liga Lombarda será reconstituída no ano de 1226, apesar da primeira nunca ter sido oficialmente dissolvida, como resposta às investidas do imperador Frederico II. Nessa nova configuração participaram as cidades de Alexandria, Bolonha, Brescia, Bergamo, Crema, Faenza, Ferrara, Lodi, Milão, Modena, Pádua, Piacenza, Turim, Treviso, Verona, Vercelli e Vicenza. Muitas das antigas aliadas, como Cremona, decidiram tomar o partido imperial.⁵¹

Tal experiência marcará as cidades do norte da Itália mesmo após a dissolução definitiva da Liga, em meados do século XIII, servindo de modelo para as trocas diplomáticas e para a manutenção do equilíbrio político entre as comunas do norte da península durante séculos.⁵² Por essa razão é que qualquer trabalho que buscasse pensar a Diplomacia no Período Comunal precisava passar pela reflexão desse momento.⁵³

⁴⁹MILANI, G. *I comuni italiani. Secoli XII- XIV*. Roma: Editora Laterza. 2005. p. 159.

⁵⁰RACCAGNI, G. *The Lombard League, 1167-1225*. Oxford: Oxford University Publisher, 2010.

⁵¹MENANT, F. *L'italie des communes (1100-1350)*. Paris: Éditions Belin. 2005. pp. 21- 49.

⁵²*Ibid.*, p. 48.

⁵³O papel crucial da Liga Lombarda para o estudo da Diplomacia Comunal é altamente reforçado por autores como Paolo Grillo, em “Alle origini della diplomazia comunale : amicizia e concordia nei rapporti fra i comuni italiani nell'epoca della Lega Lombarda” In: LORI SANFILIPPO, I e RIGON, A. (orgs). *Parole e realtà dell'amicizia medievale*. Atti del Premio internazionale Ascoli Piceno. 3. Serie. Roma: Istituto storico italiano per il Medioevo, 2012. pp. 157-168, e Tommaso Duranti, que em um artigo sobre a Diplomacia Baixo-Medieval na Itália afirmou: “Un caso paradigmatico può essere rappresentato dai congressi della lega lombarda: *societas prettamente militare, i suoi ambiti di interesse si allargarono a questioni di natura giurisdizionale e, in alcuni casi, anche commerciale. A quei consensi partecipavano i rappresentanti dei diversi comuni: soprattutto quando i rettori della lega non coincidevano con i rettori comunali, è possibile*

Apesar da grande ênfase na já mencionada releitura dos grandes *corpora* documentais editados no século XIX no estudo da Diplomacia do Período Comunal, nesse movimento de retomada de interesse pelo assunto foram priorizadas as chamadas fontes tradicionais para a exploração das relações diplomáticas – as epístolas, os tratados e os atos de chancelaria –⁵⁴ dando-se uma atenção reduzida à possível contribuição para a questão dos textos classificados como normativos – os estatutos, as deliberações dos *Conselhos Comunais* e etc. As considerações sobre a rigidez dessas fontes e sobre a sua capacidade reduzida de acompanhar as dinâmicas esperadas no jogo político da Diplomacia são responsáveis ainda por relegar esses documentos a um papel periférico no estudo das relações diplomáticas do Período Comunal Italiano.

É o caso principalmente dos estatutos comunais italianos.⁵⁵

1.1.1. A legislação estatutária italiana e a Diplomacia Comunal

Documentos que, *grosso modo*, podem ser definidos como sistematizações escritas dos procedimentos de lei, de gestão da coisa pública, das consuetudines, dos ofícios, da matéria criminal e da polícias urbana, produzidos nas comunas do centro-norte da Península Itálica a partir do século XII⁵⁶, os estatutos comunais não foram muito explorados sob o ponto de vista das relações diplomáticas, em um primeiro momento, devido a anteriormente mencionada crença generalizada de que a Diplomacia durante a Idade Média, por não ser ainda sistematizada e normatizada como seria mais tarde na Época Moderna com as embaixadas permanentes, podia somente ser estudada caso a caso, em cada evento singular, por meio da documentação epistolar e dos tratados estabelecidos.⁵⁷ Com as mudanças de perspectiva provenientes da extensa discussão sobre o conceito de Diplomacia, aqui apresentadas nos

riconoscere loro una capacità negoziale anche attiva e non un ruolo di semplici latori di messaggi o di mera rappresentanza formale”. DURANTI, T. “La diplomazia bassomedievale in Italia.” In: Reti Medievali-Repertório. 2009. http://www.rm.unina.it/repertorio/rm_duranti.html

⁵⁴Como exemplos de trabalhos que concentraram-se nesses tipos documentais, podemos citar: SALVATORI, E. “I giuramenti collettivi di pace e alleanza nell'Italia comunale” In: *Legislazione e prassi istituzionale nell'Europa medievale (secoli XI-XVI)*. Nápoles: GISEM-LIGUORI. 2002. Artigo consultado em sua versão online no site <http://eprints.adm.unipi.it/708/1/giuramenti.htm#18> e CAMMAROSANO, P. “Lettre d’ambassade et initiative personnelle des ambassadeurs (XIII-XV)” in: *L’Épistolaire Politique II. Authentiques et autographes (VI^e – XVI^e s.)*. Colloque international de l’Université de Paris IV: Paris-Sorbonne. 27, 28 de janeiro de 2012. (mimeo)

⁵⁵Os problemas da classificação da legislação estatutária comunal italiana como textos simplesmente de caráter “normativo” serão trabalhados mais minuciosamente no segundo capítulo dessa dissertação, dedicado à exploração sistematica dessa documentação.

⁵⁶CAMMAROSANO, P. *Italia Medievale: Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: Carocci editore. 2005. (primeira edição: 1991) p. 151.

⁵⁷Vide nota 5. A constatação do cenário de utilização da materia normativa para o estudo da Diplomacia pelos historiadores aparece também em DURANTI, T. “La diplomazia bassomedievale in Italia.” In: Reti Medievali-Repertório. 2009. http://www.rm.unina.it/repertorio/rm_duranti.html

tópicos anteriores, tal justificativa para a subutilização desse tipo de fonte é substituída pelas considerações acerca da rigidez das fontes normativas, mencionadas no parágrafo acima.⁵⁸

Um resultado evidente desse pouco interesse é o número exíguo de trabalhos que se dedicaram à temática explorando esse tipo de documentação. Identificamos somente a existência de dois estudos que buscaram, de alguma forma, mostrar qual era a contribuição dos estatutos comunais para a compreensão da Diplomacia desenvolvida pelas comunas italianas durante a Idade Média, principalmente dos seus protagonistas. O primeiro é uma análise produzida no ano de 1965, intitulada “*La Diplomazia comunale a Perugia nei secoli XIII e XIV*”⁵⁹, feita pelo pesquisador Sergio Angelini. Neste artigo de mais ou menos 60 páginas, o autor, como podemos ver já no título de seu trabalho, realiza um estudo circunscrito à comuna de Perugia no qual analisa e publica as rubricas dedicadas às embaixadas nos estatutos comunais de Perugia de 1279 e 1345.

Como o primeiro trabalho do gênero, grandes são as contribuições do estudo de Angelini. Por meio de sua pesquisa, o autor demonstra que os estatutos de Perugia apresentavam já a definição de instituições diplomáticas de grande papel e importância antes das grandes inovações da modernidade.⁶⁰ Em primeiro lugar, a sua análise da redação estatutária de 1279 mostra que o envio do *Podestà*⁶¹ como representante da cidade, mesmo que fosse ainda uma prática vigente, tornava-se uma situação cada vez mais rara, que ocorria somente em missões de particular importância, sendo mais frequente a menção ao envio de cidadãos especificamente encarregados e sem a participação do *Podestà*.⁶²

⁵⁸*Op.cit.*, *passim*.

⁵⁹ANGELINI, S. *La Diplomazia comunale a Perugia nei secoli XIII e XIV*. Firenze: Leo S. Olschki Editore. 1965.

⁶⁰*Ibid.*, p. 3.

⁶¹De acordo com Laderchi os *Podestà* eram: “*Istituiti per mantener la potenza imperiale nelle città del resto privilegiate di libertà, in breve furono per ulterior privilegio lasciati ad elezione delle città stesse: ondechè ne cadde del tutto, e quasi a un tratto la potenza, e quasi il nome de' consoli, ed essi, i podestà, diventarono magistrati e cittadini comunali del tutto. La solita invidia cittadina feceli bensì scegliere quasi sempre forestieri al comune: ma traendo seco un seguito di uomini proprii, e facendosi sovente così pur capitani del comune o di più comuni, li tiranneggiarono tanto più facilmente. I rimedi suggeriti dall'invidia e dalla paura sogliono fare più mal che bene. A roma stessa prevalse questo magistrato unico: e come il podestà a' consoli, così sottrò il senatore al senato.*” LADERCHI, C. C. “introduzione”. *Statuti di Ferrara dell'ano 1288*. Monumenti storici pertinenti alle provincie della Romagna, série I, tomo II, vol. I. Bolonha: Tipografia Regia. 1864. p. XLVII. Ainda sobre essa figura, Mario Ascheri mais recentemente afirmou: “*questa magistratura, già sperimentata dall'imperatore per imporre un proprio fiduciario in città, divenne usuale proprio in questi anni e non è senza rapporto con essa che gli statuti maturarono ora per complessità e completezza. Divenendo il podestà, di regola intorno al 1220, un ufficiale “condotto” (il contratto era modellato sulla moranistica locatio –conductio operarum) da fuori per rafforzarne l'imparzialità di fronte a ceti sociali e politici coinvolti in lotte fratricide, il ceto dirigente comunale volle garantirsi per questa via la sua fedeltà ad un certo programma di interventi e all'applicazione di un certo diritto nella curia comunale, dove presiedeva il tribunale lui stesso o un giudice suo “assessore”, membro della sua familia.*” ASCHERI, M. *I diritti del Medioevo Italiano – Secoli XI – XV*. Roma: Carocci, 2000. p. 169 – 170.

⁶²ANGELINI, S. *La Diplomazia comunale a Perugia nei secoli XIII e XIV*. Firenze: Leo S. Olschki Editore. 1965. p. 16.

Ao considerar os termos usados nos documentos para fazer referência a esses indivíduos, Angelini nota uma clara distinção nos estatutos de 1279 entre a figura do procurador e a do embaixador, vocábulos que no período de escrita da sua obra eram frequentemente considerados como pertencentes a mesma gama de representantes diplomáticos.⁶³ Tratava-se do procurador em rubricas diferentes daquelas que mencionavam a eleição do embaixador, e essa figura era uma espécie de advogado da comuna na cúria papal.⁶⁴ Além disso, a remuneração de ambos os indivíduos eram diversas nos estatutos, elemento que permitiu ao autor afirmar que “o problema de uma confusão entre o procurador e o embaixador certamente não se colocava para os ordenamentos peruginos do século XIII.”⁶⁵

Estabelecida a figura do embaixador como aquele que partia em missão pela comuna – aquele que participava da embaixada por excelência – Angelini elenca uma série de características desse personagem retiradas dos estatutos peruginos.⁶⁶ Primeiro, a já assinalada existência de um processo de eleição é confirmada e atribuída ao Conselho Especial, que tinha a tarefa de eleger esses agentes segundo critérios de experiência e de “sabedoria” entre os *militēs* e os *pedites* da cidade.⁶⁷ Em 1342, essa rubrica foi modificada e incluiu a possibilidade que o Conselho Geral da comuna participasse desse processo de eleição.⁶⁸ A entrega de instruções – possivelmente por escrito⁶⁹ – a essas figuras era também prevista como uma prerrogativa do Conselho Geral,⁷⁰ e uma vez terminada a missão, esperava-se desse personagem a entrega por escrito de tudo aquilo que havia ocorrido durante o envio.⁷¹

Em relação à remuneração do embaixador, o autor nos informa que os estatutos de 1279 definiam valores diversos segundo o destino do enviado e a quantidade de dias que

⁶³Fazemos aqui menção ao clássico estudo de Donald Queller, “The office of the Ambassador in the middle ages”, no qual o autor considera o procurador um agente diplomático de representação plena daqueles que o haviam enviado. Uma espécie de evolução do típico nuncio. QUELLER, D. E.. *The office of ambassador in the middle ages*. Princeton, New jersey: Princeton University Press: 1967. p. 26.

⁶⁴ANGELINI, S. *La Diplomazia comunale a Perugia nei secoli XIII e XIV*. Firenze: Leo S. Olschki Editore. 1965. p. 18.

⁶⁵*Ibid.*, p. 19.

⁶⁶*Ibid.*, p. 23.

⁶⁷Ambos setores pertencentes a uma elite cidadina. “*Le sottomissioni dei nobili, col loro trasferimento susseguente in città, portarono nel primo terzo del secolo XIII alla organizzazione, entro la città stessa, dei milites, a cui fu contrapposta, dalla parte popolare, quella dei pedites. Peraltro anche i pedites rappresentavano un’élite: erano il ceto elevato della parte popolare, una sorta di nascente borghesia fatta prevalentemente di artigiani e commercianti*”. *Ibid.*, p. 31.

⁶⁸*Ibid.*, p. 30.

⁶⁹*Ibid.*, p. 38.

⁷⁰*Ibid.*, p. 35.

⁷¹*Ibid.*, p. 41.

durava a missão.⁷² Até mesmo o número de cavalos que deviam ser conduzidos em uma embaixada era regulamentado pela redação estatutária.⁷³

Diferente daquilo que se espera de um embaixador moderno, os estatutos comunaes de Perugia também previam a possibilidade que um embaixador da cidade fosse enviado em nome de interesses de pessoas privadas da comuna, com condições estabelecidas pela cidade.⁷⁴ Mesmo que de forma bastante limitada, Angelini informa-nos que a redação estatutária de 1342 abordava a recepção de embaixadores estrangeiros, que deviam ser poupados das penas contra a proibição de portar armas dentro da cidade.⁷⁵

Bastante descritivo, o livro de Sergio Angelini tem o mérito de ser o primeiro estudo a mostrar que os estatutos comunaes podem ser fontes importantes para a compreensão da Diplomacia comunal e que as opiniões acerca da ausência de uma normatização da atividade diplomática antes da modernidade eram falsamente embasadas. Além disso, devemos a Angelini o reconhecimento da existência de uma figura específica dedicada às embaixadas no período, e a descrição das suas primeiras características.

A sua análise entanto levanta uma série de dúvidas. Angelini não se coloca o problema de qual era a posição institucional desse agente no período ao qual havia se dedicado. Terminamos a leitura desse texto com a pergunta se, afinal de contas, o embaixador fazia ou não parte das magistraturas da comuna, ou se esse poderia ser chamado de oficial comunal. Além disso, a sua metodologia de análise de apresentar lado-a-lado rubricas dos estatutos de 1279 com aquelas dos de 1342 não nos permitem reconhecer com precisão as características dessa figura segundo cada redação e, mais importante, as mudanças que essa sofreu entre esses dois séculos. Por último, perguntamo-nos por que Angelini não continuou a sua análise até os estatutos produzidos no século XV, se buscava verdadeiramente mostrar que muitas das mudanças presentes na Diplomacia moderna eram já presentes na Baixa Idade Média italiana? Um exercício que teria permitido indicar o momento decisivo daquela institucionalização da Diplomacia tão defendida pelos modernistas.

Outras iniciativas de análise dos estatutos comunaes italianos sob o ponto de vista da Diplomacia que encontramos apareceram somente 50 anos após o trabalho de Angelini. Trata-se da conferência do professor Patrick Gilli, intitulada “*Ambassades et ambassadeurs dans la législation statutaire italienne (XIIIe-XIVe siècle)*”. Realizada em 2008 durante um encontro do Instituto Histórico Alemão de Paris, que tinha como tema “*Les écrits relatifs à*

⁷²*Op. cit.*, p. 46.

⁷³*Op. cit.*, p. 47.

⁷⁴*Op. cit.*, p. 30.

⁷⁵*Op. cit.*, p. 45.

l'ambassadeur et à l'art de négocier de la fin du Moyen Age à la fin du XVIII^e siècle”, o texto dessa conferência ainda não foi publicado.⁷⁶

Como tivemos acesso a tal estudo por meio da versão manuscrita e ainda não editada gentilmente fornecida pelo autor, talvez muitos dos pontos que aqui explicitaremos da sua opinião sobre os estatutos comunais italianos e as embaixadas podem já ter sido revistos, mas, na ausência de outras referências mais contemporâneas sobre a questão, não nos resta outra opção que a de citá-los.

Gilli realiza uma breve exposição de uma pesquisa feita sobre uma massa documental de mais ou menos 40 estatutos comunais entre todos os já produzidos pelas comunas de Arezzo, Aquila, Bolonha, Florença, Forlì, Pistoia, Pádua, Pisa, Perugia, Reggio-Emília, Treviso e Veneza entre o fim do século XII e a metade do século XV. O autor concentra sua análise em torno das seguintes perguntas: Quais são os princípios fundadores da Diplomacia comunal? Como essa funcionava? O que dizem os estatutos sobre as embaixadas, e mais especificamente sobre a figura do embaixador? Seria possível encontrar nesses documentos uma tentativa de estabelecer uma clara diferenciação entre a função pública e as atribuições pessoais desse personagem?⁷⁷

O professor francês, por meio de seu estudo, afirma a existência de uma preocupação sistemática por parte das entidades dirigentes comunais produtoras dos estatutos com o problema das instâncias habilitadas a designar os agentes que deveriam representar no exterior os interesses da comuna. No momento, tal entidade política era marcada por instâncias públicas mal hierarquizadas e pela interferência das comunidades de mercadores e das diversas *societates populi*⁷⁸ na política comunal.⁷⁹

⁷⁶A publicação das atas do encontro estava prevista para Maio de 2014, mas até agora não tivemos notícias de sua realização. Uma parte das informações apresentadas sobre os últimos estatutos produzidos por Florença nesse trabalho do professor francês foi publicada de forma bastante pontual em um outro artigo seu intitulado, “La fonction d'ambassadeur dans les traités juridiques italiens du XVe siècle: l'impossible représentation”. In: *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen Âge*, 121/1, Roma : Ecole française de Rome, p. 173-187. Preferimos lidar com o artigo não publicado ao invés desse pelo fato do primeiro ser completamente dedicado à questão dos estatutos comunais.

⁷⁷GILLI, P. “Ambassades et ambassadeurs dans la législation statutaire italienne (XIIIe- XVe siècle)” In: *Les écrits relatifs à l'ambassadeur et à l'art de négocier de la fin du Moyen Age à la fin du XVIIIe siècle*. Seminário internacional de pesquisa organizado pela Ecole française de Rome, a Université Roma Tre, a Ecole pratique des hautes études e o Institut historique allemand de Paris. Paris. 14 de junho 2008. (mimeo). p. 3.

⁷⁸“Organizações constituídas por um determinado ofício ou profissão, ou por uma delimitação territorial, que reivindicavam um papel na gestão do poder comunal independente de sua condição familiar, da antiguidade de estirpe e do antigo exercício de prerrogativas públicas”. CAMMAROSANO, P. *Italia Medievale: Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: Carocci editore. 2005. (1ª edição: 1991) p. 138.

⁷⁹GILLI, P. “Ambassades et ambassadeurs dans la législation statutaire italienne (XIIIe- XVe siècle)” In: *Les écrits relatifs à l'ambassadeur et à l'art de négocier de la fin du Moyen Age à la fin du XVIIIe siècle*. Seminário internacional de pesquisa organizado pela Ecole française de Rome, a Université Roma Tre, a Ecole pratique des hautes études e o Institut historique allemand de Paris. Paris. 14 de junho 2008. (mimeo). p. 3.

Na sua exposição, Gilli apresenta a conclusão de que o embaixador não podia ser considerado um oficial comunal. A pequena quantidade de rubricas dedicadas a essa figura na documentação e a sua rara localização entre os capítulos dedicados às magistraturas comunais eram indícios suficientes para o autor fazer essa dedução. Tratava-se de um agente no “limite das instituições”.⁸⁰

Para o autor, o conjunto dos estatutos por ele analisados revelava um verdadeiro “medo” dos possíveis desvios e da confusão entre os interesses públicos e privados nessas missões realizadas além da jurisdição da comuna.⁸¹ Por essa razão, a maior parte das rubricas estatutárias teria um caráter de controle da ação do embaixador e de quem podia enviá-lo em nome da cidade.⁸² Essa preocupação fazia-se presente especialmente no momento de eleição desses indivíduos. Gilli fala da necessidade dos candidatos de ter a cidadania da comuna⁸³, de possuir qualificações como as de *prevenidos* e *discretos*⁸⁴ e do papel dos *Conselhos* nesse processo de escolha.⁸⁵ Uma vez eleito o embaixador, os estatutos versavam sobre o salário que esse personagem deveria receber por dia, a quantidade de cavalos aos quais ele havia direito e as instruções que lhe seriam confiadas por escrito.⁸⁶ Tal vontade de controle estendia-se até mesmo à estipulação de penas àqueles que negavam as missões que lhes eram atribuídas.⁸⁷

A conclusão do autor no final de sua conferências é de que a Diplomacia comunal fazia parte de uma “zona de sombra” no organograma político da cidade.⁸⁸ A dignificação da atividade do embaixador seria possível somente com o “crepúsculo” das tradições comunais.⁸⁹

Sendo os dois trabalhos acima descritos os únicos que encontramos sobre a questão, uma série de perguntas continua hoje em aberto sobre as contribuições da legislação estatutária italiana para a compreensão da Diplomacia e de seus agentes nas comunas da Península Itálica durante a Idade Média. As considerações de Gilli, devido ao caráter mais amplo de seu trabalho do que o de Angelini, inspira-nos a fazer as seguintes indagações: Além das impressões gerais do professor francês sobre o embaixador nos estatutos comunais, quais seriam as características e as precisões sobre o embaixador e as embaixadas em cada uma das redações estatutárias produzidas por uma mesma comuna durante os séculos XIII,

⁸⁰*Op.cit.*, p. 8.

⁸¹*Op.cit.*, p. 8.

⁸²*Op. cit.*, p. 9.

⁸³*Op. cit.*, p. 13.

⁸⁴*Op. cit.*, p. 17.

⁸⁵*Op. cit.*, p. 14.

⁸⁶*Op. cit.*, p. 16 e 20.

⁸⁷*Op. cit.*, p. 17.

⁸⁸*Op. cit.*, p. 22

⁸⁹*Op. cit.*, p. 22.

XIV e XV⁹⁰ ? Seria possível perceber mudanças expressivas, não somente de conteúdo, mas também em relação à posição, concentração e quantidade dessas rubricas de uma redação à outra? Caso elas ocorressem, quais dados poderíamos tirar disso? Pensando na estreita relação entre os estatutos e os diferentes movimentos políticos e disputas de poder no interior de uma comuna⁹¹, o que essas mudanças nas rubricas sobre os embaixadores – caso elas existam – podem nos dizer sobre a relação dessa função com os diferentes momentos políticos pelos quais passou uma comuna do norte da península?

Estabelecido esse panorama do ponto de vista de uma única comuna, seria possível compor as mesmas relações pontuais – baseadas no desenho de quadros minuciosos sobre a função do embaixador em cada uma das redações estatutárias de uma mesma cidade – em outras comunas do norte da Península Itálica? Apresentariam elas movimentos semelhantes em relação à topografia de sua documentação estatutária sobre a questão das embaixadas em cada um dos três séculos anteriormente citados ?

A primeira vista pode-se pensar que as indagações acima são apenas uma forma diferente de lidar com os mesmos problemas sobre os quais se debruçou o professor francês, que possivelmente produziria o mesmo resultado. Todavia, a insistência no estabelecimento de quadros temporal e geograficamente bem delimitados sobre a figura do embaixador e a sua comparação no interior de uma mesma comuna possibilitam a abordagem de um campo ainda não explorado e de poucas contribuições: o da existência ou não de uma relação entre as rubricas dedicadas ao embaixador na documentação estatutária com os movimentos políticos comunais no período, e caso a resposta seja positiva, a indagação sobre a natureza dessa relação.

Além de permitir a compreensão das características precisas do embaixador em cada um desses séculos de produção estatutária medieval, essas comparações talvez possibilitem o mapeamento dos movimentos de aumento ou de perda de interesse nessa documentação sobre a questão; o estabelecimento da topografia das rubricas dedicadas indireta ou diretamente às embaixadas e embaixadores nas diferentes redações dos estatutos comunais, e a percepção de suas mudanças – casos elas existissem – ao longo do tempo. Uma própria apreensão de como

⁹⁰Os últimos estatutos comunais produzidos na Península Itálica datam da primeira metade do século XV. Apesar de ultrapassar substancialmente a cronologia tradicional do chamado Período Comunal, a centralidade desse tipo documental nessa pesquisa obriga-nos a optar pelo recorte temporal imposto pelas fontes em relação ao pressuposto teórico.

⁹¹ “*In primo luogo, (o estatuto) come risultato sul piano giuridico delle lotte politiche che si svolgono all'interno del comune e che il comune sostiene verso l'esterno; in secondo luogo come la prova del fatto che lo statuto non è solo il risultato, ma lo strumento di queste lotte*”. SBRICCOLI, M. *L'interpretazione dello statuto: contributo allo studio della funzione dei giuristi nell'età comunale*. Milão: Dott. A. Giuffrè editore, 1969. Desenvolveremos e insistiremos nesse papel do estatutos nas disputas políticas da cidade no capítulo de número 2 dessa dissertação, na qual discutiremos o porquê a classificação desses textos como simplesmente ‘normativos’ é reducionista.

a matéria legislativa sobre o embaixador desenvolveu-se na Baixa Idade Média no norte da Península Itálica. A localização das rubricas nos diferentes livros que compunham um determinado *corpus* estatutário não era algo aleatório e era indicativo da importância dada a uma certa matéria no interior da organização comunal.⁹² Desta forma, perceber a ocorrência de mudanças na disposição dessas informações nos momentos de alteração política em uma comuna pode ajudar-nos a compreender a relação entre o valor dado à função do embaixador e o regime político no qual se encontrava certa comuna, e se isso era ou não uma tendência no norte da Península Itálica.

A ausência de um trabalho que aborde de forma mais delongada os pontos supramencionados, incentivou-nos a tomar essas questões como o ponto central dessa pesquisa. Por último, é necessário dizer que é com essas preocupações que falamos em embaixadores e políticas urbanas no título desse trabalho. É por pensar na legislação comunal estatutária como uma forma documental utilizada para interferir – e por que não mesmo criar – nas relações políticas no interior das diferentes realidades comunais da Península Itálica na Baixa Idade Média que julgamos a utilização de tal terminologia apropriada.

1.1.2. Os embaixadores nas diferentes redações estatutárias comunais italianas: o exercício de reflexão proposto por essa pesquisa.

Baseando-nos nessa escassez de trabalhos sobre a temática e nos limites acima assinalados dos estudos existentes, nessa pesquisa propomos fazer um exercício de análise diacrônica⁹³ - isto é, de comparação entre cada uma das redações estatutárias produzidas por uma mesma comuna – e sincrônica⁹⁴ - isto é, de confrontar os estatutos de diversas cidades – das rubricas dedicadas à questão do embaixador nos estatutos comunais medievais italianos.

Determinados o tipo documental com o qual trabalharemos e as questões principais sobre as quais nos debruçaremos nessa pesquisa, restam ainda alguns pontos a serem precisados. Primeiro, a seleção do tipo de estatuto a ser abordado nesse estudo. Vários eram os tipos e as instâncias produtoras de estatutos durante a Idade Média⁹⁵, mas para a temática

⁹²KELLER, H. “Gli statuti dell'Italia settentrionale come testimonianza e fonte per il processo di affermazione della scrittura nei secoli XII e XIII” In: ALBINI, G. (org) *Le scritture del comune – Amministrazione e Memoria nelle città dei secoli XII e XIII*. Milão: Scriptorium, 1998. pp. 60 – 92, p. 67.

⁹³Encontramos o termo mencionado pela primeira vez como procedimento metodológico para o estudo dos estatutos no trabalho de Maria Venticelli: VENTICELLI, M. *Metodologie elettroniche per l'edizione di fonti: lo statuto del comune di Bologna dell'anno 1376*. Tesi di dottorato in storia e Informatica. Volume I e II. Coordinatore e relatore: Francesca Bocchi. 1998 – 1999. p. 24.

⁹⁴*Ibid.*, p. 24.

⁹⁵Como exemplo da extensa variedade de estatutos existente é possível mencionar os: comunais, senhoriais, rurais, marítimos, de castelhanias, de ligas, de corporações, de sociedades, de partidos, de consorteiras, de confraternidades, de entes, de instituições, de academias e instituições de cultura, de obras pias, de consórcios

que aqui nos preocupa selecionamos somente os estatutos produzidos pelas entidades dirigentes comunais. Para a questão das embaixadas, a matéria estatutária elaborada pelas diversas associações comunais são pouco interessantes pelo fato de que boa parte desses documentos não abordava o problema.⁹⁶ Posto isso, também é necessário dizer que só trabalharemos aqui com os estatutos datados já da chamada Época Podestarial (a partir de meados do século XIII) em diante devido à sobrevivência de apenas pequenos fragmentos desse tipo de documentação anteriores a esse momento, o que nos obriga a deixar de fora as frações dos estatutos existentes do chamado período consular.⁹⁷

O nosso segundo e principal desafio, uma vez determinado o tipo de estatuto interessante para nossas indagações, é o de quais comunas escolher para a execução desse exercício de análise. Tendo em vista as limitações de um trabalho de mestrado e o fato de que muitas cidades produziram até mesmo 10 redações estatutárias durante a Idade Média, estudar um grupo de comunas semelhante ao utilizado em trabalhos como o de Gilli⁹⁸ – mais de 40 comunas – seria inviável devido ao volume de documentação a ser analisada. Torna-se então necessária a opção por um número bastante reduzido de comunas que, entretanto, seja pelo menos representativo do cenário jurídico do norte da península no período para que possamos obter resultados significativos. Dessa forma, quais comunas escolher?

A primeira comuna que se apresenta como obrigatória no tipo de análise que optamos fazer é a de Bolonha, uma das cidades italianas que possui o maior número de manuscritos preservados da legislação estatutária e de edições modernas dessas fontes. Tal comuna exerceu no Período Comunal um papel de destaque na produção jurídica do norte da Península Itálica. Foi em Bolonha que Irnério e seus discípulos produziram a compilação do Código e do Digesto de Justiniano, conhecido historiograficamente como o “renascimento do direito romano”⁹⁹ da Baixa Idade Média, inspirando debates jurídicos e uma profícua

econômicos, de montes de piedade e de crédito, de monastérios, e etc. KELLER, H. “Gli statuti dell’Italia settentrionale come testimonianza e fonte per il processo di affermazione della scrittura nei secoli XII e XIII.” In: ALBINI, G. (org) *Le scritture del comune – Amministrazione e Memoria nelle città dei secoli XII e XIII*. Milão: Scriptorium, 1998. pp. 60 – 92, pp. 64 - 67.

⁹⁶No levantamento dos estatutos que poderiam ser utilizados nessa pesquisa, analisamos uma série de *statuta* produzidas por diferentes agremiações de cidades como Verona e Milão e não encontramos nenhuma menção ao envio de agentes em missão. Por isso, esses documentos foram deixados de lado na formação da base documental desse estudo.

⁹⁷MUZZARELLI, M. G. “Statuti cittadini medievali.” In: COSSETTO, M. (org) “Lo statuto di Bolzano del 1437”, *StoriaE*, nº 3, 2003, ano I. Disponível online no site: <http://www.emscuola.org/labdocstoria/storiae/Dossier/Dossier03/indice.htm> e ALBINI, G. “Introduzione”. In: ALBINI, G. (org) *Le scritture del comune – Amministrazione e Memoria nelle città dei secoli XII e XIII*. Milão: Scriptorium, 1998. pp. 6 – 24, p. 19.

⁹⁸Apesar do grande volume de estatutos utilizados pelo autor, nenhuma das cidades selecionadas por Gilli tem todas as versões estatutárias disponíveis que já produziu estudadas completamente em seu artigo.

⁹⁹Ao mencionar aqui a expressão “renascimento do direito romano” fazemos referência à sistematização do direito romano presente nas compilações justinianas oriundas do mundo bizantino realizada pelas universidades e por juristas da Península Itálica no século XIII, e não ao fato de que o direito romano tivesse

produção de obras legais gerações depois de sua iniciativa. Mais especificamente sobre os estatutos, o *Studium* de Bolonha teve um papel significativo nas discussões teóricas sobre o direito das cidades de produzir as suas próprias leis – *potestas statuendi* – e também na reflexão sobre as instituições comunais e os seus diferentes agentes.¹⁰⁰ Associada a essa abundância de documentação e de reflexão teórica sobre os estatutos, temos o incentivo de que não existe nenhum trabalho sistemático sobre as embaixadas nessa documentação bolonhesa.

Determinado que Bolonha será uma das comunas estudadas nessa pesquisa, buscamos identificar as cidades mais mencionadas nas suas diferentes redações estatutárias; aquelas com as quais Bolonha mantinha relações mais intensas, seja do ponto de vista cooperacional ou conflitual. Negociar e estabelecer tratados significa reconhecer a validade dos mecanismos de representação de ambas as partes em jogo, mesmo que não necessariamente iguais em hierarquia ou em posição de negociação.¹⁰¹ Desta forma, acreditamos que trabalhar com comunas cujos estatutos fazem menção sistemática umas as outras permite a criação de um quadro jurídico comparável sobre a questão do embaixador nessas documentações.

Selecionamos então as comunas de Verona, Modena e Ferrara, que além das assíduas menções que os seus estatutos fazem umas as outras e à Bolonha tem a vantagem de ter participado das duas edições da Liga Lombarda. O fato dessas comunas terem envolvido-se nessas alianças estabelecidas e mantidas através da negociação constante entre agentes enviados para fora dos seus próprios territórios poderia tornar a sua matéria legislativa produzida mais rica sobre o assunto do que, por exemplo, a de outras comunas do centro-norte italiano não integrantes da Liga.

Sobre a questão que nos interessa, essas quatro comunas também apresentam-se como um bom grupo-amostra por representarem organizações políticas bastante distintas nos séculos aos quais se dedica essa pesquisa, ou seja, do XIII ao XV. Bolonha foi por boa parte desse período uma comuna popular; Ferrara e Modena encontravam-se já desde o *Duecento* sob o regime senhorial estense, sendo uma das mais precoces nesse sentido em toda península.; e, por último, Verona experimentou regimes mistos, nos quais os seus senhores

sido esquecido por séculos, e nesse momento estivesse sendo redescoberto. GILLI, P. *Cidades e Sociedades Urbanas na Itália Medieval (séculos XII-XIV)*. Campinas: editora da UNICAMP. 2011. p. 103.

¹⁰⁰SBRICCOLI, M. *L'interpretazione dello statuto: contributo allo studio della funzione dei giuristi nell'età comunale*. Milão: Dott. A. Giuffrè editore, 1969. p. 33.

¹⁰¹MOEGLIN, J-M. "Heurs et malheurs de la négociation du Moyen Âge à l'époque moderne". In: MALLOL, M. T. F; MOEGLIN, J-M, PÈQUIGNOT, S., MARTINEZ, M.S. (orgs.) *Négociier au Moyen Âge. Actas del Coloquio celebrado en Barcelona los días 14, 15 y 16 de Octubre de 2004*. Barcelona:Consejo Superior De investigaciones científicas, 2005. pp. 2 – 24, p. 22.

dependiam grandemente do apoio do *Popolo* para emitir estatutos.¹⁰² Esperamos que essa variedade política seja-nos de grande auxílio principalmente na reflexão da relação entre as informações dedicadas ao embaixador nos estatutos e a situação política na qual encontrava-se determinada comuna.

Antes de passarmos para o terceiro problema do estudo aqui proposto, vale a pena ressaltar que a análise das 4 comunas acima mencionadas está condicionada em boa parte à disponibilidade de acesso aos seus diferentes *corpora* estatutários medievais – uma situação longe de ser igual em todas essas realidades políticas. Por exemplo, Bolonha possui 13 redações estatutárias ainda existentes e disponíveis para a consulta, enquanto referentes à cidade de Ferrara sobreviveram somente 2. Desta forma, lidamos com um desequilíbrio de representação da documentação dessas cidades nesse trabalho, causado pelas revezes do tempo e da conservação estatutária, que, infelizmente, não pode ser evitado nem mesmo se tivéssemos selecionado estudar outras comunas ao invés das que optamos aqui. Tal questão não inviabiliza, entretanto, o exercício de comparação sincrônica e diacrônica proposto nessa dissertação, pois ainda é possível realizar comparações entre diversas redações estatutárias de uma mesma comuna ao longo dos três séculos de produção dessa documentação – XIII, XIV e XV –, com a produzida em outras comunas.

Fazia-se necessário que esse desequilíbrio fosse apontado antes de dar prosseguimento ao nosso texto para que possamos, no momento da conclusão, avaliar de maneira mais precisa as informações obtidas ao longo desse exercício. É possível já adiantar que, o caráter de proeminência atribuído à Bolonha nessa pesquisa – seja por termos estabelecido quais comunas estudar a partir da análise de seus estatutos, ou por tal comuna possuir uma maior representatividade documental em nosso trabalho – será também evidente na realização dessas análises, por tal destaque não se tratar somente de uma questão de preservação documental. Como já mencionado anteriormente, a comuna bolonesa exercia no período um papel de relevo do ponto de vista jurídico-estatutário, desta forma, privilegiar tal comuna em uma pesquisa que tem por centralidade a legislação estatutária comunal não é somente uma opção do historiador, mas sim uma tentativa de maior adequação à realidade histórica do período em questão.

O terceiro desafio da análise proposta por essa pesquisa é o problema da comparação de documentos produzidos por entidades políticas bastante heterogêneas e particulares entre si. Os estatutos comunais eram documentos ligados aos quadros institucionais das comunas que

¹⁰² Abordaremos as organizações políticas de cada uma dessas comunas de forma mais detalhada quando formos analisar as suas respectivas legislações estatutárias.

os produziam e aos sistemas de relações territoriais de seu tempo.¹⁰³ Eles tinham uma relação estreita com a localidade na qual eram redigidos, um aspecto que fazia com que o corpo de estatutos fosse constantemente renovado, recebendo novas leis, abolições e normas de revogação, o que garantia uma “estratificação no tempo” da redação estatutária, ou seja, um código de *statuta* promulgado em um ano era produto de uma compilação elaborada no curso do tempo.¹⁰⁴

Dessa forma, por ser tão ligados ao particular, seriam esses documentos comparáveis? Estabelecer qualquer forma de conjunto com eles não seria ignorar as singularidades de cada uma dessas cidades e estabelecer uma relação de unidade e uniformidade entre as comunas do norte da Península Itálica não existente no período?

Apesar de não se negar as especificidades de cada um desses estatutos e de se aceitar que não existia nem mesmo uma coesão plena no interior dessas cidades no momento – marcadas pelas disputas entre as diferentes facções, como é o caso célebre dos Guelfos e dos Gibelinos – defende-se aqui a possibilidade de um confronto efetivo dessa documentação para a questão das embaixadas, se forem levadas em consideração algumas questões.

De acordo com o professor Paolo Cammarosano, qualquer que fosse a história e o peso da comuna que havia produzido o estatuto, a legislação estatutária comunal italiana sempre possuía uma série de elementos e categorias em comum.¹⁰⁵ As questões abordadas pelos estatutos eram muito semelhantes, mesmo que as respostas oferecidas por eles fossem diferentes, sugerindo para o autor a existência de processos de imitação e de trocas de experiências jurídicas e culturais muito intensas no norte da Península Itálica. É devido a isso que se poderia pensar em uma verdadeira tipologia ao se falar nos estatutos redigidos por essas diferentes cidades e na existência de uma “geografia estatutária.”¹⁰⁶

¹⁰³ CAMMAROSANO, P. *Italia Medievale: Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: carocci editore, 2005. p. 156.

¹⁰⁴ STORTI STORCHI, C. S. “Apunti sugli statuti lombardi.” In: PUCCI, S. (org) *Gli statuti Cittadini – Criteri di edizione, Elaborazione informatica. Atti delle giornate di studio 20 -21 Maggio 1989*. Roma: Ferentino, 1991. p. 17.

¹⁰⁵ Para Cammarosano, todos os estatutos possuíam “um conjunto das normas sobre a modalidade de nomeação, as competências e as obrigações dos vários oficiais e sobre o funcionamento dos conselhos, as disposições sobre o exercício do notariado e a confecção de documentos, os elementos do direito civil (família, sucessão, obrigação) que vinham das normas do *ius commune*, ou que se julgava dever explicitar em uma forma completa e orgânica, os procedimentos da justiça civil, os regulamentos da polícia urbana e da polícia campestre. Vastíssimo era o campo destinado à vida econômica e a justiça criminal.” CAMMAROSANO, P. *Italia Medievale: Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: carocci editore, 2005. p. 158.

¹⁰⁶ “*In maniera più immediata e diretta che non altri testi, gli statuti suggeriscono il confronto tra città e regioni diverse. Se abbiamo potuto parlare in termini generalizzanti dei contenuti di una documentazione tanto vasta e ricca, è perché la tipologia delle norme presenta in effetti grandi somiglianze di particolari, al punto da suggerire spesso procedimenti di imitazione e scambi di esperienze giuridiche e culturali molto serrati all'interno di certe aree, o anche tra città e luoghi distanti: una 'geografia statutaria' dell'Italia Medievale (...).*” *Ibid.*, p. 159.

A presença de elementos formais e temáticos comuns entre esses documentos foi explorada mais profundamente por historiadores como Gherardo Ortalli e Rolando Dondarini, que hipotetizaram a existência de um verdadeiro fenômeno de “adoção estatutária” no período.¹⁰⁷ Motivado pela indagação do porquê existiriam casos frequentes de elementos contraditórios e aparentemente irreconciliáveis no interior de muitos dos *corpora* de estatutos, Ortalli afirmou que os estatutos comunais exerciam um papel que ia além de seu conteúdo e de suas prescrições das normas, sendo a sua própria vigência uma atestação jurídica da capacidade de autogestão.¹⁰⁸ Por isso, para o autor, muitas comunas tomavam de empréstimo códigos de outras cidades integralmente, ressignificando-os e adaptando-os à realidade local de tal forma que esses estatutos, apesar de produzidos em outra comuna, perdiam sua conotação estrangeira e ganhavam um papel simbólico central na tutela da tradição e na identidade comunal da cidade que agora o utilizava.¹⁰⁹ Apesar de bastante modificados, muitos dos elementos formais do “original” permaneciam nesses estatutos. Esse fenômeno de empréstimo da legislação estatutária produzida entre diferentes comunas é que Ortalli denomina de “adoção estatutária”.

Devido a esses elementos é que se julga pertinente o tipo de abordagem proposta em nosso estudo. Delimitados os problemas de pesquisa, apresentados e justificados os textos selecionados para a sua execução, cabe agora passar para as suas primeiras análises, iniciando o capítulo de número 2 da dissertação.

¹⁰⁷ORTALLI, G. “L'outil normatif et sa durée.Le droit statutaire dans l' Italie de tradition communale”, *Cahiers de recherches médiévales*, nº 4, 1997. Disponibilizado online no dia 15 de Janeiro de 2007. <http://crm.revues.org/951> e DONDARINI, R. “Gli statuti cittadini”. In: *Gli Statuti di Bologna del 1288. Una ricerca storica in chiave attuale*. Bolonha: Istituto Regionale di Studi sociali e politici “Alcide De Gasperi”, 2005.

¹⁰⁸ORTALLI, G. “L'outil normatif et sa durée.Le droit statutaire dans l' Italie de tradition communale”, *Cahiers de recherches médiévales*, nº 4, 1997. p. 9. Algo bastante semelhante sobre a questão também é apresentado por Dondarini na página 5 de seu trabalho supracitado.

¹⁰⁹Nas palavras do autor, “*Il s'agit du processus par lequel la communauté tend toujours à se spécifier et à se connoter par la réglementation qu'elle applique de façon fonctionnelle, et ce quelle qu'en soit la source de production originiaire. En clair, le statut copié, emprunté à d'autres réalités, imposé de l'extérieur ou d'en haut, tend d'ordinaire à être assimilé comme propre statut, à être géré, traité, utilisé comme s'il avait été produit par des mécanismes endogènes; autrement dit, il perd bien vite toute connotation étrangère et la communauté s'identifie à lui en le reconnaissant pleinement sien*”. *Ibid.*, p. 9.

Capítulo 2: A legislação estatutária comunal italiana.

No capítulo anterior apresentamos um percurso historiográfico de debates sobre o conceito de Diplomacia e a sua possibilidade de aplicação no estudo do período Medieval. Notamos que apesar das dificuldades de delimitação dos elementos que deveriam compor o conceito e das controvérsias sobre o seu conteúdo, estabeleceu-se uma espécie de consenso entre os historiadores acerca de sua validade para a Idade Média. Em meio a esses debates conceituais, o Período Comunal (séculos XII a XIV) da história da Península Itálica ganhou um papel de destaque para os interessados no estudo da Diplomacia nos últimos séculos do medievo. Vimos como diferentes *corpora* documentais peninsulares passaram por um intenso processo de revisão e de exploração sob a chave de leitura da Diplomacia, entretanto, notamos como a legislação estatutária comunal italiana não havia usufruído da mesma sorte que outros textos no estudo das relações diplomáticas peninsulares na Baixa Idade Média.

Os estatutos comunais não foram muito explorados sob essa perspectiva por uma série de motivos elencados no primeiro capítulo. Primeiro, devido a uma crença generalizada de que a diplomacia no medievo, por não ser ainda sistematizada e normatizada como seria mais tarde na época moderna com as embaixadas permanentes, podia somente ser estudada caso a caso, em cada evento singular, por meio de documentações mais fluídas como as epístolas e os tratados estabelecidos. As considerações sobre a rigidez das fontes normativas, e especificamente no caso dos estatutos, sobre a sua reduzida capacidade de acompanhar as mudanças e as dinâmicas esperadas do jogo político diplomático foram responsáveis por relegar esses documentos a um papel periférico no estudo das relações diplomáticas do Período Comunal italiano.

Feita essa constatação, citaram-se os dois únicos trabalhos dos quais temos notícia que buscaram explorar esses documentos sob a perspectiva da Diplomacia. Primeiro, o artigo publicado em 1965 por Sergio Angelini, “*La Diplomazia comunale a Perugia nei secoli XIII e XIV*”¹¹⁰, no qual o autor estudou os estatutos de 1279 e 1345 da cidade de Perugia, e mais recentemente, a conferência não publicada de Patrick Gilli, “*Ambassades et ambassadeurs dans la législation statutaire italienne (XIIIe-XIVe siècle)*”¹¹¹, realizada no Instituto Histórico Alemão de Paris em 2008.

¹¹⁰ANGELINI, S. *La Diplomazia comunale a Perugia nei secoli XIII e XIV*. Firenze: Leo S. Olschki Editore. 1965.

¹¹¹GILLI, P. “Ambassades et ambassadeurs dans la législation statutaire italienne (XIIIe- XIVe siècle)” In: *Les écrits relatifs à l’ambassadeur et à l’art de négocier de la fin du Moyen Age à la fin du XVIIIe siècle*. Seminário internacional de pesquisa organizado pela Ecole française de Rome, a Université Roma Tre, a Ecole pratique des hautes études e o Institut historique allemand de Paris. Paris. 14 de junho 2008. (mimeo).

Apontadas as contribuições dos estudos existentes e baseando-nos na escassez de trabalhos sobre a temática das embaixadas na legislação estatutária italiana, o primeiro capítulo termina com nossa proposta de execução de um exercício de análise diacrônica – isto é, de comparação entre as redações estatutárias produzidas em uma mesma cidade – e sincrônica – de confronto entre os estatutos de diversas comunas – das rubricas dedicadas ao embaixador nos estatutos comunais italianos. Tendo em vista as limitações de uma dissertação de mestrado, mas cientes da necessidade de trabalhar com um grupo de comunas que fosse pelo menos representativo do cenário jurídico do norte da península no período para obter resultados significativos, escolhemos analisar as comunas de Bolonha, Verona, Modena e Ferrara.

O segundo capítulo que aqui se inicia dedica-se à discussão mais aprofundada do tipo documental escolhido para a realização dessa pesquisa, isto é, dos estatutos comunais italianos. Almejamos debater as principais características dessa fonte de modo a melhor entender como funcionavam esses textos e como podem ser interpretadas as informações neles contidas, antes de passar propriamente para a análise do conteúdo de suas diferentes rubricas, objeto do capítulos seguintes desta dissertação.

1. O que é um estatuto comunal?

Ao mencionar a legislação estatutária comunal pela primeira vez no capítulo 1 apresentamos uma breve definição do que seria essa documentação, utilizando como referência a obra sobre fontes do medievo italiano do professor Paolo Cammarosano, *Italia Medievale: struttura e geografia delle fonti scritte*.

De acordo com o professor italiano, um estatuto é uma sistematização escrita dos procedimentos de lei, de gestão da coisa pública, dos costumes, dos ofícios, da matéria criminal e da polícia urbana, dividida em rubricas e capítulos e reunida num certo número de livros feitos a partir do século XII pelas comunas do centro-norte da Península Itálica.¹¹²

Associados ao renascimento do direito romano¹¹³ e ao surgimento das universidades, esses documentos seriam fruto de uma tentativa de autonomização política, jurisdicional e fiscal e de disputa por território generalizada entre as cidades do norte da península, em

¹¹² CAMMAROSANO, P. *Italia Medievale: Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: Carocci editore. 2005. (1ª edição: 1991). p. 151.

¹¹³ Vide nota 95.

oposição a uma vontade dos imperadores germânicos de submeter as autonomias conquistadas por muitas dessas comunas devido a décadas de negligência imperial.¹¹⁴

No momento em que foi exposta nesse trabalho, essa definição era interessante pois o objeto principal de reflexão era o cenário de estudos sobre a Diplomacia na Idade Média, principalmente na Península Itálica, e a situação dos estatutos comunais italianos nesse quadro. Entretanto, para uma análise mais detalhada desse tipo de documentação tal explicação precisa ser aprofundada de modo a responder perguntas tais como: quais eram as instituições responsáveis pela sistematização desses textos? como eles eram utilizados? o direito contido nos estatutos encontrava em que medida aplicação na prática? qual era a posição desse tipo de fonte em relação a outras produções normativas do período?

Assim, para a realização dessa pesquisa tornava-se necessário partir de uma definição do que eram os estatutos e como eles eram vistos pelos próprios homens da época, algo que pode ajudar-nos a melhor entender a função desses textos para os seus protagonistas no período de sua composição. No caso da legislação estatutária italiana em relação a outros tipos documentais do momento, temos o privilégio de possuir tratados e manuais sobre a sua composição redigidos nos próprios séculos nos quais os estatutos foram produzidos. Há que se lembrar que já no século XI a Península italiana possuía centros de estudos universitários¹¹⁵, nos quais, além de se discutir a matéria jurídica do período, também preocupava-se com a formação do notariado que iria cumprir funções das mais diversas nos diferentes séculos podestariais da península.

Preferimos começar nossa discussão por esses manuais devido ao seu caráter mais didático, a sua maior simplicidade e a maior concretude dos exemplos e argumentos neles utilizados. Por serem ferramentas de ensino, eles trazem questões formulares não presentes em discussões mais teóricas em torno da *ars statuendi* (arte de fazer estatutos), que nos ajudam a entender o desafio que tinham diante de si os notários dedicados à composição desses documentos, conhecidos como os *statutarii*.

Dentre eles, a obra de um professor da Universidade de Bolonha nascido no século XII, Boncompagno de Signa (c. 1165/1175 - †c. 1240) é uma ferramenta privilegiada.¹¹⁶ Em um trabalho composto por quatro livros denominados *Palma*, *Oliva*, *Cedrus* e *Mirra*,¹¹⁷ o

¹¹⁴ CAMMAROSANO, P. *Italia Medievale: Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: Carocci editore. 2005. (1ª edição: 1991). p. 134.

¹¹⁵ Por exemplo, a Universidade de Bolonha foi fundada no ano de 1088.

¹¹⁶ Boncompagno da Signa e seus escritos sobre os estatutos são citados na obra do professor Cammarosano de forma bastante esquemática e pontual devido aos objetivos de apresentação da fonte pelo professor italiano. Aqui faremos uma análise aprofundada e pausada dos trechos da obra do autor medieval.

¹¹⁷ É interessante notar a referência vetero-testamentária – especialmente ao livro dos Eclesiásticos – direta feita por Boncompagno da Signa nos títulos de suas principais obras. Tal questão foi explorada a fundo por Enrico Artifoni, que defende que o professor de retórica de Signa propunha os seus ensinamentos como oriundos

autor propõe-se a fazer uma discussão sistemática sobre o que é retórica (*Palma*), o que são os privilégios e as confirmações (*Oliva*), o que são os estatutos e as *laudamenta* (*Cedrus*), e por último, o que é um testamento (*Mirra*). Devido ao nosso interesse pelos estatutos, concentrar-nos-emos aqui no terceiro livro produzido pelo jurista de Signa, intitulado *Cedrus*.

No prólogo da obra, Boncompagno de Signa declara que chamara o seu livro de *Cedrus*, pois como a planta, o cedro, cujo unguento destinava-se a clarear e refinar os rostos das damas e cicatrizar as feridas dos corpos, esse livro seria dedicado à iluminação dos grandes homens que, dentre todos os outros, tinham recebido o poder de compor estatutos gerais e de pronunciar *laudamenta*.¹¹⁸ Ele dividiu o seu livro em quatro capítulos: *o que é um estatuto geral, de onde vem a palavra estatuto, a quem é lícito fazer e revogar um estatuto e como um dictator deveria compor tais estatutos*.¹¹⁹

No primeiro capítulo, dedicado à definição do que seria um estatuto (*statutum*), o autor inicia a sua discussão com a seguinte frase:

“Um estatuto geral é propriamente uma lei imperial (*lex imperialis*), que deve ser observada geralmente em qualquer parte das terras. Mas aqui é impropriamente dita

diretamente da sabedoria divina, dos apóstolos e evangelistas e de grandes personagens da narrativa bíblica – como Noé que é citado no tratado dedicado à doutrina epistolar, o *Palma* de 1198 –, e associava o céu e a terra à sua própria doutrina não somente para mostrar que suas palavras eram destinadas ao ouvido de poucos afortunados ou para conferir à sua retórica um forte teor de autoridade de um saber que não se podia discutir, mas também – por meio da associação do seu texto à dimensão do sagrado – como uma forma de vender a sua própria competência e competir no “mercado cultural” de sua época. Artifoni embasa suas opiniões na argumentação de que tais artifícios eram também presentes em obras de outros mestres de retórica contemporâneos a Boncompagno da Signa, um fenômeno que para o autor italiano corresponderia aos “*modi di autopresentazione di tutta una generazione intellettuale*”. ARTIFONI, E. “Boncompagno da Signa, i maestri di retorica e le città comunali nella prima metà del Duecento”. In: BALDINI, M. (org). *Il pensiero e l'opera di Boncompagno da Signa*. Atti del primo convegno nazionale (Signa, 23 – 24 Febbraio 2001). Signa: Allegri, 2002. pp. 23 – 36. p. 24. Não nos aprofundaremos muito sobre essa questão pelo fato de ser interessante para nossa pesquisa somente o conteúdo dessa obra específica do autor e não o conjunto de toda a sua produção bibliográfica, cuja leitura extrapolaria os objetivos de nosso trabalho. Para uma maior compreensão da “ciência do título” na qual Boncompagno é tão original, enviamos o leitor ao livro de GOLDIN, D. *B come Boncompagno: tradizione e invenzione di Boncompagno da Signa*. Pádua: Centro Stampa di Palazzo Maldura, 1988.

¹¹⁸ “*Unde librum presentum Cedrum appello, quoniam hoc est dignus nomine nuncupari. Vel Cedrus dici merito potest per quamdam similitudinem effectus. In hoc siquidem libro de statutis generalibus et laudamentis tractatur, quorum auctores uidentur ubique terrarum exaltari ut cedrus, cum inter alios componendi generalia statuta et pronuntiandi laudamenta recipiant potestatem. Cedrus quidem est Libani fructus, qui propter aureum quem obtinet colorem et per quamdam saporositatem dominabilis acetositatis uniuersos excedit in pulchritudinem fructus. Vnde magnis uiris et dominabus specialibus exhibetur. Infra ipsius nempe corticem contritum ponitur marmor cum aliquot speciebus ad bulliendum, sicque fit indecitrinum unguentum, quod facies subtiliat et clarificat dominarum et uulnerata corporis loca peculiariter cicatricat*”. BONCOPAGNO DA SIGNA. *Cedrus*. Versão online em latim do projeto *Scrineum* da Università degli studi di Pavia. <http://scrineum.unipv.it/wight/cedrus.htm>

¹¹⁹ “*Quid sit generale statvtvm. vnde dicatvr. Qvibvs liceat facere statvta et infringere. Qvaliter debeat talia componere statvta dictator*”. *Ibid.*, *passim*.

“geral”, a não ser que seja entendida por restrição, já que pode ser menos ou pouco geral.¹²⁰

A primeira definição apresentada pelo professor de retórica da Universidade de Bolonha faz referência às origens imperiais de um estatuto, a sua consideração como uma *regalia* - privilégio transmitido pelo imperador. A utilização do termo “restrição” aqui tem um valor bastante técnico, que remete às discussões feitas pelo autor em seu livro *Oliva* do que seria uma restrição utilizada na retórica aplicada a um privilégio.¹²¹ Trataria-se portanto de uma lei feita pelo imperador ou com a sua permissão de alcance limitado ou circunscrito.

¹²⁰“*Generale statutum est proprie lex imperialis, que debet ubique terrarum generaliter obseruari. Sed hic improprie dicitur generale, nisi ad restrictionem intelligatur, ut sit minus uel parum generale.*” *Op. cit., passim.*

¹²¹“Pois estes são sinais universais: “todos”, “nenhum”, “qualquer um” e palavras similares. A partir dos quais pareceria que uma prevenção excessivamente geral é feita aqui pelo posicionamento de sinais universais. Para que isso seja entendido é que o significado de qualquer sinal universal é restringido de três maneiras, a saber: por posição, por adjunção e por demonstração. Por posição, como quando algum patriarca, arcebispo ou bispo coloca o seu título em privilégios ou epístolas. O significado de qualquer sinal universal é restrito por meio da posição de um título em relação àqueles que o patriarca, arcebispo ou bispo podem comandar, que é posto no título. E assim deveria ser entendido de acordo com a posição de “todos” aqueles que governam algum povo e são sujeitos a outros, de acordo com a relação de maior ou menor. De qualquer forma, sinais universais algumas vezes retêm em sua posição um significado natural e integral, como quando eles são colocados em privilégios, confirmações, epístolas do Papa ou do Imperador. Pois ambos os homens podem geralmente comandar ou proibir “a todos”, um em coisas espirituais, o outro em coisas temporais. E, a não ser que uma condição latente ou manifesta seja adicionada, os seus decretos, assim como as suas proibições, são gerais. Mas todos os sinais universais passam por restrições em inúmeras formas por posição em relação a vários tipos de dignidades. E isso é uma posição de verdade e não de falsidade, pois não estou em uma posição falsa. Por adjunção, como quando algumas palavras são adicionadas a um sinal universal na mesma distinção ou cláusula, deste modo: *Qualquer um que tiver confessado o assassinato do arcebispo de Canterbury está excomungado pelo próprio direito.* Pois toda restrição feita por meio de adjunção de ditames pode ser facilmente reconhecida. Por demonstração, como quando é dito “todos esses são Galileus”, designando outras coisas, e assim faz-se uma restrição a partir de uma demonstração de inúmeras formas. Então, alguém faz um sinal no fim de um privilégio, o qual os seus predecessores costumavam fazer, e ele subescreve ou deve subescrever próximo a aquele sinal, deste modo: “Eu, W., arcebispo SS”. Todos os patriarcas, arcebispos e bispos devem subescrever, pois o Papa subescreve em seus privilégios. (“*Signa enim uniuersalia sunt "omnis", "nullus" et "quicumque" et similia. Vnde uidetur, quod ex positione signorum uniuersalium ibi fiat inhibitio nimium generalis. Ad hoc sciendum est, quod significatio cuiuslibet signi uniuersalis tribus modis restringitur, uidelicet: positione, adiunctione et demonstratione. Positione, ut cum aliquis patriarcha siue archiepiscopus uel episcopus suum titulum in priuilegiis uel epistolis ponit. Nam per tituli positionem restringitur significatio cuiuslibet signi uniuersalis circa illos, quibus precipere potest patriarcha siue archiepiscopus uel episcopus, qui est in titulo positus. Et sic est intelligendum secundum positionem de 'omnibus', qui aliis presunt et subsunt secundum maius et minus. Verumtamen in positione retinent quandoque uniuersalia signa naturalem et integram significationem, ut cum ponuntur[26^{va}] in priuilegiis, confirmationibus et epistolis pape et imperatoris. Nam uterque potest 'omnibus' generaliter precipere uel inhibere, unus tamen in spiritualibus alter uero in temporalibus. Et tam eorum preceptum quam inhibitio generalia sunt nisi latens aut manifesta conditio apponatur. Positione uero cuncta uniuersalia signa restrictionem circa diuersa genera dignitatum modis innumerabilibus patiuntur. Et est hoc positio ueri et non falsi, quia non sum in falsa positione. Adiunctione, ut cum aliquae dictiones adiunguntur uniuersali signo in eadem clausula uel distinctione, hoc modo: "Quicumque confesserunt in mortem archiepiscopi Cantuariensis excommunicati sunt ipso iure." Nam omnis restrictio, que fit per dictionum adiunctionem, facile potest cognosci. Demonstratione, ut cum dicitur "Omnes isti Galilei sunt" demonstratis aliquibus et sic fit restrictionem ex demonstratione innumerabilibus modis. [18.28] Preterea quilibet in fine priuilegiorum facit signum, quod sui antecessores facere consueuerunt, et subscribit iuxta signum uel scribere debet, hoc modo: "Ego, .W. archiepiscopus SS." Subscribere quippe debent[75^{ra}] omnes patriarche, archiepiscopi et episcopi, quia papa in suis priuilegiis subscribit.) BONCOPAGNO DA SIGNA. *Oliva*. Versão online em latim do projeto *Scrineum* da Università degli studi di Pavia. <http://scrineum.unipv.it/wight/ol18.htm#18.22>*

Após essa constatação, Boncompagno da Signa continua sua caracterização de um estatuto, dizendo-o ser:

“Desta forma, um estatuto poderia ser definido aqui como: uma certa série de palavras redigidas em escrito, na qual está contida a maneira pela qual aqueles que são guiados pelos estatutos devem reger-se nos negócios privados e públicos, e qual ou quais punições eles deverão sofrer se não observarem as coisas mandadas pelo estatuto. Ou até mesmo, um estatuto é uma norma arbitrária do mundo, que provém do costumes (*consuetudines*) dos homens comuns.”¹²²

No excerto supramencionado, é possível notar a ênfase do jurista de Signa no caráter necessariamente escrito do estatuto, na sua capacidade normativa e coercitiva, mas, sobretudo, o que chama a nossa atenção é a sua identificação da origem dessa legislação nas *consuetudines* dos homens comuns. Por *consuetudines*, podemos compreender um conjunto de normas produzidas por uma coletividade de modo a estabelecer e controlar comportamentos para a criação ou manutenção de seu funcionamento, inclusive para a reiteração dos privilégios por ela reivindicados ou por alguns de seus grupos.¹²³ Geralmente de caráter oral, não era raro encontrá-las também por escrito em diversas cidades italianas da Península durante os séculos X e XI, como em Milão.¹²⁴

Ao situar as raízes do estatuto em formas de direito anteriores, desenvolvidas de maneira local e por meio do convívio social na Península italiana, Boncompagno da Signa atribui à legislação estatutária uma origem autóctone, uma opinião que é reforçada pelo parágrafo seguinte de sua definição:

“Pois qualquer cidade nas fronteiras da Itália faz os seus estatutos e as suas constituições, pelos quais o *podestà* ou os cônsules exercem os negócios públicos e punem os transgressores, não opondo nenhuma lei que pareça dizer contra o estatuto, pois juraram observar integralmente aqueles estatutos ou constituições”.¹²⁵

¹²² “*Statutum igitur hic potest taliter diffiniri: statutum est quedam verborum series in scripis redacta, in qua continentur quo modo illi qui tenentur statuto se in publicis et privatis negotiis regere debeant, et quam sive quantam pati penam si statuti non observaverint mandata. Vel aliter: statutum est arbitraria mundi norma que a vulgari hominum consuetudine procedit*”. BONCOMPAGNO DA SIGNA. *Cedrus*. Versão online em latim do projeto *Scrinium* da Università degli studi di Pavia. <http://scrinium.unipv.it/wight/cedrus.htm>

¹²³ ASCHERI, M. “Statuti e consuetudini tra storia e storiografia”. In: DONDARINI, R.; VARANIN, G. M.; VENTICELLI, M. *Signori, regimi signorili e statuti nel tardo medioevo*. Bolonha: Pàtron Editore, 2003. p. 24.

¹²⁴ ASCHERI, M. *I diritti del Medioevo Italiano – Secoli XI – XV*. Roma: Carocci, 2000. p. 238.

¹²⁵ “*Nam quelibet ciuitas in finibus Ytalie sua facit statuta seu constitutiones, quibus potestas uel consules publica exercent negotia et puniunt excedentes, non obstante aliqua lege, que contra statutum dicere uideatur, pro eo quod illa statuta seu constitutiones iurauerunt integraliter obseruare*”. *Op. Cit., passim*.

Na opinião do autor, não somente eles eram produtos locais das diversas cidades no interior da Península Itálica, mas o próprio *Podestà* ou o Cônsul, ambos figuras dirigentes em períodos diversos da história comunal, estavam eles mesmos submetidos a alguma forma de estatuto que teria uma função regulamentadora acima da própria jurisdição desses agentes. Uma forma de patrimônio da localidade, produzido por ela e regulamentador da mesma.

Comparada a opinião anteriormente expressa por Boncompagno da Signa de que um estatuto era uma emanção do poder imperial, fica evidente uma contradição entre as considerações do jurista sobre o estatuto. Como tal documentação podia ser ao mesmo tempo uma imposição externa – se pensarmos em um Império Germânico cuja sede encontrava-se fora da Península Itálica e cujo imperador se ausentava significativamente do território peninsular – e o fruto do desenvolvimento jurídico interno dessas comunas?

A presença de pontos de vista tão discrepantes na narrativa do professor de retórica é a prova da riqueza de tal obra para as reflexões sobre esse tipo documental que propomos aqui. Não se trata de uma simples incoerência do autor, resultado talvez de um pequeno conhecimento desse tipo de legislação, mas de um retrato do intenso debate que ocorria no momento em que Boncompagno da Signa compôs a sua obra entre os diferentes juristas e teóricos do direito sobre a legitimidade e a origem da *ars statuendi*. A virada do século XII ao XIII testemunhou a proliferação dos estatutos nas comunas do centro-norte italiano e com ela as diferentes tomadas de posição entre juristas e legisladores. Mario Sbriccoli, em seu livro *L'interpretazione dello statuto: contributo allo studio della funzione dei giuristi nell'età comunale*, faz uma análise profunda desse processo que aqui exporemos de forma bastante reduzida e, devido a sua complexidade, aconselharemos o leitor a leitura direta da obra do autor italiano.¹²⁶

De acordo com Sbriccoli, a primeira reação dos juristas, formados na análise do Código e do Digesto justiniano, foi de uma defesa ferrenha de que a capacidade de emitir estatutos era uma prerrogativa exclusiva do imperador, fonte de todo o direito. Por isso, rechaçavam os novos estatutos produzidos, considerando-os inválidos.¹²⁷ Com a crescente produção e afirmação social de tal documentação, assumiu-se a postura de associar tais estatutos às *regalia* – concessões imperiais de privilégios – que se tornavam cada vez mais recorrentes naqueles anos de existência da Liga Lombarda e da relativa vitória no conflito contra o Império¹²⁸, até passar, já em meados do século XIII, à aceitação do papel crucial do estatuto

¹²⁶ SBRICCOLI, M. *L'interpretazione dello statuto: contributo allo studio della funzione dei giuristi nell'età comunale*. Milão: Dott. A. Giuffrè editore, 1969.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 31.

¹²⁸ Esse tipo de posicionamento teórico em relação aos estatutos é classificado como a teoria da *permissio* por Sbriccoli, que teria como um de seus maiores defensores Baldo degli Ubaldi. *Ibid.*, p. 33.

na defesa das prerrogativas locais e, por isso, reconhecer sua originalidade em relação a outras formas de direito.¹²⁹ É necessário ressaltar, entretanto, que as considerações sobre os estatutos como fruto das permissões imperiais jamais desapareceram completamente durante a época das comunas.

Por situar-se nesse período de transição e por preocupar-se em uma exposição completa das diferentes concepções de estatuto disponíveis no momento de escrita da sua obra é que acreditamos que Boncompagno da Signa tenha incluído noções antagônicas sobre o estatuto no *Cedrus*. Continuemos com a análise do texto do autor para desenvolver melhor esse ponto.

Ainda sobre a definição do que seria um estatuto, o professor da Universidade de Bolonha diz:

“Ao longe, certos estatutos são feitos por castelões, por burgueses e vilões, que de modo abrangente podem ser chamados de gerais e de modo estrito de especiais. Formam-se também em muitas partes da Itália associações de jovens, das quais algumas são nomeadas “dos falcões”, algumas “dos leões”, outras “da tábola redonda”. E assim, diversos nomes sobrepõem diversas sociedades. E apesar desse costume estar presente em diversas partes da Itália, ele floresce mais forte na Toscana, pois dificilmente encontra-se em alguma cidade (da região) jovens que não estejam comprometidos com alguma sociedade pelo vínculo de um juramento. Certamente algumas sociedades desse tipo têm estatutos redigidos por uma mão pública, que são nomeados de “*brevia*” em vulgar. A partir do qual pode ser dito: “Esse jurou o nosso *breve*” ou “Esse não jurou o nosso *breve*”. Do mesmo modo muitos que edificam torres fazem um estatuto que é chamado de “breve” em vulgar, no qual se contém como eles deveriam manter a torre ou o quão alta essa deveria ser feita, e de que maneira um membro deveria ajudar o outro. Algumas vezes *consorterie* ou fraternidades são feitas por Hospitalares, Templários, clérigos e por outros fiéis de Cristo, para os quais “*brevia*” são compostos. Mas esses não deveriam propriamente ser chamados de estatutos, pois na composição desses estatutos supramencionados ou “*brevia*” um modo simples de falar é mantido, e refere-se a tudo quase que somente em vulgar.¹³⁰

¹²⁹ O que Sbriccoli chama de teoria da *iurisdictio* em relação aos estatutos. *Op. cit.*, p.34.

¹³⁰ “Porro quedam statuta fiunt quandoque a castellanis burgensibus et uillanis, que largo modo generalia et strincto possunt specialia nuncupari. Fiunt etiam in multis partibus Ytalie quedam iuuenum societates, quarum aliqua falconum, aliqua leonum, aliqua de tabula rotunda societas nominatur. Et sic diuersi nomina diuersa societatibus superimponunt. Et licet ista consuetudo sit per uniuersas partes Ytalie, multo fortius in Tuscia uiget, quia uix reperirentur in aliqua ciuitate iuuenes, qui non sint adstrincti alicui societati uinculo iuramenti. Huiusmodi quippe societates quedam faciunt fieri per manum publicam statuta, que uulgo 'breuia' nominantur. Vnde dicatur: 'Iste iurauit ad nostrum breue,' seu 'Non iurauit ad breue nostrum.' Eodem modo faciunt plures, qui tures hedificant, quoddam statutum quod uulgo 'breue' nominatur, in quo continetur quomodo uel quantum debeant leuare turem uel custodire et qualiter unus alterum iuuare teneatur. Fiunt et quandoque ab hospitalariis, templariis, clericis et aliis Christi fidelibus quedam consortia seu fraternitates, pro quibus aliqua breuia componuntur. Sed hec statuta dici proprie non debent. In componendi namque supradicta statuta seu breuia simplex dicendi modus obseruatur et quasi iuxta uulgare omnia referuntur”. BONCOPAGNO DA SIGNA. *Cedrus*. Versão online em latim do projeto *Scrineum* da Università degli studi di Pavia. <http://scrineum.unipv.it/wight/cedrus.htm>.

Na passagem acima mencionada, vemos que a sistematização de estatutos não estava restrita às entidades dirigentes comunaes, sendo uma prática também difusa entre as diferentes formas de congregação cidadina, como as corporações de ofício. Chama a atenção, primeiro, o testemunho de Boncompagno da existência de vários tipos de fontes produtoras e conseqüentemente, de diversos estatutos subexistentes no mesmo momento em uma determinada comuna na Península Itálica, um indício de um forte enraizamento de tal documentação nas formas de convívio social e de organização política no norte da península. Apesar de falar da produção de estatutos próprios dessas agremiações, o professor de Signa declara que os seus estatutos não eram redigidos por eles mesmos, mas sim feitos por uma “mão pública” (*per manum publicam*), ou seja, um notário ligado ao governo citadino.

Apesar dessa descrição, não é possível afirmar por meio da leitura dos trechos do *Cedrus* que os estatutos deveriam ser sempre redigidos por instâncias específicas de caráter público, pois encontramos mais adiante uma passagem na qual Boncompagno diz que “segundo o costume geral da Itália é lícito a todos que usufruem da liberdade fazer tais estatutos e revogá-los, a não ser que o vínculo de um juramento apresente um evidente impedimento”.¹³¹ Desta forma, quais eram então os mecanismos que conferiam validade a esses documentos? Será que todos eles deviam passar por uma instância pública para que fossem reconhecidos e assim, tratados como legítimos? Embora não responda diretamente essas questões, o professor de retórica informa que para serem considerados estatutos de fato, esses textos deviam seguir regras estilísticas de composição, começando pela língua a ser utilizada – a reprimenda ao vulgar na passagem indica que o Latim precisava ser o idioma por excelência empregado – e pelo estilo no qual isso devia ser feito, evitando a “maneira simples de falar”.

Além disso, ao insistir nessa questão linguística e estilística, Boncompagno até mesmo desconsidera que os estatutos dessas agremiações, associações e grupos pudessem ser chamados de estatutos propriamente ditos, estabelecendo uma hierarquia de validade e importância entre esses diferentes documentos. Tal comentário, entretanto, não esclarece qual era a ordem de importância entre esses textos. Caso a matéria de determinado estatuto divergisse em relação a outro em uma disputa, qual deveria ser tomado como prevalente? Seriam aqueles emitidos pelas entidades dirigentes comunaes?

É interessante notar, entretanto, que a desqualificação desses textos como estatutos propriamente ditos é justificada por questões de estilo e de linguagem e não de jurisdição. Boncompagno da Signa não os invalida por serem fruto da iniciativa local das agremiações

¹³¹“*Licet autem omnibus, qui libertate fruuntur, secundum generalem consuetudinem Ytalie consimilia facere statuta et eadem infringere, nisi iuramenti uinculum euidentis prestiterit impedimentum*”. *Op.cit., passim*.

comunais e não uma concessão imperial, parecendo posicionar-se mais a favor da segunda definição inicial desse tipo documental apresentada em sua obra, ou seja, aquela dos estatutos como provenientes das *consuetudines*. A insistência das suas descrições na excepcionalidade da região Toscana na quantidade dessas agremiações possuidores de estatutos foi considerada por nós um indício a mais nessa suspeita.

Sobre esses aspectos mais formais, o jurista de Signa dedica o último e o mais longo capítulo do *Cedrus*, intitulado *como um dictator deveria compor tais estatutos*. Trata-se de uma série de conselhos práticos de composição que precisavam ser seguidos para garantir a clareza e evitar a prolixidade do texto estatutário. Vale a pena expor aqui esses elementos formulares de forma detalhada, uma vez que o conhecimento dessas partes supostamente fixas e convencionais dos estatutos será de grande auxílio no momento em que formos extrair as informações sobre os embaixadores nas rubricas e comparar as diferenças entre as redações estatutárias de uma mesma comuna a partir do capítulo seguinte. A própria forma como esses elementos formulares mudam ou são deliberadamente modificados, transpostos ou omitidos podem nos falar da importância atribuída à determinada parte de um estatuto, da vontade de passar a ideia de uma originalidade a tal ordenamento; ou o contrário, a emulação de fórmulas mais arcaicas um intento de atribuir uma deliberação recente à tradição, e etc. São apenas pequenos exemplos que mostram como a questão da forma não deve ser tratada como secundária ao conteúdo desses textos.

De acordo com Boncompagno, o primeiro elemento que um estatuto deveria conter era uma invocação ao senhor.¹³² Em geral, tais documentos costumavam não ser elaborados já se pensando em alguma forma de exórdio, uma ausência atribuída pelo professor de Signa a uma ignorância geral dos que compunham esses documentos. Desta forma, o autor propõe como sugestão aos *dictatores* ao sistematizar esses textos a utilização de algumas fórmulas que nasciam da própria questão abordada pelo estatuto.¹³³

¹³²“Demonstrarei brevemente como os *dictatores* podem compor estatutos desse tipo. Primeiro, deve ser colocada a invocação do nome do Senhor, do seguinte modo: “*Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amen.*” (“Qualiter dictatores huiusmodi statuta componere possint, breuiter demonstrabo. Imprimis namque ponenda est inuocatio dominica hoc modo: “*In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Amen.*”*Op. cit., passim.*

¹³³“Após essa invocação, aqueles que ditam os estatutos não estão acostumados a usar nenhum exórdio, ou porque não sabem fazê-los ou porque eles desejavam evitar a prolixidade. Mas, crê-se mais que isso provenha da ignorância. Pois, após aquela invocação é costumeiro que o início da narração seja ordenado deste modo: “*Nós, Pedro e João, tendo sido escolhidos como árbitros para tratar o estatuto da cidade de Florença, dizemos e ordenamos que o Podestà ou os Cônsules, que forem eleitos, são obrigados em nome de um juramento a observar todas as coisas que abaixo serão descritas.*” Todavia, se de outra maneira alguém desejar ser o exórdio que antecede tais estatutos, que possa usar esse exórdio, que da própria questão parece nascer, com a graça da palavra: “*Em razão da imensidão da ciência dos jurisperitos, que não somente fazem as coisas dúbias verdadeiras, mas também os casos válidos e razões claramente estabelecidas provavelmente vacilarem, esse estatuto compomos em prol da utilidade comum, do qual não temos nenhuma exceção exterior ou compreensão. Nem queremos ter outro, mas que todos os estatutos sejam entendidos literalmente sem*

Boncompagno afirma a possibilidade de produzir infinitos exórdios segundo a matéria, indicando uma certa flexibilidade permitida na composição de um estatuto nessa parte de seu texto, contanto que este evite usos linguísticos excessivamente prolixos. Principalmente quando se opta por seguir o “modo simples de falar”, um elemento que quando utilizado, como vimos anteriormente nesse texto, desqualificava o estatuto na opinião do jurista de Signa. O exórdio, então, era seguido pela narração (*narratio*).¹³⁴

nenhuma glosa ou solução, não opondo nenhuma lei. "Ou de outra forma: "Pois em razão das contrariedades dos jurisperitos, a impudência dos transgressores frequentemente consegue evadir o julgamento da punição, então nós redigimos esse lúcido estatuto para a preservação dos direitos públicos e privados, desejando que cada um deva entender que não se pode encontrar remédio contra o teor deste estatuto." Todavia, podem ser feitos a partir dessa matéria um infinito número de exórdios, mas seria supérfluo insistir sempre na prolixidade, e maximamente quando em tais é mantido o modo simples de dizer." (Post istam autem inuocationem non consueuerunt illi, qui statuta dictant, uti aliquo exordio, aut quia exordiri nesciunt aut quia prolixitatem cupiunt euitare. Sed magis est credendum, hoc ex ignorantia provenire. Nam post inuocationem illam ordinari hoc modo narrationis principium consuevit: "Nos Petrus et Iohannes constituti arbitri ad tractandum ciuitatis Florentie statutum dicimus et ordinamus, ut potestas uel consules, qui electi fuerint, teneantur nomine iuramenti obseruare omnia, que inferius conscribuntur." Verumtamen si aliter quis super talibus statutis exordiri uellet, posset hoc exordio uti, quod ex ipsa causa nasci uidetur, uerbi gratia: "Propter immensitatem scientie iurisperitorum, qui non solum res dubias uerum etiam casus ualidos et rationes manifestissime stabilitas faciunt probabiliter uacillare, hoc statutum pro communi utilitate componimus, in quo nullam exteriorum exceptionem uel intellectum habemus. Nec uolumus aliquem habere, sed tota statuta littera sine glosa et solutione aliqua intelligatur, non obstante aliqua lege." Vel aliter: "Quia excedentium proteruitas propter iuris peritorum contrariedades euadere consuevit sepius iudicium ulcionis, idcirco ad conseruanda publica et priuata iura hoc statutum lucidum pertractamus, cupientes ut quisque intelligat, quod contra tenorem statuti remedium non poterit inuenire. Possunt autem ex hac materia infinita exordia fieri, sed superuacaneum esset prolixitati semper insistere, et maxime cum in talibus simplex dicendi modus seruetur. Op. cit., passim.

¹³⁴ Após o exórdio verdadeiramente posicionado, o dictator inicia a narrar, assim como para ele parecer expediente. Mas ele pode começar deste modo: *Em primeiro lugar, portanto, dizemos que o Podestà tenha em nome de feudum 200 libras imperiais, 300 cestas de trigo frumento e o mesmo de vinho, 55 carros de feno e 200 carroças de madeira*” e assim sucessivamente todas as coisas sejam nomeadas, que devem ser feitas. *‘Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amen.’ ‘Nos, Titio e Semprônio, feitos rectores e árbitros pelo comum consenso e vontade dos cônsules das sociedades da Lombardia e da Toscana, estatuímos e instruímos por juramento que seja observado que todas as cidades de nossa sociedade preservem reciprocamente os seus direitos, que nenhuma presuma agravar as igrejas e as casas hospitalares com nenhuma exação, que planejem custodiar as estradas públicas e privadas e particularmente naquele momento, no qual são feitos mercados gerais, e que procurem manter os direitos das viúvas, dos pobres e dos orfãos de todas os modos. Ladrões, bandidos, assassinos, banidos, heréticos e falsários de qualquer tipo não recebam preces e presentes, mas cada um sofra pena corporal segundo a qualidade e a quantidade dos crimes perpetrados, para que não venha a facilidade dar a eles ou a outros motivos para cometer crimes. Ordenamos também que nenhum cidadão ofereça ou permitir oferecer favor ou conselho a algum príncipe contra a honra da nossa sociedade. Se todavia alguém for descoberto excedendo esse [estatuto], que seja expoliado de seus pertences, e tal como um criminoso e infame seja mandado em exílio, ou o que é melhor, que seja levado à vingança da ilustre cidade de Verona, que executou 11 de seus comandantes em 1 dia por causa de um já dito excesso e posteriormente descartou os seus corpos junto ao Campo di Marzo, no qual os cadáveres dos jumentos são trazidos como isca para os corvos. Ato etc.* (Post exordii uero positionem incipiat narrare dictator, prout uiderit expedire. Ceterum hoc modo incipere potest: "Inprimis ergo dicimus, quod potestas habeat nomine feudi ducentas libras imperiales, trecentas corbes frumenti et totidem uini, quinquaginta currus feni et ducenta plaustra lignorum," et sic successiue nominentur omnia, que fieri debent. In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Amen. Nos Titius et Sempronius, de communi consensu et uoluntate consulum societatis Lombardie atque Tuscie facti rectores et arbitri, statuimus et iuramento precipimus obseruari, ut omnes ciuitates nostre societatis sua iura ad inuicem sibi seruent, ecclesias et domos hospitales nullis exactionibus grauare presumant, stratas publicas et priuatas custodire studeant et presertim eo tempore, quo generales nundine

A narração, assim como o exórdio, também era caracterizada por uma certa liberdade do redator em relação a sua forma, contanto que tudo aquilo que devesse ser feito ou estabelecido pelo estatuto fizesse parte desse setor da redação estatutária. Há um apelo do autor para que seja feita uma descrição minuciosa das condições, objetivos e elementos que se desejam regulamentar no estatuto. Tal ênfase é notável por meio dos copiosos exemplos fornecidos por Boncompagno da Signa nessa parte da sua descrição formal de como um estatuto deveria ser composto. Ele detalha esses elementos formais de acordo com cada tipo de estatuto existente no período, já mencionado pelo autor anteriormente em sua obra.

O primeiro elemento que destacamos nesses diferentes estatutos das agremiações citadinas é a menção sistemática à figura dos Cônsules e dos *Podestà*. Quando não propriamente criadores desses documentos, esses agentes aparecem de alguma forma sancionando esses estatutos de corporações comunais. Em relação à casas religiosas, eles são responsáveis diretamente pela criação dos estatutos que as beneficiam, depositando como elemento de força e validade dessas prescrições o seu sigilo no final do documento.¹³⁵

fiunt, iura uiduarum pauperum et orphanorum modis omnibus manutenere procurent. Latrones, raptores, homicidas, bannitos, hereticos et falsarios aliquorum preces et munera non iuvent, sed quilibet secundum quantitatem et qualitatem perpetrati criminis penam subeat corporalem, ne uenie facilis det illis aut aliis materiam delinquendi. Iubemus etiam, ut nulli ciues contra nostre societatis honorem alicui principi fauorem uel consilium exhibeant aut exhibere permittant. Si quis autem in hoc detestabili fuerit excessu repertus, rebus mobilibus spoliatur et tamquam criminosus et infamis in exilium redigatur, uel quod melius est, tradatur uindictae inclite urbis Verone, que undecim suos procures interfecit una die propter iamdictum excessum eorumque postea corpora extra Campum Marcium reiecit, ubi asinorum cadauera traduntur coruis in escam. Actum etc." Op. cit., passim.

¹³⁵Podem também os Podestà e os Cônsules das cidades em favor das casas religiosas fazer algum estatuto geral para a sua proteção, deste modo: 'Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, Amen. Eu, Guilherme de Rancona, Podestà de Bolonha e de seus conselheiros, considerando o fervor da religião, a asperidade da vida, a honestidade dos costumes e a pobreza dos frades eremitas Camaldolenses, por meio deste estatuto geral discernimos tal lugar esteja livre de angarios e parangarios¹³⁵ e de todas as exações que as cidades fazem na ocasião da preservação das coisas públicas. Não queremos também que os núncios de nossa comunidade ousem requisitar o fodrum¹³⁵ ou alojamento ou até mesmo uma vasilha de água fria lá, para que, por essa razão, posteriormente, alguém por acaso não possa extorquí-los. Recebemos o lugar e os frades lá serventes a Deus sob nossa proteção muito especial, assim que se alguém do distrito de Bolonha, instigados pelo Diabo ofender um eremita ou os próprios eremitas, tanto pelas coisas ou pelas pessoas, que seja punido por essas coisas duplamente, de modo que ninguém, devido ao seu exemplo, seja provocado a fazer semelhantes coisas. Isso e as coisas supraditas ordenamos e instruimos que seja observado de forma inviolável, reforçando a presente página com o nosso sigilo. (Possunt etiam potestates et consules ciuitatum facere pro religiosis domibus aliquod generale statutum causa protectionis, hoc modo: 'In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Amen. Ego Wilelminus Ranconi, Bononiensium potestas et eius consilarii, considerantes religionis feruorem, uite asperitatem, honestatum morum et paupertatem fratrum heremi Camaldulensis, per hoc generale statutum decernimus, ut locus ille liber existat ab angariis et parangariis et ab omnibus exactionibus, quas ciuitates facere occasione rei publice consueuerunt. Nolumus etiam, ut nuntii nostre communis fodrum uel albergariam seu etiam potum aque frigide ibi petere audeant, ne forte posteri ex hoc materiam acciperent aliquid extorquendi. Recipimus locum et fratres ibi Domino famulantes sub nostra specialissima protectione, ita quod si aliqui de Bononiensi districtu heremum aut heremitas ipsos in rebus aut personis diabolo instigante offenderint, in eos dupliciter uideatur, ne aliqui per eorum exemplum ualeant ad similia prouocari. "Recipimus locum et fratres ibi Domino famulantes sub nostra specialissima protectione, ita quod si aliqui de Bononiensi districtu heremum aut heremitas ipsos in rebus aut personis diabolo instigante offenderint, in eos dupliciter uideatur, ne aliqui per eorum exemplum ualeant ad similia prouocari. Hec et supradicta iubemus et inuolabiliter obseruari precipimus, presentem paginam nostri sigilli munimine roborantes.'

O segundo tipo de estatuto de agremiação apresentado por Boncompagno da Signa se refere às consorterias e fraternidades.¹³⁶ Por último, encontramos os estatutos organizados pelos Templários e Hospitalares. Diferente dos dois exemplos anteriores, essa modalidade estatutária tinha como especificidade em relação aos outros tipos de *consorteria* e fraternidade a menção nominal de seus membros ao longo da narração (*narratio*) desse documento.¹³⁷

BONCOPAGNO DA SIGNA. *Cedrus*. Versão online em latim do projeto *Scrineum* da Università degli studi di Pavia. <http://scrineum.unipv.it/wight/cedrus.htm>

¹³⁶Por outro lado, em prol das consorterias e das fraternidades assim um estatuto pode ser ordenado: *‘Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amen. Porque é uma obra da caridade e respeita a saúde das almas agregar os frades em um grupo para exercer a obra da piedade, então, nós, mestres Boncompagno e João, com o conselho de muitos mestres e o consentimento dos estudantes, em prol da sustentação dos eremitas camuldolenses arranjamos uma certa fraternidade situada não muito longe da cidade de Bolonha. A qual, se alguém, movido pelo divino instinto, desejar juntar-se, saiba que participará de todos os benefícios, que cotidianamente são feitos em toda a congregação Camuldolense, pois se alguém deles foi retirado da prisão da vida presente por um chamado do Senhor, os frades daquele lugar orarão especialmente para a redenção dele 200 missas e o mesmo tanto de salmos. Como pois é um propósito tão honesto, salutar e pio juntar-se àquela congregação, qualquer um deveria trabalhar, segundo a sua possibilidade, para prover com coisas temporais a esses eremitas, que desdenhando os prazeres humanos, velam pelos seus e pelos nossos pecados cotidianamente, contemplando assiduamente a suma majestade do Criador, para que mereça receber pelas coisas temporais os bens celestiais e pelo perene, o eterno. (Pro consortiis autem siue fraternitatibus ita potest statutum aliquod ordinari: ‘In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Amen. Quia opus est karitatis et salutem respicit animarum conuenire fratres in unum ad exercenda opera pietatis, idcirco nos magistri Boncompagnus et Iohannes de multorum magistrorum consilio et scolarium assensu pro substatione Camuldulensis heremi non longe a ciuitate Bononie siti quamdam ordinauimus fraternitatem. Cui si diuino instinctu aliquis desiderat aggregari, sciat se fore participem omnium beneficiorum, que in tota congregatione Camuldulensi cotidie fiunt. Nam si eorum aliquis de uite presentis ergastulo fuerit uocante Domino sublatus, eiusdem loci fratres inducentis missis et totidem psalteriis orabunt specialiter pro ipsius redemptione. Cum ergo sit tam salutiferum, tam pium et tam honestum propositum, illi consortio adunari, quilibet niti debet secundum possibilitatem suam, heremitis illis, qui spretis mundanis deliciis nostra et sua peccata cotidie plangunt, summi Creatoris maiestatem assidue contemplantes, in rebus temporalibus prouidere, ut pro temporalibus celestia et pro caducis eterna recipere mereatur.) Op. cit., passim.*

¹³⁷Consorterias e Fraternidades também são feitas pelos Hospitalares, Templários e outros homens religiosos, em prol dos quais certos estatutos são escritos. Nesses, cada frade é chamado pelo próprio nome, como: *“Martinho deve dar um denário por ano e no final 12 ou 20.* Similarmente, fazem-se algumas vezes em várias partes da Itália certas consorterias com o intuito da caridade, que em vulgar são chamadas de *“confraduglie”*, para as quais similariamente são feitos certos simples estatutos, porque neles está contido o quanto de vinho ou de trigo cada um deve fornecer. Por essa razão, eu disse *“com o intuito da caridade”*, pois muitos populares seguem fraternidades e consorterias por diversas partes do mundo, para que possam encher o ventre e o estômago. Naturalmente, no episcopado florentino há uma certa capela edificada em honra a Santo Hilário, na qual fez-se uma fraternidade de uns certo rústicos em prol da utilidade da igreja. Naturalmente, os reitores da fraternidade não fizeram pouca comida, segundo o costume daqueles os quais fazem fraternidades. Após o jantar, todavia, deviam os reitores fazer um cálculo de todas as despesas. Então, levantou-se um dos reitores na presença de todos e disse: *“Bendito Deus que, milagres para nós e entre nós opera, porque nada daquilo que demos para as despesas sobrou, e nada supera a não ser um centavo.”* Então, os homens daquela terra transformaram tal imperícia em provérbio geral. Do qual muitas pessoas ainda dizem assim: *‘Aconteceu conosco assim como aconteceu com os paroquiais da igreja de Santo Hilário’* (Fiunt etiam consortia seu fraternitates ab hospitalariis, templariis, aliisque religiosis uiris, pro quibus quedam statuta scribuntur. Pro quolibet fratre dicitur proprio nomine, ut: *“Martinus unum denarium annuatim dare debet et in fine .XII uel .XX.* Item fiunt quandoque in multis Ytalie partibus quedam consortia karitatis intuitu, que uulgo *‘confraduglie’* dicuntur. Pro quibus fiunt similiter quedam simplicia statuta, quoniam in eis continentur, quantum uini uel frumenti debeat quilibet exhibere. *‘Karitatis intuitu’* ideo dixi, quia multi populares per diuersas mundi partes fraternitates et consortia secuntur, ut uentrum possint et stomachum adimplere. In episcopatu quippe Florentino est quedam capella in honore sancti Ylarii edificata, ubi fiebat quorundam rusticorum fraternitas pro ecclesie utilitate. Fecerunt quippe rectores fraternitatis non parua fercula secundum consuetudinem illorum, qui tales faciunt fraternitates. Post conuestionem autem debebant rectores facere rationem omnium expensarum. Tunc surrexit unus rectorum in presentia omnium et dixit: *“Benedictus Deus, qui miracula per nos et inter nos operatur, quia nichil de his, que dedimus, deest pro expensis et nichil superat preter unam assem.”* Tunc illius terre homines

A menção ao *Podestà*, aos Cônsules e aos mestres da Universidade de Bolonha como fontes produtoras desses estatutos de corporação nessa parte dedicada às questões formais de composição estatutária lança uma luz sobre alguns dos questionamentos que levantamos anteriormente nesse texto em relação à hierarquia entre os diferentes tipos de estatutos existentes no interior de uma mesma comuna. Vimos no primeiro capítulo de definições do *Cedrus* que havia estatutos os quais os *Podestà* e os Cônsules juravam obedecer e não criar nenhuma forma de lei que pudesse ser contrária a esses documentos outorgados pela comuna. Ora, de acordo com essa prescrição então, todos os documentos produzidos por essas figuras deveriam necessariamente ser de valor menor do que o estatuto redigido pela comuna, já que por juramento nada do que criavam podia entrar em conflito com a legislação estatutária comunal. Dessa forma, podemos entender que em caso de contradição ou disputa a proeminência seria dada ao conteúdo presente nos estatutos emitidos pela comuna para a sua própria gestão, em detrimento de todas as outras formas estatutárias que regulamentavam o convívio civil.

De forma resumida, é possível então dizer que para Boncompagno um estatuto era uma lei de caráter local, limitada e circunscrita, necessariamente escrita em latim por um agente público – evitando um modo simples de falar para ser considerada válida – e responsável por controlar as questões privadas e públicas. Um texto regulamentador e coercitivo de origem controversa – disputavam os que acreditavam na sua natureza imperial e aqueles que os atribuíam à localidade – mas, que na opinião de Boncompagno da Signa tinha uma natureza autóctone, nas *consuetudines* locais, confirmada por um enraizamento dos estatutos nas formas de convívio social e organização política no norte da Península Itálica. Produzida por diversas instâncias comunais, haveria uma clara hierarquia entre os tipos de legislação estatutária, na qual o jurista de Signa deixa a entender que aquelas emitidas pelas entidades dirigentes comunais tinham supremacia em relação a todas as outras.

Infelizmente, somente por meio da leitura de Boncompagno da Signa não fomos capazes de estabelecer qual era a relação que os estatutos estabeleciam com outras formas de direito presentes no período - o chamado direito canônico, o direito comum e o direito imperial –, um de nossos questionamentos iniciais sobre tal tipo de texto. Tal indagação tornou-se mais inteligível para nós com a leitura do próprio texto das diversas redações estatutárias das comunas selecionadas para essa pesquisa, nas quais encontramos prescrições sobre como tais documentos deviam ser utilizados pelos juízes comunais e a que tipo de fontes esses indivíduos deviam recorrer caso determinada questão com a qual lidassem não

hanc imperitiam in generale prouerbium adduxerunt. Unde plurima iam dicunt ita: "*Contingit nobis sicut ecclesie sancti Ylarii parochianis*) *Op. cit., passim.*

fosse abordada pelos estatutos. O exemplo da legislação estatutária de Verona de 1327 é bastante claro em relação a esse problema, e por isso o mencionamos aqui.

No livro II de tal redação, deparamo-nos com a rubrica de número I, intitulada “Que o direito seja exercido pelos juízes todos os dias, exceto nos feriados solenes e repentinos e no dia de Sábado após as nonas”.¹³⁸ Em seu texto, o Vicário, o *Podestà* e os juízes veroneses são instruídos a exercer o direito primeiro segundo os estatutos e as consuetudines da cidade de Verona (*primo secundum statuta et consuetudines civitatis Verone*), e, caso esses fossem deficientes em relação à questão sobre a qual precisavam julgar, tais indivíduos poderiam recorrer ao direito romano e às glosas acursianas¹³⁹ (*secundum iura Romana et glosas ordinarias Acursii approbatas*). É nítida em tal passagem a proeminência que os redatores de tais textos desejavam atribuir ao texto estatutário, ordenando a todos dentro da comuna que o tratassem como a autoridade legislativa máxima.¹⁴⁰ Desta forma, podemos responder nossa pergunta sobre a hierarquia entre os tipos de direito dizendo que os estatutos, pelo menos na perspectiva de seus redatores, buscavam suplementar as outras formas de direito existentes nos período – por exemplo, o direito comum – dentro da jurisdição da comuna, recorrendo a essas formas somente quando o texto estatutário, e após ele, as consuetudines¹⁴¹, eram incapazes de responder as demandas legais de uma questão.

¹³⁸“Liber II. Rubrica I- Quod omnibus diebus iuridicis ius reddatur exceptis feriis solempnibus et repentinis et diebus sabbati post nonam. Statuimus et ordinamus quod dominus vicarius seu dominus potestas Verone qui nunc est vel qui pro tempore fuerit, teneatur et facere debeat quod ius reddatur per ipsum dominum vicarium seu dominum potestatem et iudices ad iura reddenda in civitate Verone deputatos et cōsules et alios officiales comunis Verone primo secundum statuta et consuetudines civitatis Verone et, ei defficientibus, secundum iura Romana et glosas ordinárias Acursii approbatas. (...)” *Statuti di Verona del 1327*. BIANCHI, S. A. e GRANUZZO, R. (editoras). Roma: Jouvence. 1992. p. 301.

¹³⁹Trata-se de uma compilação de mais de 97000 glosas feitas sobre o *Corpus iuris Civilis* pelo jurista da escola bolonhesa Accursio de Bagnolo (1181 – †1263), uma obra que tornou-se de grande autoridade em toda a Península Itálica durante a vida do autor e perdurou como referência ao direito romano até o século XVI. FIORELLI, P. “Accorso”. *Dizionario Biografico degli Italiani*, Vol 1, In: *Enciclopedia Treccani*. Milão, 1960.

¹⁴⁰Apesar de termos citados apenas um exemplo estatutário retirado da legislação veronesa, a tentativa de afirmação dos estatutos comunais em relação a outras formas de direito, e até mesmo no que concerne outros estatutos produzidos por agremiações comunais, não é uma particularidade de Verona. Hagen Keller em seu artigo “Gli statuti dell’Italia settentrionale come testimonianza e fonte per il processo di affermazione della scrittura nei secoli XII e XIII” relata ter encontrado deliberações semelhantes nos estatutos de Bergamo, Pistoia, Novara, Vercelli, Milão e Como. Em nossa análise dos estatutos de Bolonha, Ferrara e Modena também deparamo-nos com prescrições da mesma natureza. KELLER, H. “Gli statuti dell’Italia settentrionale come testimonianza e fonte per il processo di affermazione della scrittura nei secoli XII e XIII” In: ALBINI, G. (org) *Le scritture del comune – Amministrazione e Memoria nelle città dei secoli XII e XIII*. Milão: Scriptorium, 1998. pp. 60 - 92, p. 68.

¹⁴¹Sobre a relação entre os estatutos e as consuetudines no período, Mario Ascheri em seu artigo “Formes du droit dans l’Italie communale: les statuts” expressa a seguinte opinião: “Faut-il établir une distinction entre coutumes et statuts? Pour nous, modernes, le problème se pose parce que notre culture juridique, forgée dans cette ligne depuis le XII^e siècle, fait une rigoureuse distinction entre le droit coutumier, non écrit, ‘populaire’, e le droit écrit, la loi, qui fait autorité en matière de separation des pouvoirs et de légitimation du droit. Mais autour de l’an mil, le problème ne se posait pas en ces termes, comme le montrent l’expression: *consuetudo legis nostrae*”, e l’association courante des termes: *consuetudo et lex*.” ASCHERI, A. “Formes du droit dans l’Italie communale : les statuts” In: *Médiévales*, N°39, 2000. pp. 137-152. p.141.

Definido o que é um estatuto e quais são as suas características de acordo com um dos personagens proeminentes na época de sua produção, o professor de Retórica Boccompagno da Signa, podemos passar agora a um segundo aspecto que gostaríamos de discutir sobre esses textos: as limitações da sua classificação como documentos normativos. Uma atribuição facilmente dada aos estatutos por eles serem textos legislativos, mas que, já podemos adiantar, está longe de englobar todos os aspectos dessa documentação e os papéis que ela exercia durante o período de sua redação e posteriormente.

2. Documentos de caráter simplesmente normativo?: as facetas de um estatuto.

No balanço historiográfico feito no primeiro capítulo, apresentamos alguns aspectos da legislação estatutária comunal italiana que já não nos permitem considerá-la simplesmente como um texto normativo, ou seja, um documento redigido somente para a regulamentação dos problemas de certa conformação política. Naquele momento, fizemos uma breve referência ao papel identitário dos estatutos quando mencionamos os trabalhos de Ortalli sobre o fenômeno da “adoção estatutária”.¹⁴² É por esse aspecto que gostaríamos de começar a nossa discussão sobre a multiplicidade funcional da legislação estatutária comunal italiana durante a Idade Média.

A proximidade temporal de Boncompagno da Signa com a produção dos estatutos não o permitiu comentar sobre esse importante aspecto que a documentação adquiriu após séculos de seu uso. De acordo com Sbriccoli¹⁴³, o próprio dar-se um estatuto era um gesto de afirmação de autonomia política, no momento muito disputada em relação ao Sacro-Império, pois a própria existência do estatuto seria vista como um suporte doutrinal das conquistas comunais, ultrapassando até mesmo o conteúdo do estatuto.¹⁴⁴ Prova dessa consideração podem ser vistas nos estatutos de Ferrara de 1171, que são esculpidos nas paredes da catedral da cidade – a de São Jorge – de modo que fossem vistos por todos os cidadãos da comuna.¹⁴⁵ Observamos que os estatutos eram documentos que sofriam modificações e adições constantes, e tendo em vista que a epígrafe estatutária na parede da catedral não era modificada junto com a versão em pergaminho desse texto, é possível dizer que não era o

¹⁴²ORTALLI, G. “L’outil normatif et sa durée. Le droit statutaire dans l’Italie de tradition communale “ *Cahiers de recherches médiévales* [online], N °4, 1997, disponibilizado na internet no dia 15 de Janeiro de 2007, consultado dia 10 de Abril de 2015. <http://crm.revues.org/951>

¹⁴³ SBRICCOLI, M. *L’interpretazione dello statuto: contributo allo studio della funzione dei giuristi nell’età comunale*. Milão: Dott. A. Giuffrè editore, 1969.

¹⁴⁴*Ibid.*, p. 44.

¹⁴⁵O estudo completo dessa epígrafe estatutária pode ser visto em FRANCESCHINI, A. *I frammenti epigrafici degli statuti di ferrara del 1173 venuti in luci nella cattedrale*. Deputazione Provinciale Ferrarese di Storia Patria: Ferrara, 1969.

conteúdo em si dos estatutos a motivação principal da criação dessa epígrafe em um edifício de caráter público, ou a tentativa de torná-los mais acessível à toda população da comuna. Tratava-se de mostrar que a cidade possuía tais textos e tinha o direito de fazê-los.

A questão identitária é altamente ligada a esse papel do estatuto emitido como símbolo da autonomia da comuna. Tal atribuição da legislação estatutária será bastante presente nos momentos em que tais entidades políticas entram em disputa com as chamadas senhorias territoriais, já no fim do Período Comunal. Por exemplo, Modena, pertencente à senhoria Estense junto a outras comunas, como a de Ferrara, rechaça completamente a tentativa do marquês de Este de aplicar os estatutos de Ferrara em todos os territórios sob sua dominação. Os cidadãos da comuna enviam embaixadores ao senhor com a mensagem de que respeitavam sua autoridade e poder, mas que Modena não receberia os estatutos de outra comuna que não fossem aqueles que haviam sido produzidos por seus antepassados, mesmo que esses documentos tivessem perdido boa parte de sua autonomia e recebido grandes intervenções do novo senhor da comuna. A perda de sua legislação estatutária é apresentada por esses agentes nessa embaixada como equivalente à dissolução da própria cidade de Modena. As ameaças de revolta são tão grandes, caso a comuna não tivesse mais os seus estatutos, que o marquês acaba concedendo-lhes o direito de mantê-los.¹⁴⁶

Além desse aspecto identitário, o exemplo mencionado do zelo dos cidadãos modenenses pelo seu corpus estatutário revela uma outra particularidade desse tipo documental: o valor de memória histórica dos estatutos.¹⁴⁷ Fora as disposições referentes à regulamentação dos diversos aspectos do convívio e da organização citadina, a legislação estatutária comunal também continha registros dos primórdios institucionais da comuna que a produzia, a descrição de momentos considerados fundacionais para essas coletividades. Por exemplo, encontramos sistematicamente nas diferentes redações estatutárias do norte da Península Itálica a transcrição dos termos da Paz de Constância – tratado assinado com o Imperador Frederico II no qual reconhecia-se, entre outras coisas, a capacidade das comunas de legislar por si mesmas – nos prólogos ou dedicatórias desse textos. O fato de tal tratado

¹⁴⁶ Esse caso é longamente debatido por Enrico Angiolini, em sua discussão sobre os problemas metodológicos em se trabalhar com os estatutos presente na introdução de seu livro *Statuta et ordinamenta Communis Savignani: gli Statuti Malatestiani di Savignano sul Rubicone (1378)*. Pier Giorgio Pazzini editrice: Rimini, 2001. Exemplos semelhantes desse papel dos estatutos na identidade civil também são mencionados por Ortalli em ORTALLI, G. “L'outil normatif et sa durée. Le droit statutaire dans l' Italie de tradition communale “ *Cahiers de recherches médiévales* [online], N °4, 1997, disponibilizado na internet no dia 15 de Janeiro de 2007, consultado dia 10 de Abril de 2015. <http://crm.revues.org/951>

¹⁴⁷ Para um aprofundamento da utilização de textos judiciais e legislativos na produção das memórias locais peninsulares vide FAINI, E. “Alle origini della memoria comunale”, *Quellen und Forschungen aus italienischen Archiven und Bibliotheken Herausgegeben vom Deutschen Historischen Institut in Rom*. N° 88, 2008. Roma: Instituto Histórica Alemão de Roma. pp. 61 – 81.

ter sido revogado posteriormente não alterou a sua presença nesses documentos, até mesmo em redações produzidas já no século XIV.¹⁴⁸

Não queremos com isso dizer que o conteúdo dos estatutos tivessem pouca aplicabilidade no período no qual esses foram redigidos, ou que sua função regulamentadora ou o seu papel na política urbana fossem reduzidos devido a essas outras funções exercidas por eles. Muito pelo contrário, o político na legislação estatutária comunal permeava não só a sua caracterização como produto de um certo ordenamento político, mas sim propriamente o conteúdo desses documentos. O meio estatutário era utilizado pelos diferentes grupos da comuna a favor de si mesmos ou contra os outros, sendo o seu próprio texto o instrumento dessas disputas.¹⁴⁹ Um uso, todavia, não somente restrito ao interior da comuna, mas também dessa em relação ao exterior.¹⁵⁰ Exemplos dessa especificidade estatutária podem ser vistos nas frequentes *emendationes* e *renovationes* pelos quais o seu texto passava, demonstração de uma capacidade de adaptar-se as diversas exigências.¹⁵¹

Expostas algumas das diferentes facetas e a complexidade do tipo documental conhecido por estatuto, podemos agora passar finalmente ao início da análise do conteúdo desses textos e concentrarmo-nos nos problemas levantados sobre o embaixador nessa legislação, matéria do capítulo de número 3 e dos próximos dessa dissertação.

¹⁴⁸ASCHERI, A. "Formes du droit dans l'Italie communale : les statuts" In: *Médiévales*, N°39, 2000. pp. 137-152. p.146.

¹⁴⁹ "Quando diciamo contenuto politico, non intendiamo limitarci alla ovvia considerazione che lo statuto può essere letto in chiave politica: questo accade per qualsiasi tipo di legislazione per il carattere necessario che ogni legislazione ha in quanto prodotto in un certo ordinamento (che è appunto l'organizzazione giuridica di una società sulla base delle sue esigenze e convinzioni – lato sensu – politiche), in quanto strumento per la soluzione di problemi che possiamo riassumere sotto la qualificazione di problemi politici. Quando parliamo del contenuto degli statuti intendiamo riferirci ad un contenuto che è in primo luogo, e non solo mediatamente o strumentalmente, un contenuto politico. Gli esempi sono numerosi, e vanno dagli statuti creati in funzione espressamente antifeudale, a quelli mossi dalla preoccupazione di salvaguardare l'autonomia del comune nei confronti delle ingerenze imperiali, o comunque da altri timori o programmi che possiamo riunire sotto il generale fine di "proteggere" lo statuto e l'ordinamento cittadino; vanno dagli statuti di parte a tutti quegli statuti che contengono in un modo o nell'altro norme che si muovono sul terreno squisitamente politico della legislazione economica, dando soluzioni che son la chiara prova dell'uso del mezzo statuario operato da un ceto a favore di se stesso o contro un altro e – comunque – dalla presenza all'interno del comune di una lotta che torava nello statuto, di volta in volta, lo strumento o – perché no – il terreno della battaglia". SBRICCOLI, M. *L'interpretazione dello statuto: contributo allo studio della funzione dei giuristi nell'età comunale*. Milão: Dott. A. Giuffrè editore, 1969. p. 19 – 20.

¹⁵⁰*Ibid.*, p. 24.

¹⁵¹*Ibid.*, p. 26

Capítulo 3 – As rubricas sobre os embaixadores nos estatutos comunais comunaes italianos.

No capítulo anterior, buscamos compreender um pouco mais o estatuto comunal como tipo documental, por meio do estudo da percepção que agentes contemporâneos à produção desses textos tinham sobre o seu papel na organização comunal, a sua relação com outras formas de direito e a hierarquia que os diferentes tipos de legislação estatutária estabeleciam entre si. Vimos as contribuições de personagens dedicados à formação de notários que lidavam diretamente com a composição e redação desse tipo de fonte, como a obra *Cedrus* do professor de retórica da Universidade de Bolonha no século XIII, Boncompagno da Signa. Em tal livro, o autor expunha de forma bastante didática as definições e as origens dos estatutos, lidando minuciosamente com as suas características e etapas formais.

Tratou-se também de um momento no qual debatemos as limitações em classificar a legislação estatutária como uma documentação de simples caráter normativo. Vimos como os estatutos exerciam um forte papel na construção da memória e da identidade cidadina, e também como tais documentos participavam das disputas de poder entre os diferentes grupos cidadãos.

Terminado o exercício de aprofundamento de nossos conhecimentos sobre esse tipo documental, podemos agora passar para o objetivo principal dessa dissertação: a análise das rubricas dedicadas ao embaixador na legislação estatutária comunal italiana.

A exposição da materia estatutária de cada uma das 4 cidades estudadas nessa pesquisa seguirá a ordem na qual entramos em contato com a documentação. Assim, começaremos a análise das rubricas dedicadas ao embaixador nas diferentes legislações estatutárias por Bolonha – comuna a partir da qual iniciamos a delimitação do corpus documental desse trabalho, como informado no primeiro capítulo – seguida de Verona, Ferrara e Modena. É nessa sequência que tais comunas aparecem na documentação bolonhesa e por isso, decidimos manter essa ordem. Apresentaremos essas comunas em 3 capítulos – 2 individuais e 1 dedicado a Ferrara e Modena¹⁵² – por questões de organização e clareza. O volume documental é tão extenso que se concentrássemos todo esse estudo em um único capítulo comprometeríamos de forma expressiva o equilíbrio entre as partes componentes dessa dissertação. Em cada uma dessas partes a documentação de uma mesma

¹⁵²Incluimos essas comunas no mesmo capítulo nessa dissertação devido a ambas estarem durante boa parte do Período Comunal sob a jurisdição da senhoria dos marqueses de Este, e ao fato de que essas comunas possuem um número bastante reduzido de estatutos comunais disponíveis para a análise. Mesmo que ambas as cidades possuíssem *corpus* estatutários distintos, verificamos, durante o estudo desses estatutos que eles eram armazenados em conjunto. Discutiremos com mais detalhe esses pontos na introdução do respectivo capítulo.

comuna será explicitada de maneira cronológica para possibilitar a comparação e as modificações das rubricas através do tempo. Posto isso, a finalidade do capítulo de número 3 dessa dissertação é abordar a documentação da comuna de Bolonha.

Antes de iniciarmos a análise, é necessário ressaltar que buscaremos construir a figura do embaixador comunal em cada uma dessas comunas a partir do zero, seguindo as prescrições dos estatutos, isto é, não partiremos em nosso estudo nem mesmo com o termo *ambaxator* (embaixador) como expressão daquele indivíduo responsável pelas embaixadas fora do território da comuna, deixando que a documentação seja responsável também pela construção do nosso panorama lexicológico. Tal procedimento pode prevenir-nos de fazer projeções historiográficas dos trabalhos expostos na fundamentação dessa pesquisa na documentação, o que aumentaria nossas chances de mal interpretar a fonte. Posto isso, passemos finalmente aos estatutos.

1. Bolonha.

Como mencionamos no primeiro capítulo dessa dissertação, nenhuma das redações estatutárias do século XII sobreviveram até os dias de hoje. Mesmo o caso de Bolonha, uma das comunas italianas que possui o maior número de manuscritos preservados desse tipo de documentação, não foge a esse cenário, obrigando nossa análise a iniciar-se somente a partir do período podestarial, assim nomeado pela presença de um estrangeiro eleito por um ano pelo Conselho Comunal para o governo da comuna – o *Podestà*. Mesmo dessa época, os estatutos bolonheses mais antigos existentes são aqueles produzidos a partir de 1245. Trata-se de um período de transição entre um governo oligárquico a um de base mais popular, marcado pelas disputas entre os *Lambertazzi* – próimperiais – e os *Geremei* – partido filopapal –, esses últimos especialmente agitados politicamente dentro da comuna devido às recentes vitórias contra o Império, que resultaram na captura do filho do Imperador Frederico II, o rei Enzo.¹⁵³ De acordo com Massimo Giansante, os estatutos produzidos nesses anos até 1267 representam a completa expressão de uma comuna podestarial em sua plena maturidade, demonstrando um equilíbrio normativo entre os poderes da aristocracia cidadina – hegemônica no período anterior, chamado de consular – e a forte ascensão dos setores populares, protagonistas do desenvolvimento econômico citadino em busca de adequada representação institucional.¹⁵⁴ Vejamos esses documentos.

¹⁵³FASOLI, G. “Bologna nell’età medievale (1115 – 1506). In: *Storia di Bologna* a cura di Antonio Ferri e Giancarlo Roversi. Bolonha: Edizioni ALFA Bologna, 1978. pp. 127 – 196. p. 180.

¹⁵⁴GIANSANTE, M. “I fondi archivistici.” In: *Archivio di Stato di Bologna e Sezione di Imola*. Bolonha: Betagamma editrice. 2008. pp. 23 – 82. p. 26.

1.1 Os estatutos comunais bolonheses de 1245 – 1267.

Devido ao seu estado fragmentário de conservação e a sua proximidade cronológica e formal, os estatutos bolonheses produzidos entre 1245 e 1267 foram editados juntos por Luigi Frati, diretor da *Biblioteca dell'Archiginasio*, em 1869.¹⁵⁵ Nesse texto manteremos a opção feita pelo editor de estudar esses estatutos como um grupo, entretanto, tentaremos assinalar pontos específicos de cada uma de tais redações estatutárias em nossa análise, de modo a ver se é possível perceber a existência de diferenças expressivas entre esses estatutos em relação aos embaixadores, seja do ponto de vista da quantidade de rubricas dedicadas a ele, seja do conteúdo diverso desses documentos.

Apesar de ter analisado 13 manuscritos na composição de sua edição, Frati não escreveu jamais um prefácio ao seu trabalho. Dessa forma, os detalhes técnicos que aqui mencionaremos foram retirados do artigo composto pela professora Gina Fasoli¹⁵⁶, que buscou compreender as escolhas feitas pelo autor em sua composição.

Tais estatutos eram organizados em dez livros mais ou menos divididos de acordo com a matéria tratada. O livro I reúne os juramentos dos oficiais, interrompidos por uma série de disposições relativas à limpeza e à organização da cidade (XXIII – XLI), presentes nesse livro, de acordo com Fasoli, por serem questões conectadas ao juramento dos *Iscarii*.¹⁵⁷ O livro II, composto de 66 rubricas, versa sobre as disposições e os procedimentos penais, as disposições suntuárias e os danos causados. O livro III de 21 rubricas e o IV de 53 abordam os procedimentos civis e penais. O livro V faz referência às esmolas e às obras pias feitas pela comuna, e o VI, de 42 rubricas, disserta sobre as contribuições públicas, as isenções dos nobres e dos eclesiásticos, as obrigações dos rústicos (*rustici*), dos privilégios concedidos aos cidadãos privados e etc. Os livros VII e VIII – os maiores desses estatutos – tratam de coisas díspares, não sendo possível atribuir a esses uma especificidade temática. O livro IX trata dos trabalhos públicos e o X contém disposições para a nomeação de oficiais e dos conselhos, e normas relativas ao exercício e ordenamento do povo. O IV volume é mencionado por Fasoli fora da sequência de estatutos estabelecida por ser um livro essencialmente composto das adições e *reformationes* dos livros II e III.¹⁵⁸

¹⁵⁵“Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267” editi da Luigi Frati. *Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti*. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869.

¹⁵⁶FASOLI, G. “Gli statuti di Bologna nell’edizione di L. Frati e la loro formazione”. *AMR*, Bolonha, Vol. I, pp. 36 – 60, 1936.

¹⁵⁷ Os *Iscarii* eram uma magistratura comunal ao qual era delegada a gestão das estradas, dos mercados e dos moinhos. FASOLI, G. “Un fossile nel vocabolario istituzionale bolognese del Duecento”, *Studi storici in onore di Ottorino Bertolini*, Pisa, Vol I., pp. 325-335, 1972, p. 330.

¹⁵⁸FASOLI, G. “Gli statuti di Bologna nell’edizione di L. Frati e la loro formazione”. *AMR*, Bolonha, Vol. I, pp. 36 – 60, 1936. p. 49 e 50.

Nas redações estatutárias de 1250 a 1267¹⁵⁹, o termo *ambaxata* (embaixada) aparece com uma polissemia expressiva. Além do sentido moderno que temos do vocábulo, isto é, de missão diplomática enviada fora das fronteiras de uma entidade política a uma outra, a palavra é usada como sinônimo de simples missão ou trabalho confiado a alguém dentro da cidade, ou ainda, de mensagem escrita transmitida.¹⁶⁰ Essa polissemia, entretanto, não parece causar confusão aos *statutarii* que frequentemente especificam do que se trata a *ambaxata* que descrevem. Termos como *extra districtum bononiae* (fora do distrito de Bolonha) ou *extra civitatem* (fora da cidade) são adicionados ao vocábulo *ambaxata* quando esse é utilizado com aquela concepção de missão diplomática ao qual estamos habituados. É necessário fazer esse tipo de precisão inicial para evitar confusões que nos levariam a conclusões errôneas sobre os agentes responsáveis por esses envios.

A primeira menção ao termo com essa acepção aparece em meio aos juramentos do *Podestà*, uma rubrica que permanece mais ou menos a mesma em todos os manuscritos analisados por Frati até 1267. Trata-se de uma previsão de que caso o *Podestà* partisse em uma embaixada destinada a sua comuna de origem – estamos diante da realidade das *podestarie* estrangeiras –, ele não devia receber nada além daquilo que já ganhava da comuna.¹⁶¹ Identificada pelo número 1 e presente no primeiro livro destes estatutos – aquele dedicado aos juramentos das magistraturas de Bolonha – em meio a essa rubrica de mais ou menos 50 páginas na edição de Frati encontramos a referência a um *ambaxator*¹⁶² (embaixador), uma figura aqui ainda não delimitada, que por meio do conteúdo da rubrica podemos dizer que partia em missão pela cidade. No juramento encontramos a permissão ao *Podestà* de prover esse agente com comida e vinho enquanto estivessem juntos no mesmo

¹⁵⁹O estatutos de 1245 editados por Frati são fragmentos dos estatutos dos Anciãos da Comuna, nos quais não encontramos nenhuma menção à questão estudada nessa pesquisa. Por isso, passamos diretamente à análise dos estatutos de 1250 neste texto.

¹⁶⁰Como exemplo desse uso do termo embaixada como simples mensagem escrita transmitida podemos mencionar a rubrica de número XIX “Sacramentum notariorum comunis” do primeiro livro destes estatutos, na qual encontramos o seguinte texto: “(...)et anboxatam scribam scribendo nomen et congnomem illorum qui debent scribi. Et reversiones cum nuntii referunt anboxatam sive qui mitit vel alius pro eo voluerit et dixerit michi nomina et cognomina sive retulerit anboxatam et fecerit, ita quod eam possim scribere; et nuntio dicam quod stet, donec erunt scripta nomina.” Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267 editi da Luigi Frati. *Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti*. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo I, p. 147.

¹⁶¹“Item si ivero in ambaxatam comunis bononie pro comuni bononie ad terram meam, vel in terra mea stetero, donec ibi stetero non habeam aliquid a comuni. Feudum autem mei potestatis pro me meisque Judicibus militibus et Notariis pro uno anno sit MM. lib. bon. tantum, nec plus habere possim a comuni aliqua occasione, vel interpretatione, vel dispensatione ipse vel alius de sua familia. Nec pro ambaxata, nec pro cavalcata neque exercitus, nec pro mendo aliquarum rerum mearum neque alicui de eius familia; excepto quod si aliquis meus equus moriretur vel vulneraretur in prelio vel rissa (rixa) in servitio comunis bononie, quod debeat michi emendari secundum extimationem de eis factam.” *Ibid.*, p. 23-24.

¹⁶²“Et addimus quod nullus ambaxator vadat pro nova potestaria, nec etiam vadat cum eo in redeundo nisi essent religiose persone de voluntante consilii.” *Ibid.*, p. 28.

envio¹⁶³, e uma primeira menção à posição desse indivíduo em meio às magistraturas da comuna, como podemos ver no excerto do texto abaixo:

“E não proibirei ao Massário da comuna¹⁶⁴ que o próprio não pague aos oficiais da comuna, e aos embaixadores, e a outros que vão em custódia dos castelos, e a todos aqueles que partem em serviço da comuna de Bolonha, que devem receber um certo mérito da comuna de Bolonha sobre aquilo que devem ter; nem ordenarei ao Massário que o próprio tenha denários¹⁶⁵, com os quais ele mesmo deve pagar os supracitados oficiais e pessoas.¹⁶⁶

Lemos na passagem de texto supramencionada o juramento do *Podestà* de não apresentar impedimento ao Massário da comuna de remunerar aqueles em serviço de Bolonha. O que nos interessa desse excerto da primeira rubrica é que o personagem denominado de *ambaxator* é identificado ao lado dos oficiais da comuna, mas separado como se não pertencesse a essa categoria para os redatores dos estatutos, isto é, pode ser que a sua figura não fosse entendida quando falava-se em oficiais comunais. Trata-se de um primeiro indício de resposta sobre a posição do embaixador na organização comunal. Somente essa menção, todavia, não é suficiente para responder a questão com certeza, especialmente porque não sabemos só por meio dessa rubrica se *ambaxator* é um termo empregado pelos *statutarii* para fazer referência a todos aqueles que faziam parte de uma embaixada enviada pela comuna bolonesa, ou se queria dizer alguma coisa ainda mais precisa.

A possibilidade de partir em embaixada é prevista mais adiante, ainda no livro I dos estatutos, nas rubricas de número VI e X, sobre os juramentos dos *milites* (soldados) e dos seguidores do *Podestà*. Nessas encontramos uma primeira referência à necessidade de autorização do Conselho para partir em embaixada¹⁶⁷, e depois a menção à obrigação de todos aqueles que partiam em embaixada com o *Podestà* de fazer as contas das despesas realizadas

¹⁶³ “*Et cum ivero in ambaxatam comunis Bononie liceat michi et meis dare ambaxatoribus qui mecum essent, vel si pro comuni fuerint in illa ambaxata et ab eis recipere inseniade vino et comestione dum tamen fiat sine fraude. Op. cit., p. 29.*

¹⁶⁴ Oficial responsável pela administração das finanças da comuna.

¹⁶⁵ Nas citações do texto, as unidades monetárias utilizadas no momento de sua produção foram mantidas em sua forma original latina, já que muitos desses termos não apresentam um equivalente em língua portuguesa.

¹⁶⁶ “*Et non prohibebo massario comunis quod ipse non solvat officialibus comunis, et ambaxatoribus, et aliis qui vadant ad custodiam Castrorum, et omnibus aliis qui vadant in servitio comunis Bononie, qui debent recipere certum meritum a comuni bon. de eo quod debent habere; nec precipitam massario quod ipse teneat denarios, quos ipse debet solvere supradictis officialibus et personis*”. Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267 editi da Luigi Frati. Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo I, p. 64.

¹⁶⁷ Liber I. Rubrica VI. Sacramentum Militum Potestatis: “*Et hec omnia attendam et observabo bona fide sine fraude nisi oblivione remanserit vel iusto dei impedimento; et non dabo operam pro aliquo assumendo in potestatem vel rectorem hujus civitatis. Nec ibo in nambaxatam comunis nisi parobola consilij nisi irem cum potestate.*” *Ibid.*, p. 85.

com o Massário da comuna uma vez de volta a Bolonha.¹⁶⁸ Não somente os seguidores e os *milites* do *Podestà* tinham em seus juramentos a previsão de que podiam partir em embaixada pela comuna, também os *extimatores*¹⁶⁹ - dos fragmentos datados de 1253 que temos dessa redação estatutária - e os núncios comunais¹⁷⁰ - de outras parcelas dos estatutos datadas de 1255 - possuíam prescrições semelhantes. Se olharmos para o último juramento que fecha o primeiro livro dessa legislação, a generalidade dos sacramentos, podemos ver que a todos os oficiais do séquito podestarial era prevista a possibilidade de partir em embaixada fora da cidade, contanto que fossem exercitar o seu ofício.¹⁷¹

Essa pluralidade de agentes mencionados permite-nos considerar que tal redação estatutária bolonesa reconhece o caráter compósito e a importância de um envio diplomático pela comuna. Entretanto, a presença dessa vasta gama de indivíduos que tinham o ato de partir em embaixada contemplado entre os seus juramentos gera a seguinte pergunta: por *ambaxator* os redatores dos estatutos boloneses entendiam uma forma geral de referir-se a todos aqueles que partiam em missão pela cidade - tanto no condado quanto fora do distrito? Estamos diante uma função tão difusa que qualquer componente do governo comunal podia exercê-la?

Nossa primeira constatação é que nenhum desses oficiais comunais supramencionados é jamais chamado pelo termo *ambaxator* nos juramentos dos estatutos de 1250 - 1267. Pelo contrário, esse vocábulo frequentemente aparece, como no exemplo supracitado quando falávamos do *Podestà*, situado em meio a uma categoria aparentemente separada daquilo que os *statutarii* entendiam por oficiais comunais. Analisemos as rubricas que apresentam em seu

¹⁶⁸Liber I. Rubrica X. Sacramentum sequimenti potestatis: “*Item quicquid additum fuerit vel mutatum aut diminutum a potestate de addito tenear de diminuto secundum quod fuerit diminutum aut mutatum sim absolutus. Et si ero in ambaxata comunis bon. veniam quam titius potero sine danpno (damno) comunis; et postquam rediero saldabo rationem cum massario.*” *Op.cit.*, p. 105.

¹⁶⁹“Oficiais encarregados de intervir na regulamentação das relações de servidão, nos aquedutos e nas transmissão da propriedade.” G. FASOLI, “Un fossile nel vocabolario istituzionale bolognese del Duecento”, *Studi storici in onore di Ottorino Bertolini*, Pisa, Vol I., pp. 325-335, p. 331. Liber I. Rubrica XVII. Sacramentum extimatorum comuni bon.: “*De ambaxatis comunis tam a comuni quam a singular persona pro cuius negotio ibo non excedam formam statuti. De expensis et vecturis recipiendis, ita quod quotcumque fuerint litigatores non accipiam per singulos dies inter omnes nisi sicuti esset unus solus litigator*” *Op. cit.*, p. 145.

¹⁷⁰Citamos aqui somente o primeiro parágrafo dessa rubrica porque retornaremos à figura do nuncio mais adiante nesse texto. Liber I. Rubrica XLVII. Sacramentum nuntiorum comunis: “*Juro Ego nuntius comunis bon. quod bona fide sine omni fraude fatiam ambaxatas michi domino..... pot. bon. vel ab eo qui vicem eius gerit vel iudicibus eius sive ab aliquo officiali de curia, et omnes ambaxatas michi iniunctas a predictis recte fatiam et referam illa die qua michi ambaxata fuerit iniuncta vel sequenti eam fatiam cum fuerint iniuncte sine fraude et facte statim redibo et nuntiabo, nec in fraudem morabo extra civitatem pro meo negotio vel alterius, quin redeam quam titius potero sine fraude. Et ambaxatam referam illi qui imposuerint michi eam in civitate si eum invenero; et omnes ambaxatas civitatis bon. et suburbiorum et comitatus et aliorum de districtu bon. et scolarium bon. fatiam (pro m. 59-64) pretio michi assignato et concesso in statutis civitatis bon.*” *Op. cit.*, p. 222 - 223.

¹⁷¹Liber I. Rubrica XLVIII. Generalitas sacramentorum: “*Nec occasione mei offitii aliquod lucrum fatiam vel apportum per me vel allium recipiam sub aliquo ingenio preter feudum michi concessum et id quod designatum est pro ambaxatis comunis officialibus curie.*” *Op. cit.*, p. 233.

título o termo e dissertam mais especificamente sobre essa figura para melhor entender a questão e responder as perguntas acima.

Encontramo-nas no livro X dessas redações estatutárias, um tomo que contém o processo de eleição de quase todas os oficiais da comuna e de escolha das funções para a realização dos diversos deveres do governo citadino. O número de rubricas nas quais o termo *ambaxator* aparece no título continua substancialmente o mesmo em todos os manuscritos das redações de 1250 – 1267 – mais ou menos 4 rubricas, com exceção dos estatutos da versão de 1262 que apresentam uma rubrica a mais –, mas a sua forma e o seu conteúdo mudam substancialmente. A primeira dessas rubricas, identificada pelo número LXXXII, tem até o manuscrito de 1252 o título de “Sobre as despesas dos embaixadores da comuna de Bolonha”¹⁷², que se modifica em 1259 para “Sobre os embaixadores da comuna e quantos serão tidos pela comuna”¹⁷³ e finalmente, em 1264 torna-se “Sobre os embaixadores da comuna”.¹⁷⁴

Por meio dessa rubrica entendemos que os embaixadores quando partiam para fora do distrito da comuna de Bolonha deviam receber 3 cavalos e 12 *solidi* bolonheses para a sua manutenção e transporte.¹⁷⁵ Eles tinham notários, que por sua vez deviam receber da comuna dois cavalos e oito *solidi* bolonheses, e um ou dois cozinheiros que ganhavam 3 *solidi* bolonheses e um cavalo.¹⁷⁶ Deviam receber essas garantias assim que eram eleitos, de acordo com uma provisão do Conselho, caso partissem em direção ao Papa ou ao Imperador.¹⁷⁷ Quando andavam pelo condado de Bolonha deviam receber valores diversos. A rubrica versa sobre os mesmos 3 cavalos e 2 *solidi* bolonheses por cada um desses animais que traziam consigo, além de feno, palha, ervas, madeira e leitões moderados dos homens das terras nas quais eles eram hospedados. Caso pertencessem à cúria do *Podestà* deviam receber 3 ao invés de 2 *solidi* bolonheses.¹⁷⁸

¹⁷²“*De expensis ambaxatorum comunis bononie.*” Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267 editi da Luigi Frati. *Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti.* Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo III, p. 178.

¹⁷³ “*De ambaxatoribus comunis et quantum habituri sunt a comuni.*” *Ibid.*, p. 178.

¹⁷⁴ “*De ambaxatoribus comunis.*” *Ibid.*, p. 178.

¹⁷⁵“*Statuimus quod ambaxatores qui iverint per comuni extra districtum bon. quilibet habeat tres equos et habeat XII soldos bononinorum pro predictis equis et vittois*” *Ibid.*, p. 178.

¹⁷⁶“(…) *et notarii habeant duos equos et pro eis habent VIII. soldos bon.; et duos ambaxatores habeant unum coquum comiter usque ad IIIIor et a quatuor supra habeant duos; et coquus habeat unum equum pro quo habeat IIII soldos bononinorum et vecturam dicti equi.*” *Ibid.*, p. 178.

¹⁷⁷“(…) *eo salvo quo si iverint ad papam vel imperatorem sit in provisione consilii antequam sint electi.*” *Ibid.*, p. 179.

¹⁷⁸“*Si vero iverint per comitatum bononie habeat quilibet eorum tres equos et II soldos bon. pro quolibet equo et veturas et fenum et paleam et herbam et ligna et lectos moderate per homines illius terre in qua fuerint hospitati. Si vero fuerint de curia habeat quilibet III equos et pro eis habeat III sol. bon. et pro quolibet equo et vituris pro II equis tantum et habeant dicti officiales fenum herbam paleam et lectos et ligna moderate per homines illius terre, in qua fuerint hospitati.*” *Ibid.*, p. 179.

Mais do que dois embaixadores não deviam sair da cidade ao mesmo tempo sem o consentimento do Conselho, e aqueles que tinham participado de uma embaixada em um ano não podiam fazer uma outra no mesmo período.¹⁷⁹ A rubrica termina com a prescrição de que, uma vez de volta a cidade, o embaixador devia escrever por extenso o dia de sua partida e o dia de seu retorno.¹⁸⁰

Mesmo sendo pequena, essa rubrica fornece uma série de elementos importantes para nossos questionamentos. A primeira coisa que podemos dizer é que se torna claro nesse texto que quem ocupava o papel de embaixador da comuna podia ser um oficial da cúria do *Podestà* ou não, que se tratava de uma função confiada a diversos tipos de indivíduos nos estatutos bolonheses aqui analisados. A remuneração dessa função, entretanto, variava tanto segundo o destino da embaixada – os embaixadores destinados ao Papa e ao Império recebiam quase 10 *solidi* a mais – quanto segundo quem ocupava o papel de embaixador – os oficiais recebiam um *solido* a mais do que os outros nas embaixadas organizadas para o condado. O seu caráter de encargo temporário é confirmado pela previsão de que a mesma pessoa não podia partir em diversas embaixadas no mesmo ano e de que quem partia devia registrar por escrito a data de início e de fim de sua embaixada quando retornava à Bolonha.

Nesta rubrica vemos também que era atribuição do Conselho decidir quem partia, quantas vezes partia, e dar apoio financeiro a esse agente. Mesmo que se tratasse de um encargo temporário e não de uma magistratura fixa do governo comunal no momento de produção do estatutos bolonheses de 1250 – 1267, é possível pensar na existência de procedimentos estruturados em torno dessa função. A especificação de notários especiais que deviam acompanhar o embaixador na rubrica analisada acima – nomeados de *notarii ambaxatorum* (notários dos embaixadores) em diversas passagens desses estatutos, especialmente no juramento do Massário¹⁸¹ -, somada à existência da rubrica LXXXIV¹⁸² do

¹⁷⁹“*Et dicimus quod extra comitatum bononie plures ambaxatores quam duo non debeant simul ire pro ambaxata sine licentia tocus consilii, et qui semel iverit in anno non debeat postea ire in ambaxatam in eodem anno, nisi esset de voluntate tocus consilii.*” *Op. cit.*, p. 179.

¹⁸⁰“*Et dicimus quod ambaxatores faciant scribi quando vadunt et quando revertuntur diem reversionis; et hoc idem locum habeat in curiis et in notariis potestatis.*” *Op. cit.*, p. 180.

¹⁸¹Liber I. Rubrica XVI. Sacramentum massarii comunis: “*Delinquentium vero condempnatorum penas accipere studebo, nec occasione mei officii apertum aliquod accipiam vel aliquod lucrum facim per me vel per alium sub aliquo ingenio preter feudum meum et quod michi concessum est pro cartis et candelis et cera scilicet Centum lib. bon. in sex mensibus, et de hoc teneat precise. Et ex his habeant mei notarii qui mecum sunt in massaria cartas sibi necessarias notario comunis pro consiliis scribendis; et notarii ambaxatorum qui iverint in ambaxatis comunis; et notarii qui sunt electi ad exemplandum bannitos habeant tot cartas, in quibus possint exemplare bannitos sex mensium precedentes potestatis; et si massarius non daret ei cartas infra unum mensem ab introito sui officii potestas teneatur ei auferre x. lib. bom.; et alii omnes notarii tam de curia quam extra curiam qui debent habere et consueverunt habere cartas a comuni, ita quod expense omnes cartarum et cere et candelarum sint super massarium; exceptis notariis quibus summa pro cartis est designata; et pro dictis Centum lib. bon. teneatur similiter dare ceram, candelas et duplerios necessarios in massaria, et in consiliis et in condempnatione, et ad rationem faciendam et in omnibus quibus consuetum et necessarium erit*

mesmo livro sobre a restituição dos cavalos do embaixador mortos em missão, o reembolso das despesas feitas em pedágios e na remuneração de guias ou escoltas de viagem são indícios que nos fizeram suspeitar dessa preocupação sistemática da comuna.

Muitos dos argumentos aqui mencionados sobre o embaixador são reforçados pela rubrica sucessiva, nomeada de “LXXXV. *De ambaxatoribus non dandis allicui expensis comunis bon.*” (sobre os embaixadores que não devem dar alguma despesa à comuna bolonhesa). Primeiro vemos a menção ao juiz como um dos personagens que ocupavam a função de embaixador e a possibilidade de mercadores e de cambistas de fazer parte de seu séquito¹⁸³, depois, a responsabilidade do Conselho de escolher esse personagem e do *Podestà* de dar-lhe as instruções.¹⁸⁴

Sobre essa questão das instruções, encontramos mais elementos na rubrica de número LXXXIII do livro X, “Que os embaixadores portem a embaixada por escrito”¹⁸⁵, a qual determina que a forma e o teor da embaixada devia ser levada por escrito e seguida com rigor e precisão.

A última rubrica na qual o termo *ambaxator* aparece diversas vezes apresenta-nos uma informação importante: o caráter não obrigatório a um indivíduo de partir em embaixada pela cidade de Bolonha. Enumerado e intitulado de “LXXXVI – Que o *Podestà* não obrigue ninguém a partir em embaixada”¹⁸⁶, esse estatuto precisa que uma embaixada não podia ser realizada contra a vontade do enviado.¹⁸⁷

A exploração das menções indiretas ao embaixador em rubricas que não possuem o termo *ambaxator* em seu título revela também outros pontos importantes sobre esse agente.

dare comuni bon; exceptis cereis qui debentur ecclesiis et locis religiosis prout in statuto continetur. (destaque nosso). *Op.cit.*, p. 132.

¹⁸²Liber XII. Rubrica LXXXIV. De mendis et perditis ambaxatorum et passadio dando: “*Statuimus quod nulli eunti in ambaxatam comunis fiat mendum alicuius equi nisi mortuus fuerit sine fraude et culpa, et tunc medietas tantum extimationis que erat tempore quo ductus fuerit in ambaxatam probata extimatione coram hiis quibus potestas commiserit; in exercitu vero vel cavalcata quando equi tenentur pro districtu bon. secundum quod placuerit consilio bon. eodem tempore statuo et reficiatur passadia et quida, palla doni (sic) Guidi.*” *Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267 editi da Luigi Frati. Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti.* Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo III, p. 181.

¹⁸³“(…) *addimus quod dictis mercatoribus et campsoribus detur ambaxator qui sit iudex qui vadat cum eis ad nundinas extra bononiam expensis comunis bon.; hoc salvo quod si ambaxatores pro factis comunis irent ad aliquem locum.*” *Ibid.*, p. 182.

¹⁸⁴“*Item quod ambaxatores non mittantur nisi de voluntate trium partium consilii, et potestas tenenatur precipere ambaxatoribus quod ipsis in certis dictis teneantur ire ad locum ad quem mittuntur et in quot reddire debeant et quot diebus stare potestas debeat eis ordinare.*” *Ibid.*, p. 183.

¹⁸⁵“*Quod ambaxatores portent ambaxatam in scriptis.*” *Ibid.*, p. 180.

¹⁸⁶“*Quod potestas non cogat alliquem ire in anboxata.*” *Ibid.*, p. 183.

¹⁸⁷Liber XII, Rubrica LXXXVI. Quod potestas non cogat alliquem ire in anboxata: “*Item statuimus quod rector bononie neminem in potestariam alicuius civitatis invitum cogat ire, et non debeat ambaxatores pro comuni expensis comunis alicui eunti in potestariam alicuius civitatis vel reddeundi nec ad aliam civitatem det ambaxatores pro comuni, ad hoc ut illa civitas potestate, quam habet de ista civitate, alicui civitati concedat.*” *Ibid.*, p. 183.

Na rubrica XVII do livro VII, “Sobre as coisas que detêm os homens de nosso distrito”¹⁸⁸, encontramos uma menção indireta a um processo de eleição dos embaixadores de Bolonha. Dedicada a discutir as questões relativas aos débitos contraídos pelos habitantes fora da cidade em outras comunas, essa rubrica menciona o processo de eleição dos embaixadores designados a negociar e a resolver essas questões. No texto, vemos que deviam ser escolhidos homens bons (*boni homines*) de digna fé (*digni fide*), um para cada um dos quatro bairros de Bolonha, com um mandato de duração equivalente a aquele do oficial que seria responsável por resolver tal litígio dentro da cidade.¹⁸⁹

Quando partiam para resolver as disputas em questão, tais agentes eram obrigados a portar consigo um instrumento escrito pela mão pública de um notário citadino, e uma vez de volta com a resposta da comuna destinatária à qual foram enviados, os embaixadores deviam lê-la em voz alta diante do Conselho Geral.¹⁹⁰ Por esse trabalho, a rubrica prevê uma remuneração de 10 *solidi* bolonheses, caso portassem consigo 2 cavalos, e 6 *solidi* bolonheses se trouxessem apenas 1.¹⁹¹ Por meio da rubrica de número XLIII do livro X, “sobre os oficiais extraordinários e os *gonfalonieri*”¹⁹², compreendemos que no processo de eleição dos embaixadores as divisões em quatro bairros da cidade de Bolonha nessa primeira metade do século XIII exerciam um papel importante. Os eleitores que faziam parte desse processo de escolha – como vimos, pertencentes ao Conselho – deviam ser classificados pelo seus bairros de origem.¹⁹³

¹⁸⁸“*De rebus detentis hominibus nostri districtus.*” Essa rubrica depois de 1259 é intitulada de “*De rebus detentis hominibus nostri districtus et quomodo fiunt instrumenta represalie.*”” *Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267* editi da Luigi Frati. *Collezione dei Monumenti storici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti.* Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo II. p. 29.

¹⁸⁹“(…) *per ambassatores electos secundum infrascriptum que talis est: dicimus quod quum eliguntur officiales comunis bon. eligantur III^{or} boni homines et digni fide, unus pro quarterio qui durent in eorum officio tamquam quantum officiales comunis bon. per quos vel per partem eorum debeant requiri secundum forma statutorum comunia terrarum et dominus vel domini provintie sive loci contra quos petitur fieri instrumentum represallie.*” *Ibid.*, p. 29.

¹⁹⁰Liber VII, Rubrica XLVII. *De rebus detentis hominibus nostri districtus et quomodo fiunt instrumenta represalie*: “(…) *et per eos debeat defendi instrumento publica manu not. scriptu responsionis facte eis vel alii qui ambaxatam portaverit ab aliquo comuni vel domino vel dominis qui responsionem fecerint vel fecerit, et illa responsio debeat legi in generali consilio et narari per illum vel per illos qui ambaxatam portaverint ante quam fiat instrumentum represalie alicui postulanti (...).*” *Ibid.*, p. 30.

¹⁹¹“(…) *et habeant dicti ambaxatores quolibet die quo steterint dicta causa quilibet eorum cum duobus equis x sold. Bononinorum et cum uno equo VI sol. bon. ab illo ad cuius postulationem iverit; (...)*” *Ibid.*, p. 30.

¹⁹²Portador do estandarde comunal que possuía diversas funções comunais de acordo com o setor do governo comunal para o qual havia sido eleito. G. FASOLI, “Un fossile nel vocabolario istituzionale bolognese del Duecento”, *Studi storici in onore di Ottorino Bertolini*, Pisa, Vol I., pp. 325-335, 1972, p. 333.

¹⁹³Liber X, Rubrica XLIII. *De officialibus et confalloneriis coequandis per quarteria*. Em 1264, o título é mudado para “*De officialibus extraordinariis et gonfaloneriis*”: “*Statuimus quod omnes officiales et ambaxatores (ambassatores) comunis bon. et omnes qui feudum habent a comuni, vel qui beneficiati sunt a comuni sitam illi (scilicet tam illi) qui eliguntur ad brevia, quam illi qui eliguntur a curialibus vel alio modo, elligantur et dividantur per quarteria prout melius fieri, et specialiter gonfollonerii; et addimus quod quilibet elector eligat de suo quarterio et non de aliis, preter potestatem et milites de comitatu, qui non sunt de quarterio.*” *Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267* editi da Luigi Frati. *Collezione dei Monumenti*

Na rubrica de número LXXXVI, do livro VIII, “*De cartis non faciendis nisi mutuo in comunis*” (Sobre as cartas que não devem ser feitas senão em mútuo com a comuna), encontramos que o embaixador devia receber todo o valor previsto para a realização do envio no início de sua viagem e, caso tivesse a necessidade de permanecer mais tempo para a execução das instruções de sua embaixada, ele seria reembolsado até um mês após a sua volta. Caso retornasse antes do previsto, era obrigado a restituir aquilo que tinha recebido pelos dias em missão que não havia utilizado.¹⁹⁴

As características e as restrições dos agentes escolhidos para exercitar esse encargo podem ainda ser complementadas pelo conteúdo das menções indiretas ao embaixador. Primeiro na rubrica de número X do livro VIII dos estatutos¹⁹⁵, na qual encontramos que aqueles que já tinham recebido dinheiro de qualquer um dos atuais inimigos da cidade de Bolonha – a rubrica faz menção a Salinguerra, Ezzelino e outros personagens da primeira metade do *Duecento* – não podiam exercer nenhum ofício da comuna, nem participar de nenhuma embaixada pela cidade no ano em que isso tivesse ocorrido.¹⁹⁶ Essa deliberação é seguida de outras rubricas que vetam, de modo semelhante, o acesso aos ofícios comunais e a partida em embaixada, mas, desta vez, àqueles que juraram fidelidade a outros sem expressa

istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo III. p. 113 – 115.

¹⁹⁴ “*Ad removendas iniquitates et fraudes et furta que fiunt de rebus comunis, et specialiter circa cartas, statuimus quod nulla Carta fiat alicui deinceps de aliquo quod deberet recipere a comuni, nisi esse instrumentum mutui, quod possit fieri et debeat tantum voluntate x. parcium consilii; sed si aliquis anbaxator *ambaxator comunis, 59 – 60* vadat in anbaxatam, vel si aliquis vadit ad custodiam Castrorum, vel fecerit laborerium comunis, solvatur ei tantum a principio ante quam vadat quantum verisimile sit eum debere recipere a comuni. Si autem plus contingerit stare in anbaxatam (eum vel aliquis qui vadit ad custodiam castrorum, vel fecerit laborerium comunis solvat ei tantum a principio anni quando vadit quantum sit verisimile eum debere recipere a comuni. Si autem plus contingerit eum stare vel in anbaxatam) vel in custodiam castrorum, vel in alio servitio comunis, satisfaciatur sibi infra unum mensem postquam reversus fuerit, vel laborerium sit perfectum; et si contingerit eum minus stare aliqua ratione, eo reverso infra triduum teneatur restituere id quod accepit ultra; quod si non fecerit in duplum condempnetur eius quantitatis quam tenebatur restituere; quorum medietas sit comunis et alia accusantis(...)*”. *Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267 editi da Luigi Frati. Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo II. p. 264 – 265.*

¹⁹⁵ Liber VIII. Rubrica X. “*De feudo non accipiendo a marchione vel a domino Salinguerra.*” Essa rubrica em 1259 muda de título e torna-se “*De feudo non accipiendo ab aliquo infrascriptorum, vel alia persona*”. Depois, é novamente renomeada por “*X. De feudo non accipiendo ab aliquo a quolibet infrascriptorum*” em 1267. *Ibid.*, p. 198.

¹⁹⁶ “*In nomine domini amen. Anno eiusdem M.CC. xi die dominico x. intrante aprili indictione terciadecima facta sunt hec statuta a domino guilielmo de posterla potestate bon. in pleno consilio facto ad campanam consilii. Statuimus et ordinamus quod si quis de Civitate bon. vel eius districtu amodo in antea per se vel per alium aliquam peccuniam acceperit a domino Marchione hestense vel a domino Salinguerra vel a domino Ycilino vel a comite sancti bonifacii vel aliqua alia persona ad detrimentum alicuius partis vel alicuius hominis in diviso civitatis bon. vel districtus causa adiuvandi vel deffendendi aliquem seu aliquo modo vel ingenio sive permissu et voluntate postestatis ubi causam iuxta vel honestam et non fraudulentam hostenderit quare ipsam peccuniam acceperit totam amittat et in comune deveniat, et tantumdem de suo et plus arbitrio potestatis, et insuper ad aliquod officium comunis deinde in anum non admittatur sive ad aliquam ambaxatam comunis faciendam.*” *Ibid.*, p. 198.

licença do *Podestà* – rubrica XI do livro VIII¹⁹⁷ –, a quem por causa desses juramentos era obrigado a comprometer as suas obrigações – XII do livro VIII¹⁹⁸ - e aos estrangeiros que não possuíam bens e residência de mais de 10 anos na cidade – XVIII do livro X¹⁹⁹ -.

Por último, na rubrica de número XVI do livro II²⁰⁰, vemos que os embaixadores da comuna gozavam de alguns privilégios enquanto exerciam a sua função, como aquele de poder portar armas proibidas e perfurantes no palácio e na cúria do *Podestà*.

Antes de fazer uma síntese de tudo aquilo que foi exposto até aqui sobre o embaixador nos estatutos bolonheses de 1250 – 1267 – indispensável para continuar o nosso exercício e para depois comparar essas informações com os estatutos imediatamente sucessivos, aqueles de 1288 – é necessário precisar um último ponto para eliminar qualquer dúvida sobre o status do embaixador nos documentos aqui analisados: a verificação de sua relação com o *nuntius comunis* (núncio comunal).

O termo *nuntius* (núncio) pertence à esfera de vocábulos de uso consagrado desde a Antiguidade para falar de enviados em missão fora de uma entidade política. Esse elemento vocabular poderia fazer-nos considerar o título de *nuntius comunis* um sinônimo do termo

¹⁹⁷Liber VIII, Rubrica XI. Quod aliquis non efficiatur vassalus. “Item si quis de Civitate bononie vel districtu amodo in antea fidelitatem alicui fecerit de novo vel aliquis efficietur vasallus cum feudo et sine feudo (59 -67- vel in amicitia vel ex causa mutui seu prestantie seu ex alia quacumque causa in fraudem huius statuti receperit sine permissu potestatis, feudum quod habuerit vel perceperit vel ad quod predicto modo ille qui fidelitatem fecerit amittat) sine permissu potestatis, feudum quod habuerit vel receperit ille qui fidelitate fecit amittat et tantumdem de suo deveniat in comuni, et ille qui fraudulenter accepit extimationem dicti feudi et tantumdem de suo amittat et in comune deveniat, nisis feudum fuerit successorium. Si vero sine feudo vassalus efficietur et fidelitatem fecerit *in C libr. bononinorum quilibet eorum tam ille qui dederit* quam ille qui recepit comuni prestat et plus arbitrio potestatis. Si autem fuerit de ditricu bon. predictam pecuniam multentur, nec ad aliquam anboxatam comunis bon. admittatur.” *Op. cit.*, p. 199.

¹⁹⁸Liber VIII, Rubrica XII. Quod nullus constringat se cum aliquo ex promissione vel sacramento. “Item statuimus et ordinamus quod nullus de civitate bon. vel districtu vel aliunde amodo in antea alicui se astringat per promissionem vel securitatem vel sacramento sub aliquo ingenio de adunando unus alium nec ab aliquo qui sit de districtu bon. vel alium de promissione vel sacramento vel societate de se adiuvando recipiat salvis sacramentis hominum societatum armorum et arcium factarum ad honorem et utilitatem comunis bon.; et quilibet absolvat omnes illos qui sibi de predictis sunt astricti ad XL. dies proximos; et qui contrafecerit solvat nomine banni C. solidos bononinorum et plus arbitrio potestatis; et insuper ad aliquod officium non admittatur nec ad faciendum ambaxatam comunis, et predicta predictis ipse potestas per sacramentum ab hominibus bononie et districtus amodo in antea observari debere, et hoc superius dicta legantur in concione et in brevi consulum terrarum ponantur.” *Op. cit.*, p. 200.

¹⁹⁹Liber X, Rubrica XXVIII. Quod alienigena non habeant officium, nec sint de consilio. “Ne comunis bon. secreta de consilio in dampnum vel detrimentum ipsius comunis manifestetur sive ulterius publicetur, Statuimus et volumus firmiter observari quod aliquis alligena, nisi fecerit citadanciam continue per decennium et habuerit in bonis immobilibus in civitate bon. vel districtu CC libras bononinorum, ad aliquod officium comunis non admittatur, nec possit esse de consilio generali vel speciali, nec eat in anboxatam comunis”. Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267 editi da Luigi Frati. *Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti*. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo III. pp. 74 e 75.

²⁰⁰Liber II. Rubrica XVI. De portantibus arma vetita et pecutientibus in curia vel pallatio: “Et ditimus de euntibus et redeuntibus pro ambaxatis vel pro alliquo servitio comunis liceat eis portare spatam sub voltis pallatii et per curiam comunis, et hoc habeat locum in civibus. Si autem fuerit commitatus et portaverit ei juraverit se nesire bannum non teneatur, et insigna undique sub voltis pallatii fiant ut supra dictum est.” Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267 editi da Luigi Frati. *Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti*. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo I. p. 272.

ambaxator e deste modo, tratar como intercambiáveis as informações fornecidas pelos estatutos sobre essas duas palavras. Mas trata-se de dois termos diversos para nomear a mesma figura? Vejamos as prescrições estatutárias.

O *nuntius comunis*: Um sinônimo de *ambaxator comunis*?

O *nuntius comunis* possuía um juramento específico no tomo das magistraturas cidadinas. Intitulada “XLVII. *Sacramentum nuntiorum comunis*” (juramento dos núncios da comuna), no texto dessa rubrica vemos que se tratava de uma figura com competências bastante diversas: era responsável por fazer embaixadas para o *Podestà* de Bolonha, os seus juízes e para qualquer oficial da comuna²⁰¹, realizar as proclamações²⁰², anunciar os *banna*²⁰³ pela cidade e capturar e custodiar os condenados.²⁰⁴

Para a realização dessas atividades, o texto estabelece remunerações específicas de acordo com a tarefa. Quando esse agente partia em serviço de Bolonha ao condado ou permanecia na cidade para esse fim, ele devia receber 15 *solidi* bolonheses por dia.²⁰⁵ Para realizar uma embaixada, era-lhe dado 1 *solido* bolonhês²⁰⁶, para fazer uma proclamação na

²⁰¹Liber I, Rubrica XLVII. *Sacramentum nuntiorum comunis*: “*Juro Ego nuntius comunis bon. quod bona fide sine omni fraude fatiam ambaxatas michi domino..... pot. bon. vel ab eo qui vicem eius gerit vel iudicibus eius sive ab aliquo officiali de curia, et omnes ambaxatas michi iniunctas a predictis recte fatiam et referram illa die qua michi ambaxata fuerit iniuncta vel sequenti eam fatiam cum fuerint iniuncte sine fraude et facte statim redibo et nuntiabo, nec in fraudem morabo extra civitatem pro meo negotio vel alterius, quin redeam quam titius potero sine fraude. Et ambaxatam referram illi qui imposuerint michi eam in civitate si eum invenero; et omnes ambaxatas civitatis bon. et suburbiorum et comitatus et aliorum de districtu bon. et scolarium bon. fatiam pretio michi assignato et concesso in statutis civitatis bon.*” Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267 editi da Luigi Frati. *Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti*. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo I. p. 222.

²⁰²“*Et proclamatione fatienda de aliquo in civitate bon. vel suburbiis unum bon.*” *Ibid.*, p. 225.

²⁰³Sobre a função do bannum e o seu importante papel na organização comunal CF. TORELLI, P. “Il bando [nei comuni medievali italiani] In: ALBINI, G. (org) *Le scritture del comune – Amministrazione e Memoria nelle città dei secoli XII e XIII*. Milão: Scriptorium, 1998. pp. 118 – 129.

²⁰⁴“*Nuntii vero pro custodia allicuius non accipiant ultra v. imperiales inter diem et noctem ab eo quem custodierint; et si cum eo vel cum eis de die vel de nocte personaliter non steterint et non custodierint soldum habere non possit nisi pro tempore quo cum capto personaliter steterit et pro ea parte diei qua steterit; et nullus nuntius accipiat expensas vel aliquid pro eis ab aliquo quem ipse custodierit et si contra fecerit ab offitio repellatur et solvat comuni xx. sold. bon. quotiens contra fecerit.*” Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267 editi da Luigi Frati. *Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti*. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo I. p. 229.

²⁰⁵“*Item cum ivero et ibo in servitio comunis bon. vel ad laboreria per comitatum vel in civitate habebon XV. bon. pro quolibet die, et illi cum quibus stabo vel ero ad officia sive laboreria possint michi facere fieri per suum notarium scripturam publicam de diebus quibus cum eis stetero si domini habebunt notarium; sin autem possint facere fieri per alium notarium; Et si notarium non habebit dominus possit ipsemet facere. Nec ero vel stabo cum yscario nec cum aliquo alio officiali nec ad aliquod discum, nec ad aliquod offitium ultra XVI dies in annum et de hoc tenear precise nisi prius coequentur. Et donec stetero ad aliquam sedicinam non possim facere aliquam ambaxatam pretio.*” *Ibid.*, p. 223.

²⁰⁶“*Pro ambaxata in civitate vel suburbiis non accipiam ultram unum bon. pro tenuta danda III bon.*” *Ibid.*, p. 225.

cidade ganhava 1 *solido* bolonhês, para anunciar um *bannum*, 6 *solidi*²⁰⁷, para capturar um condenado, 2 ou 3 *solidi* bolonheses, e 5 *imperiales* para mantê-lo em custódia.²⁰⁸

O *nuntius comunis* não podia negar fazer as embaixadas a ele confiadas, exceto se tivesse uma justificativa sistemática. Jurava não ser servo nem ser casado com a serva de ninguém, ser cidadão da cidade pelo menos 5 anos antes de assumir tal função e morar no bairro bolonhês pelo qual havia sido eleito. Devia possuir pelo menos 25 *libras* bolonhesas em bens para se candidatar.²⁰⁹ Além disso, não podia dar o conteúdo escrito da embaixada entregue a ele nem mesmo ao Massário ou ao Cônsul das terras que visitava, mas somente ao destinatário do envio, preferivelmente dentro da casa da própria pessoa.²¹⁰ Por último, a rubrica informa-nos que no exercício das suas atividades o *nuntius* era obrigado a usar um capuz vermelho para ser reconhecido por todos.²¹¹

Encontramos outras informações que nos ajudam a melhor precisar a figura do *nuntius comunis* no tomo X desses estatutos – come já mencionado, um livro mais ou menos inteiramente dedicado à eleição de todas as magistraturas da comuna –. Nas duas rubricas de títulos iguais²¹² – XXIX e XXI – “*De Electione Nuntiorum comunis*” (sobre a eleição dos núncios da comuna) vemos que além dos 25 *solidi* em bens necessários para candidatar-se para a função, os estatutos exigiam a idoneidade daqueles que quisessem ocupar esse

²⁰⁷“*Et si bannum ponam non accipiam ultra VI bon. et nisis secundum formam statutorum; et banna et bannitos por malleficio cridabo secundum quod michi fuerit iniunctum bona fide, nec in fraudem clamare vitabo.*” *Ibid.*, p. 227.

²⁰⁸“*Nuntii vero pro custodia allicuius non accipiant ultra v. imperiales inter diem et noctem ab eo quem custodierint; et si cum eo vel cum eis de die vel de nocte personaliter non steterint et non custodierint soldum habere non possit nisi pro tempore quo cum capto personaliter steterit et pro ea parte diei qua steterit; et nullus nuntius accipiat expensas vel aliquid pro eis ab aliquo quem ipse custodierit et si contra fecerit ab offitio repellatur et solvat comuni xx. sold. bon. quotiens contra fecerit.*” *Ibid.*, p. 229.

²⁰⁹“*Nec alliqua occasione in palatio comunis ambaxatas vel in civitate vel extra facere reccusabo nisi iustam causam haberem reccusandi, quam causam dicam postetati vel iudici seu offitiali comunis bon., scilicet militibus et procuratoribus, vel massar. vel extimatoribus, vel illis qui ambaxatam iunxerit, quam teneat dicere et fidem facere sacramento si petitum fuerit. Et si contra fecero potestas teneatur michi auferre x. sl. Bon. quotiens contra fecero et potestit fuerit denuntiatur. Nec servus vel pactoalis sum allicuius, nec ancillam abeo allicuius in uxorem. Civis sum et fui per quinquennium hinc retro et habitator illius terre pro qua sum ellectus, nec alliquid dedi vel promisi alicui vel alliquibus pro hoc officio, nec dabo vel dari fatiam. Et si alliquid promissum fuerit per me vel per alium non observabo. Et habeo in bonis XXV lib. bon. valens scilicet rebus in mobilibus vel vinea vel terra vel prestem seccuritatem ydoneam XXV lib. bon. vel plus arbitrio potestatis, pro qua securitate a me petenda procuratores comunis vel eorum notarii non possint nec debeant a me auferre ultra IIIor bon.*” *Ibid.*, pp. 225-227.

²¹⁰“*Nec massarii seu consullibus terrarum dabo scriptum ambaxate allicuius singularis persone, sed ipsi quem debo citare dicam vel personis domus eius si non invenero aliquem de vicinis eius dicam in terra vel in contrata eius dicam in terra vel in contrata eius et nulli bannitor possit esse ministralis.*” *Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267 editi da Luigi Frati. Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo III. p. 227.*

²¹¹“*Et infulam tantum vermiglam (vermiliam) vel sicut in statut. continetur ad capud vel ad collum tenebo, ita quod publice videatur nec allibi sub clamide nisi cum irem ad capiendum bannitos, et de voluntate ipsius qui faceret capi super me omni tempore portabo.*” *Ibid.*, p. 227.

²¹²Depois da redação de 1252 essas duas rubricas são transformadas em uma única com todas as previsões que existiam nas duas.

papel.²¹³ Em 1262 é adicionada a tais critérios a necessidade de que esses agentes soubessem escrever e ler.²¹⁴ O número de eleitos é também mencionado, totalizando 200 indivíduos. Desses 200, 24 – 6 de cada um dos 4 bairros de Bolonha – deviam ser cavalgadores e receber ao total um *feudum* de 100 *solidi* bolonheses e mais pelo transporte, isto é, 3 *solidi* pelo primeiro dia e 2 por todos os outros que deveriam passar fora da cidade.²¹⁵ O recebimento de 1 *boninorum* para que um *nuntius comunis* realizasse uma embaixada é reiterado, com a adição de uma proibição de receber provisões e outras coisas de terceiros.²¹⁶

Na segunda das duas rubricas supramencionadas encontramos a informação de que esses 200 *nuntii*, além de serem divididos naqueles 24 que deviam ser cavalgadores, eram também separados por função, e, devido a isso é que podemos entender o motivo da citação de tarefas tão diversas com remunerações tão variáveis. De acordo com a rubrica, esses eram divididos entre os *bannitori*²¹⁷ – aqueles responsáveis pelos *banna* da comuna –, *trumbatores*²¹⁸ – que deviam partir com o exército e nas cavalgadas – e entre aqueles que deviam estar a serviço direto do *Podestà*.²¹⁹

Essa menção às subdivisões do *nuntius comunis* em diversos personagens da gestão comunal – especialmente o seu papel como *bannitor* e *trumbator* da comuna – foi para nós o indício decisivo para responder ao problema da possível confusão entre o *nuntius* e o *ambaxator comunis*.

Um *nuntius comunis* era uma das magistraturas mais baixas e gerais do organograma comunal, responsável por exercitar funções de natureza variada. Eleito em números

²¹³“(…) et quilibet possit se offerre ut sit nuncius absque ellectione, dum tamen sit ydoneus ad serviendum faciendum (...)” Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267 editi da Luigi Frati. *Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti*. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo III. p. 78.

²¹⁴“Statuimus quod nuntii comunis sint numero CC.; et quod de dicto numero ducentorum debeant per curiales quando fit electio nuntiorum omnes illi qui sciunt legere et scribere et volunt esse nuntii, facta cridatione per civitatem, ante ipsam electionem per bannitores comunis quod quicumque sit legere et scribere et vult esse nuntius faciat se scribi coram procuratoribus comunis”. *Ibid.*, p. 77.

²¹⁵“De quibus ducentis, XXIIIor, scilicet sex pro quarterio sint eques et habeant feudum C. sol. bon. et vecturas a comuni, scilicet tres sol. bon. primo die et pro quolibet aliorum dierum II sol. bon. cum iverit per comitatum vel alibi extra.” *Ibid.*, p. 78.

²¹⁶“Quando vadunt per comitatum aliquid a comunibus terrarum non accipiant, nec ad domum consulis vel massarii non hospitentur sive albergetur; et licet accipere unum bononinum per civitatem et per burgos et in utroque foro et pro una ambaxata civibus et scolaribus et ab aliis de comitatu.” *Ibid.*, p. 79.

²¹⁷“(…) et dicimus quod IIIor nuncii debeant esse bannitores et debeant sempre habere equos pro comuni; et sempre debeant super equos ponere bannum pro comuni, preter quam in pallatio comunis, et in scalis pallacii; et unum pulcrum par indumentorum debeant habere ydoneum ad voluntatem potestatis a comuni bon., quod semper habeant in dorsum cum ponunt bannum.” O texto dessa rubrica muda ligeiramente a partir do manuscrito datado de 1252, com a adição da seguinte passagem: “(…) et quod dicti bannitores sint de CC nuntiis, Et siant (sciant) banire et trumbare cum duobus canonis et tribus.” que deixa ainda mais clara a subdivisão do *nuntium* em diversas outras funções. *Ibid.*, p. 90.

²¹⁸“Item elligantur a potestate et curialibus alii de predictis nunciis qui sint trumbatores tempore guerre, et possint ponere bannum, quando est causa aliqua neccessitatis in exercitu et Calvacata et alibi, ubi potestati videbitur expedire.” *Ibid.*, p. 90.

²¹⁹“(…) et semper unus vel duo debeant ire cum potestate quando vadit extra civitatem pro ambaxata comunis; et eos potestas debeat coequare.” *Ibid.*, p. 91.

substanciais – 200 a cada ano – esse agente tinha um salário, um processo de eleição, procedimentos e até mesmo um uniforme diferente daquilo que encontramos nas rubricas dedicadas ao personagem chamado de *ambaxator*. A própria existência de rubricas específicas e situadas em posições diversas nos estatutos de 1250 – 1267 para falar do salário e das tarefas de um e de outro fazem-nos pensar que para os *statutarii* era clara a distinção entre essas duas figuras.

Além disso, em nossa leitura dos estatutos temos a impressão de que as menções às “embaixadas” que encontramos nas diversas rubricas supramencionadas sobre o *nuntius communis* fazem referência àquele significado do termo como mensagem escrita ou simples missão. A constante referência ao caráter escrito dessa *ambaxata* e a necessidade de entregá-la até mesmo dentro da casa do destinatário fez-nos acreditar que esse poderia ser o significado específico do vocábulo nessas redações estatutárias bolonhesas. Se nossa suspeita é correta, uma importante pergunta para as nossas reflexões surge: se o *nuntius communis* era para os redatores desses textos um personagem simplesmente encarregado de entregar diversas mensagens – mesmo aquelas com destinos fora do distrito da comuna –, e era reconhecido como diferente e muito mais simples e geral do que um embaixador – vimos como o primeiro fazia outras funções bastantes vulgares como o anúncio dos *banna* da comuna – podemos pensar na existência de uma hierarquia de níveis de representação da comuna estabelecida e reconhecida pelos estatutos no período? Se aquele que entregava a mensagem dos agentes do governo comunal a outras entidades políticas do momento não correspondia àquele que eles entendiam por embaixador comunal, e parecia ser um encargo muito mais baixo do que este último, somos capazes de considerar que o embaixador era um grau mais alto do que o *nuntius* em questões de representação? Uma figura que, além de entregar o conteúdo de uma mensagem das entidades dirigentes da comuna, talvez teria o poder de tomar decisões vinculantes juridicamente em nome daqueles que o haviam enviado?

Infelizmente, somente por meio dessas rubricas não somos capazes de responder a esse dilema teórico sobre o grau de representação desses indivíduos. Podemos, todavia, ter esses pontos em mente na leitura das redações posteriores e na realização de nossa análise daqui em diante.

Estabelecido que os termos e as funções do embaixador comunal e do nuncio comunal não eram os mesmos nos estatutos bolonheses de 1250 – 1267, podemos fazer uma pequena síntese daquilo que era o embaixador nesses documentos para depois continuar o nosso exercício com a redação estatutária bolonhesa de 1288.

Daquilo que analisamos, podemos dizer que o embaixador nos estatutos de 1250 - 1267 era uma função atribuída àqueles responsáveis por partir em missão, seja dentro do distrito da

comuna que fora da cidade a uma entidade política independente. Entendemos que diversos agentes podiam ocupar essa posição – mesmo oficiais da cúria do *Podestà*, caso fossem realizar as suas tarefas – mas que ser embaixador não tornava nenhum indivíduo um oficial por si próprio. Havia uma preocupação em não estabelecer uma única pessoa na função, aquilo que depreendemos da proibição a uma mesma figura de partir em embaixada em um ano.

Tratava-se, entretanto, de um encargo que era atribuído por meio de um processo de eleição comandado pelo Conselho Geral da cidade. Nesse processo, a origem de cada eleitor e candidato de acordo com os quatro bairros de Bolonha devia ser respeitada. Procuravam-se homens com características como *bons* e de *digna fé*, cidadãos da cidade ou estrangeiros com longa residência em Bolonha, que não tivessem recebido dinheiro dos inimigos da comuna, nem feito juramentos a alguém sem a permissão do *Podestà*. As instruções, todavia, eram fornecidas pelo *Podestà* da comuna, e deviam ser portadas por escrito e seguidas com rigor. Consta nos estatutos que nenhum indivíduo podia ser obrigado a fazer essas embaixadas fora da cidade como embaixador.

Uma vez eleito, esse agente tinha obrigações e direitos suficientemente definidos: partiam consigo notários específicos, cozinheiros, mercadores e cambistas, e podia portar armas proibidas dentro da cidade e no palácio do *Podestà*. O embaixador recebia remunerações e cavalos diversos de acordo com o destinatário e a dignidade daquele que ocupava essa posição, além do reembolso de todas as despesas que ele fizesse com pedágios e com a morte dos cavalos em viagem.

De volta à Bolonha, o embaixador devia ler a resposta e o resultado da missão em voz alta diante do Conselho Comunal e fazer as contas das despesas efetuadas durante a sua embaixada, relatando por escrito a data precisa de início e de fim do envio. Caso não tivesse gasto tudo aquilo que lhe havia sido dado antes de partir, devia restituir o resto à comuna.

Estabelecido o que era a figura do embaixador nos estatutos de 1250 – 1267 e delineado o quadro inicial de comparação diacrônica de nossa pesquisa, passamos agora à redação estatutária de 1288.

1.2. Os estatutos comunais bolonheses de 1288

Os estatutos comunais bolonheses de 1288 foram promulgados no início do declínio da fase de máxima expansão da comuna na Baixa Idade Média, marcada no momento pela ascensão ao poder de setores emergentes das atividades manufatureiras, mercantis e

financeiras.²²⁰ Trata-se também de um *corpus* documental redigido num período em que a comuna de Bolonha não se encontrava ainda submetida rígida e formalmente ao Papado, apresentando assim uma riqueza e variedade temática bem maior do que os estatutos posteriores emitidos pela cidade, que se concentravam em grande parte na conturbada relação com o pontífice.²²¹ Dessa forma, nos estatutos de 1288 as menções à Igreja são bastante ocasionais e quase completamente limitadas à referência da total adesão da comunidade e dos seus órgãos à facção filoeclesiástica.²²²

Disputavam pelo poder no interior de Bolonha no momento de promulgação dessa legislação dois grupos de orientações e composições bastante distintas. Primeiro, a chamada *pars populi*, a parte do povo, composta por setores emergentes da atividade manufatureira, mercantil e financeira, tutelados e gerenciados pelas corporações. Para Rolando Dondarini, estudioso que recentemente realizou uma análise de conjunto dessa documentação, esses indivíduos buscavam regulamentar os comportamentos sociais de forma a subtrair antigos privilégios e transformar a imposição fiscal funcional aos próprios interesses, e assim, almejavam promulgar instrumentos legais e administrativos que tornassem possível a sua tomada de controle político interno e a plena subordinação dos componentes nobiliárquicos da cidade. Rivalizando esse grupo, encontrava-se a parte aristocrática, que segundo o autor, tinha por objetivo a conservação de seu prestígio, de seus privilégios e isenções fiscais, e a tutela de suas competências patrimoniais.²²³

Comum a ambos os grupos era o interesse na ampliação do controle político dos territórios limítrofes de forma a possibilitar à comuna de Bolonha a capacidade de rivalizar com outras grandes cidades do momento, como Veneza, Florença e Milão.²²⁴ Esse interesse expansionista, mercantil e econômico da comuna bolonesa ia contra os desígnios imperiais, principalmente às reivindicações de autoridade do imperador Frederico II e de seus descendentes, e, para Dondarini, estava na raiz do posicionamento anti-imperial da cidade e até mesmo na sua disposição em manter-se participante da Liga Lombarda.²²⁵

Decisiva na conformação do quadro político interno da comuna que gerou a criação dos estatutos de 1288 foi a obtenção por parte do papa Nicolau III da renúncia imperial de sua soberania sobre os territórios e sobre as cidades da região da Romanha, incluindo a cidade de

²²⁰DONDARINI, R. *Gli Statuti di Bologna del 1288*. Una ricerca storica in chiave attuale. Bolonha: Istituto Regionale di Studi sociali e politici “Alcide De Gasperi”, 2005. p. 25.

²²¹*Ibid.*, p. 26.

²²²*Ibid.*, p. 28.

²²³*Ibid.*, p. 28.

²²⁴*Ibid.*, p. 28.

²²⁵*Ibid.*, p. 29.

Bolonha.²²⁶ Assomava-se então às disputas internas uma tentativa de manutenção das autonomias da cidade e de resistência aos projetos de submissão papal. Nesse contexto de conflitos entre setores aristocráticos e os chamados setores populares – mercadores, financistas e manufatureiros –, e de combates contra projetos de dominação papal e submissão imperial é que foram promulgados os estatutos de 1288.

Tal redação estatutária possui 673 rubricas, divididas em 12 livros. Trata-se de um documento composto em boa parte das rubricas do estatuto anterior de 1267, reformadas e reagrupadas, que ficou em vigor até pelo menos o ano de 1318.²²⁷

Em seu protocolo, declara-se a motivação principal de sua promulgação: organizar e atualizar uma grande massa de normas e deliberações, muitas já inúteis, supérfluas e contraditórias, que eram de difícil conhecimento e de quase impossível localização em meio ao grande número de livros.²²⁸ Além desses objetivos declarados, Dondarini afirma que o código de 1288 apresenta inovações formais e substanciais que refletiam, nas palavras do autor:

“a definitiva afirmação do conceito de um estado cittadino soberano autônomo ao qual todos os sujeitos presentes na cidade e no território deviam estar submetidos com direitos e deveres análogos. As suas normas são precisas nos detalhes, excluindo reenvios às consuetudines e recursos aos especialistas, e limitando a alguns casos isolados a faculdade de arbítrio do Podestà, do Capitão e dos seus oficiais.”²²⁹

²²⁶“Eletto papa al termine del 1277, intraprese una politica di ricomposizione e di riappropriazione delle competenze politicoterritoriali dello stato della Chiesa continuando così gli indirizzi ierocratici di Gregorio X, volti fra l'altro a rivendicare il dominio sui territori e le città che erano stati bizantini, Bologna compresa. Nell'attuare il suo progetto puntò a sottomettere la Romagna e la Toscana giustificando i suoi interventi con la necessità di sedare le lotte che laceravano queste due aree. Appena eletto, il 12 dicembre del 1277, aveva chiesto la cessione della Romagna all'imperatore Rodolfo d'Asburgo, che dopo il fallimento dei tentativi degli imperatori svevi di controllare i territori italiani di competenza imperiale, decise di rinunciare nell'ambito di accordi più complessivi con una dichiarazione resa pubblica a Roma il 4 maggio 1278.” *Op.cit.*, p. 32.

²²⁷*Op.cit.*, p. 36.

²²⁸“In nomine Patris, Filii et Spiritus Sancti. Amen. Hec sunt statuta comunis Bononie compilata per dominus Bonagratiam domini Armani, Julianum domini Cambii iurisperitos, Pretiolum de Medicina, Boniohannem domini Çivinini de Çovençonibus, Naclerium domini Iohanini de Pavanensibus et Albertum de Flesso, Iacobum de Lastignano, Ricobonum de Plastellis, Laurentium domini Alberti Scarii et Guidonem Bontalenti notarios, ad hoc per comune Bononie deputatos: extracta de diversis et variis et immensis statutis, reformationibus, libris et voluminibus ubi inordinate et confuse et obscure posita fuerant et sparsa: in quibus etiam multa inutilia, contraria et similia et supervacua reperiabantur, ita quod nedum scire, set etiam cuilibet erat impossibile invenire: in hoc volumine redacta, ordinata, clara, utiliter et breviter ex predicto immenso librorum numero, rescatis supervacuis, prefacionibus, similibus, contrariis et inutilibus et que in desuetudinem abierunt, detrahendo, immo etiam mutando verba eorum ubi hoc rei commoditas exigebat, prout imbecillitati eorum que naturaliter inest in homine possibile fuit et que memorie omnium etiam in nullo peccare penitus homini non permisit.” “Statuti di Bologna dell'anno 1288 editi da Gina Fasoli e Pietro Sella.” *Collezione Studi e Testi*, n° 73, Vol. 1 e 2. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1937. Volume 1, p. 5.

²²⁹“In definitiva il codice del 1288 presenta innovazioni formali e sostanziali che, abbandonando totalmente i residui della lontana origine contrattuale del comune, riflettono la definitiva affermazione del concetto di uno stato cittadino sovrano e autonomo al quale tutti i soggetti presenti nella città e nel territorio debbono sottostare con analoghi diritti e doveri. Le sue norme sono precisate nel dettaglio escludendo rinvii a consuetudini e ricorsi ad esperti e limitando ad alcuni casi isolati le facoltà di arbitrio del podestà, del

Internamente, os 12 livros que compõem esse *corpus* de estatutos organizam-se mais ou menos de forma coesa segundo uma temática específica. Esquemáticamente podemos dizer que o primeiro livro, composto por 17 rubricas, fala sobre o *Podestà*, o seu séquito e o *Conselho dos Oitocentos*; o segundo, por 23 rubricas, sobre o *Conselho dos Dois Mil*, sobre a eleição dos oficiais da comuna, os seus juramentos e as normas relativas aos seus ofícios. O terceiro livro, possuindo 83 rubricas, versa sobre as tarifas, as modalidades de cobrança, os encarregados de fazê-la, as unidades de medida, os regulamentos sobre os moinhos, sobre os navios, enquanto o quarto, de 128 rubricas, disserta sobre os procedimentos penais e as disposições do direito. O quinto livro, com 253 rubricas, diz respeito aos ordenamentos *sagrados e sacratíssimos*²³⁰ e o sexto, composto por 52, sobre diferentes disposições do direito e procedimentos civis. No sétimo, encontram-se 35 rubricas sobre o exercício do notariado e as obrigações; no oitavo, 15 rubricas sobre os *studia* e os privilégios dos estudantes e dos doutos. Já o nono livro dedica as suas 26 rubricas às disposições sobre o ordenamento e a administração do interior – o condado –, enquanto as 72 do décimo versam sobre os regulamentos urbanos e os trabalhos públicos a serem feitos e mantidos. Por último, o décimo primeiro livro, com 17 rubricas, fala sobre as entradas e despesas da comuna, e o décimo segundo, 52 rubricas sobre o exercício dos vários ofícios e indústrias, represálias, mercados e companhias do povo.²³¹

Para a realização de nossa análise, utilizamos a edição produzida pelos professores Gina Fasoli e Pietro Sella²³², a única já feita sobre tal documentação e ainda hoje bastante respeitada e considerada referência no estudo desses estatutos.

A nossa primeira observação é que as rubricas que possuíam o termo *ambaxator* em seu título e que se dedicavam mais especificamente a sua figura tornam-se mais concentradas e mais longas nesse texto estatutário. Informações que nos estatutos de 1250 – 1267 encontravam-se esparsas em menções indiretas ao embaixador são incluídas em uma série de rubricas sobre essa função no livro de número XII dessa redação – aquele no qual é descrito o exercício de vários ofícios e indústrias, represálias, mercados e companhias do povo –.

capitano e dei loro ufficiali”. DONDARINI, R. “Gli statuti cittadini”. In: *Gli Statuti di Bologna del 1288. Una ricerca storica in chiave attuale*. Bolonha: Istituto Regionale di Studi sociali e politici “Alcide De Gasperi”, 2005. p. 36.

²³⁰É nesse livro dos estatutos que as disputas internas entre as facções cidadinas ficam mais expressas. Trata-se de rubricas que tem por objetivo preservar o *status quo* atingido por meio das recentes lutas políticas internas. Assim é possível encontrar vetos e limites impostos a facção derrotada dos gibelinos e respectivamente os privilégios da facção vencedora, a dos guelfos. Para mais informações sobre essas rubricas do livro V, *CF. Ibid.*, 98.

²³¹*Ibid.*, p. 38.

²³²“Statuti di Bologna dell’anno 1288 editi da Gina Fasoli e Pietro Sella.” *Collezione Studi e Testi*, nº 73, Vol. 1 e 2. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1937.

Além disso, notamos que a palavra *ambaxatam* desaparece do juramento dos *milites*²³³ – que agora prometem somente acompanhar o *Podestà* em qualquer lugar que ele fosse – do massário da comuna e do *extimatore* da comuna. De fato, a própria possibilidade de partir fora da cidade em embaixada é prevista a um numero mais reduzido de oficiais em meio aos seus juramentos. É o caso do *extimatore* da comuna, que tem parte do seu juramento relativa a esse assunto substituída por uma longa discussão sobre sua responsabilidade pelos contratos de compra e venda.²³⁴

Em primeiro lugar, tais informações fazem-nos pensar em um uso da palavra *ambaxatam* mais específico nessa nova redação estatutária, menos ligado à ideia de simples missão dentro da cidade ou texto escrito, mesmo se esse uso não desaparece completamente e é corrente ainda no caso de personagens como o *nuntius comunis*. Mencionada a figura desse último, vale a pena também adicionar que nos estatutos de 1288 encontramos uma divisão marcada de suas funções em novas rubricas e uma separação terminológica mais precisa. O

²³³Liber I. Rubrica VI. De sacramento militum domini potestatis. “*Iuro ego, socius et millex domini potestatis, ad sancta Dei evangelia me esse de parte Ecclesie seu Ieremiensium per quam partem hodie Bononie civitas gubernatur, et favere universitati ipsius partis et non favere publice vel occulte universitati partis Lambertationum, nec alicui pro ipsa universitate partis Lambertationum, et servare bona fide omnia et singula statuta, ordinamenta et reformationes comunis et populi Bononie in hiis que ad meum officium pertinere videbuntur, vel mihi imponuntur per dominum potestatem vel comune Bononie quod facere debeam. Et dare ipsi domino potestati auxilium, consilium et favorem ad suum regimen faciendum, secundum quod videbitur ad honorem ipsius domini potestatis et comunis Bononie utilius pertinere. Et credentias de factis comunis Bononie et aliis mihi impositas quocumque modo privatas tenere et in perpetuum nulli manifestare in dampnum vel detrimentum comunis Bononie. Et furtum aut fraudem de avere comunis Bononie vel alterius singularis persone non facere, nec lucrum aliquod aliqua ratione facere in civitate Bononie vel districtu, preter id quod a potestate mihi de suo fuerit concessum. Et non dare operam quod de aliquo spetiali fiat ellectio ad aliquod offitium, ordinarium vel extraordinarium, et non tractare vel operam dare de aliquo asumendo in potestatem el capitaneum vel rectorem civitatis Bononie vel districtus. Nec septam facere vel tractatum de aliquo qui peccuniam aliquam el lucrum pro aliquo negocio in comuni faciendo vel non faciendo habeat vel percipiat. Et continue stare in civitate Bononie toto tempore regiminis ipsius potestatis et sindicatus, nec me absentare, nisi de voluntate consilii vel nisi irem cum potestate, quando potestas voluntate consilii ad partes aliquas se conferret. Et hec omnia et singula observare precise sine aliqua denuntiatione vel protestatione mihi facienda, sub pena centum librarum bononinorum pro quolibet statuto, reformatione vel ordinamento vel capitulo statuti in statutis comunis Bononie contentis, et etiam sub eadem pena pro quolibet alio statuto, ordinamento vel reformatione populi, si mihi hostense fuerint vel in scriptis date vel lecte, quo vel qua contravenere vel fecero, salvo maioribus penis si que in alias imponentur.*” Op. cit., p. 22 – 23. (grifo nosso)

²³⁴Liber II, Rubrica XI. De sacramento et offitio extimatorum comunis Bononie: “*Iuro ego iudex sive laycus ellectus offitio extimatorum comunis Bononie petitiones, querelas, causas et lites coram me seu notariis meis porectas, sucipere et receptas cognoscere et sine debito terminare, servando statuta, ordinamenta et reformationes comunis et populi Bononie, tam in recipiendo petitiones, [et in] cognoscendo, quam in diffiniendo, si reperiam in statutis, ordinamentis vel reformationibus de predictis loqui, alias secundum iura et leges, faciendo iustitiam et equitatem utrique parti, et causa incoactas coram predecessoris meis simili modo diffinire et terminare. Item iuro questiones finium, que essent vel erunt inter aliquos civitatis Bononie vel districtus, recipere et ipsos fines per me ipsum inspicere et discernere, vel per bonos et legales magistris, qui in predictis questionibus sint periti, quos possim et debeam accipere et eligere, datis michi confidentibus a partibus, si partes de uno vel pluribus non concordarent, et expensis utriusque partis. Et data michi petitione ab aliquo super finibus et parte requisita solempniter secundum formam statutorum, contra quam petitur, discerni confines seu de novo aponi, dare dilationem ad respondendum octo dierum. Qua finita teneatur pars requisita super petitionem litem contestari, non obstante aliqua exceptione reali vel personali, dilatoria vel declinatoria vel perhentoria vel anomala aut aliqua alia que opponeretur per ipsum requisitum, que quidem salve sint ipsi parti etiam post litem contestatam. Et veniant disputandum tempore disputatonem (...)* Op. cit., p. 66 – 70.

trumbatore comunis torna-se uma função independente e as atribuições do *nuntius* são mais delimitadas: era aquele responsável pelas proclamações, pelos anúncios, pela perseguição aos condenados e a sua custódia.²³⁵ É prevista a sua partida fora da cidade somente para trazer indivíduos à justiça. O termo *ambaxatam* é aqui utilizado como missão atribuída dentro da cidade ou de seu distrito, como por exemplo, acompanhar o notário do *Podestà* responsável pela manutenção das estradas, ou como mensagem que devia ser transmitida dentro da própria comuna.²³⁶ É ainda mais reduzida aquela confusão parcial que percebemos na análise dos estatutos de 1250 - 1267 entre o papel do *nuntius comunis* e do *ambaxator comunis*.

Retornando à questão da redução daqueles oficiais que possuíam em seus juramentos a previsão de partir em embaixada fora da cidade de Bolonha, é possível refletir também se esse elemento não seria um sinal de especificação dessa atribuição. A atividade poderia ter sido vista pelos *statutarii* responsáveis pela reorganização e modificação dos estatutos anteriores como algo que deveria ser mais restrito do que era para os redatores dos estatutos de 1250 – 1267.

Antes de fazer conjecturas é necessário analisar com minúcia as rubricas dedicadas inteiramente ao embaixador nos estatutos de 1288. Localizada, como já mencionado, no livro XII dessa redação estatutária, a rubrica que concentra a maior parte das informações que se encontravam esparsas sobre essa figura na legislação estatutária de 1250 – 1267 é aquela

²³⁵Liber II, Rubrica XIII. De electione nuntiorum comunis Bononie et ipsorum offitio: "(...) *Quibus nuntiis concedimus licentiam posse habere et recipere pro merito eorum laboris infrascriptas pecunie quantitates, videlicet pro citatione facienda de aliquo in civitate Bononie unum bononinum tantum pro quolibet citato et in burgis vel suburbiis pro quolibet citato et qualibet citatione duos deanrios bononinos tantum; et pro qualibet citatione facienda per comitatum pro quolibet citato et quolibet miliare unum denarium tantum; pro crida facienda in civitate Bononie sine testibus duos denarios pro quolibet cridato et qualibet crida, si crida fuerit facta in civitate Bononie vel burgis. Si ero fuerit crida facta cum testibus in civitate Bononie vel burgis tres denarios pro quolibet cridato et qualibet crida. Et si fiat crida in comitatu sine testibus pro quolibet cridato et qualibet cridatione duos denarios et unum denarium pro miliare; si autem cum testibus et sono campane pro quolibet cridato et qualibet crida tres denarios et unum denarium pro quolibet miliare. De tenuta danda in civitate vel burgis, sive ex primo decreto sive ex secundo, quatuor denarios et si daretur in comitatu tantundem, et ultra pro quolibet miliare unum bononinum. Pro qualibet proclamatione que fieret ratione alicuius substationis vel excussionis faciende, vel alia causa, tres denarios si fiat in civitate Bononie vel burgis, si autem in comitatu tantundem, et ultra unum denarium pro quolibet miliare. Pro quolibet pignore accipiendo III denarios in civitate vel burgis et totidem in comitatu et ultra unum denarium pro miliare. Pro qualibet sequestratione facta in civitate Bononie vel burgis sex denarios et totidem in comitatu et ultra unum denarium pro miliare. Et pro faciendo precepto quod aliquis veniat pro detento, III denarios in civitate Bononie vel burgis et totidem in comitatu, et insuper pro quolibet miliare unum denarium. Pro aliquo homine detinendo in pallatio comunis se detinebitur in pallatio XII denarios et si alibi per civitatem Bononie vel burgis duos solidos bononinorum et extra civitatem per comitatum quatuor solidos bononinorum pro quolibet detento et quolibet nuntio.*" *Op. cit.*, pp. 80 – 84.

²³⁶"(...) *Et quando vadunt per civitatem vel comitatum pro aliqua ambaxata, illas debeant portare in capit vel aliter, ita quod appareant. Iurent autem predicti nuntii, tempore quo satisdabunt, quod bona fide et sine omni fraude facient ambaxatas ei impositas a potestate vel capitaneo vel ab aliquo eorum vel alicuius eorum iudice, milite vel notario vel ab aliquo alio officiali comunis Bononie, non eundo in cospis vel in planellis aliquo modo vel in tranpanis, et ipsas referre ea die vel sequenti, si ambacata ei fuerit iniuncta in civitate Bononie vel burgis. Si vero in comitatu infra quintum diem ad plus et ante, quam cicus poterint et coram eo vel illis qui dictam ambaxatam ei iniunxerint. Et non possit aliquis nuntius excusare facere aliquas ambaxatas nisi iuxta et probabili de causa.*" *Op. cit.*, p. 80 – 84.

intitulada de “XXXXVIII – Sobre os embaixadores e o seu salário”.²³⁷ No texto lemos que qualquer embaixador enviado fora da cidade de Bolonha devia receber um salário diferente de acordo com a quantidade de cavalos que trazia consigo em missão. Caso conduzisse 2 cavalos deveria ganhar 18 *solidi* bolonheses por cada dia de duração do envio; se tivesse consigo 3 cavalos, 24 *solidi* bolonheses, e com 4 cavalos mereceria 30 *solidi* bolonheses.²³⁸ Também o notário que partia com o embaixador tinha um salário diferente segundo a quantidade de cavalos que conduzia durante a embaixada. Se trouxesse 1 recebia 12 *solidi*, 2 cavalos, 18 *solidi*.²³⁹

Mesmo se não podemos olhar para essas cifras de forma absoluta, é possível ver que os valores previstos para a remuneração do embaixador e dos seus notários mudam substancialmente, tornando-se, como nos casos dos 3 cavalos, propriamente o dobro – 24 *solidi* bolonheses – daquilo que era estipulado na redação estatutária precedente – 12 *solidi* bolonheses –. Também a previsão de partir com um quarto cavalo dá-nos a impressão de um crescimento de importância e preocupação da comuna com esse tipo de iniciativa.

A rubrica continua com a previsão do uso de embarcações para realizar embaixadas – inexistente na redação anterior – com a respectiva remuneração devida ao embaixador e a seu notário.²⁴⁰ Assim como nos estatutos de 1250 – 1267, o destinatário da embaixada é um elemento decisivo nessa rubrica no pagamento dos agentes enviados, todavia, nesse estatuto encontramos de diferente a menção a procedimentos formais variados de acordo com o destinatário da missão. Caso o embaixador e o seu notário partissem em direção ao Império, ao Papado ou a qualquer rei deviam ser remunerados e respeitar as deliberações e provisões do Conselho da Comuna e do Povo (*popolo*) de Bolonha. Quando partiam para outros destinos, eram obrigados a apresentar-se pessoalmente diante do *Podestà*, ao Capitão do povo e ao seu vicário e jurar que fariam sua embaixada legalmente e de boa fé, sem cometer nenhuma fraude para obter vantagens próprias da situação.²⁴¹

²³⁷Liber XII, Rubric aXXXXVIII – De ambaxatoribus et eorum salario.” Statuti di Bologna dell’anno 1288 editi da Gina Fasoli e Pietro Sella.” *Collezione Studi e Testi*, nº 73, Vol. 1 e 2. Città del Vaticano:Biblioteca Apostolica Vaticana, 1937. Vol. 2, p. 228.

²³⁸Liber XII, Rubrica XXXVIII – De ambaxatoribus et eorum salario:“*Statuimus quod quocienscumque ambaxatores mitterentur pro comuni Bononie extra comitatum, si ambaxator duxerit duos equos habeat [a] comuni Bononie pro suo salario decem et octo solidos bononinorum pro quolibet die et si duxerit tres pro quolibet die viginti quatuor solidos bononinorum et si duxerit quatuor habeat comuni Bononie pro quolibet triginta solidos bononinorum nec ultra possit habere vel percipere quocumque duxerit equos (...)* Ibid., p. 228.

²³⁹“(…)si notarius aliquis iverit cum ambaxatore, habere debeat cum uno equo duodecim solidos bononinorum, si vero duos equos duxerit, habere debeat a comuni decem et octo solidos bononinorum et ultra non possit habere quocumque duxerit.”*Op. cit.*, p. 228.

²⁴⁰“(…)Si vero ambaxatores ituri essent ad tales partes quod non eques sed per navim deberent ire, tunc ambaxatores pro quolibet ipsorum habere debeat a comuni decem et octo solidos bononinorum pro quolibet tantum et notario in dicto casu duodecim solidos bononinorum e non ultra.”*Op. cit.*, p. 228.

²⁴¹“(…)Si vero contingerit ambaxatores destinari ad dominum papa vel dominum imperatorem vel ad aliquem regem, tunc talibus ambaxatorius et notario ituro cum eis, si notarius ire cum eis debuerit, provideatur de

A obrigação de portar por escrito o conteúdo da embaixada redigido pela mão de um notário público é reiterada, como nos estatutos de 1250- 1267, mas outros elementos formais são adicionados, tal qual a necessidade do sigilo da comuna.²⁴² É também presente nessa rubrica a menção à obrigação do embaixador de fazer as contas com o depositário da comuna sobre os gastos de sua embaixada – restituindo aquilo que não havia gasto – e sobre a sua duração até o terceiro dia após o seu retorno à cidade.²⁴³

A eleição deste indivíduo continua a ser uma atribuição do Conselho da Comuna e do Povo de Bolonha nesses estatutos, que buscavam até mesmo proibir a organização de embaixadas por privados sem a permissão consiliar.²⁴⁴ A questão dos cavalos do embaixador ganha nesse estatuto uma importância maior do que na redação precedente. Encontramos na legislação estatutária de 1288 a proibição de portar mulas em missão²⁴⁵, além da transformação do assunto no título de uma rubrica própria²⁴⁶, que previa a estimativa do valor dos cavalos do embaixador antes de sua partida em missão e a restituição daqueles mortos durante a embaixada.²⁴⁷

ipsorum feudo secundum deliberationem et provisionem consilli comunis et populi Bononie. Et quando contingerit aliquos ambaxatores vel notarios ire debere in aliqua ambaxata, potestas Bononie vel eius vicarius vel dominus capitaneus vel eius vicarius ambaxatores ituros vel notarios ituros faciat venire coram se et eos facere iurare ambaxatam eis imponendam legaliter et bona fide facere, et eam persqui suo posse, et nichil aliud proponere vel petere in fraudem ad suam utilitatem vel alterius persone preterquam ambaxatam eis imponitam. (...)” Op. cit., p. 228.

²⁴²“*Et ambaxatam quam facturi sunt ambaxatores teneantur portare in scriptis manu notarii publicatam vel sigillo comunis vel populi sigillatam et responsionem ambaxate pro posse referre in scriptis et autenticatam et coequentur ambaxatores et notarios eorum per quarteria.*” *Op. cit.*, p. 229.

²⁴³“*Et dicimus quod ambaxatores ituri teneantur infra tercium diem post redditum eorum facere rationem cum depositario comunis si ultra recepissent quam teneantur id totum reficere comuni. Et dicimus quod antequam ambaxatores mittantur debeat per consilium provideri pro quot diebus debeat fieri eis solutio. Ita quod si plus quam in consilio reformatum fuerit steterint, nichil percipiant nisi ultra steterint voluntate postestatis vel capitanei vel ancianorum et consulum populi Bononie, vel pro aliqua evidenti utilitate comunis Bononie vel necessitate, quibus casibus si steterint solvatur eis pro diebus quibus steterint et non receperit solutionem.*” *Op. cit.*, p. 228.

²⁴⁴“*Et dicimus quod potestas vel capitaneus vel aliquis de sua familia non possit elligere vel nominare aliquos ambaxatores nisi eis vel alteri eorum committeretur a consiliis comunis vel populi Bononie. Item dicimus quod nulli singulari persone expensis comunis concedantur ambaxatores. Et volumus etiam et concedimus quod si aliqui ambaxatores pro comuni iverint ad aliquam civitatem vel locum, quot ambaxatas possint facere singularem personarum que eis imponentur a potestate, vel capitaneo, vel ancianis et consulis populi Bononie et aliter non. Possint autem ambaxatores singularibus personis concedi pro comune Bononie eorum expensis voluntate consilii comunis vel populi Bononie. Et dicimus quod potestas vel capitaneus vel aliquis de sua familia non possit elligere vel nominare aliquos ambaxatores nisi eis vel alteri eorum committeretur a consiliis comunis vel populi Bononie. Et nullus cogatur ire in ambaxatam comunis nisi ei primo fiat soluto a comuni.*” *Op. cit.*, p. 229.

²⁴⁵Liber XII, Rubrica XXXVIII. De ambaxatoribus et eorum salario: “(...)Dicimus etiam quod nulla equa ducatur in ambaxatam aliquam sub pena decem librarum bononinorum et sit precisum.” *Op. cit.*, p. 228.

²⁴⁶Liber XII, Rubrica XXXX. De emendatione equorum ambaxatorum. *Op. cit.*, p. 230.

²⁴⁷Liber XII, Rubrica XXXX. De emendatione equorum ambaxatorum: *Ordinamus quod quando contingerit ire ambaxatores pro comuni Bononie ad curiam romanam vel ad dominum imperatorem vel ad aliquem regem, quod equi ipsorum ambaxatorum debeant extimari antequam ambaxatores vadant in ambaxatam, per extimatores qui extimare debent equos domini potestatis et domini capitanei ita quod si aliquis ineret fraude debeant emendari per comune Bononie secundum extimationem factam, faciendo fidem quod sit mortuus coram uno ex iudicibus domini potestatis. Item dicimus quod aliis ambaxatoribus ituris pro ambaxatis comunis*

A grande novidade dessas rubricas específicas sobre o embaixador aparece no livro VI – dedicado às disposições de direito e de procedimento civil – na rubrica intitulada de “XXXXVI – Sobre os embaixadores da comuna de Bolonha que podem gerir os seus negócios por meio de procuradores”. Substancialmente, o texto desse estatuto prevê que caso o embaixador fosse chamado em juízo por alguma causa civil enquanto estava em uma embaixada fora da cidade de Bolonha, esse tinha o direito de ser representado por uma pessoa próxima a ele até o terceiro grau de parentesco, ou pelo procurador da comuna.²⁴⁸

Inédita nos estatutos de 1250 – 1267, essa rubrica demonstra uma preocupação da comuna em tornar menos oneroso o encargo de um embaixador, que para exercer a sua missão devia ausentar-se da cidade e de seus negócios por longos períodos de tempo. Não parece inverossímil pensar que tal medida fosse também fruto de uma crescente necessidade de mobilizar embaixadores fora da comuna de Bolonha, sobretudo em direção ao Império e ao Papado, que no momento disputavam a sua influência na Península Itálica. Corrobora com as nossas reflexões de uma preocupação maior dos *statutarii* com o envio de embaixadores entre os estatutos de 1250 – 1267 e aqueles produzidos em 1288 a exclusão nessa última redação da rubrica que proíbia o *Podestà* de enviar alguém em embaixada fora da cidade contra a sua vontade.²⁴⁹

Vistas as rubricas específicas sobre o embaixador e as embaixadas nos estatutos de 1288, passemos ao estudo das menções indiretas a tal agente nessa redação estatutária. Mesmo se, como dissemos anteriormente, o número dessas referências indiretas diminui substancialmente.

A primeira dessas citações à qual fazemos referência aparece na rubrica de número “LXI – Sobre como os estrangeiros não devem ser hospedados além de 4 dias”. Nela encontramos que os embaixadores, junto aos mercadores que vinham para Bolonha, estavam entre os únicos estrangeiros que podiam permanecer na cidade e ser hospedados além de 4 dias, sem a necessidade de ser denunciados ao *Podestà* da comuna.²⁵⁰ Vemos aqui a primeira

Bononie equi eis mortui emendentur si mortui fuerint sine fraude, secundum extimationem et valorem equi mortui, faciendo fidem de morte et de valore equi coram iudice domini potestatis. Op. cit., p. 230 – 231.

²⁴⁸Liber VI, Rubrica XXXXVI – De ambaxatoribus comunis Bononie qui possint eorum negocia per procuratores gerere: “Statuimus quod quicumque per comune vel populum Bononie missus fuerit in aliquam ambaxatam comunis, et eo existente in dicta ambaxata vocatus fuerit in ius super aliqua causa civili, possit per substitutum vel aliquem alium suum propinquum usque in tertium gradum, satisfando de rato et iudicato solvendo, vel per procuratorem defendi, adicto quod amittatur ad iurandum de calumpnia, et omnis processus qui fiet cum aliquo ex predictis valeat et teneat et habeat plenum robur. Et fiat executio ex dicto processu contra procuratorem seu defensorem, et etiam contra principalem in casu predicto.” *Op. cit.*, p. 36, 37.

²⁴⁹ Vide supra nota 75.

²⁵⁰Liber X, Rubrica LXI - De forensibus non hospitantibus ultra quatuor dies: “Ordinamus quod nullus hospitator possit aliquos hospitari ultra quatuor dies quin ipsos hospitatos denuntiet, nisi ipsum vel ipsos propenderet esse de lingua francigena vel ultramontana. Et quo omnes hospitatores teneantur infra quindecim dies ab ingressu cuiuslibet potestatis venire coram uno ex spetialibus notariis domini potestatis et promittere

deliberação estatutária sobre o recebimento de embaixadores estrangeiros na cidade, na qual pelo menos o direito de permanência desses agentes na comuna até que eles terminassem a sua missão é garantido, mesmo que de forma bastante limitada.

A segunda dessas referências indiretas pode ser encontrada em meio às rubricas que discorrem sobre os privilégios dos estudiosos do *Studium* de Bolonha. Do texto da rubrica de número VIII depreendemos que era prevista a utilização de doutores em leis nas embaixadas organizadas pela comuna²⁵¹, um elemento que nos ajuda a entender um pouco mais sobre os indivíduos que eram escolhidos pelo Conselho Comunal para exercer essa função.

Antes de finalizar a análise dos estatutos de 1288 e de fazer uma pequena síntese das modificações introduzidas por essa redação estatutária sobre a figura do embaixador, convém acenar que encontramos nessa legislação a menção, pela primeira vez, da existência de espiões e de um *explorator* (explorador) da comuna.

Em meio a rubrica XXVIII do livro IV dos estatutos, que dispõe sobre a pena daqueles que entram em contato com os inimigos da comuna de Bolonha, encontramos que essas figuras eram as únicas que podia socializar com os inimigos da comuna sem licença prévia do Conselho.²⁵² A referência a um *modum spiarum* (modo dos espiões) permite-nos pensar que se tratava de uma prática suficientemente conhecida pela comuna, entretanto, é curioso ver esta dimensão da Diplomacia normalmente ligada ao segredo aparecer em um texto de caráter público e oficial como os estatutos. Mesmo se não descobrimos nenhuma outra informação sobre essa figura nesse documento, trata-se de um elemento que reforça aquela impressão que tivemos anteriormente de um pequena complexificação do aparato diplomático da cidade entre a escrita dos dois estatutos analisados.

Façamos então uma pequena síntese das informações encontradas nesse estatuto sobre a figura do embaixador. Vimos que no período de mais ou menos 20 anos que separam a

de denunciando domino potestati omnes et singulos venientes ad hospitandum in suo hospitio et domibus cum armis eques vel pedes infra dictos quatuor dies, nisi manifeste cognoverit eos esse merchatores vel ambaxatores: qui dominus potestas teneatur inquirere de conditione personarum que denuntiate fuerint et de causa aventus ipsorum et quicumque hospes contrafecerit condempnetur pro qualibet vie et quolibet in centum solidis bononinorum.” Statuti di Bologna dell’anno 1288 editi da Gina Fasoli e Pietro Sella.” *Collezione Studi e Testi*, nº 73, Vol. 1 e 2. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1937. p. 167.

²⁵¹Liber VIII, Rubrica VIII - De privilegiis scholaribus concessis et universitati ipsorum ad ipsorum petitionem et sunt decem capitula subsequencia:“(…) *Item quod potestas vel capitaneus Bononie vel aliquis gerens vices eorum non possint interdicare vel impedire studium aliquo modo prohibendo doctoribus ne legant, vel precipiendo ut legant contra voluntatem scholarium seu universitatis. Salvo quod doctores legum, si necessarium fuerit, pro ambaxatoribus communis ire possint.*” *Ibid.*, p. 100.

²⁵²Liber IV, Rubrica XXVIII - De pena parlamentantis cum inimicis comunis Bononie: “*Si quis comunicaverit vel parlamentaverit cum inimicis comunis Bononie, vel iverit vel miserit ad parlamentandum sine licentia domini potestatis, habita licencia a consilio, solvat bannum C libras bononinorum pro qualibet vice, si fuerit pedes. Et si fuerit miles vel filius militis vel de nobili progenie vel de magnatibus, condempnetur in ducentis libris bononinorum et plus in arbitrio domini potestatis in avere. Et hoc secundum qualitatem facti. Et si potestas dederit licenciam sine voluntate consilii condempnetur in C libris bononinorum nisi esset explorator vel spia comunis Bononie secundum modum spiarum*”. *Ibid.*, p. 194.

redação de 1267 daquela de 1288 ocorreram transformações – mesmo que pequenas – suficientemente relevantes para o assunto aqui estudado.

Primeiro, notamos que o número previsto de indivíduos para exercitar a função de embaixador é reduzido nesses estatutos, que removem essa possibilidade do juramento de muitos dos oficiais da comuna. Esse processo de restrição é, em nossa opinião, acompanhado de uma valorização discreta dessa função por parte da comuna de Bolonha, que dobra o salário previsto para o embaixador quando esse partia para fora da comuna e também aumenta o número de cavalos que tal figura podia portar consigo em missão. Em relação aos procedimentos formais, notamos também uma maior complexificação dos protocolos, das cerimônias e dos documentos relativos a esse agente. Encontramos menções a sigilos da comuna que eles deviam possuir e também a juramentos específicos que precisavam fazer de acordo com os destinatários das suas missões.

Essa maior preocupação da comuna com a função é reforçada pela remoção das rubricas que proibiam o envio desses agentes contra a sua vontade e pela previsão de que o embaixador podia ter representantes legais dentro de Bolonha para resolver os seus negócios pessoais enquanto estava ausente em missão.

Permanecem as mesmas, entretanto, todas as informações relativas ao processo de eleição desse agente, a sua posição em meio às magistraturas da comuna – um encarregado e não necessariamente um oficial – e às poucas características desses indivíduos que nos informam os estatutos bolonheses, com a adição de alguns privilégios específicos, como a possibilidade de portar armas dentro da cidade e no palácio do *Podestà*, e a revelação de que estudiosos do *studium* de Bolonha eram também selecionados para exercitar essa função.

Terminadas as considerações sobre a figura do embaixador nos estatutos comunais bolonheses de 1288, passamos agora ao estudo das redações estatutárias do século XIV.

1.3. Os estatutos comunais bolonheses de 1335

A primeira redação dos estatutos bolonheses do século XIV remonta ao ano de 1332, promulgada pelo cardinal Bertrando del Poggetto em um momento de intervenção direta da Igreja na cidade de Bolonha.²⁵³ Dos manuscritos dessa redação, entretanto, não temos mais

²⁵³Eleito para o governo de Bolonha pelo voto do Conselho do povo, esse personagem representou uma “fratura no ordenamento comunal da cidade”, transformando-a por meio das suas *riformagiones* de “comuna” em “senhoria” mediante um decreto de supressão das atividades do próprio Conselho que o havia eleito, da substituição do *Podestà* por um reitor, nomeado pelo próprio cardinal e altamente dependente desse, da suspensão da função de Capitão do povo e etc. Para uma descrição mais precisa da atuação desse personagem Bolonha, Cfr. Lo statuto del comune di Bologna del 1335 a cura di BUDRIESI, A. L. T.” *Collezione Fonti per*

notícias, uma vez que esses foram perdidos e deles não resta nenhum vestígio.²⁵⁴ Por isso, começaremos a nossa análise dos estatutos do *Trecento* bolonhês com a redação estatutária de 1335, feita depois da expulsão do legado supramencionado e da reconstituição da comuna por Taddeo Pepoli.²⁵⁵

Editados recentemente por Anna Laura Trombetti Budriesi, essa produção estatutária tinha como objetivo claro a repriminção das instituições comunais dissolvidas pelo cardinal na sua tentativa de reforma administrativa e de concentração de poder. Poggetto tinha promovido um remodelamento das magistraturas comunais com a criação de novos oficiais e a abolição de muitos outros que considerava supérfluos na composição de seu novo *corpus* estatutário, que, de acordo com Budriesi, modificava substancialmente a redação de 1288.²⁵⁶

Quando Taddeo Pepoli em 1334 propôs a constituição de uma nova redação estatutária de modo a neutralizar as reformas feitas por Poggetto e restaurar o caráter popular da comuna, ele reutilizou, entretanto, a mesma comissão estatutária responsável pela criação dos estatutos do legado, e manteve alguns dos ofícios instaurados por ele para garantir a custódia do poder em Bolonha da parte que ele representava. Por essa razão é que muitas das medidas tomadas por Bertrando Poggetto em questões administrativas foram mantidas, e que a redação de 1335 pode ser considerada bastante diversa do modelo do século XIII ao qual busca assemelhar-se.²⁵⁷

Para a nossa pesquisa, trata-se de estatutos muito interessantes pela sua proposta de modificação das funções e dos oficiais da comuna, pois talvez encontraremos nesses documentos alguma modificação ou maior definição que envolva também o embaixador e o envio de embaixadas.

Vejamos as suas rubricas. Os estatutos de 1335 são organizados em 10 livros de dimensões variadas, cada um desses dotados de grande coerência na disposição da matéria neles abordada e nas suas rubricas.²⁵⁸

Começamos a nossa análise pelos juramentos neles contidos, como procedemos no estudo das redações estatutárias do século XIII. Concentradas no primeiro e no segundo livro desses estatutos, encontramos, em primeiro lugar, a reiteração da previsão de que o *Podestà* podia partir em embaixada pela comuna de Bolonha em meio ao seu juramento.²⁵⁹ Diferente

la Storia dell'Italia Medievale. Serie Antiquitates, n° 28. Vol 1 e 2. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 2008. p. XIX – XXIV.

²⁵⁴*Ibid.*, p. X.

²⁵⁵*Ibid.*, p. XLVI e LXXXIV

²⁵⁶*Ibid.*, p. XXX.

²⁵⁷*Ibid.*, p. LXXII e LXXXIX

²⁵⁸*Ibid.*, p. XCVIII.

²⁵⁹Liber I, rubrica III – De familia et salario domino potestatis et hiis quos secum ducere prohibetur: “(...)Et pro dicto salario teneatur ipse potestas et sua familia, ac etiam beroarii, facere omnes et singulas ambaxiatas,

das outras duas redações aqui analisadas, vemos a integração do juramento do Capitão do povo aos estatutos comunais de 1335, e em esse também aparece a possibilidade de partir em embaixada pela comuna de Bolonha.²⁶⁰ Trata-se de uma rubrica de conteúdo bastante semelhante àquela do *Podestà* em relação a sua participação em uma embaixada, isto é, que ele não deveria receber mais do que o estipulado em seu salário para partir em embaixada, em cavalgadas, no exército e nas marchas. Como antes, o estatuto prevê também a estimativa do valor dos cavalos desse personagem e a sua restituição caso morressem em decorrência da missão.²⁶¹

Com exceção desses dois personagens, notamos a mesma ausência das previsões de partir em embaixada para fora da cidade nos juramentos dos *milites*, do *massário* e do *extimatore* de Bolonha que percebemos na análise dos estatutos de 1288. Podemos pensar na manutenção nesses documentos do já acenado processo de restrição daqueles que podiam ocupar o encargo de embaixador para a comuna de bolonhesa.

O número de rubricas nas quais o termo *ambaxator* aparece no título permanece mais ou menos o mesmo da redação de 1288, mas, temos mais precisões sobre mecanismos somente mencionados nos estatutos do século XIII. Para começar, podemos fazer referência à rubrica de número 51 do livro VI dos estatutos de 1335, intitulada “*De causis ançianorum, ambaxiatorum et absencium rei publice causa*” (sobre os casos dos Anciãos, dos embaixadores e dos ausentes por algum motivo da coisa pública), na qual a questão da

cavalchatas, exercitus et andatas que et qui occurrerent faciendo vel fiendi in civitate vel districtu Bononie sive extra, et omnia et singula facere que tenentur et debentur. Et nichil aliud habere vel percipere possit ipse vel aliquis de sua familia per se vel per alium, directo vel per oblicum, a comuni Bononie, seu ab aliqua alia universitate vel singulari persona, eciam a sponte dare volente, sub pretestu predictorum, vel alio quocumque titulo vel colore. Op. cit., Vol. 1. p. 10.

²⁶⁰Liber II, Rubrica III – *De familia et salario domini capitanei et hiis quos secum ducere prohybetur.* “(...)Et pro dicto salario teneatur ipse capitaneus et sua familia, ac eciam beroarii, facere omnes et singulas ambaxiatas, cavalchatas, exercitus et andatas, qui et que occurrerint faciendo vel fiendi in civitate vel districtu Bononie sive extra. Et omnia alia et singula facere que tenentur et debent. Et eciam pro predictis dare teneatur cibum et potum singulis diebus campanario populi pro usu ipsius tantum, qui campanarius continue, de die et de nocte, in domibus palaciorum ipsius domini capitanei debeat comorari. Teneatur eciam dare unam ex robis suis quibus in regimine uteretur Thomaci de Sancto Iohanne Buffono, infra tres primos menses regiminis antedicti.” *Op. cit.*, vol. 1, p. 68.

²⁶¹Liber I, Rubrica 21 – *De extimatione et emendatione equorum domini potestatis.* “Ordinamus quod dominus potesta teneatur facere extimari, infra quindecim dies ab ingressu sui regiminis, equos quos intendit et debet tenere tempore sui regiminis per officiales ad hoc pro tempore elligendos in consilio quatuor milium. Quam extimacionem ipsi officiales eorum sacramento bona fide facere teneantur et in secreto debeant tenere donec equus mortuus fuerit, cuius emendacio fieri deberet et peteretur. Ita tamen quod / <c. 20> extimacio alicuius equi non possit excedere sumam centum librarum bononinorum. Post quindecim vero dies non possit fieri vel variari extimacio de aliquo eius equo. Et tempore quo fieret dicta extimacio debeant dicti equi bulari una bulla, que extranea sit a qualibet alia bulla qua bulatus sit bulari debuerit aliquis equus in civitate Bononie. Item dicimus quod si aliquis ex predictis equis extimatis moriatur morte naturali, non emendetur ei. Si vero aliquis ex predictis equis vulneraretur in rissa vel prelio facta vel facto in exercitu vel cavalchata, seu civitate vel ambaxiata vel alia andata facta in servicio comunis Bononie et moriretur, tunc emendetur ei tantum equus per comune Bononie quantum fuerit extimatus. Quo emendato, loco eius infra octo dies eiusdem valoris vel maioris alium equum habere teneatur, qui extimetur per eosdem extimatores, aliter vero vel alter equus qui non sit de predictis extimatis nulatenus emendetur eidem.” *Op. cit.*, Vol. 1, p. 48.

representação legal do embaixador dentro da cidade enquanto este estava em missão – preocupação introduzida pela primeira vez nos estatutos de 1288 – é abordada mais longamente. Do seu texto depreendemos que além das questões relativas diretamente a essa figura enquanto estava fora da cidade – nas quais, como vimos, ela podia ser representada pelos seus parentes ou pelo procurador da comuna – também os casos nos quais o embaixador ocupava o papel de advogado, tutor ou curador antes do envio deviam ser tratados de forma diferente enquanto ele estivesse em missão. Caso esses litígios não tivessem outros advogados e agentes que pudessem continuá-los, deviam ser bloqueados e permanecer no mesmo estado em que estavam antes da partida do embaixador. É prevista nessa rubrica a possibilidade de que essa causa ou questão continue na ausência do embaixador, mas somente por meio de procedimentos jurídicos e cerimônias específicas endereçadas ao vicário da comuna.²⁶²

Dessa rubrica podemos também retirar a informação de um hábito na comuna bolonhesa em se usar pessoas de formação jurídica para ocupar o encargo de embaixador, como vimos na análise dos estatutos de 1250 – 1267, nos quais encontramos menções a juízes que partiam como embaixadores²⁶³, e naqueles de 1288, nos quais estudamos uma rubrica sobre o uso dos *doctores legis* (doutores em lei) como embaixadores.²⁶⁴ A referência ao fato

²⁶² Liber VI, Rubrica 51 – De causis ançianorum, ambaxiatorum et absencium rei publice causa: “<D> ecernimus quod cause, questiones seu controversie principaliter ançianorum civitatis Bononie et suorum notariorum, durante officio ipsorum, et eciam ambaxiatorum civitatis Bononie et eorum qui rei publice civitatis Bononie causa absentes extra civitatem Bononie et districtum fuerint, et eciam cause, questiones et controversie, in quibus aliqui predictorum fuerint advocati, procuratores, tutores, curatores vel actores seu syndicum, si/ <c. 175 > in causa vel questione seu controversia predicta pars principalis non habuerit alium advocatum, procuratorem, tutorem, curatorem vel actorem seu syndicum, qui in dicta causa seu questione possit interesse, vel in quibus sit notarius actorum, sint et esse debeant inpendenti durante dicto officio, ambassaria vel absencia et in eo statu in quo erant ante tempus ipsius officii, ambassarie vel absencie, dum tamen ipse questiones, cause vel controversie per tres dies ante tempus dicte ambassarie, officii vel absencie incoate fuerint per libelli oblationem vel partis cytationem ubi non est offerendus libellus, et ita demum si ipse querimonie vel cause per ipsos advocatos vel eorum nominibus ante tempus eorum ambassiate vel absencie date fuerint in scriptis coram vicario domini potestatis dimisse; que in actis per eum notarium debeant registrari, nixi pars principalis, cuius favore causa dilactatur, predictis non obstantibus, velit in causa seu questione procedi, quo casu procedatur predictis non obstantibus. Et idem intelligatur, fiat et observetur, si durante tempore ipsius officii, ambassarie, vel absencie aliqua persona vellet eidem officiali, ambassiatori, vel absenti item, questionem vel controversiam de novo movere, vel si ipse officialis ambassiator vel absens, per se vel per alium, vellet de novo causam vel querimoniam aliquam inferre, quibus caxibus voluntas ipsius officialis, ambassiatoris vel absentis servetur. Op. cit., Vol. 1, p. 509 – 510.

²⁶³ Liber XII. Rubrica LXXXIV. De mendis et perditis ambaxatorum et passadio dando: “Statuimus quod nulli eunti in ambaxatam comunis fiat mendum alicuius equi nisi mortuus fuerit sine fraude et culpa, et tunc medietas tantum extimationis que erat tempore quo ductus fuerit in ambaxatam probata extimatione coram hiis quibus potestas commiserit; in exercitu vero vel cavalcata quando equi tenentur pro districtu bon. secundum quod placuerit consilio bon. eodem tempore statuo et reficiatur passadia et quida, palla doni (sic) Guidi.” Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267 editi da Luigi Frati. *Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti*. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. Tomo III, p. 181.

²⁶⁴ Liber VIII, Rubrica VIII - De privilegiis scholaribus concessis et universitati ipsorum ad ipsorum petitionem et sunt decem capitula subsequencia:“(…) Item quod potestas vel capitaneus Bononie vel aliquis gerens vices eorum non possint interdicare vel impedire studium aliquo modo prohibendo doctoribus ne legant, vel precipiendo ut legant contra voluntatem scholarium seu universitatis. Salvo quod doctores legum, si necessarium fuerit, pro ambaxatoribus communis ire possint.” Statuti di Bologna dell’anno 1288 editi da

de que os casos nos quais o embaixador exercia uma função de advogado na cidade antes de ser eleito para partir em missão deviam receber um tratamento específico é um indício que nos faz pensar na formação e na prática jurídica desses indivíduos em Bolonha.

Assim como nas redações precedentes, encontramos nesses estatutos uma rubrica dedicada exclusivamente à remuneração do embaixador, posicionada em uma parte diversa dessa documentação daquela das rubricas dos nuncios e de outros personagens do organograma comunal, o que nos confirma a percepção dos *statutarii* de uma diferença marcada entre as duas funções, já acenada nos estatutos anteriormente analisados. Localizada no livro V, a rubrica de número 44 – “Sobre as despesas do embaixador” informa-nos que a escolha do embaixador nesses estatutos não é mais uma atribuição exclusiva do Conselho Comunal. De fato, essa responsabilidade é transferida aos Cônsules e aos Anciãos da comuna, que, de acordo com a rubrica, tinham a liberdade de enviar esses agentes fora da cidade quando parecia-lhes oportuno.²⁶⁵ Para realizar sua missão, o embaixador podia receber no máximo 40 *solidi* bolonheses por dia e nada mais do que o estabelecido pelo Conselho da Comuna e do Povo de Bolonha, o qual continuava a ter a responsabilidade sobre a remuneração desses agentes, mesmo se a capacidade de escolha transferir-se-ia – como vemos acima – aos Anciãos e aos Cônsules.²⁶⁶ Esses valores, entretanto, podiam ser diversos caso a embaixada fosse enviada à cúria romana.²⁶⁷

A necessidade de portar consigo credenciais produzidas por um notário público com o sigilo reconhecido da comuna é repetida e reforçada nessa redação estatutária.²⁶⁸ Diverso das outras legislações vistas aqui até agora, encontramos nessa rubrica a menção de que qualquer pessoa escolhida como embaixador para a cidade de Bolonha era obrigada a aceitar a missão e

Gina Fasoli e Pietro Sella.” Collezione *Studi e Testi*, nº 73, Vol. 1 e 2. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1937. Volume 1, p. 100.

²⁶⁵ Liber V, Rubrica 44- De expensis ambaxiatorum: “*Item providerunt quod, quociens contingeri aud necesse fuerit, sive dominis ançianis et consullibus videbitur pro utilitate seu negociis comunis Bononie vel amicorum eiusdem, ambassiatas ad aliquas partes extra districtum Bononie trasmitere, seu transmitti debere, associatos cum aliquibus notariis seu sindicis, vel sine, domini ançiani et consules tales ambassiatores, notarios, syndicos libere elligere possint.*” *Ibid.*, Vol. 1. p. 375.

²⁶⁶ “(...) *Quibus ambaxiatoribus fiat solutio per depositarios comunis Bononie eius quantitatis et pro tempore quo declarabitur per ipsos ançianos et defensores averis, dummodo non possint alicui ambaxiatori sallarium tassare ultra quantitatem quatreginta solidorum bononinorum, vel alicui tali notario vel sindaco ultra quantitatem viginti solidorum bononinorum pro quolibet die, nec ultra possit percipere vel habere, nixi hoc firmabitur per consillium populi Bononie ad scriptinium cum fabis albis et nigris, in quo consillio sint trecenti consiliarii ad minus et due partes in concordia.*” *Ibid.*, p. 375.

²⁶⁷ “*Salvo semper arbitrio concesso super tractatu reconciliationis diende inter comune Bononie et dominum papam et Ecclesiam romana, et sallario ambaxiatorum missorum ad curiam occaxione predicta; que solvi possint eciam sine reformatione consillii populi.*” *Ibid.*, p. 376.

²⁶⁸ “(...) *Et non possint dicti ambaxiatores stare vel morari in dictis ambaxiatis ultra terminum quo declaratum fuerit per ipsum consillium; quod si steterint, solutionem aliquam percipere non possint a comuni Bononie pro tempore quo ultra steterint, nixi starent, vel stabunt, de consensu et licencia dictorum dominorum capitaneorum ançianorum et consullum populi Bononie; de qua licencia appareat publica scriptura scripta manu unius ex notariis dictorum ançianorum, vel per literas comunis Bononie, sigillo dicti comunis sigillatas, ex parte dictorum dominorum capitaneorum, ançianorum et consullum transmissas.*” *Ibid.*, p. 375.

o encargo, a não ser que possuísse uma justificativa de doença assinada por dois médicos reconhecidos pelo *Podestà* e pelo Capitão do povo.²⁶⁹ Trata-se de uma mudança expressiva se levarmos em consideração que encontramos nos estatutos bolonheses de 1250 – 1267 uma resolução que dizia exatamente o contrário, isto é, que o *Podestà* não podia obrigar ninguém a partir em missão pela cidade.²⁷⁰ No quadro geral das informações aqui analisadas, podemos pensar nesse indício como um sinal a mais do aumento da necessidade de enviar embaixadas para fora do distrito da comuna, a qual não podia mais dar-se o luxo de deixar aos próprios agentes a escolha se queriam ou não partir em missão.

Diferente das outras duas edições aqui estudadas, encontramos somente uma menção indireta ao embaixador que nos revela algum aspecto interessante sobre a sua figura nessa redação estatutária. No livro IV, rubrica de número 6 – “Sobre a eleição do ofício e a jurisdição do senhor dos grãos”, deparamo-nos com a citação do envio de embaixadores para negociar grãos com outras comunas em nome da cidade de Bolonha²⁷¹ e a permissão de que eles – ao representar os senhores e oficiais eleitos para gestão dos grãos da cidade –

²⁶⁹(...) *Et quod domini ançiani et consules, et dominus potestas, et quilibet per se, liberi possint et valleant tales ambaxiatores elligendos cogere et compellere ad eundum in tali ambaxiata ad quam elligentur, omni exceptione remota, salvo quod in caxu evidentis infirmitatis, per duos medicos domino potestati vel domino capitaneo fide facta, retentis de predictis cambio et gabella.* “Lo statuto del comune di Bologna del 1335 a cura di BUDRIESI, A. L. T.” *Collezione Fonti per la Storia dell'Italia Medievale. Serie Antiquitates*, n° 28. Vol 1 e 2. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 2008. p. 376.

²⁷⁰Liber XII, Rubrica LXXXVI. *Quod potestas non cogat alliquem ire in anboxata: "Item statuimus quod rector bononie neminem in potestariam alicuius civitatis invitum cogat ire, et non debeat ambaxatores pro comuni expensis comunis alicui eunti in potestariam alicuius civitatis vel reddeundi nec ad aliam civitatem det ambaxatores pro comuni, ad hoc ut illa civitas potestate, quam habet de ista civitate, alicui civitati concedat."* Statuti di Bologna dall'anno 1245 all'anno 1267” editi da Luigi Frati. *Collezione dei Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti*. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869. p. 183.

²⁷¹Liber IV, Rubrica 6 – De ellectione officio et iurisdicione dominorum bladi: “(...) *Et prohybere et prohyberi facere omnibus remediis oportunis ne de civitate, comitatu vel districtu Bononie, modo aliquo, bladum aliquod extrahatur vel extrahi possi ab aliquo. Et si eisdem officialibus videretur quodlibet bladum cuiuscumque condicionis existens in comitatu et districtu Bononie seu guardia civitatis, conduci facere et ma<n>dare deferri in civitate Bononie a quolibet omni modo, termino et cum adiectione penarum quibus eis videbitur faciendum. Et ob predicta et quodlibet predictorum et alia quacumque causa, racione dicti officii, quibuscumque comitatibus universitatibus et personis precepta et interdicta facere et penas imponere. Et eciam videre et examinare raciones granarii et bladi granarii dicti comunis et cuiuslibet officialis deputari ad custodiam dicti granarii, et alterius cuiuscumque qui fuisset ad dictam custodiam deputatus et ipsos et alium quemcumque qui aliquod bladum vendidisset vel vendere aut conducere promississet, seu quid aliud dare vel facere teneretur dicto comuni occasione bladi cogere ad conservacionem omnium ad que teneri videretur. Ita quod sine dapno ipsum comune remaneat et ob predicta et quolibet predictorum destinare et mittere ad omnia loca et partes, que eis videbuntur, ambaxiatores et nuncios, et eis salaria deputare, tassare et ordinare tocians cociens fuerit oportunum et prout crediderint convenire, dum tamen secundum formam tassacionum et statutorum comunis Bononie et de ipsis eisdem facere satisfieri per generalem depositarium averis comunis Bononie.*” Lo statuto del comune di Bologna del 1335 a cura di BUDRIESI, A. L. T.” *Collezione Fonti per la Storia dell'Italia Medievale. Serie Antiquitates*, n° 28. Vol 1 e 2. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 2008. p. 151.

contraíssem qualquer débito que julgassem conveniente em nome da comuna com mercadores e outros agentes fora de Bolonha para obter grãos para a cidade.²⁷²

Como podemos perceber do que foi visto até agora, os estatutos comunais bolonheses de 1335 apresentam-nos menos informações sobre o embaixador do que as versões precedentes, mesmo se em relação ao salário e aos protocolos notamos um crescimento contínuo e exponencial. De que forma podemos entender essa aparente perda de interesse dos *statutarii* pelas particularidades da função de embaixador, acompanhada ao mesmo tempo de cláusulas mais duras e mais generosas financeiramente em relação a esse personagem?

Em relação à organização do aparato diplomático citadino, essa redação apresenta novidades que são contraditórias a uma ideia de pouca importância das embaixadas e do embaixador no período. Em primeiro lugar, são nos estatutos comunais de 1335 que encontramos pela primeira vez a menção a uma chancelaria da comuna de Bolonha, uma instituição responsável pela produção dos documentos e das cartas que portavam o embaixadores em missão.²⁷³ Não se trata somente de uma simples referência pontual a essa estrutura, mas encontramos de fato uma série de rubricas nas quais se buscavam definir as atribuições, as regras de eleição e o suporte financeiro de uma figura chamada de *cancellarius comunis* (chanceler da comuna), a quem eram confiadas essas responsabilidades.²⁷⁴

Dos estatutos depreendemos que se tratava de um personagem em cujas mãos passavam muitas das coisas secretas da comuna e informações de importantes negócios de Bolonha e dos seus aliados, e por isso era escolhido a cada seis meses diretamente pelos Cônsules e pelo Conselho dos 40 da sociedade dos notários.²⁷⁵ Quatro indivíduos deviam realizar o ofício de chanceler, e para serem escolhidos precisavam ter cerca de 30 anos, ser

²⁷²(...) *Ita quod sine dapno ipsum comune remaneat et ob predicta et quolibet predictorum destinare et mittere ad omnia loca et partes, que eis videbuntur, ambaxiatores et nuncios, et eis salaria deputare, tassare et ordinare tocians cociens fuerit oportuno et prout crediderint convenire, dum tamen secundum formam tassacionum et statutorum comunis Bononie et de ipsis eisdem facere satisfieri per generalem depositarium averis comunis Bononie. Possintque dicti domini et officiales, si utile vel oportuno videbitur, nomine dicti comunis quecumque debita contrahere cum quocumque racione bladi habendi, merchandi et conducendi et ipsum comune et ipsius comuniis bona, iura et introitus dicti garnarii obligare pro satisfacione cuiuscumque debiti. Op.cit., p. 151.*

²⁷³Liber IV, Rubrica 17: “De electione et officio cancellarii comunis Bononie et eius coadiutoris: *Et formare omnes et singulas literas que transmitterentur seu transmitti deberent ex parte seu sub nomine comunis Bononie vel suorum regiminum, ad quancumque comunitatem vel singularem personam transmitterentur. Op. cit., p. 177*

²⁷⁴Rubricas como: Liber IV, Rubrica 38 – *De vacatione officiorum* e Liber V, Rubrica 15 – *De sallario cancellarii, notariorum et nunciorum ançianorum.*

²⁷⁵Liber IV, Rubrica 17 - *De electione et officio cancellarii comunis Bononie et eius coadiutoris. “(...) Cum per manus generalis cancellarii comunis Bononie transeant cuncta secreta et ponderosa negocia dicti comunis et amicorum eiusdem, propter quod oporteat de sufficienti persona tali officio providere, statuimus quod, finito officio presentis cancellarii dicti comunis, cui omne suum ius in dicto officio reservamus, per dominum preconulem et consules societatis notariorum et consilium quadraginta ipsius societatis notariorum et consilium quadraginta ipsius societatis singulis sex mensibus (...)” Op. cit., p. 176.*

homens prudentes (*virī prudentes*), fiéis, peritos na *ars dictaminis* e bons escritores.²⁷⁶ Eram obrigados a ter um registro secreto de todas as cartas que escrevessem com o respectivo nome de quem as havia entregado e com modalidades formais diversas de arquivamento desses documentos segundo o destinatário.²⁷⁷ Para a realização do seu ofício, deviam receber 60 *libras* bolonheses.²⁷⁸ Eles eram também os responsáveis por escrever as cartas enviadas para outras comunas no processo de escolha de um *Podestà* forasteiro e os juramentos desse indivíduo. Na realização dessas tarefas específicas, ele devia ganhar 40 *solidi* de Bolonha.²⁷⁹

Um outro elemento que se adiciona a esse quadro mais complexo do aparato diplomático da cidade nos estatutos de 1335 é a figura do espião. Já mencionada sem pormenores em uma breve passagem dos estatutos de 1288, essa função ganha uma série de rubricas específicas na redação de 1335. Primeiro a de número 16 do livro IV – “Sobre a eleição do senhor dos espões e dos seus notários”²⁸⁰, na qual encontramos um oficial que era

²⁷⁶“(…) *nominentur quatuor notarii etatis quilibet treginta annorum ad minus, viri prudentes, fideles et experti in arte dictaminis et boni scriptories, de illo et pro illo quarterio tantum pro quo deberet fieri electio(…)*”. *Op. cit.*, p. 176

²⁷⁷“(…) *Et registrare teneatur seu registrari facere in uno libro omnes et singulas literas transmitendas ut supra de verbo ad verbum, cum data literarum et nomine nuncii exportantis antequam transmittantur vel post incontinenti, et sub secreto tenere si et prout teneri debuerint. (...) Et si fuerint littere, que mitti debeant ad dominum papam vel cardinales, vel ad dominum regem Robertum, vel aliquem alium regem, in favorem principaliter alicuius singularis persone, comunitatis vel universitatis, mitti vel sigilari non possint nisi prius hoc fuerit in consilio populi reformatum. Si vero ad aliquem comitem vel baronem, vel aliquam comunitatem non subditam comuni Bononie, in favorem principaliter alicuius singularis persone, comunitatis vel universitatis alterius quam comunis Bononie, mitti non possint nec per eum formari vel sigilari vel aliquem alium, nisi hoc prius firmatum fuerit per dominum capitaneum, ançianos et consules et defensores supradictos, vel tres partes ex eis, de quibus scriptura appareat manu unius ex notariis antedictis.*” *Op. cit.*, p. 177 e 178.

²⁷⁸Liber V, Rubrica 15 – De sallario cançellerii, notariorum et nunciorum ançianorum: “*Item uni notario cançellerio comuni pro uno anno et ad rationem anni, tam pro suo sallario, quam pro cartis et cera neccessariis ad illud officium sexaginta libras bononinorum.*” *Op. cit.*, p. 342.

²⁷⁹Liber I, Rubrica 4 - De mittendo pro dominis potestate et capitaneo. “(…) *Predictas autem literas et formam sacramenti faciat, seu fieri faciat, cançelerius comunis Bononie; pro quibus faciendis, seu fieri faciendis, habeat et habere debeat a comune Bononie quadraginta solidos bononinorum et non plus, per se vel alium, aliquo modo vel ingenio. Tenorem quarum literarum talem esse volumus, decenti salutacione premissa: (...)*” *Op. cit.*, p. 11 e 12.

²⁸⁰Liber IV, Rubrica 16 – De ellectione et officio domini spiarum et ipsius notarii: “*Providerunt quod ellectio unius domini seu officialis literati, qui presit officio nunciorum et spiarum transmittendarum pro comuni Bononie, fiat et fieri debeat pro sex mensibus, inchoandis in Kallendis mensis ianuarii et iullii et sic successive, per dominos ançianos et consules populi Bononie et defensores averis, ita quod in ellectione et ellecto consenciant tres partes ad minus ançianorum et due partes defensorum predictorum, videlicet de mense decenbris et iunii quoequando quarteria. Qui officialis teneatur et debeat sollicite et diligenter transmutere, ubicumque fuerit oportunitum, nuncios et spias et explaratores cum literis comunis Bononie et sine, ad investigandum et refferendum nova undecumque occurencia et ad portandum literas comunis Bononie ad quemcumque locum extra civitatem et districtum Bononie, et libere absque alio precepto vel bolicta de pecunia per ipsum percipienda a comuni Bononie seu a depositario ipsius comunis pro dicto officio spiarum, et possit et debeat soluciones facere congruas et competentes dictis spiiis seu nunciis pro andatis fiendis per eos de mandato dicti officialis ad ipsius officialis liberam voluntatem. Et pro singulis sex mensibus elligatur ad breviam unus notarius dicto officio spiarum por dicto officio exercendo et scripturis faciendis dicto officio necessariis. Quas scripturas ipse notarius facere teneatur et dicto domino et officiali obedire, et cum eo continuis diebus et oris stare et morari sollicite pro dicto officio exercendo. Et singulas quantitates pecunie, que ad manus dicti domini et officialis pervenerint pro dicto officio exercendo, et singulas expensas fieri occurrentes scribere ordinare et alia omnia faciat, que circha dictum officium utilia esse viderit. Et habeant et habere debeant a comuni Bononie dictus officialis et notarius et quilibet eorum salarium quod fuerit ordinatum. Et quod depositarius comunis Bononie possit, teneatur et debeat, de mandato domini capitanei vel*

eleito para escolher os espiões, agentes enviados pela comuna de Bolonha com o objetivo de “investigar e reportar sobre as novas ocorrências de todas as partes e portar cartas para qualquer lugar fora do distrito de Bolonha.”²⁸¹ Na mesma rubrica vemos referências que os espiões dos inimigos da comuna identificados deviam ser apresentados pessoalmente ao Senhor dos espiões, que tinha a autoridade, de acordo com os estatutos, de decidir quando e se podiam partir da cidade de Bolonha. Enquanto esses permaneciam na comuna, eram obrigados a manter-se no lugar que lhes era designado pelo oficial acima mencionado.²⁸²

Os estatutos informam-nos somente o salário devido ao Senhor dos espiões – 50 libras bolonhesas por ano²⁸³ – não apresentando nenhuma cifra na rubrica específica sobre as despesas do espião.²⁸⁴ Uma leitura mais atenta ao texto estatutário revela-nos, entretanto, que para os *statutarii* essa figura não pertencia somente à dimensão do segredo, como esperar-se-ia da função assim nomeada modernamente. Encontramos indicações nos estatutos de que as autoridades comunais bolonhesas sabiam da existência de agentes enviados por outras entidades políticas e que esses, uma vez dentro da cidade, deviam caminhar nas vias principais e mais públicas, sob o risco de sanções caso fizessem diferente.²⁸⁵

eius vicarii, ançianorum et consullum populi Bononie, et cum consensu seu bolicta dominorum defensorum averis comunis Bononie, dare et solvere dicto officiali deputato vel deputando pro ipso officio exercendo et spiis et nunciis mittendis, omnes et singulas quantitates pecunie que mandabuntur ei solvi debere per dictos dominos, convertendas in dictis spiis mittendis sine retencione gabelle. Et quod omnes et singuli nuncii et spii inimicorum comunis Bononie teneantur et debeant, cum venerint ad civitatem Bononie et in civitate et comitatu seu districtu vel se separaverint a dicta civitate, ire et redire per rectas stratas publice et non aliumde, pena et banno persone. Qui nuncii et spie in eorum adventu teneantur se personaliter presentare coram dicto < c. 58 > officiali officio spiarum comuni Bononie deputato, nec de civitate Bononie se debeant separare absque licencia dicti officialis, pena pedis. Teneantur eciam et debeant ipsi nuncii et spie stare, morari et hospitari, cum eos contingerit venire ad civitatem Bononie, in uno hospicio solummodo deputando per ipsum officialem spiarum ad tales nuncios et spias hospitandum, standum et morandum donec stabunt in civitate Bononie per dictum officialem spiarum, et non alibi hospitari vel morari debeant, sub pena pedis. Op. cit., p. 174 - 176.

²⁸¹ “ (...) ad investigandum et refferendum nova undecumque occurencia et ad portandum literas comunis Bononie ad quemcumque locum extra civitatem et districtum Bononie(...)” *Op. cit.*, p. 174 – 175.

²⁸² “(...)Teneantur eciam et debeant ipsi nuncii et spie stare, morari et hospitari, cum eos contingerit venire ad civitatem Bononie, in uno hospicio solummodo deputando per ipsum officialem spiarum ad tales nuncios et spias hospitandum, standum et morandum donec stabunt in civitate Bononie per dictum officialem spiarum, et non alibi hospitari vel morari debeant, sub pena pedis.” *Op. cit.*, p. 175.

²⁸³ Liber V, Rubrica 28 - De sallario officialium officio spiarum: “Item uni domino officio spiarum, pro singulis sex mensibus, vigintiquinque libras bononinorum; capit in anno quinquaginta libras bononinorum.” *Op. cit.*, p. 348.

²⁸⁴ Liber V, Rubrica 34 - De expensa spiarum et nunciorum mitendorum per comune Bononie.: “Preterea providerunt quod dicti depositarii generales possint et teneantur ac potuerint a kallendis mensis ianuarii proxime ellapsi citra, sine eorum preiudicio, dare et solvere domino et officiali officio spiarum, qui nunc est, vel pro tempore fuerit, omnem quantitatem pecunie que pro spiis mitendis ad explorandum pro comuni Bononie et in nunciis mittendis per comune Bononie, in districtu vel extra districtum, cum aliquibus literis vel ambaxatis dicti comunis expendiens seu neccessaria videretur iuxta mandatum, tassationem et declarationem dominorum capitanei vel eius vicarii, ançianorum et consullum populi Bononie ac dominorum defensorum averis dicti comunis, sine retentione seu detractone alicuius caposoldi, cambii vel gabelle et tociens quotiens mandabitur declarabitur seu tassabitur per eosdem.” *Op. cit.*, p. 363, 364.

²⁸⁵ “(...) Et quod omnes et singuli nuncii et spii inimicorum comunis Bononie teneantur et debeant, cum venerint ad civitatem Bononie et in civitate et comitatu seu districtu vel se separaverint a dicta civitate, ire et redire per rectas stratas publice et non aliumde, pena et banno persone.” *Op. cit.*, p. 175.

Retornando à questão primeiramente levantada sobre o número reduzido de informações relativas ao embaixador encontradas nesses estatutos de 1335 em comparação com os precedentes, podemos tirar desses silêncios dados e hipóteses interessantes.

A primeira é que, pelo menos no âmbito jurídico-estatutário, o percurso de desenvolvimento e normatização da função do embaixador na comuna de Bolonha não é linear. Vimos até agora um movimento pleno de reveses na especificação estatutária da função aqui analisada, que passa por momentos de maior ou menor particularização. Se olharmos para essas mudanças levando em consideração os episódios políticos nos quais cada um desses estatutos foram redigidos, podemos estabelecer relações entre a função do embaixador e o regime no qual a comuna bolonhesa encontrava-se inserida, e assim, pensar em uma possível demonstração nesses documentos de um papel estratégico e simbólico dessa função nos períodos históricos até aqui estudados.

As primeiras redações do *Duecento* aqui expostas remontam a um período de comuna popular na cidade e por isso não parece estranho que em um regime de tal base a necessidade de colocar a maior parte das informações possíveis por escrito seja maior do que, por exemplo, num governo tendencialmente senhorial como aquele de Poggetto, que buscava manter para si o maior número possível de prerrogativas. Mesmo que Pepoli tentasse repristinar as instituições e o texto estatutário anterior à presença legatícia, ele mantém – como assinalamos anteriormente nesse texto – muitas das estruturas instauradas pelo legado, e por isso, muitos ofícios e funções são menos delimitados nos estatutos de 1335. Ao atribuir aos Anciões um papel central nesta redação estatutária, podemos pensar que Pepoli buscava construir um discurso de retorno aos primeiros momentos da comuna, mesmo se em relação às instituições garantia os mecanismos que asseguravam a permanência da parte *scacchese* à qual representava no poder. O fato de deslocar também a escolha dos embaixadores da comuna como uma atribuição dos Anciões pode fazer parte desse processo discursivo, e a redução das delimitações estatutárias sobre a figura do embaixador, uma forma de deixar aberto o campo das suas decisões e vontades.

Devemos, entretanto, ter cautela nessas afirmações sobre o papel simbólico das informações presentes nos estatutos e não perder de vista a relação que o conteúdo desses documentos tinha com as necessidades, as perguntas e os programas políticos do tempo. Ao dizer que a atribuição de um papel central na organização comunal aos Anciões fazia parte de um discurso de retorno às origens, não queremos afirmar que esse órgão de fato não tivesse ganhado naquele momento importantes atribuições também como uma forma de Poggetto garantir um apoio do povo à sua nova posição, mas somente assinalar que os estatutos não

devem ser tratados com excessiva literalidade, sem uma mínima inserção do seu texto nas disputas políticas e nas vicissitudes do tempo.

São somente algumas hipóteses que fazemos com a leitura desses documentos, que para ter respostas mais claras precisam ainda ser verificadas nas redações sucessivas. Um primeiro passo em relação a algumas das indagações principais dessa pesquisa – há uma relação das rubricas dedicadas ao embaixador nos estatutos com as disputas políticas comunais? Qual é a sua natureza? – apresentadas no primeiro capítulo dessa dissertação.

Exploradas as rubricas dedicadas ao embaixador nos estatutos de 1335, passamos à análise da próxima redação estatutária produzida por Bolonha, agora já pertencente à segunda metade do século XIV.

1.4. Os estatutos comunais bolonheses de 1376.

A próxima redação estatutária bolonhesa da qual temos preservada a integralidade do conteúdo e a totalidade do manuscrito é aquela redigida em 1376. Trata-se de um estatuto ricamente ornamentado, com miniaturas de Niccolò da Giacomo, considerado o “protagonista absoluto da miniatura local na segunda metade do século XIV”.²⁸⁶ É por isso que, além do seu valor histórico-legislativo, tal documento é também bastante apreciado contemporaneamente pela sua beleza e o seu papel na compreensão da arte libraria do período.

Nos anos 2000, Maria Venticelli defendeu uma tese de doutorado tendo como proposta a edição digital do manuscrito inteiro. A autora, entretanto, decidiu não fazer uma publicação impressa do texto, o qual permaneceu disponível ao acesso público na *Internet* até o ano de 2005. Depois dessa data, a ausência de atualizações dos componentes e do sistema operativo escolhidos para a realização de tal edição tornaram-na inacessível a qualquer computador mais moderno. Desse modo, hoje a única forma de acesso ao texto desse estatuto é por meio da leitura do manuscrito original, situado no *Archivio di Stato di Bologna*.

Tivemos a sorte de ter tido contato parcial com essa edição – principalmente com a introdução escrita por Venticelli – por meio da versão impressa do site de partes desse trabalho. Consequentemente, a análise de tal texto estatutário que aqui fazemos é fruto da comparação entre os fragmentos da obra de Venticelli aos quais tivemos acesso e de nossa leitura direta do manuscrito, e por esse motivo, as citações ao documento aqui feitas ora serão referentes à autora supramencionada, ora aos fólhos do documento original.

²⁸⁶VENTICELLI, M. *Metodologia elettronica per l'edizione di fonti: lo statuto del comune di Bologna dell'anno 1376*. Tesi di dottorato in storia e Informatica. Volume I e II. Coordinatore e relatore: Francesca Bocchi. 1998 – 1999. pp. 39 – 44.

Por meio da introdução da edição digital, sabemos que depois dos estatutos de 1335 feitos por Taddeo Pepoli, Bolonha conheceu um período no qual foi objeto de disputa entre diversas senhorias de forte expressão na Península Itálica. Em 1350, os Visconti substituíram os Pepoli no controle da comuna bolonhesa e asseguraram, por meio da criação de novos estatutos – aqueles de 1352 – a completa transição de regime da cidade. De acordo com Venticelli, é eliminada a figura do Capitão do povo; a nomeação do *Podestà* começa a ser uma prerrogativa do senhor e “as funções do Conselho do povo tornaram-se aquelas de uma simples assembleia cidadina”.²⁸⁷ Deste estatuto restam somente fragmentos e por isso não podemos estudá-los aqui.

Depois de 1360, a comuna passa do domínio dos Visconti a – uma outra vez – aquele direto da Igreja, que teve novamente a sua autoridade contestada por uma revolta organizada pelas corporações e pela facção *scacchese* a qual, como já assinalamos, pertencia Pepoli.²⁸⁸ Conhecida como a guerra dos “Oito Santos”, essa rebelião conseguiu expulsar o vicário pontifício, Guilherme de Noellet, de Bolonha e estabelecer em 1376 uma assembleia geral para a eleição dos novos Cônsules da cidade. Aqueles que seriam responsáveis por dar procedimento a uma reforma geral no ordenamento da comuna.²⁸⁹

Essa revolta, entretanto, não significou o rompimento das relações entre o Papado e a cidade, a qual buscou posteriormente o perdão papal e obteve o reconhecimento de que o motivo principal da sua rebelião era o mal-governo dos ministros da Santa Sé.²⁹⁰

Dessa forma, os estatutos de 1376 foram emanados nessa conjuntura política e, de acordo com Venticelli, representaram um “retorno institucional no governo de Bolonha, uma vez que sancionavam a repristinação da senhoria do povo e das artes com uma chamada ideal às antigas estruturas de governo e autonomia política que tinham caracterizado a cidade desde os primeiros decênios do *Trecento*.”²⁹¹

Vejamos então o que dizem esses estatutos sobre a questão dos embaixadores. Dividido em 7 livros – 5 a menos do que as redações do *Duecento* aqui analisadas e 2 a menos que aquela de 1335 – começamos a nossa pesquisa pelo primeiro e segundo livro desse estatuto, dedicados às magistraturas principais, aos Anciãos, aos *gonfalonieri* das artes e aos capitães da montanha – livro 1 – e ao *Podestà* e ao Capitão do Povo – livro 2 –.

Já nesses primeiros volumes encontramos uma grande diferença entre essa redação estatutária e todas as outras anteriormente analisadas no nosso exercício naquilo que diz

²⁸⁷*Op. cit.*, p. 35.

²⁸⁸*Op. cit.*, p. 36.

²⁸⁹*Op. cit.*, p. 36.

²⁹⁰*Op. cit.*, p. 36.

²⁹¹*Op. cit.*, p. 36.

respeito ao embaixador. Além da repetição das previsões de partir em embaixada em meio ao juramento do *Podestà*²⁹² e do Capitão do povo²⁹³ de forma bastante semelhante àquela da redação estudada de 1335, percebemos que a maior parte das rubricas independentes que tratavam sobre a remuneração do embaixador, das suas obrigações, do processo de escolha de tal figura e etc, perdem a sua existência autônoma e são condensadas dentro das rubricas que discorrem sobre as atribuições, a jurisdição e sobre aquilo que era ou não permitido aos Anciãos da comuna e do povo de Bolonha. Identificadas no primeiro livro pelo número 7 – “Sobre o ofício, a jurisdição, o arbítrio e a *baylia* dos senhores Anciãos da comuna e do povo da cidade de Bolonha e sobre o seu número e aquilo que devem ou podem fazer”²⁹⁴ e 8 – “Aquilo que os senhores Anciãos são proibidos de fazer”²⁹⁵, encontramos nessas rubricas a confirmação da responsabilidade dos Anciãos de escolher os embaixadores, já atribuída a eles nos estatutos de 1335, e o ampliamiento de sua jurisdição sobre o encargo. De acordo com o texto da rubrica de número 7 supramencionada, eles tinham a liberdade de decidir a quantidade, a qualidade – contanto que todos os candidatos fossem idôneos (*ydoneos*) – e o momento certo de enviar embaixadores pela comuna de Bolonha, segundo a importância da questão que por meio desses devia ser tratada.²⁹⁶

A provisão e os valores do salário do embaixador, que nos estatutos de 1335 eram uma atribuição do Conselho Comunal tornam-se uma responsabilidade dos Anciãos, os quais deviam decidir as cifras a serem pagas a esse agente – e aos seus companheiros e familiares –

²⁹²Liber II, rubrica [2] - De familia et salario domini potestatis Bononie et de hiis quos secum ducere prohibetur. “(...)Et pro dicto salario teneatur ipse dominus potestas et sua familia ac etiam beroarii facere omnes et singulas ambaxiatas, cavalcatas, exercitus, custodias et andatas que et qui occurrerent fiende in civitate vel districtu Bononie et omnia singula que facere deberent.” *Statuti di Bologna del 1376*. Archivio di Stato di Bologna, fundo: Comune-Governo, série: statuti, número 46, fólhos 56v – 58r.

²⁹³Liber II, Rubrica [28] - De forma sacramenti domini capitani comunis et populi civitatis Bononie. “Et pro ipso salario omnes ambaxiatas, andatas et cavalcatas faciam et fieri faciam per me et familiam meam. Et quod nichil ultra petam, exigam vel recipiam a dicto comuni Bononie vel aliqua singulari persona vel universitate etiam a sponte dare volente per me ipssum vel per alium detemptum vel per oblicum predictorum occaxione vel ex aliqua alia causa alioque colore quesito. Et quod non patiar quod aliquis de mea familia aliud petat, exigat vel recipiat ut supra nulli que dedi aliquid nec dabo, promisi vel promittam occaxione dicte capitanearie michi commisse.” *Ibid.*, fólhos 78r – 78v.

²⁹⁴Liber I, Rubrica [7] - De officio, iurisdicione, arbitrio et baylia dominorum ancianorum comunis et populi civitatis Bononie et de eorum numero et que facere teneantur vel possint. VENTICELLI, M. *Metodologia elettroniche per l'edizione di fonti: lo statuto del comune di Bologna dell'anno 1376*. Tesi di dottorato in storia e Informatica. Volume I e II. Coordinatore e relatore: Francesca Bocchi. 1998 – 1999, p. 22 – 23.

²⁹⁵Liber I, Rubrica [8] - Que prohibentur facere domini anciani. *Statuti di Bologna del 1376*. Archivio di Stato di Bologna, fundo Comune-Governo, série: Statuti, número 46, fólhos 22v – 25r.

²⁹⁶Liber I, Rubrica [7] - De officio, iurisdicione, arbitrio et baylia dominorum ancianorum comunis et populi civitatis Bononie et de eorum numero et que facere teneantur vel possint. “Item possint quociens eis visum fuerit utile pro statu et utilitate comunis Bononie et libertatis predictae elligere ambaxiatores ydoneos et sufficientes unum vel plure prout expedierit secundum negotii qualitatem.” VENTICELLI, M. *Metodologia elettroniche per l'edizione di fonti: lo statuto del comune di Bologna dell'anno 1376*. Tesi di dottorato in storia e Informatica. Volume I e II. Coordinatore e relatore: Francesca Bocchi. 1998 – 1999, p. 22 – 23.

quando partiam em missão.²⁹⁷ A necessidade do embaixador de fazer um juramento e os procedimentos formais para o exercício do encargo são reiterados nesses estatutos, mas agora não é ao *Podestà* que tal indivíduo deve proferir os seus votos de bem fazer um embaixada a ele confiada, mas sim “nas mãos dos primeiros entre os já mencionados senhores Anciãos e na presença de todos os Anciãos ou de duas partes deles”.²⁹⁸ Uma vez de volta à cidade depois da conclusão da negociação para a qual tinha sido eleito, esse agente devia reportar todos os resultados de sua missão diretamente aos Anciãos, e não mais, como tínhamos visto nas redações precedentes analisadas, ao Conselho Comunal.²⁹⁹

O embaixador continua a ser o único a ter o privilégio de portar armas dentro da cidade, e nesse caso, o único ao qual os Anciãos podiam conceder uma licença para fazê-lo, uma vez que a maior parte da população era proibida de possuí-las.³⁰⁰ Tal permissão não é somente concedida aos embaixadores provenientes de Bolonha, mas é também estendida, como vemos na rubrica 87 do livro V dos estatutos de 1376, àqueles enviados como embaixadores por estrangeiros que chegavam à cidade de Bolonha.³⁰¹

Nessa redação estatutária também as prerrogativas sobre o recebimento de embaixadores e enviados de outras localidades em Bolonha – uma informação não muito clara nos últimos estatutos aqui estudados – tornam-se uma atribuição dos Anciãos, que, segundo o texto da rubrica de número 7, podiam receber qualquer carta, núncio ou embaixador enviado à comuna de Bolonha e responder-lhes como parecesse-lhes melhor.³⁰²

²⁹⁷“(…)Et salaria et provisiones tassare possint dictis ambassiatoribus pro se et familiaribus et sociis et equis.” *Ibid.*, p. 22- 23.

²⁹⁸“Qui ambassiatores elligendi teneantur iurare in manibus prioris predictorum dominorum ancianorum in presencia dominorum ancianorum vel duarum partium ex eis ambasiatam eisdem impositam bene, dilligenter et fideliter dicere et refferre in omnibus et per omnia secundum formam sue commissionis.” *Ibid.*, p. 22 – 23.

²⁹⁹“(…)Et responssiones seu rellationes ipsorum ambasiatorum reccipere.” *Op. cit.*, p. 22 – 23.

³⁰⁰Liber I, Rubrica [8] – Que prohibentur facere domini anciani. “(…)Item statuymus quod dicti domini anciani seu aliquis ex eis directe vel indirecte, inscriptis vel verbo tenus durante eorum officio non possint alicui dare vel concedere licentiam portandi aliqua arma offensibillia per civitatem Bononie, sub pena vigintiquinque librarum bononinorum. Et nichilominus talis concessio seu licentia non valeat ipso iure. Salvo quod licentiam predictam predicti domini concedere possint cuilibet ambasiatori destinato ad civitatem Bononie et cuilibet familiari talium ambasiatorum.” *Statuti di Bologna del 1376*. Archivio di Stato di Bologna, fundo Comune-Governo, série: Statuti, número 46, folios 22v – 25r.

³⁰¹Liber V, Rubrica [87] - De pena portancium arma vetita. “(…) A predictis omnibus prohibitis excipimus omnes officiales forenses comunis Bononie et eorum familiares ipsorum durantibus officiis et sindicatu. Et familiares dominorum ancianorum cum eis continuo comorantes. Et familiares domini bononiensis Episcopi cum eo continuo comorantes et familiares domini inquisitoreis heretice pravitatis Bononie, qui possint esse numero decem et non ultra et inscriptis dati domino potestati et domino capitaneo populi et stipendiarios forenses, equites et pedites comunis Bononie, quamdiu steterint ad stipendia supradicta. Et quoscumque ambaxiatores eorumque familiares huc accedentes seu moram trahentes. Et salvo privilegio rectorum universitatum scolarium iuris canonici et civilis et medicine circa delationem armorum et salvo quod si arma predicta essent ligaa tempore inventionis, ita quod verisimile sit de facili evaginari non possent deferens penam aliquam non incurat.” *Ibid.*, fólíos 244r - 244v; 252v.

³⁰²Liber I, Rubrica [7] - De officio, iurisdicione, arbitrio et baylia dominorum ancianorum comunis et populi civitatis Bononie et de eorum numero et que facere teneantur vel possint. “Item possint audire ambasiatias quorumcunque ambasiatorum vel numptiorum ad comune Bononie seu ad ipsos dominos ancianos transmissorum undecumque et responssiones dare eis, ac etiam literis comuni Bononie seu ipsis dominis

Na realidade, torna-se jurisdição dos Anciãos a escolha de quando enviar qualquer agente para fora da comuna de Bolonha, não somente o embaixador. Encontramos na mesma rubrica de número 7 a menção de que eles podiam mandar os espiões e os nuncios fora da cidade quando achavam apropriado e também podiam estipular o seu salário segundo a sua vontade, mas baseando-se na quantidade de cavalos que esses portavam.³⁰³ Não vemos, entretanto, como no caso do embaixador, uma referência à eleição desses dois últimos agentes como uma jurisdição dos Anciãos da comuna, somente que esses tinham a capacidade de escolher quando enviá-los. De fato, as rubricas sobre a eleição do *nuntius comunis* e a figura do espião continuam a ser independentes como nos estatutos de 1335.³⁰⁴

Em relação à questão que levantamos sobre a diferença de grau de representação entre o *nuntius* e o embaixador – a essa altura agentes claramente diferentes – no estudo dos estatutos bolonheses de 1250 – 1267, encontramos nessa redação estatutária uma rubrica que ajuda-nos a responder esse dilema de hierarquia e de uso dessas duas figuras, pelo menos naquilo que diz respeito à segunda metade do século XIV. Presente no quinto livro dessa legislação e intitulada de 82 – “Sobre as represálias”, em tal rubrica vemos a descrição daquilo que devia ser feito quando um dos cidadãos de Bolonha possuía um débito em outra comuna ou entidade política e por isso Bolonha sofria uma represália de tal organização política, ou o contrário, isto é, quando cabia à comuna bolonhesa exercer uma represália contra alguma cidade devido às dívidas de seus habitantes com os bolonheses. Uma vez que se tratava de uma materia na qual ocorriam muitos abusos e excessos, os *statutarii* produziram uma narrativa pormenorizada dos procedimentos: primeiro, o cidadão lesado devia apresentar-se pessoalmente ou por meio de seus herdeiros diante dos Anciãos, que, por sua vez, enviavam uma carta à outra comuna ou entidade política para que essa restituísse aquilo que era devido ao cidadão que tinha feito a petição aos Anciãos. Essa carta devia ser portata por um nuncio (*nuncio*), enviado da parte dos senhores supramencionados.³⁰⁵

transmissis rendere.” VENTICELLI, M. *Metodologia elettronica per l'edizione di fonti: lo statuto del comune di Bologna dell'anno 1376*. Tesi di dottorato in storia e Informatica. Volume I e II. Coordinatore e relatore: Francesca Bocchi. 1998 – 1999, p. 22 – 23.

³⁰³“*Item possint nunptios et spias habere et mictere pro negociis comunis Bononie ubi et prout ipsis dominis ancianis visum fuerit expedire, et tassare possint salaria dictis nunptiis et spiis prout equum fuerit. Ita tamen quod salarium et expense spiarum et nunptiorum non possint excedere in duobus menssibus quibus durat ipsorum dominorum officium quantitatem duecentarum librarum Bononinorum, nisi per consilium collegiorum de maiori suma provideretur.*” *Ibid.*, p. 23.

³⁰⁴Encontramo-nas no Liber III, Rubrica [20] - De ellectione nuntiorum comunis Bononie et ipsorum officio. e nella Rubrica [40] – De officio officialis propositi per comune Bononie super buletis presentationum forensium intrantium civitatem Bononie et literis ad civitatem predictam vel extra portatis et super spiis. *Statuti di Bologna del 1376*. Archivio di Stato di Bologna, fondo Comune-Governo, série: statute, número 46, fólhos 133 – 135 e 152 – 153.

³⁰⁵Liber V, Rubrica [82] - De represaliis. “*Quia ex consuetudine ymo potius abusu quarumdam provinciarum, civitatum et locorum represalie conceduntur et concesse sunt et fuerunt contra cives seu districtuales civitatis et comunis Bononie et in bonis ipsorum propter debita contracta interdum vel excessus aliquos comunis*

Caso essa primeira carta fosse ignorada pelo destinatário ou esse não fizesse o requerido dentro do limite de tempo estipulado pela mensagem enviada em nome dos Anciãos de Bolonha, uma carta devia ser mandada uma segunda vez. Se essa segunda tentativa não fosse respeitada, o texto da rubrica aconselhava os Anciãos a enviar embaixadores (*ambaxiatores*) – um ou quantos eles julgassem necessários – para que resolvessem a questão e, caso não conseguissem chegar a um acordo, que fosse decretada a represália da comuna de Bolonha contra todos os cidadãos da comuna ou entidade política que havia lesado o cidadão bolonhês. Era prevista nessa represália a possibilidade de até mesmo confiscar os bens de qualquer pessoa da outra comuna de modo que o dano fosse reparado.³⁰⁶

Não podíamos ter encontrado um caso mais interessante e claro para a questão que levantamos sobre a hierarquia entre os dois agentes. No texto da rubrica supramencionada, vemos o nuncio naquele papel de simples mensageiro que suspeitávamos na análise dos estatutos de 1250 – 1267, enviado várias vezes simplesmente para entregar a carta a ele confiada, e em uma posição considerada inferior em ordem de importância em relação ao embaixador, que partia somente depois da segunda tentativa de negociação por meio do nuncio. Não somente temos aqui a confirmação sem sombra de dúvida de que se tratavam de dois personagens diferentes para os *statutarii*, mas a menção ao envio do embaixador como o último recurso antes de decretar a represália – um processo que frequentemente arriscava o

Bononie vel suorum officialium vel alicuius singularis persone dicte civitatis vel districtus vel factos in ipsa civitate vel districtu seu alibi ubicumque contra Deum et iusticiam alios pro aliis aggravando ad obviandum predictis ne fiant et ut factis vel fiendis adhibeatur remedium, statuimus quod si que tales represalie concesse sunt vel imposita. c. 243rf. CCXXXVI]sterum concedentur ex quibus aliqua persona de civitate vel districtu Bononie de cetero gravaretur vel aliquod damnum substinuerit in persona vel rebus, liceat ipsi gravato vel damnificato et eius heredi et alteri cuicumque eius nomine accedere coram dominis ancianis et consulibus dicte civitatis, qui pro tempore fuerint et suam de predictis petitionem seu querimoniam exponere ad cuius petentis seu conquerentis petitionem tenentur ipsi domini anciani, qui fuerint requisiti, mittere literas suo nomine seu ex parte comunis Bononie regimini seu regiminibus provincie civitatis vel loci in quo vel qua tales represalie reperirentur esse concesse, ipsaque regimina talis provincie civitatis vel loci requirere per literas supradictas, quo ipsum gravatum vel damnificatum pristine liberatati restituant et relaxent, si detentus fuerit, omneque gravamen illatum detento vel etiam non detento revocent et removeant cum effectu et bona omnia eidem etiam absenti quomodocumque ablata dicta de causa de damna quocumque illata integraliter restituant et resarciant et persolvant infra terminum in ipsis literis continendum, de quarum literarum presentatione credatur et stetur nuncio, qui missus fuerit ex parte dominorum ancianorum dicti comunis cum literis supradictis.” Op. cit., fólíos 242v – 243v.

³⁰⁶ “Et si qua regimina predicta facere et fieri facere neglexerint seu ea cum effectu non fecerint infra terminum eis datum iterum similes litere mittantur et requisitio fiat de quarum presentatione credatur ut supra. Et si infra terminum dictarum secundarum literarum non fuerint adimpleta predicta, possint dicti domini anciani, si eis videbitur, mittere ambaxiatores unum vel plures semele vel pluries ad regimina predicta super predictis et si regimina vel obmiserint adimplere predicta, ut supra, possint et teneantur predicti domini anciani, qui requisiti fuerint, pronunciare et declarare ipsum talem gravatum et eius heredes eo mortuo habere represalias generales contra omnes et singulos cives seu districtuales ipsius provincie civitatis vel loci que vel qui tales represalias concesserint ex quibus tale damnum vel gravamen evenerit. Et bona quecumque ipsorum civium vel districtualium vel ad ipsos pertinencia et possessa per eos et alium quemcumque ipsorum personas et bona predicta capere, apprehendere et retinere semel vel pluries usque quo contenta vel continenda in ipsis libris fuerint adimpleta et de expensis damnis et interesse postea factis et illatis seu occurrentibus fuerit integre satisfactum dum tamen persona detinenda detineatur solum in carceribus comunis Bononie.” Op. cit., fólíos 242v, 243r e 243v.

início de um confronto bélico entre duas comunas diversas – deixa a entender que esse indivíduo tinha uma margem de negociação e uma capacidade de tomar decisões – por que não dizer, uma representação dos poderes que o haviam enviado – maior do que um simples portador de cartas da comuna. Caso fosse diferente, isto é, se o embaixador nessa redação não tivesse nenhuma outra prerrogativa além de comunicar as intenções dos Anciãos que o haviam enviado, não teria sentido a construção de uma hierarquia de procedimentos assim tão detalhada como encontramos na rubrica sobre as represálias.

Retornando às rubricas do estatuto de 1376, no livro VI encontramos uma das poucas sobre o embaixador que permaneceu independente e fora daquelas que se dedicavam à descrição das atribuições dos Anciões, a de número 49 – “*De causis ançianorum, ambaxiatorum et absencium rei publice causa*”³⁰⁷(sobre os casos dos Anciãos, dos embaixadores e dos ausentes da coisa pública por algum motivo). De título igual a sua versão precedente nos estatutos de 1335, encontramos as mesmas informações sobre aqueles que podiam representar o embaixador enquanto esse estava fora da cidade e como devia-se proceder nos casos nos quais ele exercia um papel de advogado, tutor e etc, com a adição da data limite de 15 dias de duração da suspensão do caso jurídico no qual participava antes de sua partida.³⁰⁸ Além desse elemento e o já muito assinalado uso por parte da comuna de pessoas com preparação jurídica para exercitar a função de embaixador, essa rubrica não nos apresenta novas informações sobre a figura aqui analisada.

Sobre essa questão do uso de pessoas com formação jurídica, encontramos em tal estatuto a repetição da previsão já vista desde os estatutos de 1288 da possibilidade que os estudiosos do *Studium* partissem como embaixadores pela comuna de Bolonha.³⁰⁹

³⁰⁷Liber III, Rubrica [49] – *De causis ançianorum, ambaxiatorum et absencium rei publice causa*. *Op. cit.*, fólhos 194r – 194v.

³⁰⁸“(....) *Et ita demum si ipse querimonie vel cause per ipsos advocatos, procuratores, curatores, tutores, actores vel syndicos vel notarios vel aliquem eorum vel eorum seu alterius eorum nominibus ante tempus eorum offitii ambasarie vel absentie seu impedimenti, ut supra date fuerint in scriptis coram vicario domini potestatis et penes unum ex notariis dischi domini potestatis dimisse, que in actis per eum notarium debeant registrari, nisi pars principalis cuius favore causa dillatur predictis non obstantibus velit in causa seu questione procedi, quo casu procedatur predictis non obstantibus, salvo etiam quam in causa anciani vel notarii ançianorum in qua non procedatur, nisi fuerint de voluntate utriusque partis, dummodo tales absentie advocatorum, procuratorum, curatorum, actorum seu syndicorum non durent ultra quindecim dies, quibus elapsis procedi possit in causa non obstante tali absentia. Et etiam ante quindecim dies predictos si verisimile fuerit dictam absentiam duraturam ultra dictos quindecim dies de quo stetur declarationi iudicis coram quo causa agiptabitur, salvo quam in anciano et notario ançianorum ut supra, quibu casibus requiratur voluntas utriusque partis. Et similiter in causis que in suspenso essent occasione impedimenti de quo supra sit mentio procedi possit, elapsis diebus quindecim dicti impedimenti si videbitur et placuerit dictis dominis ancianis (...).* *Op. cit.*, fólhos 194r – 194v.

³⁰⁹Liber VI, Rubrica [85] - *De privilegiis scholaribus concessis et universitati ipsorum. “Et res ipsorum tamquam civium defendentur ad defensionem et utilitatem ipsorum et rerum ipsorum, nec possint ipsi tamquam forenses nec eorum res deptineri vel molestari occaxione alicuius represalie concesse contra comune seu civitatem terre vel castri vel banni dictis terris, castris vel civitati dati vel alicuius debiti pecuniarii. Item quod potestas vel aliquis gerens vices eius non possit interdicere vel impedire Studium aliquo modo prohibendo doctoribus*

Em questão de procedimento formal, esse texto estatutário torna mais claros os elementos já introduzidos pelos estatutos de 1288 e repetidos naqueles de 1335 sobre as cartas e as credenciais que deviam portar consigo os embaixadores quando realizavam uma embaixada pela comuna de Bolonha. Na rubrica de número 10 do primeiro livro “Sobre as despesas feitas pelas pessoas dos preditos senhores Anciãos e pelos servos e frades dos seus próprios domicílios e outros a serviço dos preditos senhores deputados” lemos que o sigilo da cidade que deviam ter todas as cartas portadas pelo embaixador em nome dos Anciãos era custodiado pelos frades mendicantes – dois eram obrigados a estar a serviço direto dos Anciãos segundo a rubrica – e um desses era responsável por sigilar todas as cartas que partiam em nome dos Anciãos e da comuna para fora do distrito de Bolonha. Tal frade só poderia fazê-lo uma vez que tivesse sido posto nessa mensagem o “sinal da mão” do senhor *vexillifer* de justiça, feito por meio de uma ordem direta sua, e o pequeno sigilo dos ditos senhores Anciãos aplicado pelo primeiro dentre eles.³¹⁰

Se comparados esses dados com os procedimentos das legislações anteriores, observamos um crescimento substancial da preocupação com os mecanismos de autenticidade dos documentos portados pelos embaixadores da comuna, um processo que desde a primeira redação aqui estudada – a de 1250 – 1267 – não parou de complexificar-se pelo menos até os estatutos até aqui analisados. Um sinal dessa maior apreciação dos *statutarii* por procedimentos formais mais complexos e mais estratificados pode ser também visto nas prescrições sobre a figura do chanceler e da chancelaria da comuna, que ganham nessa redação uma relação de dependência procedimental maior em relação aos Anciãos.

Encontramos na rubrica “Sobre a eleição e ofício do chanceler dos senhores Anciãos da comuna e do povo de Bolonha e sobre o ofício dos seus ajudantes e o seu salário e a divisão das suas recompensas” a maior parte dos dados já contidos nos estatutos precedentes – a necessidade dos escolhidos de ter pelo menos 30 anos para exercitar o encargo, de ser uma pessoa idônea e de conhecimentos específicos; a sua participação por meio da escrita das cartas do processo de eleição do Capitão do povo e do *Podestà*; a produção de todas as cartas

ne legant vel precipiendo ut legant contra voluntatem scolarium seu universitatis, salvo quod doctores legum, si necesse fuerit pro ambasiatoribus comunis Bononie ire et miti possint.” Op. cit., fólíos 299 – 300.

³¹⁰Liber I, [10] - De expensis fiendis pro personis dominorum ancianorum predictorum et ipsorum domicelis servientibus et fratribus et aliis ad servitium predictorum dominorum deputatis. “*Et debeant habere et retinere duos fratres fratrum mendicantium civitatis Bononie alterius ex ordinibus dicte civitatis qui sint cives civitatis, Bononie sub quorum custodia in loco deputato debeant esse sigilla magna dicti comunis. Volumus autem quod unus ex dictis fratribus habeat officium sigillandi literas mittendas extra civitatem Bononie per dictum comune et quascumque alias et sigillare non possit, nisi fuerit apositum signum manu domini vexiliferri iustitie per ipsum vexiliferum iustitie ordinatum, et nisi sigilatum fuerit sigillo parvo dictorum dominorum ancianorum per dominum priorem dictorum dominorum. Qui dominus prior sigillare non possit, nisi prius dicte litere signate fuerint signo supradicto. Ipse vero dominus vexilifer iustitie non possit signare aliquas literas, nisi prius obtemptum fuerit per duas partes dictorum dominorum ancianorum quod sigillari debeant ut supra dictum est.” Op. cit., fólíos 26r – 26v.*

enviadas pelos Anciãos e etc – com as modificações de que agora devia ser chanceler somente 1 pessoa ao invés de 4, como prescreviam os estatutos de 1335; de que essa figura não podia sigilar as epístolas que produzia, mas, pelo contrário, era obrigada a portá-las para que esse sigilo fosse aplicado pelos frades a serviço dos Anciãos – como vimos acima –; de que os documentos de caráter público que tinha que redigir, tais quais as provisões e reformas, deviam ser autenticados e redigidos da forma mais pública possível.³¹¹

Em relação à figura do espião nos estatutos de 1376, aqui já assinalamos que essa redação faz referência ao direito dos Anciãos de escolher quando enviá-los pela comuna de Bolonha, mesmo se, em meio às suas atribuições não encontramos menção ao processo de escolha desses agentes ou ulteriores esclarecimentos sobre a função específica desses indivíduos, além da responsabilidade de investigar as novas coisas para a comuna. Encontramos o termo espião no título da rubrica de número 40 do livro III, “Sobre o ofício do oficial encarregado pela comuna de Bolonha dos boletins de apresentação dos estrangeiros que entram na cidade de Bolonha e das cartas portadas pela predita cidade e fora, e sobre os espiões“, na qual são apresentadas as descrições daquele que era chamado Senhor dos espiões

³¹¹ Liber I, Rubrica [12] – De electione et officio cancellarii dominorum ancianorum comunis et populi Bononie et de officio coadiutoris eius et salario eius et commodis divendis. “*Cum per manus generalis cancellarii comunis Bononie transire debeant tanta segreta et ponderosa negocia dicti comunis et amicorum eius propter quid oporteat de sufficienti persona tali officio providere, statuimus quod per dominos ancianos et collegia oportuna, vocatis aliis civibus quos voluerint, eligi debeat unus ydonus, legalis et expertus homo qui sit et esse debeat cancellarius comunis Bononie et dictorum dominorum ancianorum ad beneplacitum predictorum dominorum et collegiorum. Qui cancellarius sit et esse debeat ad minus tregintaquinque annorum, et teneatur dictus cancellarius in introitu sui officii se personaliter presentare saltem coram dominis ancianis. Et delato sibi sacramento per dominum priorem dictorum dominorum iurare teneatur corporaliter ad sancta Dey evangelia quod officium suum in quibusque sibi commissis et committendis per formam statutorum comunis Bononie vel pro parte dictorum dominorum bene, diligenter, bona fide, legaliter et cum omni diligentia et solitudine faciet et exercebit iusta posse. Et quod quecumque secreta dicti comunis et etiam secreta que sibi imppnonetur sub secreto tenebit. Et quod stabit ipse cancellarius continue in palatio residentie dictorum dominorum et maxime in cancellaria et quod sui copiam faciet iusta posse. Et quod expediet quam celerius poterit omnia et singula sibi commissas seu comittenda et quod servabit et servari faciet infrascripta// [c. 27v] Et quod stabit ad syndicatam et reddet rationem sui officii pro se et eius coadiutore seu coadiutoribus si coadiutorem vel coadiutores habuerit. Cuius cancellarii officium sit et esse debeat stare continue in dicto pallatio et maxime in cancellaria de die et de nocte, nisi ex iusta causa iret extra predictum palatium vel nisi de licencia predictorum dominorum ancianorum. Et etiam adesse et stare in singulis consiliis quamdiu duraverint ipsa consilia, si de ipsorum dominorum ancianorum processerit voluntate. Et scribere teneatur omnia et singula consilia sub brevitate ut supra ipsis possit et debeat deliberari et privideri. Ac etiam omnia et singula statuta loquentia de „electione dominorum ancianorum“ et “de hiis“ a quibus abstinere debent predicti domini anciani temporibus congruis et opportunis legere et declarare et intimare ipsis dominis ancianis, et statuta loquentia seu disponentia de electione confaloneriorum et de electione domini capitanei populi et domini potestatis Bononie et omnia alia que ex forma nostrorum statutorum eis legere tenentur. Et ipsis dominis congruis et secundum formam statutorum. Et scribere teneatur electiones dominorum capitaneis populi et domini potestatis Bononie et alias literas ob predictas fiendas. Et deferre sacramentum predictis confaloneriis capitaneo et potestati tempore debito. Item scribere et registrare teneatur per se capitulla secreta dicti comunis et ambasiatas secretas, et ambasiatorum relationes secretas et scriptinia secreta. Alia vero et alias que secreta et secrete non fuerint scribat et registret aut scribi et registrari faciat per eius coadiutorem. Item debeat formare omnes et singulas literas, capitula et scripturas que transmitti debuerint ex parte seu sub nomine comunis Bononie vel dictorum dominorum ad quamcumque vel Singularem personam et eas propria manu scribere si videretur non esse aliis propalandum alias manu propria vel coadiutoris vel manu alterius boni et sufficientis scriptoris(...).“ Op. cit., fólíos 27r – 28v.*

nos estatutos de 1335. Além da repetição de todos os elementos já presentes na rubrica de conteúdo semelhante das redações anteriores – eleito para escolher os espiões, responsável pela custódia dos espiões identificados de outras cidades ou entidades políticas inimigas da comuna, e possuidor da autoridade de decidir quando e se esses agentes dos inimigos podiam partir da cidade de Bolonha, e etc – temos de novidade no texto estatutário da segunda metade do século XIV uma série de liberdades concedidas a essa autoridade, como por exemplo, a possibilidade de torturar e encarcerar automaticamente os espiões das comunas ou entidades políticas inimigas que ele por acaso identificasse na comuna bolonhesa.³¹² Sobre a figura do espião propriamente dita, não notamos nenhuma modificação substancial entre as duas redações do *Trecento* aqui analisadas, com exceção da questão já assinalada do papel dos Anciãos em ordenar quando esses agentes deviam partir.

Explicitados os pontos principais sobre a figura do embaixador e sobre o aparato diplomático bolonhês nos estatutos de 1376, podemos agora fazer uma pequena síntese das características aqui encontradas sobre o embaixador, para depois proceder ao estudo da última redação estatutária produzida em Bolonha enquanto essa era ainda considerada uma comuna: os estatutos de 1454.

Vimos em nossa análise que o embaixador nos estatutos de 1376 torna-se uma função de completa responsabilidade e jurisdição dos Anciãos da comuna de Bolonha. Cabia a eles escolher a pessoa certa para a função – com a manutenção encontrada nos outros estatutos aqui estudados da preferência por indivíduos de formação jurídica – ; decidir quando essa devia partir e determinar quantos embaixadores podiam participar de um envio. Os juramentos que esses encarregados eram obrigados a fazer ao *Podestà* antes de partir em missão são também transferidos aos Anciãos da comuna, assim como as determinações de

³¹²Liber III, Rubrica [40] – De officio officialis propositi per comune Bononie super buletis presentationum forensium intrantium civitatem Bononie et literis ad civitatem predictam vel extra portatis et super spiis. “*Item quod predictus officialis quoscumque exploratores et spias extraneorum locorum possit capere et capi facere et eos incarcerare et incarcerari et in cipis et in cumpendibus poni facere et eos et quemlibet eorum torquere et presentare dominis ancianis Bononie vel dominis potestati et capitaneo populi comunis Bononie tociens quociens eidem videbitur expedier. (...) Et quia quandocumque contingit de licentia dominorum antianorum vel aliorum officialium comunis Bononie spias et nuntios inimicorum comunis Bononie venire ad civitatem et comitatum Bononie statuimus, quod omnes et singuli nuncii et spie inimicorum comunis Bononie cum ottenta dicta licentia venire poterint ad civitatem vel comitatum predictum teneantur et debeant cum venerint ad civitatem et in civitate, comitatu vel districtu Bononie vel se separaverint a dicta civitate ire et redire per directas stratas publicas et non aliunde pena et banno amputationis capitis nec de civitate Bononie se debeant seperare, absque licentia dicti officialis pena pedis. Teneantur etiam et debeant ipsi nuncii et spie stare, morari et hospitari cum eos contigerit venire ad civitatem Bononie in uno hospicio solummodo deputando per ipsum officialem spiarum ad tales nuntios et spias standum, hospitandum et morandum, donec stabut in civitate Bononie per dictum officialem et non alibi hospitari vel morari debeant, sub pena amputationis pedis. Prohibentes aliquos nuntios vel spias aliquorum inimicorum comunis Bononie venire ad civitatem Bononie vel comitatum eiusdem, sub pena eris et persone sine licentia dominorum antianorum comunis Bononie.* VENTICELLI, M. *Metodologia elettronica per l'edizione di fonti: lo statuto del comune di Bologna dell'anno 1376*. Tesi di dottorato in storia e Informatica. Volume I e II. Coordinatore e relatore: Francesca Bocchi. 1998 – 1999. p. 286 – 287.

quem deveria receber os relatos dos embaixadores sobre os resultados e as vicissitudes de suas missões.

A topografia das rubricas sobre a função dos embaixadores segue o mesmo movimento. Notamos como quase todas as prescrições sobre tal figura perdem a sua autonomia no texto estatutário, sendo incluídas em meio às rubricas que descreviam as atribuições dos Anciãos.

Em relação aos detalhes da função aqui analisada, vimos uma redução da quantidade de informação disponível ainda maior do que a que percebemos nos estatutos de 1335, com a revogação da rubrica sobre o salário do embaixador, a qual até agora tínhamos testemunhado ampliar-se em cada redação estatutária. Os estatutos de 1376 atribuem aos Anciãos o poder de decidir sobre essa remuneração segundo a sua vontade, não nos informando nenhum valor.

Mesmo se os *statutarii* deixam-nos mais no escuro sobre as características do embaixador nesses estatutos do que nos outros precedentes, encontramos em tal redação os exemplos mais claros da distinção entre esse agente e um simples mensageiro ou portador de cartas, sugerindo-nos diferenças substanciais em nível de representação e de capacidade de tomar decisões de tal figura. Além disso, percebemos uma continuidade do processo de complexificação dos protocolos e dos mecanismos formais em torno aos documentos portados pelo embaixador, com uma preocupação maior sobre a garantia da autenticidade de suas cartas e credenciais – o que vemos por meio da necessidade de sigilos de diversas instâncias do governo comunal, como dos próprios Anciãos, dos frades mendicantes que trabalhavam para eles e do *vexillifer* de justiça da comuna –.

Igualmente, as novas figuras do aparato diplomático da comuna de Bolonha – se não introduzidas pelo menos especificadas pela redação de 1335 – isto é, o chanceler e o espião, passam por modificações nessa tentativa de atribuir aos Anciãos um papel central na organização da comuna bolonhesa. Lemos como o chanceler perde a responsabilidade de sigilar as próprias cartas as quais escrevia, que agora se torna uma prerrogativa dos frades sob a jurisdição direta dos Anciãos. Sobre o espião, encontramos mais ou menos os mesmo dados, com exceção da maior liberdade concedida ao oficial responsável por escolhê-los – o Senhor dos espiões – em relação àquilo que podia fazer com os espiões enviados pelas comunas e entidades políticas inimigas de Bolonha.

Sintetizados os pontos principais dessa documentação sobre o embaixador. Passamos ao estudo dos últimos estatutos comunais produzidos por Bolonha como comuna: a redação estatutária de 1454.

1.5. Os estatutos comunais de 1454.

Nunca editados em sua completude, os estatutos de 1454 representam a última redação estatutária do período comunal de Bolonha, que depois desta data passou por um processo de transformação política, deixando de ser uma comuna e começando a fazer parte dos territórios sob poder direto da Igreja.

Trata-se de um período no qual a presença da Santa Sé na cidade é, pelo menos em teoria, reconhecida e aceita, por meio do que viria a ser conhecido historicamente como os “Capítulos de Nicolau V”³¹³, nos quais os bolonheses e o Papado estabeleceram compromissos e os limites de suas competências de modo a dar um fim definitivo aos embates entre os cidadãos e a Igreja. Decidia-se adotar um sistema de controles recíprocos no qual os magistrados citadinos comprometiam-se a não tomar nenhuma decisão sem o consentimento do legado pontifício, e o legado, por sua vez, de não fazer nenhuma deliberação sem o apoio dos magistrados citadinos.³¹⁴ Era reconhecida a plena validade dos estatutos emanados por Bolonha, e para o nosso problema em questão, decisiva foi a subtração da responsabilidade de nomeação dos magistrados e de diversas funções citadinas do Conselho Comunal. A escolha desses agentes passava a ser uma prerrogativa do Conselho dos XVI reformadores, um órgão que respondia diretamente aos Bentivoglio, família que ascende do conflito como “os defensores da liberdade e da cidade de Bolonha”, isto é, tinham o seu papel como senhores da comuna assegurado.³¹⁵

Tivemos notícia da existência de duas monografias de graduação dedicadas à transcrição de livros inteiros dos estatutos de 1454. Primeiro, o trabalho de S. Vistoli dedicado ao VII livro dessa redação³¹⁶ e segundo, o trabalho de E. Medici, responsável pela transcrição do primeiro e do segundo livro dos estatutos de 1454.³¹⁷ Mesmo que esses textos não estejam disponíveis para consulta, eles farão parte de uma iniciativa da professora Budriesi de publicação completa de tal redação estatutária.³¹⁸

Na espera pela realização desse trabalho, a única opção que nos resta é aquela de consultar diretamente os documentos conservados no *Archivio di Stato di Bologna*. Nesse

³¹³FASOLI, G. “Bologna nell’età medievale (1115 – 1506). In: *Storia di Bologna* a cura di Antonio Ferri e Giancarlo Roversi. Bologna: Edizioni ALFA Bologna, 1978. pp. 127 – 196. p. 187.

³¹⁴*Ibid.*, p. 187.

³¹⁵*Ibid.*, p. 187.

³¹⁶VISTOLI, S. *Gli Statuti del Comune di Bologna del 1454* (lib. VII), 1995 -1996.

³¹⁷MEDICI, E. *Gli statuti del comune di Bologna del 1454* (libb I –II), relatrice trombetti Budriesi. 1999-2000.

³¹⁸ Em 2014, a autora publicou um artigo nos *Mélanges de l’École Française de Rome* informando ao leitor que o projeto de edição dos estatutos de 1454 encontra-se interrompido devido a uma série de questões burocráticas e financeiras. Para mais informações *vide*: BUDRIESI, A. L. T. “Gli statuti di Bologna e la normativa statutaria dell’Emilia Romagna tra XII e XVI secolo”, in: *Mélanges de l’École française de Rome - Moyen Âge* [online], Roma, número 126-2, 2014. Consultado dia 10 de Dezembro de 2014.

encontramos três manuscritos referentes a essa redação estatutária, dos quais somente um apresenta tal legislação em sua integralidade. Trata-se, todavia, de uma cópia feita em 1626, como informa-nos o proêmio do texto.³¹⁹

Dividido em 7 livros, começamos a nossa análise com o mesmo procedimento utilizado no estudo dos estatutos precedentes. Primeiro, verificamos os primeiros livros dessa redação, buscando ver quais magistraturas possuíam em seus juramentos e atribuições a possibilidade de partir em embaixada fora do distrito da comuna de Bolonha.

Em meio às rubricas dedicadas à eleição do *Podestà*³²⁰ e a estimativa do valor e da restituição dos seus cavalos³²¹, encontramos as mesmas previsões já muitas vezes vistas de que o *Podestà* podia participar de uma embaixada, e caso o fizesse, não devia receber nada mais do que o já estabelecido como o seu salário. Os cavalos que morressem em missão podiam ser restituídos pela comuna, contanto que tivessem sido estimados antes da partida do *Podestà* em missão. Constatamos também na rubrica a menção introduzida nos estatutos de 1335 de que o Capitão do povo tinha direito à restituição dos seus cavalos caso ele também partisse em embaixada pela comuna, uma possibilidade até mesmo presente na rubrica específica sobre as características desse personagem.³²²

³¹⁹ “*Index Rubricarum ex Universo Statutorum comunis Bono/nie volumine elicitus, ac in Alphabetum dispositus per nos Angelum/ Bethum Florentiolam, Dominicum Mariam Iordanum, ac Aloijsium Ma/riam Melegam Cives, et Notarios Bononienses, ac Praesidentes Camerae/ Actorum, et Archivio publico praedictae civitatis Bononiae, inhaerendoman/datis Illustrissimorum D. D. Senatorum Augustini de Masilijs, Caroli Aloij/sij de Scappis, Ioannis de Zambeccarijs, Philiberti de Vizzanis, Annibalis/ de Ranutiis, atque Caroli, Mariea de Gijso Assumptorum Illustrissimi Regiminis/ Bononiae super Archivio praedicto Anno 1626, et est sequens videlicet*” .*Statuti di Bologna del 1454*. Archivio di Stato di Bologna, fundo Comune-Governo, série: statuti, número 51, fólio 1r.

³²⁰ Liber I, Rubrica [3] - De electione Domini Potestatis Bononiae, eiusque comitatus et districtus, ac de salario et familia eius, et de hijs, quos secum ducere prohibetur. “*(...)Et pro dicto salario teneatur ipse D(ominus) po(tes)tas, et eius familia ac et(iam) bero-/ari facere omnes et singulas ambassiatas, cavalcatas, exercitus, custodias, et andatas, quae et qui occurrerent in Civitate, vel districtu bon(oniae), et omnia, et singula, quae facere tene-/rentur, et deberent, et omnia et singula eo(rum) officijs incumbentia solícite, et diligenter, et gra-/tis, et absque aliquo alio salario, vel mercede etiam a sponte dare volentibus, et facere omens mon-/stras rocha(rum), et fortilitiorum, et alior(um) stipendiarior(um) existentium in co(m)i(ta)tu, vel districtu/Bon(oniae), et q(ua)n(do) fu(er)it dicto potestati iniunctum per praesidentes Regimini civitatis bon(oniae) sub/pena pro quolibet, et vice qualibet lib(ras) centum bon(oninorum) salvis alijs gravioribus penis, quae pro/ praedictis, vel eorum aliquo reperirentur impositae. (...)*”*Statuti di Bologna del 1454*. Archivio di Stato di Bologna, fundo Comune-Governo, número 51, fólio 6r.

³²¹ Liber I, Rubrica [32] - De extimatione, et emendatione equorum D. potestatis, et Capitanei Bononiae. “*(segno di paragrafo rosso) Item /dicimus, qu(od) si aliquis de praedictis equis extimatis moriatur morte naturali, non/ emendetur ei. Si vero aliquis de praedictis equis vulneraretur in rixa, vel praelio fa-/cta, vel facto in exercitu, vel cavalcata, seu in civitate, vel in aliqua ambassiatas, vel alia andata facta in servitiu presidentium regimini Bononiae, et morire-/tur, emendetur ei tunc equus tantum per Cameram Bononiae, quantum fuerit ex-/timatus, quo emendato loco eius infra octo dies eius valoris, vel maioris alium equus/habere teneatur, qui extimetur per easdem extimatores. Ibid., fólio 29v.*

³²² Liber I, Rubrica [40] - De forma iuramenti D(omini) Capitanei populi, et Communis Bononiae. “*(...)pro quo salario omens ambassiatas, andatas, et cavalcatas faciam, et fieri faciam per me, et meam familiam, et nichil/ ultra praedicta exigam, vel recipiam a camera civitatis Bononiae, vel ab aliqua/ singulari persona, vel Universitate etiam a sponte dare volente per me ipsum/ vel per alium directe vel indirecte praedictorum occasione, vel ex aliqua alia causa, / aliquo colore quaesito.*” *Ibid.*, fólio 40r.

A remoção do direito de escolha das magistraturas do Conselho dos Anciãos nas mudanças políticas supramencionadas é também sentida em relação à função de embaixador. Nos estatutos de 1376 era uma atribuição desses últimos a escolha, a preparação, a remuneração, em resumo, quase todos os aspectos relacionados a tal agente. Com a sua perda de importância, pelo menos nos estatutos, o direito de escolher e de enviar embaixadores torna-se uma prerrogativa do legado ou do responsável pela gestão da cidade, o que reforça o nosso argumento da consideração por parte dos *statutarii* e das autoridades comunais que o encargo e a escolha do embaixador da comuna era uma questão de grande importância política e assim, era profundamente ligada ao exercício do poder na comuna. A mudança de posição das prescrições sobre o embaixador e de quem tinha a tarefa de selecionar os indivíduos que deviam ocupar essa função cada vez que Bolonha passava por disputas e mutações políticas permitiu-nos ter esse tipo de raciocínio. Os estatutos de 1454 nesse sentido, não são diferentes. Também nesses, como acabamos de remarcar, o agente e/ou órgão responsável pela escolha do embaixador muda com a presença mais forte do legado pontifício na cidade.

O que surpreende, entretanto, é o retorno da rubrica sobre o salário do embaixador – que, como vimos, havia sido removida dos estatutos de 1376 – em meio à matéria abordada pelo texto estatutário, e o seu posicionamento no primeiro livro dessa redação – aquele no qual encontramos as especificações sobre a escolha do *Podestà*, do Capitão do povo e de outros funcionários da comuna –. Intitulada de “Sobre o salário dos embaixadores transmitidos pelo regime de Bolonha à qualquer senhor, ou comunidade, e sobre as suas ordens”³²³, em essa encontramos primeiramente uma referência a outros agentes que partiam

³²³Liber I, Rubrica [46] - De salario ambasciatorum transmittendorum per Regimina Bononiae ad aliquem dominum, vel communitatem, et de ordine eorum. “Statuimus, et ordinamus, qu(od) de caetero Ambasciatores, qui transmitten-/tur per Comune Bononie ad aliquem Dominum, Civitatem, seu Co-/munitatem, si fuerit Miles, vel Doctor transmittendus, non possit/ habere, seu percipere a dicto Comuni Bononie ultra salarium octo equo(rum); si fuerit/ solus Ambasciator, et si fuerit duo, vel plures ultra Salarium quinque equo(rum) pro/ quolibet ambasciatore petere, vel habere, sive fuerit Miles, vel Doctor, sive non. Si ve-/ro dicti Ambasciatores missi fuerint per navim, habere debeant numerum perso-/narum praedictarum, et soldos quindecim bononinorum pro qualibet persona, solvendo/dictis Ambasciatoribus, et seu Ambasciatori euntibus extra Civitatem, Comitatum/ et Districtum Bononiae Solidos Viginti bononinorum pro quolibet equo, sed si intra/ Comitatum, et Districtum Soldos quindecim pro quolibet equo. Et qui eligendi in/Ambasciatoris non possint recusare quoquo modo servire Ambassiatis eis commit-/tendis, sub poena cuilibet librarum Trecentarum bononinorum Camarae Bononiae appli-/canda. Et hoc nisi sic eligendi praedicti, et seu electi fuerint aliqua iusta, et ra-/tionabili causa impediti, declaranda per Regimina Bononiae, vel per alium haben-/tem potestatem transmittendi, legitimo scrutinio interveniente, quo casu possint/ et valeant se a dicta Ambassiata excusare. Et qui dicta Regimina Bononiae, seu/ Officiales deputati super dictis ambassiatis, vel super conservatione provisio-/num, et statutorum Populi, et Communis Bononiae teneantur sub vinculo eorum/ Sacramenti praedicta executioni mandari facere, et dictam poenam exigi, tam/ per Dominum Potestate Bononiae, quam etiam per Dominum Capitaneum/ Populi. (símbolo di paragrafo) Possint tamen de consensu dictorum Regiminu augere numerum/ equorum, et salarium equorum dictis Ambasciatoribus mittendis Considera-/ta qualitate loci, quo contigerit Ambasciatores mitti, et seu destinatari, et quali-/tare, seu conditione personae quae destinabitur.” Op. cit., fôlio 52.

em embaixada com o embaixador, mas que não eram nomeados por esse termo, uma possível menção àqueles *familiari* (familiares) e *socii* (sócios), como o *notario ambaxatorum* (notário dos embaixadores) e outros, já longamente citados em todas as outras redações estatutárias bolonhesas aqui examinadas. O texto especifica – mesmo que de forma bastante limitada – a qualidade desses associados, os quais podiam ser *milites* ou doutores em lei, e a quantidade máxima de cavalos que podiam portar consigo além do seu salário, isto é, 8 cavalos, independente do número desses indivíduos que partiam em embaixada. Caso o embaixador fosse sozinho, ou com outros embaixadores como ele, cada um deles devia receber além de seu salário mais 5 cavalos, não importando a qualidade de quem exercitava o encargo nessa decisão sobre o número de equinos a ele atribuído pelos estatutos. Nas missões nas quais se devia partir em navios, era previsto o pagamento a esses associados de 15 *solidi* bolonheses por cada um dos seus cavalos, enquanto o próprio embaixador tinha o direito a 20 *solidi* por cavalo fora da comuna, condado e distrito bolonhês e 15 dentro dessas jurisdições. A rubrica previa que esses valores podiam ser modificados de acordo com a qualidade do lugar, do destinatário e das condições das pessoas escolhidas para exercitar essa função.

Se comparados com os valores previstos para o salário dessa figura presentes nas outras redações estatutárias bolonhesas do século XIII e XIV, essas somas são as mais expressivas que encontramos nos estatutos, seja do ponto de vista do número de cavalos que da quantidade de *solidi*. A tabela abaixo permite uma melhor visualização dessas diferenças.

Tabela 1: Remuneração dos embaixadores bolonheses

Ano	Nº de cavalos	<i>Solidi</i>	Outras informações
1250 – 1267	<ul style="list-style-type: none"> • 3 cavalos • <u>Questões especiais:</u> 1 ou 2. 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Fora do distrito:</u> 12 <i>solidi</i> bolonheses por dia. • <u>Para o condado:</u> 2 <i>solidi</i>, 3 se pertencesse à cúria. • <u>Questões especiais:</u> 1 cavalo – 6 <i>solidi</i>; 2 cavalos – 10 <i>solidi</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Notários dos embaixadores:</u> 2 cavalos e 8 <i>solidi</i> bolonheses. • <u>Cozinheiros:</u> 1 cavalo e 3 <i>solidi</i>. • <u>Dentro do distrito:</u> recebiam feno, palha, ervas, madeira e leitos moderados. • Reembolso das despesas feitas com pedágios e com a morte de cavalos.
1288	Até 4 cavalos	De acordo com o número de cavalos: 2 – 18 <i>solidi</i> por dia; 3 – 24 <i>solidi</i> , 4 – 30 <i>solidi</i> .	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Notários dos embaixadores:</u> 1 cavalo – 12 <i>solidi</i>, 2 cavalos – 18 <i>solidi</i>. • Previsão de partir em navios; Restituição dos cavalos mortos em viagem.
1335	Não informado.	Máximo de 40 <i>solidi</i> bolonheses ou mais em	

		missões diretas ao Papa.	
1376	Não informado.	Não informado.	Os Anciãos podiam escolher o quanto queriam pagar a esses agentes segundo a sua vontade. O cavalo continua a ser um elemento de medição desse valor.
1454	5 cavalos por embaixador presente no envio.	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Fora do distrito:</u> 20 <i>solidi</i> bolonheses por cavalo. • <u>Dentro do distrito:</u> 15 <i>solidi</i> por cavalo. 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Associados do embaixador:</u> <i>milites</i> ou doutores em leis – Um máximo de 8 cavalos independente do número desses agentes. E missões em navios: 15 <i>solidi</i> por cavalo. • Os valores dos cavalos e do salário podiam ser modificados segundo a qualidade do lugar, do destinatário e das condições das pessoas escolhidas para exercer tal função.

Assim como vimos nos estatutos de 1335 e 1376, a impossibilidade de refutar o encargo de embaixador aparece nessa rubrica específica na redação de 1454, que previa até mesmo uma multa de 300 *solidi* bolonheses – aplicada pela câmara de Bolonha – para aqueles que não possuíam uma razão aceitável para não partir. A rubrica enfatiza a necessidade de que as autoridades citadinas apliquem a sanção caso o agente escolhido não tivesse uma justificativa para não aceitar o encargo da embaixada, uma novidade desse texto não presente nas versões anteriores, que pode indicar um não respeito a essa disposição por parte das autoridades comunais. O reforço em tal rubrica de que aqueles que não apresentavam justificativas para não partir em embaixada deviam receber um multa fez-nos pensar que tal penalidade frequentemente não fosse aplicada como queriam as autoridades, antes desses estatutos.

Encontramos na redação de 1454 a mesma rubrica já presente desde os estatutos de 1288 sobre a possibilidade do embaixador possuir representantes na cidade que gestissem os seus negócios enquanto esse estava em missão. Situada no terceiro livro dessa redação estatutária sob o título “Sobre as causas dos senhores Anciãos, dos Embaixadores, e dos ausentes ou impedidos graças às coisas públicas”³²⁴, nessa encontramos as adições à matéria

³²⁴Liber III, Rubrica [51] – De causis D.D. Antianorum, Ambasciatorum, et absentium, vel impeditorum Reipublicae causa. *Decernimus, q(uod) Causae, quaestiones, seu controversiae principaliter Do-/minorum Ancianorum, Ambasciatorum Comunis Bononiae, et/ eorum, qui Reipublica causa Comunis Bononiae extra Civitatem/ Bononiae, et Districtus fuerint absentes, vel in Civitate Bononiae, vel Comi-/tatu existentes ipsius Reipublicae causa sine impediti tali impedimento, q(uod)/ in Causis adesse non possint, de quibus impedimento, et aliis supradictis, si/ indubium vertatur, stetur declarationi praesidentis, seu Presidentium Re-/gimini Civitatis Bononiae; Et etiam Causae, et quaestiones, et controversiae,/ in quibus aliqui praedictorum fuerint Advocati, Procuratores, Defensores,/ Curatores, Tutores, vel Actores, seu Sindici in Causa, vel alio quocumque no-/mine, delegati in aliqua Causa, vel Arbitratores, si in Cau-/sa, seu quaestione, vel controversia praedicta pars principalis non habuerit/ alium Advocatum, Procuratorem, Actorem, Tutorem, vel Curatorem, seu / Syndicum, vel alium, ut supra, qui in dicta Causa, seu quaestione possit/ interesse, vel in quibus sit notarius Actorum sint, et esse debeant in sus-/penso, durante dicto Officio Ambassariae, vel absentia, seu impedimento;/ Et eis finiti sint, et esse intelligantur in eo statu, in quo erant ante tem-/pus ipsius Officii*

feitas em 1335, isto é, que os casos nos quais o embaixador tinha um papel de advogado, tutor e etc, deviam ser tratados especialmente, sendo suspensos caso nenhum outro indivíduo já participasse do processo antes da partida do embaixador e pudesse substituí-lo. O limite máximo de 15 dias de duração dessa interrupção do processo, introduzido na redação de 1376, é, entretanto, ampliado para um total de 30 dias.

O privilégio de portar armas proibidas na cidade, presente em todos os estatutos aqui analisados, aparece mencionado também nas rubricas da legislação estatutária de 1454, com a

Ambassarie, absentiae, vel impedimenti, ut supra. Dum/ tamen ipsae quaestiones, Causae, vel Controversiae per tres dies ante tempus/ dictae Ambassariae Officii, vel absentie, aut impedimenti inchoatae fuerint/ per petitionis ablationem, et partis citationem, et ita demum, si ipsae quae-/rimoniae, vel Causae per ipsos Advocatos, Procuratores, Curatores, Tutores, / Actores, vel Sindicos, aut Defensores, vel Notarios, Arbitros, vel Arbitra-/tores, vel delegatos, vel aliquem eorum, seu alterius eorum nominibus/ ante tempus eorum Officii Ambassariae, vel impedimenti, vel saltem/ prima die vel sequenti ipsius impedimenti Ambassariae, vel Officii da-/fuerint in scriptis coram Vicario Domini Potestatis Bononiae, vel Iu-/dice Aquilae, et paenes Unum ex Notariis Dischi Domini Potestatis, / vel Iudicis Aquilae dimissae, quae in actis per eundem Notarium debea(n)t/ registrari, nisi aliter per dicta Regimina fuerit ordinatum, vel provi -/ sum, et nisi pars principalis, cuius favore Causa dilatetur, praedictis / non obstantibus, velit in Causa, seu Questione procedi, quo casu proceda- / (Fim do fólio 198v) tur, praedictis non obstantibus, dummodo talis absentia, seu impendimenta/ quaecunq(ue) praedicta Advocatorum, Procuratorum, Actorum, seu Sindicorum/ vel aliorum, ut supra Arbitrorum, vel arbitratorum, et delegatorum, ac No-/tariorum praedictorum non durent Ultra treginta dies, salvo qu(?) in Domi-/nis Antianis, quorum tempus duret per duos menses eorum Officii, qui -/bus diebus elapsis procedi possit in Causa, non obstante tali absentia, etiam / ante treginta dies praedictos, ubi fuerit dicta absentia minus duratura, de/ quo stetur delcarationi iudicis, coram quo causa agetur. (espaço do copista) Stetur etiam/ Sacramento talis absentis, vel impediti, ut supra de die intii, et finis/ temporis talis absentiae, vel impendimenti, qui dies initii, et finis praedicto(?)/ in dicto tempore computentur. Et idem intelligatur, fiat, et observetur, si/ durante tempore ipsius Officii, Ambassarie, vel dicti Impendimenti aliqua/ persona veli eidem Officiali, Ambassiatori, vel absentis, seu impedito, ut su-/ pra litem, quaestionem, vel controversiam de novo movere, vel si ipse Offi-/cialis, Ambassiator, vel absens, vel impeditus, ut supra per se, vel alium/ vellet de novo causam, vel quaerimoniam alicui inferre, quibus Causis/ voluntas ipsius ambassiatoris, vel absentis, vel impediti, ut supra serve-/tur, salvo qu(?) in Causi Antianorum in quibus procedi non possit, nisi fue - /rit de utrius partis Voluntate. (Sinal vermelho de parágrafo) Insuper provide considerantes ca - /sus, et contingentias infirmitatum, quibus humana fragilitas est suppo-/sita, et q(ui) in aliquo, vel aliquibus ex Procuratoribus Causarum in Palatio / Juridico in Causis patrocinantibus posset infirmitas aliqua repente su -/ pervenire, propter cuius impedimentum ius Clientulorum suorum perecli-/tari posset, et indemnitate eorum providere cupientes. Ordinamus, /q(ue) quancunq(ue) de caetero continget, aliquem, vel aliquos ex huiusmodi/ Procuratoribus infirmari infirmitate aliqua, et tali, propter quam ad prosecutionem Causarum suarum intendere, vel superesse non valent,/de qua infirmitate, et an sit talis, propter quam Causas suas prosecui/ non valeat, nec dictorum suorum Clientulorum, de quo si Verteretur/ in dubium, stetur Sacramento suo, possit talis Procurator per suum spe-/cialem Procuratorem ad haec constitutum dare Causas suas, quas suo, /vel alieno quocunque nomine habuerit pro suspensis coram Iudicibus, co-/ram quibus verteretur, dum tamen in tali procuratoris constitutione iu-/rare habeat corporaliter ad Sancta Dei Evangelia manu tactis Scriptu- /ris, se infirmum, et tali infirmitate, propter quam suas Causas, et suo-/rum Clientulorum prosecui, et eis intendere nequeat. Et qu(od) hoc facto/(fim do fólio 199r) Causae omnes, et singulae, quas suo nomine, vel alieno quocunque habuerit/ coram cocumque Iudice, vel Officiali, et ipsarum Fatalia tempora, et in-/stantiae ipso iure sint, et esse inteligantur suspensae, et in suspenso esse,/ et sic stare debeant, donec reconualuerit, et huiusmodi reconualescentia/ coram dictis Iudicibus, et partibus, cum quibus huiusmodi Causas habue-/rit, notificauerit, dum tamen huiusmodi suspensio propter talem infir -/mitatem Ultra(m) quindecim dies durare non possit. Sed elapsis dictis/quindecim diebus incontinenti finita sit, et esse censeatur, sive reconua-/ luerit, sive non, nisi aliter per Regimina Civitatis Bononie, vel per / alios potestatem habentes provisum fuerit, dicta infirmitate durante, vel / postea. Et nisi, prout aliter iuris fuerit, seu de iure fuerit faciendum/pro tempore dictae infirmitatis post dictos quindecim dies duraturo. Op. cit., fólios 198v, 199r e 199v.

diferença de que agora o texto estende esse direito também aos associados ao embaixador em missão.³²⁵

A rubrica sobre as represálias, na qual encontramos um ótimo exemplo para nossa questão sobre a diferença de nível de representação e de hierarquia entre o *nuntius communis* e o embaixador comunal nos estatutos de 1376, é repetida integralmente na redação de 1454, apresentando o mesmo procedimento tripartite no qual o embaixador é enviado somente depois de duas cartas mandadas por meio de núncios. A única diferença é que as referências aos Anciãos são substituídas por menções à figura dos *praesidentes Regimini Civitatis Bononiae* (dirigentes do regime da cidade de Bolonha), isto é, àqueles que tinham o poder de decidir no momento – o legado pontifício e os senhores Bentivoglio.³²⁶

Os outros elementos do aparato diplomático bolonhês – o espião e o chanceler – reaparecem nos estatutos de 1454. O chanceler da comuna continua a ter funções importantes como a preparação das cartas e dos documentos enviados para a seleção do *Podestà* forasteiro da cidade³²⁷ e do Capitão do povo³²⁸. Na realidade, encontramos pouca diferença entre as

³²⁵Liber IV, Rubrica [78] - De pena portatium Arma vetita. "(...) *A praedictis om-/nibus prohibits exipimus Milites, et doctores cuiuslibet fa-/cultatis cum uno eorum familiar, qui super se arma portare/possint, si sint cives Bononiae, et omnes officiales forenses/ communis Bononiae, et eorum familiares ipsorum durantibus of-/ficijs, et Sindicatu, et familiares Domini Bononiensis episcopi/cum eo continuo commorantes. Et familiares, et Maxerios prae-/sidentium Regimini Civitatis Bononiae, et familiares Domini/ Inquisitoris haereticae pravitatis Civitatis Bononiae. (...) Et quoscunque/ ambasciatores, eorumque familiares huc accedentes, seu moram/ trahentes, salvo privilegio Rectorum Universitatis Scholarium (...).*" *Op. cit.*, fólio 351r.

³²⁶Liber IV, Rubrica [74] - De represalijs. "(...) *Statuimus, que si quae tales re-/presalie concessae sint, vel inposterum concedentur, ex quibus/ aliqua persona de Civitate, vel Districtu Bononiae de caetero/ gravaretur, vel aliquod damnum substinuerit in persona, vel/ (folio 347v) rebus liceat ipsi gravato, vel damnificato, et eius heredibus, et/alteri cuicunque eius nomine accedere coram praesidentibus Re-/gimi dictae Civitatis, qui pro tempore fuerint, ex suam de prae-/dictis petitionem, seu quaerimoniam exponere, ad cuius petentis,/seu conquaerentis petitionem facta prius summaria fide de con-/tentis in dicta quaerela, seu petitione etiam parte non vocata coram/dictis praedidentibus, vel coram alio, cui ipsi praedicta committe-/rent, teneantur ipsa Regimina mittere litteras suo nomine, seu/ex parte Communis Bononie Regiminim, seu Regiminibus Pro-/vinciae, Civitatis, vel Loci, in quo, vel qua tales repraesalie re-/perirentur esse concessae, ipsaq(ue) Regimina talis Provinciae Civi-/tatis, vel loci requirere per litteras supradictas. Que ipsum gra-/vatum, vel damnificatum pristinae liberati restituant, et relassent,/ si detentus fuerit omen que eius gravamen illatum detento, vel etiam/ non detento removeant cum effectum, et bona omnia eidem ablata/ dicta de causa, et damna quomodocumq(ue) illata eidem etiam ab-/senti quomodocumq(ue) integraliter restituant, refarciant, et persol-/vant infra terminum in ipsis literis continendum. De quarum/ litterarum praesentatione, et responsione, et alijs circumstantijs cre-/datur et stetutur nuntio, qui missus fuerit ex parte dictorum Re-/giminum Civitatis Bononiae cum litteris supradictis. (sinal vermelho de parágrafo) Et/ si qua Regimina praedicta facere, seu fieri facere neglexerint/ seu ea cum effectum non fecerint infra terminum eis datum. Iterum/ similes litterae mittantur, et requisitio fiat, de quarum praesen-/tatione, et alijs praedictis credatur, ut supra (est), et si infra terminum/ dictarum secundarum litterarum non fuerint adimpleta praedi-/cta, possint Praesidentes Regimini Civitatis Bononiae, si eis vi-/debitur mittere Ambasciatores unum, vel plures semel, vel plu-/ries ad Regimina praedicta super praedictis. (segno rosso di paragrafo) Et si ipsa Re-/gimina neglexerint, vel omiserint adimplere praedicta, ut supra/ possint praesidentes Regimini Civitatis Bononiae pronicare, et/ declarare, ipsum talem gravatum, vel damnificatum, et eius hae-/redes modo, et forma infrascriptis habere represalias generales contra omnes et singulos Cives, seu districuales illius provin-/ciae, civitatis, vel loci, quae, vel qui tales represalias concesserint, ex quibus tale damnum, vel gravamen evenerit. (...) "**Op. cit.*, fólio 347r e v.

³²⁷Liber I, Rubrica [5] - De mittendo pro Domino Potestate novello, et forma eius litterae missivae. "*Praedictas l(itte)ras in forma faciant Secretarij, seu cancellarij eo(rum) ad quos p(er)tinet, seu pertinebit electio predicta (...)*" *Op. cit.*, fólio 7r.

prescrições relativas a esse agente dos estatutos de 1376 e aquelas do de 1454, com exceção de que agora ao invés de ter suas epístolas sigiladas pelos frades que trabalhavam para os Anciãos, o chanceler era obrigado a entregá-las para um oficial especial responsável pelas entradas e saídas de pessoas e documentos da cidade, de modo que tais cartas recebessem o seu sigilo.

A figura do espião continua a ser a única permitida a associar-se com os inimigos da comuna.³²⁹ Na rubrica dedicada ao oficial responsável por escolher esses agentes, o ofício de Senhor dos espiões torna-se mais amplo, sendo agora um personagem também responsável por todos os estrangeiros que entravam em Bolonha, pelas pessoas que saíam da cidade e as cartas que eram enviadas de e para a comuna – o mesmo personagem ao qual acabamos de fazer referência falando do chanceler e a quem ele deveria entregar os seus documentos escritos –.³³⁰ Devido à quantidade de informações que encontramos em tal passagem de texto e às suas dimensões, transcrevemos essa rubrica de forma fragmentada nas notas de pé de página que seguem. Segundo o seu texto, esse oficial podia abrir as mensagens supramencionadas, lê-las e verificar se elas não diziam contra a honra e o bem-estar da comuna. Ninguém podia negar-se a mostrar-lhe as cartas que tinha recebido de qualquer parte fora da comuna, com o

³²⁸Liber I, Rubrica [37] - De mittendo pro Domino Capitaneo communis et populi Bononiae. “*Ordinamus que facta electione, seu nominatione Capitanei noui, ut/ supradictum est in proximo statuto Cancellarij dictorum Praesiden-/tium Regimini praedicto mittere teneantur unum idoneum nunciu(m)/ ad talem electum in capitaneum, qui praesentet eidem literas/ (folio 37v) ex parte praesentorum regiminum de electione ipsius, in quibus litteris cotinea-/tur quod infra tres dies a die presentationis praedictae debeat respondere, si acceptat/ electionem capitaneatus de se factam, an eidem renunciaret infra tempus praedictu(m). (...) Praedictas autem litteras in forma faciat dictus cancelarius infrascripti tenoris (...)*” *Op. cit.*, fólio 37r e 37v.

³²⁹Liber IV, Rubrica [50] - De pena tractandis cum inimicis communis Bononiae. “*Ordinamus, q(ue) si quis co(mun)icaverit, vel tractau(er)it cum inimici co(mun)is, seu/ Civitatis Bonon(iae) p(re)sentibus vel futuris, qui fu(er)int inimici t(em)p(o)re dictae com/municationis, seu tractatus, vel fuerit, seu miserti ad tractandum sine licen-/tia praesidentium Regimini Civitatis Bonon(iae) condemnentur in ducentis libris/ bon(oninorum) pro qualibet vice, et plus, et minus in utroq(ue) casua arbitrio D(omi)ni Po(tes)tatis, vel Capitanei s(ecundu)m qualitatem facti, et conditionem personae, nisi ille tractans/ esset explorator, vel Spia co(mun)is Bon(oniae) iuxta modum consuetum spiarum. Et/ idem intelligatur in quocunq(ue), qui ad eos aliquas l(itte)ras mitte(re)t suspecta regi-/mini Civitatis Bon(oniae) vel ab eis tales litteras receperit, nisi eas, quas recepit/ proapalauerit, q(uam) citius commode fieri poterit, praesidentibus Regimini praedi/cto. De qua suspicione stetur declarationi Praesidentium praedictorum.*” *Op. cit.*, fólio 32r.

³³⁰Liber ?, Rubrica [7] - De officio officialis praepositi per Commune Bononiae officio praesentationis forensium intrantium Civitatum Bononiae; et bullettarum fiendarum volentibus exire dictam civitatem Bononiae, et litteras ad Civitatem praedictam transmissas vel exportatas, et super spijs redentibus ad damna, vel suspectis de damnis Communis Bononiae. “*Decernimus, que in Civitate Bononiae sit continue, et esse debeat Offi-/cium super Bulletis Forensium intrantium, et exeuntium prae-/dictam civitatem, et que ad ipsum officium exercendum eligatur unus ido-/neus, et sufficiens homo Civis Bononiae secundum formam nostrorum sta-/tutorum in Consilio Quatuor millium, qui sit, et esse debeat aetatis ad/ minus triginta annorum, qui Officialis singulis diebus debeat contin-/ue esse, et stare ad dictum Officium exercendum ad locum praedi-/ctum eidem deputatum, cuius Officialis Officium sit, et esse debeat, que/ diligenter, et sollicite, et omni negligentia postposita faciat, que omnes, et/singuli forenses dictam Civitatem intrantes cuiuseunque conditionis exis-/tant habitatores extra Civitatem, Comitatum, et Districtum Bononiae ei-/dem, et coram eius Officis personaliter, praesentialiter, et que ab ipsis pre-/sentatis exquirat, et inquirat de omnibus, et singulis per tempora occur-/rentibus, et maxime de his, quae spectarent, vel spectare possent ad honorem, et bonum statum Civitatis Bononie. Et que eius Interrogationi/quilibet teneatur respondere sub poena eius arbitrio auferenda. (...)*” *Op. cit.*, fólio 573v.

risco de receber uma multa caso o fizesse. A mesma coisa era prevista para as cartas enviadas pela comuna a qualquer destino.³³¹

Esse personagem era também responsável pelo recolhimento dos pedágios dos estrangeiros e transeuntes que vinham à Bolonha, e em tal prescrição aprendemos que os embaixadores e os mensageiros recebidos pela comuna bolonhesa eram poupados de tal obrigação financeira. O texto fala propriamente de uma imunidade concedida a esses agentes também de não ser encarcerados sem motivos consistentes. É, todavia, reiterada nessa rubrica a liberdade de aprisionar e torturar qualquer espião encontrado por esse oficial na cidade, já aqui mencionada quando analisamos os estatutos de 1376.³³²

Sobre as características do espião e do processo de escolha desse personagem continuamos no escuro nessa redação estatutária, que repete a obrigação do Senhor dos espiões de custodiar e manter consigo aqueles espiões estrangeiros identificados na comuna e

³³¹(...)Item/ faciat que omnes, et singulae litterae, quae portarentur ad Civitatem de/ quibuscunque locis extra Comitatum, et Districtum Bononiae eidem prae-/sententur, et eius Officio, quas litteras possit, et debeat aperire, et ipsas/legere, et intelligere, et videre, si aliquid in eis contineretur, quod esse passet/ Statum, et honore Civitatis Bonon(iae). Et nullus debeat eidem dene-/ gare litteras, quas super se vel cum eius familia, vel Comitativa habuerit, /sub poena quinque libr(arum) bononin(or)um pro qualibet littera non praesentata, et plus,/ et minus arbitrio dicti officialis considerata conditione personae, et quali-/tate litterae. (sinal de parágrafo em vermelho) Et que nullus civis, vel habitator Civitatis Bononiae, vel / alius quicumque audeat, vel praesumat aliquam litteram portare extra/civitatem Bononiae, nisi sit sculpta cum stampa, aut sigillata sigillo/dicti officialis sub poena praedicta. Op. cit., fólíio 373v.

³³²(sinal de parágrafo em vermelho) Item que dictus officialis toto eius passe curet/ habere notitiam omnium, et singularium civitatum, et omnium, et sin-/gulorum Castrum, et locorum, in quibus ratione Pedagij, Passagij, et/bulletarum a civitus, Comitatinis, vel Districtualibus aliquid acci-/pitur, et praedictas Civitates, Castra, et loca describere, itaque ips(or)um/ locorum scientia continue haberi possit, et a Civibus, Castellanis, vel/ habitatoribus earum civitatum, vel castroum, vel locorum in civi-/tate Bononiae accipere possint, et debeant nomine passagij, transitus,/et bulletarum tantum quantum accipitur in dictis Civitatibus, Castris,/ et locis a civibus, comitatinis, vel districtualibus civitatis Bononiae./(sinal de parágrafo em vermelho) A praedictis autem excipimus ambasciatores, et eorum famili-/ares, nuntios, et curerios alicuius praedictarum civitatum, castro-/rum, et locorum venientes ad civitatem Bononiae, vel alio tenden-/tes, et per dictam civitatem transeuntes. (...) (sinal de parágrafo em vermelho) Item que sine licentia, et expres-/sa bulleta praedicti officialis nullus forensis possit exire extra Portam /civitatis Bononiae, nisi esset scholaris, vel habitator pro maiori temporis/ parte dictae civitatis, vel extra civitatem, et districtum civitatis prae-/ dictae sine licentia, et bulleta dicti officialis, et quo quicumque repertus fuerit/ culpabilis de praedictis possit capi, et condemnari per ipsorum officialem/usque ad quantitatem librar(um) decem bonon(inorum). (...) (sinal de parágrafo em vermelho) Statuimus que omnes/ et singuli nuntij, et spiae inimicorum comunis Bonon(iae), et Sanctae Roma-/nae Ecclesiae, cum obtenta dicta licentia venire poterunt ad civitatem, vel/comitatum praedictum teneantur, et debeant cum venerint ad civitatem,/velin Civitate, comitatu, vel districtu Bononiae, vel se separaverint a/ dicta civitate ire, et redire per Stratas rectas publicas, et non aliun-/de poena, et banno amputationis capitis, nec de civitate Bonon(iae) debeant /se separare absque licentia dicti officialis poena pedis. Teneantur etiam, et/ debeant ipsi nuntij, et spiae stare, et morari, et hospitari, cum eos contigerit/ venire ad civitatem Bonon(iae) in uno hospitio solummodo deputando per unum/ Officialem Spiarum, et ad tales nuntios, et spias standum, hospitandum, et/ et morandum, donec stabunt in civitate Bonon(iae) per dictum officialem, et non /alibi hospitari, vel morari debeant sub poena amputationis pedis. (sinal de parágrafo em vermelho) Prohibentes aliquos Nuntios, vel spias aliquorum inimicorum comunis bonon(iae) et/ Sanctae Matris Ecclesiae venire ad civitatem, vel comitatum Bononiae/sub poena aeris, et personae, sine licentia praesidentium praedictorum.. Op. cit., fólíios, 574v e 575v.

de decidir quando e se esses podiam sair da cidade, como encontramos na análise dos estatutos de 1335.³³³

Infelizmente, não fomos capazes de fazer um estudo de todas as menções indiretas ao embaixador tão detalhado como aquele, por exemplo, realizado com os estatutos de 1250 – 1267, devido às dificuldades inerentes ao estudo de documentação manuscrita nunca editada. Mesmo se buscamos analisar todo o manuscrito com cuidado, é possível que tenhamos deixado passar alguma menção. De toda forma, podemos dizer que o embaixador na redação estatutária bolonhesa de 1454 é uma função confiada a agentes de formação ou de experiência jurídica, sendo oficiais ou não do governo comunal, de jurisdição e controle exclusivo do senhor ou do legado da cidade. Nos estatutos cabia a essas autoridades a escolha de quem partia como embaixador, mesmo que a sua remuneração e privilégios fossem garantidas pelos estatutos – uma proximidade maior nesse ponto de tal redação com os estatutos de 1335 do que com aqueles de 1376 –. Em relação ao salário, vimos como as prescrições desse estatuto seguem aquela impressão que tivemos na análise dos estatutos de 1335 de crescimento de importância da função, uma vez que em tal redação encontramos a remuneração mais alta de todas aquelas previstas nos estatutos bolonheses até aqui estudados. Nessa redação é possível ver também um caráter mais complexo da própria missão a qual o embaixador devia conduzir, com a menção mais ampla dos *socii* que partiam com ele e dos seus pagamentos.

Em relação ao caráter compulsório de partir em embaixada uma vez designado como embaixador da comuna, notamos a introdução de uma multa mais consistente àqueles que não aceitavam o encargo sem uma razão plausível para não fazê-lo e a insistência dos *statutarii* para que os transgressores fossem punidos.

³³³(sinale de parágrafo vermelho) *Item, que praedictus officialis etiam arestare possit/ quemcumque forensem venientem ad civitatem Bononiae, qui allegaretur/ debitor alicuius Civis, vel incolae civitatis, guardae, vel comitatus Bo-/non(iae) de, et ex quacumque sententia, vel re, vel de fuga, seu recessu suspe-/cti ab aliquo ex praedictis, usquequo satisdederit de respondendo coram iudice competente de iure, dum tamen persona arestanda non habitauit/rit per mensem proxime praecedentem continue in civitate, guardia, et/ comitatu praedictis alibi, quam in hospitibus publicis deputatis ad hospitium-/dum peregrinos, vel forenses. (sinale de parágrafo em lápis negro) et etiam cognitionem habeat de causis/ quibuscumque vertentibus, seu movendis contra quoscumque forenses vaga-/ (fólio 575v) bundos usque ad summam librarum decem bonon(inorum), vel rei, vel facti non ex-/cedentis summam praedictam salvis semper immunitatibus concessi foren-/sibus venientibus ad habitandum in civitate, et comitatu Bononiae, et am-/basciatoribus venientibus ad civitatem Bononiae, vel per eam transeunti-/bus per Statuta, et provisiones, tam Civitatis Bonon(iae), q(uam) universitatis mer-/catorum, et artium civitatis Bonon(iae) approbati. (sinale de parágrafo vermelho) Item/que praedictus officialis quoscumque exploratores et spias extraneo(rum) loco(rum) possit/ capere, et capi facere, et eos incarcerare, et incarcerari, et in Cippis, et compen-/dibus poni facere, et eos, et quemlibet eorum torquere, et p(re)sentare Postati, et/ Capitaneo populi, et Comunis Bononiae, vel alteri eo(rum) totiens quotiens eide(m)/ videbitur expedire et que in praedictis praedicti Domini, et officiales super con-/ducta stipendiario(rum) teneantur eidem, et debeant dare consilium., et auxi-/lium totiens, quotines fuerint requisiti. Et quia q(ui)ng(ue) contingit de licentia/ praesidentium Regimini Bonon(iae), vel alio(rum) officialium comunis bononiae/spias, et nuntios Inimicorum comunis bonon(iae) et Sanctae Romanae Eccle-/siae venire ad civitatem et comitatum Bonon(iae). Op. cit., folios 575r, 575v.*

Em traços gerais, trata-se de uma redação que se preocupa em transferir a jurisdição da escolha e controle desse agente dos Anciãos aos novos senhores e representantes papais na cidade, demonstrando a já assinalada forte ligação entre as disputas de poder dentro da cidade e a função do embaixador nos estatutos comunais bolonheses.

1.6. Apontamentos e sistematização da análise diacrônica dos estatutos comunais bolonheses.

Terminada a análise de cada uma das redações estatutárias bolonhesas produzidas entre os séculos XIII e XV, é chegado o momento de sistematizarmos as informações encontrados sobre o embaixador e todas as modificações pelas quais a função passou nessa documentação. Tal procedimento tornará mais fácil a comparação das diferentes comunas escolhidas para a realização dessa pesquisa, algo que deve ser feito no último capítulo dessa dissertação.

Começamos as nossas reflexões de síntese sobre a questão inicial da posição do embaixador em meio às magistraturas da comuna bolonesa. Vimos que em todos os estatutos aqui analisados ser um embaixador era um encargo confiado a agentes de posições diversas em Bolonha, não tornando por si mesmo um indivíduo um oficial comunal, isto é, em âmbito estatutário trava-se de um encarregado temporário durante todo o período compreendido entre os anos de 1250 e 1454.

Consistia, todavia, em um encargo de grande importância no período, que era considerado como central na afirmação dos diversos grupos em disputa pelo poder em Bolonha. Observamos como cada vez que o regime de governo citadino mudava também quem tinha a prerrogativa de escolher e de instruir esse agente passava por modificações. A seguinte tabela ajuda-nos a melhor visualizar melhor esse ponto.

Tabela 2: Jurisdição sobre a escolha e as instruções dos embaixadores em Bolonha

Ano	Responsável pela escolha	Responsável pelas instruções
1250 - 1267	Conselho comunal	<i>Podestà</i>
1288	Conselho comunal e do povo	Não informado
1335	Cônsules e Anciãos da comuna.	Não informado

1376	Anciãos da comuna.	Anciãos da comuna.
1454	Legado ou governador responsável pela cidade.	Não informado

Essa relação entre a função do embaixador e os movimentos políticos comunais é também sentida na própria topografia das rubricas sobre o encargo nos estatutos comunais bolonheses, que em momentos de regime popular apresentam rubricas mais numerosas, independentes, mais detalhadas e mais esparsas nos livros estatutários, enquanto nos momentos de regime senhorial o seu número é mais reduzido e concentrado nos setores dos estatutos que especificam as prerrogativas do senhor. Sistematizamos esses dados na tabela de número 3.

Tabela 3: Localização das rubricas sobre os embaixador nos estatutos bolonheses

Ano	Liber I	Liber II	Liber III	Liber IV	Liber V	Liber VI	Liber VII	Liber VIII	Liber X	Liber XII
1250 - 1267	I, VI, X, XVII, XLVI II	XVI					XVII, XLVII	X, XI, XII,	LXXXII, LXXXIII	LXXXIV, LXXXVI
1288	I	XIII				XXXX VI		VIII	LXI,	XXXVIII, XXXXVIII
1335	III	III		VI	XLIV					
1376	VII, VIII, X,	II, XXVIII			XLIX, LXXX VII,	LXXXI I, LXXX V				
1454	III, XXXI ,XL, XLVI		LI	LXX VIII, LXXI V						

A observação desses movimentos de maior e menor descrição do encargo de embaixador nos estatutos bolonheses do século XIII até o século XV, no qual a legislação estatutária mais precisa e informativa sobre essa figura é aquela dos anos 1250 – 1267, permite-nos pensar que pelo menos em questões estatutárias e para o caso geográfico que analisamos, o processo de desenvolvimento e definição do embaixador não é linear. Na realidade, as redações mais próximas ao tradicional momento de sistematização da Diplomacia e consolidação dessa figura – os célebres séculos XIV e XV das embaixadas permanentes defendidas por Garrett Mattingly e Jacob Burckhardt – são aqueles que nos apresentaram a menor quantidade de detalhes sobre a função.

Não é possível negar, entretanto, que observamos em nossa análise um progressivo movimento de valorização e de reconhecimento da importância do embaixador e do envio de embaixadas nos estatutos comunais bolonheses. Como pudemos ver na tabela de número 1 desse texto, a remuneração de tais agentes cresceu a cada redação estatutária aqui estudada, assim como a quantidade de cavalos aos quais essa figura tinha direito. Também os privilégios do embaixador – portar armas proibidas, ter representantes na cidade enquanto estava em missão e etc – e as menções a um número vasto de associados aumenta de modo gradual em cada estatuto aqui estudado, como vemos na tabela de número 4.

Tabela 4: privilégios do embaixador bolonhês em missão.

Ano	
1250 - 1267	Portar armas proibidas dentro da cidade.
1288	Portar armas proibidas dentro da cidade; ter representantes legais para resolver as suas questões enquanto estava ausente em missão.
1335	Portar armas proibidas dentro da cidade; ter representantes legais para resolver as suas questões enquanto estava ausente em missão. As causas na qual ele ocupava o papel de advogado, tutor ou curador antes do envio deviam ser tratadas de forma diferente enquanto estava em missão.
1376	Portar armas proibidas dentro da cidade, ter representantes legais para resolver as suas questões enquanto estava ausente em missão. As causas na qual

	ocupava um papel de advogado, tutor ou curador antes do envio deviam ser tratadas de forma diferente enquanto estava em missão.
1454	Portar armas proibidas dentro da cidade, ter representantes legais para resolver as suas questões enquanto estava ausente em missão. As causas na qual ocupava um papel de advogado, tutor ou curador antes do envio deviam ser tratadas de forma diferente enquanto estava em missão. Não pagavam pedágios ou outras taxas de locomoção.

Um outro indício desse reconhecimento paulatino do valor estratégico de tal função por parte das autoridades citadinas foi fornecido pelo processo de transformação de uma missão fora da comuna em uma obrigação nos estatutos àqueles que eram escolhidos para fazê-la. A tabela de número 5 torna mais claro como cada redação estatutária de Bolonha tornava-se mais severa em relação à possibilidade de que alguém refutasse participar de uma embaixada.

Tabela 5: caráter do envio

Ano	
1250 - 1267	Opcional, veto que os agentes fossem obrigados a partir.
1288	Não informado. Exclusão da proibição do <i>Podestà</i> de obrigar alguém a partir em embaixada.
1335	Uma obrigação, excusável somente com a justificativa específica.
1376	Uma obrigação, excusável somente com a justificativa específica. Multa de 300

	<i>solidi</i> a quem não aceitava.
1454	Uma obrigação, excusável somente com a justificativa específica. Multa de 300 <i>solidi</i> a quem não aceitava. Insistência de que a sanção fosse aplicada.

De atividade opcional e até mesmo garantida pelo estatutos de tornar-se uma imposição na primeira metade do século XIII, passamos a um quadro no qual não aceitar o encargo incorria em multa e sanções na primeira metade do século XV.

Em relação aos procedimentos formais em torno do exercício da função de embaixador, vimos que assim como torna-se lentamente uma obrigação aceitar a nomeação para conduzir uma embaixada, os documentos, as credenciais e as cartas portadas pelo embaixador ganham mecanismos formais mais severos e estritos de modo a garantir a sua autenticidade. A criação dessas espíntolas passa a ser uma tarefa de uma figura específica – o chanceler comunal – depois dos estatutos de 1288, e pouco a pouco esses textos recebem sigilos e sinais de diversos agentes do organograma comunal de modo a atestar a validade do seu conteúdo. A mesma coisa acontece em relação ao juramento que o embaixador devia fazer antes de partir para fora da cidade.

Esse ponto sobre a formalidade leva-nos a umas das informações mais interessantes obtidas nessa análise da documentação bolonhesa – a última com o qual fechamos a análise diacrônica dos estatutos de Bolonha – que é aquela dos diversos elementos do aparato diplomático comunal. Percebemos, especialmente na análise das rubricas dedicadas às represálias, uma diferença bastante marcada entre a figura do nuncio e do embaixador comunal. Estes dois termos, que frequentemente são considerados como sinônimos de uma mesma figura no estudo da Diplomacia das diferentes entidades políticas da Idade Média, significavam agentes diversos da organização comunal bolonhesa. O nuncio era uma daquelas magistraturas mais baixas, sendo responsável por uma variada quantidade de funções, entre essas, aquela de portar cartas dentro e fora da comuna no papel de mensageiro. O embaixador, por sua vez, é tratado nos estatutos comunais de Bolonha como uma figura hierarquicamente mais alta do que esse, sugerindo-nos uma capacidade desse último de tomar decisões jurídicas vinculantes nas embaixadas que realizava, e também uma sua qualificação e cerimonial mais complexos.

Fora essas duas figuras, surpreendeu-nos a menção encontrada de um agente nomeado de espião a partir dos estatutos de 1288. Do texto estatutário vimos que se tratava de um indivíduo dedicado à exploração das informações fora da jurisdição da comuna, o qual ganhou nas redações sucessivas mais rubricas e mais prescrições, mesmo que somente as passagens analisadas não tenham esclarecido se o espião pertencia completamente à esfera do segredo, como esperamos de tal figura contemporaneamente.

Sistematizados esses pontos, passamos agora para o quarto capítulo dessa dissertação, dedicado à análise da segunda comuna selecionada para essa pesquisa: Verona.

Capítulo 4: As rubricas sobre os embaixadores nos estatutos comunais de Verona.

Das mais antigas redações estatutárias veronesas produzidas, chegaram até os dias de hoje os estatutos de 1228 e os de 1276.³³⁴ O primeiro deles – o de 1228 – é composto por 282 rubricas, muitas delas remontando ao ano de 1136, momento de institucionalização da “primeira comuna veronesa”.³³⁵ O seu manuscrito original – o códice *CIC* da *Biblioteca Capitolare di Verona* – foi editado publicamente³³⁶ uma única vez em 1728 por Bartolomeo Campagnola sob o título “*Liber juris civilis Veronae ex Bibliothecae Capitularis eiusdem civitatis autographo codice, quem Wilielmus Calvus notarius, anno Domini MCCXXVIII scripsit.*”³³⁷ Trata-se de um estatuto sem divisões em livros, emitido – como podemos depreender da dedicatória que encerra o trabalho – durante o governo do *Podestà* Manfredo de Cortenuova.³³⁸

Tal redação estatutária tornou-se célebre por ter sido realizada imediatamente após a pacificação obtida por esse *Podestà* das diversas facções citadinas em disputa nessa primeira metade do século XIII: o grupo Guelfo, representado em Verona por Rizzarcio di San Bonifacio; o Gibelino, cujos expoentes eram Ezzelino da Romano e os membros da família Montecchio, e por último, a facção político-militar dita “*della Comunanza*” formada pelos “homens novos”, indivíduos não anteriormente envolvidos no governo da comuna e não comprometidos com nenhum dos dois grupos acima mencionados.³³⁹ Desta forma, é possível encontrar nos estatutos de 1228 diversas rubricas que se dedicam especificamente a regulamentar os termos de tal pacificação, da qual participaram ativamente os reitores

³³⁴MANFRO, L. “L’ordinamento giuridico veronese. Pluralità di fonti normative e loro evoluzione” in *I reati di falso tra statutaria Veronese e il diritto comune*. Monografia defendida na Facoltà di giurisprudenza da Università degli studi di Padova para obtenção do título de bacharel em Direito. 1996. Disponível online: <http://www.enricopantalone.com/LOrdinamentogiuridicoveronese.pdf>, p. 1.

³³⁵*Ibid.*, p. 5.

³³⁶Gino Sandri fala de uma segunda edição feita por Campagnola, mas essa não chegou a ser publicada. SANDRI, G. *Gli Statuti Veronesi del 1276, colle correzioni e le aggiunte fino al 1323. cod. Campostrini*. Vol. 1. Verona, Biblioteca Civica di Verona, 1940. p.9.

³³⁷*Ibid.*, p. 9.

³³⁸“*Expletus, ac peractus est liber iste Juris Civilis Urbis Veronae in Mense Madii, qui fuit in Anno Domini MCCXXVIII. Indictione I. Domino Comite Manfredo de Curte Nova Potestate existente Veronae, cuius extitit Vicarius, et Judex Dominus Ubertus de Marnate; eodemque tempore fuerunt Iudices Communis Veronae Domini Henzelerius de Dairago, atque Arnoldus Mediolanenses. Existentibus procuratoribus Communis Veronae Dominia Aldo de Sancto Zorzo Iudice, Wilielmo de Zerellis, atque Bonaventura de Lizarario. Ego Wilielmus, qui dicor Calvusi Domini Ottonis Regis Notarius praedicta scripsi. Insper Magister Rodolfinus de Vicentino eandem miniaturam fecit.*”COMPAGNOLA, B. (ed). *Liber juris civilis urbis Veronae ex bibliothecae capitularis ejusdem civitatis autographo Codice, quem wilielmus Calvus Notarius Anno Domini MCCXXVIII scripsit*. Verona: Pietro Antonio Berno. 1728. p. 211 – 212.

³³⁹VARANINI, G. M. “Istituzioni società e politica nel Veneto dal comune alla signoria (secolo XIII- 1329)” in: CASTAGNETTI, A. e VARANINI, G. M. *Il Veneto nel Medioevo. Dai comuni cittadini al predominio scaligero nella Marca*, Verona: Banca popolare di Verona, 1991, p. 332.

(*rectores*) da Liga Lombarda.³⁴⁰ A presença ativa de entidades dirigentes da Liga nessas negociações faz-se sentir no texto estatutário, o que o torna especialmente interessante para nossas indagações acerca dos embaixadores nos estatutos do período.

É com tal corpus documental que iniciamos nossa análise dos estatutos comunais de Verona. Antes de começarmos o estudo de tais documentos, é necessário ressaltar que procedemos da mesma forma como analisamos os estatutos comunais bolonheses, isto é, identificamos as passagens que abordavam a questão das embaixadas e dos embaixadores nesses estatutos por meio de uma leitura geral do documento e um levantamento dos termos que nele apareciam para se referir aos enviados em missão da cidade de Verona.

1. Os estatutos comunais de Verona de 1228.

Assim como no caso dos estatutos bolonheses da primeira metade do século XIII, encontramos na legislação estatutária veronesa de 1228 a palavra *ambaxata* utilizada de forma polissêmica. O termo aparece nesses documentos com o significado atribuído ao vocábulo modernamente, isto é, de missão fora dos limites de jurisdição de uma entidade política endereçada a outra³⁴¹, mas também é utilizado para fazer referência a uma simples missão confiada a um agente dentro da própria comuna.³⁴² Novamente como no caso bolonhês, tal polissemia parece não gerar confusão no texto estatutário, uma vez que os *statutarii* especificam ao que se referem com termos como *extra districtum civitatis* (fora do distrito da cidade), entre outros.

³⁴⁰Fazemos aqui referência às seguintes rubricas: “*Caput CLXXV. De pace facienda inter Bonifacium, et Azolinum Marchiones de Este.*”, “*Caput CCXVIII. De contractu facto inter dominam Aylicem, et Azolinum ejus filium, et Commune Veronae servando.*”, “*Caput CCXXII. De contractu facto inter Congregationem, et Comune Maraticae servando.*” e “*Caput. CCLXII. Ut statute facta inter Commune Veroane, et Commune Vicentiae serventur.*”

³⁴¹É, por exemplo, o significado do termo que encontramos na seguinte rubrica, aqui mencionada de forma parcial pois a retomaremos com pormenor posteriormente durante a análise de tal legislação. “*CAPUT IV. De salario Rectorum. “(...)Et judices Communis Veronae pro Communis electos, qui debent esse tres, et debent esse exteri, in habitatione, et in CCC libris imperialium, scilicet C. libris imperialium pro unoquoque, vel CC. Libris mediationorum, quas de Communi, et non de meo feudo percipere debent, pro suo salario, et pro omnibus suis expensis contentos esse faciam: et qui omnes tres insimul morari debeant in hospicio. Salvo eo, quod possint recipere, et habere expensas cum venerint in prima vice, et etiam quando jerint in ambaxatis pro Communi Veronae, sicut havent ali Ambaxatores Communis Veronae, et non ultra: et curabo semper quod unus ex judicibus remaneat in Civitate, et non debeant ipsi tres simul abesse, et possit alteruter sine aliis semel officio suo durante domum ire, et moram XV. dierum facere, et non ultra sine parabola Consilii Veronae (...)”* COMPAGNOLA, B. (ed). *Liber juris civilis urbis Veronae ex bibliothecae capitularis ejusdem civitatis autographo Codice, quem wilielmus Calbus Notarius Anno Domini MCCXXVIII scripsti*. Verona: Pietro Antonio Berno. 1728. pp. 6,7 e 8.

³⁴²É o caso das *ambaxatae* realizadas pelo *Viator communis* dentro do Palazzo do Podestà. “*CCLVII. De poena Viatoris nolentis facere ambaxatam. Mulctabo Viatorem in quinque solidis, qui resquisitus fuerit ab aliqua persona intra Palatium, ut facia ambaxatam in Palatio, vel extra Palatium per totam Civitatem, si ambaxatam recusaverit facere; nisi justam excusationem habuerit. Huius rei accusator habeat medietatem dictae quantitates*” *Ibid.*, pp. 189 – 190.

Para fazer alusão aos envios fora da jurisdição da comuna, também encontramos o vocábulo *legatione* (legação), inexistente nos estatutos de Bolonha contemporâneos à documentação veronesa.³⁴³ De acordo com o texto da rubrica de título “Sobre o salário dos reitores”, a *legatione* ou *ambaxata* destinada a outra entidade política era uma missão composta de diversos agentes, dentre os quais figurava o *ambaxator communis*.³⁴⁴ Tal rubrica dedicada ao salário dos reitores da comuna de Verona disserta que os juízes que partiam em uma embaixada deviam receber o mesmo que outros embaixadores para participar de tais empreendimentos, e que dita remuneração era a única que poderiam ganhar fora o salário já previsto para a realização de suas atividades. Além do caráter compósito de uma missão organizada para fora da jurisdição da comuna, podemos retirar desse excerto a informação de que exercer o papel de embaixador nesses estatutos correspondia, assim como notamos nos estatutos bolonheses da primeira metade do século XIII, a um encargo ou tarefa, que não tornava necessariamente o agente escolhido como embaixador um oficial da comuna. Os juízes são citados como um dos tipos de embaixadores comunais, deixando claro, desta forma, que havia também outros indivíduos que ocupavam tal função.

A legislação estatutária de 1228 fornece pistas sobre os agentes que poderiam agir em tal encargo, sobretudo de forma negativa, ou seja, por meio da informação daqueles que não poderiam exercer a tarefa de embaixador. Vemos que tal prática é vetada aos *extimatores* da comuna³⁴⁵, aos procuradores³⁴⁶, aos *cercatores*³⁴⁷, aos cônsules³⁴⁸, e, além desses oficiais, a qualquer um considerado criminoso ou banido (*bannito*) pela comuna.³⁴⁹

³⁴³“Caput CCXII. Ne bannitus ad Consilium vadat, nec ad legationem. Item nullus bannitus veniat ad Consilium Veronae, nec mittatur in legationem.” *Op. cit.*, p. 164.

³⁴⁴“Caput IV. De salario Rectorum. (...) *Et iudices Communis Veronae pro Communis electos, qui debent esse tres, et debent esse exteri, in habitatione, et in CCC libris imperialium, scilicet C. libris imperialium pro unoquoque, vel CC. Libris mediationorum, quas de Communi, et non de meo feudo percipere debent, pro suo salario, et pro omnibus suis expensis contentos esse faciam: et qui omnes tres insimul morari debeant in hospicio. Salvo eo, quod possint recipere, et habere expensas cum venerint in prima vice, et etiam quando jerint in ambaxatis pro Communi Veronae, sicut habent alii Ambaxatores Communis Veronae, et non ultra: et curabo semper quod unus ex iudicibus remaneat in Civitate, et non debeant ipsi tres simul abesse, et possit alteruter sine aliis semel officio suo durante domum ire, et moram XV. dierum facere, et non ultra sine parabola Consilii Veronae: et ipsi nec Potestas in redeundo aliquos Ambaxatores, nec expensas pro Communi Veronae habere debeant; et venire debeant dicti Iudices in Civitate Veronae per octo dies ante introitum regiminis Potestatis.* (...) *Op. cit.*, p. 6, 7 e 8.

³⁴⁵Caput XXXIII. De aextimatoribus eligendis. *Curabo quod duo homines, unus laicus, et alius Iudex, poni debeant pro Communi Veronae, qui debeant facere venditiones pro Communi de bonis debitorum secundum ordinem scriptum in Posta communis Veronae, et interponere decretum, et auctoritatem contractibus minorum, et teneantur confirmare contractus minorum, et Ecclesiarum, qui de jure erunt confirmandi etiam non completo instrumento contractus, visa tamen imbrevisatura, et ii non possint, nec debeant interesse tempore sui officii consiliis potestatis, et Curiae, neque taliis; eo salvo, quod possint interesse publico Consilio; et ii non possint, nec esse debeant ambaxatores; (...) *Op. cit.*, p. 30 e 31.*

³⁴⁶“Caput CLXVI. De procuratoribus eligendis. *Duo creentur Procuratores, scilicet unus Iudex, et unus Miles; quorum officium sit per medium annum, qui gerant officium Procuratorum, et non intersint Consilio Potestatis, et Curiae, neque tallis; eo salvo, quod possint esse publico Consilio; et ii non possint nec esse debeant Ambaxatores Communis Veronae.* (...)” *Op. cit.*, p. 125.

É interessante notar que, apesar do termo *legatione* ser considerado equivalente ao vocábulo *ambaxata* nessa redação estatutária, o mesmo não pode ser dito das figuras do *legatum* (legado) e do *ambaxator*. Ao explorarmos as rubricas nas quais encontramos dados sobre a remuneração dos embaixadores, deparamo-nos com o seguinte estatuto: “CXXX. Sobre os salários de todos os Legados”³⁵⁰, no qual se dispõe que os embaixadores, o cônsules, os procuradores, os *extimatores* e *cercatores* da comuna de Verona deveriam receber o montante de 29 *solidos* quando estivessem em serviço da comuna fora de seu distrito, enquanto os *viatores* – de acordo com as prescrições estatutárias, um agente correspondente ao *nuntius communis* bolonhês³⁵¹ – ganhava 7 *solidos* por dia fora do distrito de Verona e 20 quando estava exercendo seu ofício dentro da cidade.

³⁴⁷“Caput CLXXIX. De cercatoribus eligendis. (...) Et predicti cercatores non debeant interesse consillis potestatis seu curie nec tallis faciendis; nec possint ire in ambaxatis pro communi Verone, set consilio publico possint interesse et alia attendere et observare, quae in superiori posta continentur, que sic incipit: (...)”*Op. cit.*, p. 137.

³⁴⁸“Caput CCVIII. Qualiter consules debeant officium suum exercere. (...) Qui vigintiquatuor Consules debeat stare ad rationem faciendam in Palatio Communis Veronae, nec debeant, aut possint interesse Consiliis Potestatis, sive Curiae, aut tallis faciendis, nec in ambaxatas pro Communi Veronae, nec pro maleficiis inquirendis ire; sed publico Consilio possint interesse, si velint. Interesse autem non teneantur publico Consilio, nisi Potestas, vele jus Nuncius specialiter eis praeceperit. Item eligantur duo Judices, et sex Laici, qui non sint Judices pro Consulibus Communis Veronae; Qui octo Consules debeant interesse Consiliis Potestatis, seu Curiae, et tallis faciendis, et debeant iussu Potestatis, vel eius Nuncii inquirere maleficia tam in Civitate, quam extra commissa. Nec debeant seu possint Placita facere, seu causas tractare, nec in ambaxatas pro Communi Veronae ire. (...)”*Op. cit.*, p. 161 e 162.

³⁴⁹“Caput CCXII. Ne bannitus ad Consilium vadat, nec ad legationem. Item nullus bannitus veniat ad Consilium Veronae, nec mittatur in legationem.” *Op. cit.*, p. 164.

³⁵⁰“Caput CXXX. De stipendiis omnium Legatorum. Et contentum esse faciam ambaxatorem, et Consulem, et procuratorem, aextimatorem, et Cercatorem Communis Veronae, cum ierit in servicio Communis Veronae in XXIX. Solidis, et viatorem in VII. Solidis pro vectura equorum pro omni die, quo steterit in servicio Communis Veronae extra districtum Veronae, et in XX solidis in districtu, Vectura autem eis non solvatur de Communi; et Viatori VII. Solidi pro omni stipendio sibi, et scutiferis ejus in equis, et aliis rebus necessario. Verum si Notarius in servicio Communis extra districtum Veronae terit sine Ambaxatore, vel Consule, habeat omni die pro omnibus expensis XX. solidos denariorum veronensium; et si iverit cum Consule, vel Ambaxatore, habeat X solidos pro omni die, et vecturam equi: si vero iverit per districtum Veronae solus, vel etiam cum aliis, ubi lucrum tamen non faciat, habeat omni die X. solidos, et vecturam equi, et non plus: et si fecerit lucrum, habeat tantum X. solidos, et non vecturam equi. Ita tamen, quod Consulem, procuratorem, Aextimatorem, ac Cercatorem cogam communi Veronae reddere, et restituere totum id, quod sibi pro sua parte de suprascriptis quantitativis superfuerit; exceptis Legatis Communis Veronae, qui ultra Provinciam Marchiae, vel Lombardiae proficiscerentur. Et contentus ero, cum ivero in servitio Communis Veronae pro me, et meis in C solidis pro unoquoque die; excepto itinere exercitus banniti, quo itinere exercitus, contentus ero pro me, et pro omnibus illis, qui mecum erunt, in X. libris denariorum Veronensium pro quolibet die; in aliis vero cavalcatis, quae non essent exercitus bannitus pro Communi Veronae, in C. solidis contentus ero.” *Op. cit.* p. 98

³⁵¹De acordo com as rubricas “Caput CCIII. Sacramentum Viatorum Camarae”, “Caput. CCXV. Ne Viator bannitus sit Viator Communis Veronae”, “Caput CCLVII. De poena Viatoris nolentis facere ambaxatam.”, “Caput XI. Ut finito officio mora fiat”, entre outras, o *viator communis* era um official da comuna responsável pela entrega dos *banni*, pela realização das aclamações, pela captura e custódia dos fugitivos e por diversos outros serviços requisitados pelos *Podestà* e o seu séquito na comuna de Verona. As semelhanças entre esse personagem e as informações que expusemos sobre o *nuntius communis* na análise dos estatutos bolonheses estendem-se até mesmo ao capuz vermelho que esses indivíduos deviam utilizar para serem reconhecidos enquanto realizavam o seu ofício. Desta forma, preferimos reenviar o leitor às descrições do *nuntius communis* bolonhês nessa dissertação ao invés de repetir no corpo do texto todos esses dados semelhantes sobre um agente que claramente é diferente do que os *statutarii* entendiam por embaixador.

Levando em consideração as rubricas anteriormente analisadas, nas quais diversos oficiais da comuna eram proibidos de exercer a função de embaixador, e as menções desses mesmos oficiais em uma rubrica dedicada aos *legati* (legados) da comuna veronesa, incluindo o próprio *ambaxator*, é possível visualizar uma clara diferença entre esses dois termos nessa redação estatutária. Nem todo legado poderia exercer a função de embaixador, mesmo que todo o embaixador fosse considerado um legado. Não se trata aqui de um mero preciosismo linguístico, mas sim de uma tentativa de refletir se tal precisão terminológica não é um indicativo de especificidade do *ambaxator* em relação a esses outros agentes mencionados junto a ele nessa rubrica. Ainda é importante ressaltar para nossa reflexão sobre dita figura nos documentos veroneses que tal rubrica menciona a designação de notários específicos ao serviço do embaixador em missão, que quando partiam com esse recebiam uma remuneração diversa daquela que ganhavam quando partiam sozinhos.

Sobre a questão das especificidades do embaixador na legislação estatutária de 1228, deparamo-nos com mais indícios nas duas rubricas dedicadas às montarias dos agentes acima. Intituladas de “CXXVIII. Que não seja dada uma montaria de cavalos aos cônsules de Verona, e (aos cônsules) dos negociadores”³⁵² e “CXXIX. Sobre a montaria e as despesas dos legados privados.”³⁵³, analisamos tais parcelas dos estatutos juntas pois, apesar delas possuírem títulos diversos, o texto dessas rubricas é contíguo. Por meio do conteúdo da primeira, vemos que os cônsules de justiça de Verona, os procuradores, os cônsules dos negociantes, o *extimator*, os *cercatores* e os outros oficiais da comuna não tinham direito a receber nada de Verona pelos cavalos e montarias que portavam consigo quando estavam a serviço da comuna. A rubrica subsequente refere-se a todos esses personagens pelo termo *legatum*, e ressalta que dentre eles, os que podiam ocupar a função de embaixador – como vimos anteriormente, os procuradores, o *extimator*, os *cercatores* e os cônsules eram proibidos pelos estatutos de exercer tal papel – deviam, ao contrário do estabelecido pela rubrica antecedente, receber sim uma compensação da comuna por suas despesas e presentes. Tratava-se de 29 sólidos enquanto estivessem fora do distrito de Verona e 20 sólidos ao entrar no distrito.

³⁵²“Caput CXXVIII. Ne vectura detur equorum consulibus Veronae, et Negociatorum. *Et non accipiam per me, vel per alium, nec accipi, vel dari patiar a Communi Veronae vecturam equorum, quos ego, vel mei servientes, seu consules justitiae Veronae, et procuratores, vel consules negociatorum, et aextimatores, vel Cercatores, seu alios officiales Communis Veronae, aut eorum servientes, in servicio Communis Veronae euntes, equitavero, vel equitaverint.*” COMPAGNOLA, B. (ed). *Liber juris civilis urbis Veronae ex bibliothecae capitularis ejusdem civitatis autographo Codice, quem wilielmus Calbus Notarius Anno Domini MCCXXVIII scripsti*. Verona: Pietro Antonio Berno. 1728. p. 96.

³⁵³“Caput CXXIX. De vectura, et expensis privatorum legatorum. *Item si alius ab istis fuerit Ambaxator, et equum duxerit ad vecturam supra Commune, ipsum contentum esse faciam, tam pro donis, quam pro expensis in XXIX solidis extra districtum Veronae, et in XX. Solidis in districtu Veronae, in die, ei concessis pro expensis.* Ibid., p. 97.

As disposições específicas sobre o embaixador nessa legislação estatutária não se restringiam somente às montarias. Os pagamentos destinados a esses agentes estavam na lista das poucas despesas que o massário comunal podia fazer sem o consentimento prévio de todo o Conselho e a apresentação de uma justificativa expressa.³⁵⁴ Na rubrica de título “CCXXVI. Sobre os pagamentos que não devem ser recebidos e os dons.”³⁵⁵, deparamo-nos com proibições severas de que os encarregados em conduzir uma embaixada em nome da comuna de Verona recebessem doações e tivessem as suas despesas pagas por terceiros, com exceção de coisas para beber, comer, além de pássaros e cães.³⁵⁶ Caso contrariassem tal disposição, deveriam pagar em dobro aquilo que haviam recebido da comuna para a realização da missão.

Podemos interpretar as prescrições estatutárias de cunho financeiro como tentativas de tornar menos oneroso o exercício da atividade do embaixador, um encargo – como já mencionamos na análise dos estatutos bolonheses – que obrigava os seus agentes a permanecer longos períodos fora da comuna e a realizar viagens e trajetos de alto risco. Vimos, todavia, que tais incentivos eram acompanhados de iniciativas de proibição do envolvimento de terceiros nesses envios, que ao ceder ao embaixador dinheiro ou outros dons poderiam levá-lo a desviar-se ou comprometer os objetivos de sua embaixada. A preocupação em prevenir desvios do motivo pelo qual o agente havia sido designado, o que poderia ocorrer caso ele já partisse da cidade com obrigações financeiras com outros indivíduos, é um indício de como os redatores dos estatutos estavam cientes da relevância da função. Apreende-se desse excerto a constatação por parte dos dirigentes comunais de que o ofício do embaixador colocava-o em uma posição da qual facilmente ele poderia tirar proveito para si próprio, por permitir o seu deslocamento para diferentes regiões e fronteiras. Por isso, a imposição de

³⁵⁴“Caput CXLIII. De Massario Communis Veronae. (...) Et Massarius Communis Veronae ad rationem faciendam non possit eligere, nisi tantum duos homines; et Potestas cum consilio Curiae suae tantum decem homines, et eligantur in Consilio, et nullus illorum, qui fuerit electus, si fuerit Officialis Communis, vel Mercatorum, aliquid habeat: Et si non fuerit officialis habeat tantum XX. sólidos; et quod non faciet aliquam solutionem de debito et perditis, nisi de voluntate Consilii totius, vel maioris partis; et debet nominare expressim personam, cui facienda sit solutio, et expressim dicere quantitatem, et causam in Consilio; eo salvo, quod possit solvere feudum Potestatis, et Officialium, qui tempore officii dicti Massarii fuerint: et expensas ambaxatorum, et viatorum, ac notariorum, et poncium, quae dicto tempore factae fuerint; et sacramento teneatur, quod non dabit Potestati ultra quam concessum est ei in Posta de suo salario scripta; et si plus acceperit, quam dictum est, Potestas, Massarius sacramento teneatur tantum de suo feudo retinere; quod si non fecerit, tantundem de suo in Communi teneatur inferre. (...)” *Op. cit.*, p. 105 – 108.

³⁵⁵“Caput CCXXVI. De expensis non recipiendis, et donis. Et si aliquis pergerit in ambaxata Communis Veronae, non debeat pergere, neque stare ad expensas alicuius, nec accipere inde dona ab aliquo, nisi res ad manducandum, et bibendum, vel aucellos, seu canes; et qui contrafecerint, teneantur in duplum restituere totum illud, quod habuerint a Communi Veronae pro illa ambaxata.” *Op. cit.*, p. 173.

³⁵⁶Não fomos capazes de descobrir durante a realização de nossa pesquisa o porquê da exceção feita exclusivamente a esses dois animais.

multas pecuniárias pesadas de modo a restringir usos arbitrários do envio para além do planejado pela comuna.³⁵⁷

Além dos elementos fornecidos sobre as figuras que poderiam ocupar tal função, das disposições sobre a sua remuneração e das proibições estendidas ao embaixador, encontramos, por último, nos estatutos veroneses de 1228 algumas indicações sobre como procediam os embaixadores em missão e o caráter de alguns desses envios. Intitulada de “CCXLVIII. Sobre os embaixadores que devem ser enviados às cidades.”³⁵⁸, essa rubrica contém a descrição do costume em Verona de enviar embaixadores às localidades nas quais os mercadores veroneses comerciavam fora da comuna com a finalidade de tratar sobre a redução de impostos e pedágios. O juramento de que cada reitor (*rector*) de Verona faria isso, caso fosse requisitado pelo *podestà* dos mercadores ou pelos seus cônsules, em até 3 meses após assumir o poder na comuna, permite-nos defender essa ideia de um caráter habitual do envio de embaixadores veroneses para a negociação de questões mercantis.

A menção ao envio de embaixadores com tal escopo como uma das obrigações do reitor da comuna – um dos personagens mais importantes dentro da hierarquia do governo comunal veronês – permite-nos começar a refletir sobre quem tinha a jurisdição dentro da comuna para enviar tais agentes. Os estatutos não deixam claro se somente as figuras dirigentes de Verona podiam designar a partida desses enviados para outras entidades políticas, ou se tal possibilidade também era estendida a outros tipos de indivíduos na realidade comunal. Representaria o embaixador sempre questões e interesses que poderíamos classificar como “públicos” para a comuna veronesa? Somente com esses estatutos somos incapazes de avançar em relação a essa indagação, todavia, não é de pouca relevância o fato de termos encontrado referências ao envio de embaixadores exclusivamente na descrição das atribuições de altos cargos do governo comunal. Manteremos tal problema em mente na análise das redações subsequentes, que talvez apresentem elementos mais esclarecedores para esse dilema.

³⁵⁷ Esse aspecto restritivo dos estatutos em relação ao embaixador comunal é bastante trabalhado por Gilli, em seu artigo já citado no primeiro capítulo. GILLI, P. “Ambassades et ambassadeurs dans la législation statutaire italienne (XIIIe- XVe siècle)” In: *Les écrits relatifs à l’ambassadeur et à l’art de négociier de la fin du Moyen Age à la fin du XVIIIe siècle*. Seminário internacional de pesquisa organizado pela Ecole française de Rome, a Université Roma Tre, a Ecole pratique des hautes études e o Institut historique allemand de Paris. Paris. 14 de junho 2008. (mimeo).

³⁵⁸ “Caput CCXLVIII. De ambaxatoribus Civitatibus mittendis. *Et teneat mittere ambaxatores ad Civitate, et loca, ad quae, vel ad quas mercatores Veronae negotiationis causa ire sunt consueti, infra tres menses ab introito mei regiminis Ut provideant, et inquirant de toloneis, atque pedagiiis, et de intromissionibus rerum mercatorum Veronae, et eius districtus, et ad reducendum tolonea, et pedagia ad veterem consuetudinem, et ad faciendum intromissiones relaxari, quae factae essent contra rationem, si inde requisitus fuero a Potestate mercatorum, vel Consulibus eorum.*” COMPAGNOLA, B. (ed). *Liber juris civilis urbis Veronae ex bibliothecae capitularis ejusdem civitatis autographo Codice, quem wilielmus Calbus Notarius Anno Domini MCCXXVIII scripsti*. Verona: Pietro Antonio Berno. 1728 p. 185.

Essas são todas as informações disponíveis sobre o embaixador na redação estatutária veronesa de 1228. Apesar de não serem pouco expressivas, especialmente tendo em vista que esses estatutos possuem somente 282 rubricas, muitas questões sobre esse agente ficam ainda bastante obscuras ou nem mesmo são abordadas – como por exemplo, os critérios de escolha dessas figuras –. Na incapacidade de refletir sobre esses problemas somente com essa redação estatutária, cabe agora sistematizar as informações aqui encontradas, de modo a estabelecer o quadro inicial de nossa análise diacrônica dos estatutos de Verona.

Identificamos nos estatutos veroneses de 1228 a existência de um indivíduo nomeado de embaixador da comuna (*Ambaxator Communis*), responsável por partir em embaixadas e legações fora do distrito da comuna de Verona. Tratava-se de um encargo, ou tarefa, que não tornava o indivíduo que a exercia necessariamente um oficial. Personagens como juízes ocupavam tal papel, ao qual, apesar de ser aberto a diversos agentes, várias instâncias do governo comunal e setores da sociedade veronesa haviam o seu acesso vetado, como os *extimatores*, procuradores, *cercatores*, cônsules, os criminosos e qualquer pessoa que estivesse sendo punida pela comuna.

O embaixador possuía uma remuneração específica: 29 sólidos para partir em missão. Vimos como a legislação estatutária comunal veronesa também previa um valor de 29 sólidos para despesas com presentes e com gastos enquanto esse estava fora do distrito de Verona, e de 20 sólidos enquanto estivesse dentro da comuna. Tal figura tinha notários específicos ao seu serviço, que recebiam 10 sólidos quando estavam consigo em missão.

Durante o exercício de sua embaixada, o embaixador estava proibido de receber dinheiro e presentes de terceiros, sob a pena de pagar o dobro do que havia ganhado da comuna, caso não respeitasse a disposição estatutária. Dessas proibições, excluía-se coisas para comer e beber, pássaros e cães.

Por último, os estatutos veroneses de 1228 dão-nos referências ao uso sistemático desses agentes em negociações mercantis importantes para a comuna, principalmente a redução de pedágios e impostos em localidades habitualmente frequentadas pelos comerciantes provenientes da cidade. Cabia ao reitor da comuna o envio desses agentes, pelo menos nessas situações mercantis, levantando a questão sobre quais eram as instâncias que tinham a jurisdição de enviar tais figuras em Verona. Informações sobre o processo de escolha dos embaixadores e outros pormenores protocolares e cerimoniais não aparecem nessa documentação.

Dito isso, exploraremos a próxima legislação estatutária comunal veronesa existente, a de 1276.

2. Os estatutos comunais veroneses de 1276.

Promulgados anos após a deposição de Ezzelino da Romano – chefe do partido filo-imperial na cidade de Verona –, os estatutos de 1276 representam um momento de transição no ordenamento político da cidade, que pouco a pouco tornava-se tendencialmente senhorial.³⁵⁹ Eles surgem com a tomada de poder de Alberto I della Scala – *o scaligero* – em decorrência do assassinato de seu irmão, Mastino, representante do consolidado e organizado segmento mercantil da cidade.³⁶⁰ Esse grupo havia desde a ascensão de Ezzelino na chamada “primavera veronesa de 1232” ganhado um espaço crescente na política da comuna, chegando mesmo a suplantam o próprio da Romano quando esse se tornou “tirânico” demais para os seus interesses.³⁶¹ Com a conquista de poder por Alberto I, muitas das prerrogativas do grupo que sustentou o seu irmão foram cerceadas pouco a pouco, mesmo que com muita cautela, até o estabelecimento pleno dos *Scala* como senhores da cidade.³⁶²

Falamos aqui em “tendencialmente” senhorial, pois a experiência veronesa com os *Scala* no século XIII é bastante distinta das senhorias que se disseminaram na península ao longo do século XV. Em primeiro lugar, no que diz respeito à matéria legislativa, os *Scaligeri* nesse momento ainda necessitavam do *consensus populi* (consenso do povo) para compor e modificar estatutos.³⁶³ Tal senhoria dependeu grandemente das instituições comunais e do povo, distanciando-se consideravelmente do padrão de regime senhorial, tradicionalmente considerado como imposto pela força das armas e da violência autoritária, institucionalizando o seu domínio por meio de vitórias armadas, congregações aristocráticas e não raramente com o apoio de forças externas.³⁶⁴

³⁵⁹MANFRO, L. “L’ordinamento giuridico veronese. Pluralità di fonti normative e loro evoluzione” in *I reati di falso tra statutaria Veronese e il diritto comune*. Monografia defendida na Facoltà di giurisprudenza da Università degli studi di Padova para obtenção do título de bacharel em Direito. 1996. Disponível online: <http://www.enricopantalone.com/LOrdinamentogiuridicoveronese.pdf>, p. 13.

³⁶⁰*Ibid.*, p. 13.

³⁶¹ROSSINI, E. “La signoria scaligera dopo Cangrande (1329-87)”, in *Verona e il suo territorio*, tomo III, vol. 1, Verona: Ceneda editore, 1975. p. 88

³⁶²MANFRO, L. “L’ordinamento giuridico veronese. Pluralità di fonti normative e loro evoluzione” in *I reati di falso tra statutaria Veronese e il diritto comune*. Monografia defendida na Facoltà di giurisprudenza da Università degli studi di Padova para obtenção do título de bacharel em Direito. 1996. Disponível online: <http://www.enricopantalone.com/LOrdinamentogiuridicoveronese.pdf>, p.15.

³⁶³Sobre essa questão, vide STORTI STORCHI, C. “Appunti in tema di ‘potestas condendi statuta’”, in: CHITTOLINI, G e WILLOWEIT, D. (orgs) *Statuti città e territori in Italia e Germania tra medioevo ed età moderna*. Bolonha: il Mulino, 1991, pp. 331- 333.

³⁶⁴Mencionamos aqui o modelo tradicional de regime senhorial peninsular estabelecido por Diaz em DIAZ, F. “Di alcuni aspetti istituzionali dell’affermarsi delle signorie”, In: *Nuova rivista storica*. L. (1966), p. 132. Os argumentos do autor sistematicamente construídos em toda a sua bibliografia são melhor resumidos e comentados no artigo de introdução aos estatutos de Verona de 1327, escrito por Silvana Anna Biachi e Gian Maria Varanini. BIANCHI, S. A. e VARANINI, G-M. “Statuti comunali e signoria: Verona e gli scaligeri” in: *Statuti di Verona del 1327*. BIANCHI, Silvana Anna e GRANUZZO, Rosalba (editoras). Roma: Jouvence. 1992.

É sob a ótica desse processo de afirmação bastante específica dos Scala que devem ser vistos os estatutos de 1276. Eles são considerados o “testemunho príncipe”³⁶⁵ dessa lenta passagem institucional da comuna de Verona, tanto pelas mudanças que inauguraram como pelo fato de possuírem adições bem marcadas e datadas a partir de 1277 até o ano de 1323 no mesmo texto.

Os três manuscritos originais da legislação estatutária de 1276 foram produzidos ao mesmo tempo, como estabelecia o próprio texto estatutário.³⁶⁶ Desses três documentos, apenas um sobreviveu até a atualidade. Situado na *Biblioteca Civica di Verona* sob o número 3037, sabe-se que esse manuscrito encontrava-se na sacristia da comuna de Verona desde o momento de sua produção até os anos de 1473. Após essa data, o códice foi entregue à Livraria Moscardi e depois às mãos do arcebispo da Igreja de Santa Margarida, Giuseppe Tommasi. Essa legislação ficou com ele até o ano de 1810, após o qual não se teve mais notícia do paradeiro do manuscrito. O documento reapareceu no início do século XX na Livraria Campostrini e foi oficialmente doado à *Biblioteca Civica di Verona* em 1909, onde se encontra até o momento.³⁶⁷

Escrito em gótico cursivo do século XIII, esses estatutos são formalmente bastante distintos da redação estatutária anterior que nos resta, a de 1228. Tal documento é dividido em 5 livros, cada um deles intitulado por uma rubrica que tem como pretensão agrupar os estatutos por assunto. Isso não é feito de forma bem sucedida, já que o documento é alvo de constantes adições. Para essa pesquisa, utilizou-se a única edição feita desse texto: o trabalho de Gino Sandri intitulado *Gli statuti veronesi del 1276, colle correzioni e le aggiunte fino al 1323*, produzido nos anos de 1940 e continuado em 1959. Tal trabalho é especialmente interessante para o tipo de estudo realizado nessa dissertação devido a uma rigorosa datação de todas as mudanças ocorridas desde a versão estatutária de 1276 até 1323. Desta forma, com tal instrumento seremos capazes de realizar a análise diacrônica ao qual nos propomos, mesmo não tendo acesso a todos os manuscritos estatutários veroneses produzidos nesse intervalo temporal.

³⁶⁵MANFRO, L. “L’ordinamento giuridico veronese. Pluralità di fonti normative e loro evoluzione” in *I reati di falso tra statutaria Veronese e il diritto comune*. Monografia defendida na Facoltà di giurisprudenza da Università degli studi di Padova para obtenção do título de bacharel em Direito. 1996. Disponível online: <http://www.enricopantalone.com/LOrdinamentogiuridicoveronese.pdf>, p. 16.

³⁶⁶Rubrica de número XX dos estatutos de Verona de 1276: “*Quod potestas teneatur facere fieri tres libros postarum*”. Ainda de acordo com o texto da rubrica, essas três cópias deveriam ser distribuídas entre o Podestà, os procuradores e a sala do *palazzo* da comuna. A cópia desse último local devia ser acorrentada próxima ao sino comunal. SANDRI, G. *Gli Statuti Veronesi del 1276, colle correzioni e le aggiunte fino al 1323. cod. Campostrini*. Vol. 1. Verona, Biblioteca Civica di Verona, 1940. pp. XIX e 45.

³⁶⁷Todo esse percurso do manuscrito até os dias de hoje é informado pro Sandri no prefácio à sua edição. *Ibid.*, pp. IX – XXII. Também foi possível consultar a ficha de cadastro do manuscrito no site da *Biblioteca Civica di Verona*, que fornece informações bastante detalhadas sobre o documento, como, por exemplo, a existência de glosas e diversas intervenções nas margens, datadas século XIII e XIV.

O autor informa que esses cinco livros são divididos da seguinte maneira: o primeiro sobre o ofício do *Podestà*, dos juízes e de outros oficiais da comuna de Verona, com 317 rubricas; o segundo sobre a execução do direito – 143 rubricas ; o terceiro sobre as causas criminais – 168 rubricas; o quarto sobre o ofício dos procuradores e dos juízes das apelações das X libras e do referido mais abaixo e sobre outros diversos capítulos – 226 rubricas; e o quinto sobre a Milícia e o povo – 42 rubricas.³⁶⁸ Tal organização formal não se altera com o passar do tempo até 1323, uma vez que os estatutos novos são escritos nos fólhos deixados em branco já na redação inicial de 1276 e, em novos pergaminhos que são inseridos entre os diversos livros. Casos de substituição de conteúdo das rubricas são, todavia, bastante recorrentes, sendo possível a identificação do trabalho de 5 mãos de períodos cronológicos diferentes no manuscrito que chegou até os dias de hoje.³⁶⁹

A enorme discrepância formal entre essa redação e os estatutos de 1228, seja pela sua divisão em múltiplos livros – os estatutos anteriormente analisados de Verona eram agrupados em um livro único – ou pela quantidade substancialmente maior de rubricas – 896 em comparação às 282 da redação de 1228 –, leva-nos a indagar sobre qual seria o motivo de tamanha modificação. O que teria acontecido no momento de composição dos estatutos de 1276 para que em tal documento fosse necessário quase que triplicar as prescrições sobre as questões relativas ao governo e ao convívio comunal?

Pensando nas leituras dos estatutos feitas até aqui e nas informações obtidas sobre a comuna de Verona no período de redação da legislação estatutária em questão, levantamos algumas hipóteses que talvez ajudem-nos a melhor compreender a indagação acima. Em primeiro lugar, podemos pensar em uma exigência maior da criação de rubricas mais numerosas, que tentassem abordar de forma mais extensiva as diversas instâncias da coexistência comunal, devido a um aprofundamento da cultura jurídica em Verona nessa segunda metade do século XIII. Comentamos no primeiro capítulo dessa dissertação o impacto da chamada “explosão da documentação escrita” no norte da Península Itálica a partir do século XI, e especialmente do papel dos estatutos e dos vívidos debates em torno da sua legitimidade na consolidação de grandes interesses sobre a matéria jurídica nas comunas em finais do século XII e inícios do século XIII.³⁷⁰ Desta forma, somos capazes de supor que os

³⁶⁸“1: *De officio potestatis, iudicum et aliorum officialium communis Verone*. 2: *De iure reddendo*. 3: *De causis criminalis*. 4. *De officio procuratorum et iudicum appellationum a X libris et ab inde inferius, et aliis diversis capitulis*. 5: *De militia et de populo*.”

³⁶⁹*Gli statuti Veronesi del 1276 colle correzioni e le aggiunte fino al 1323 (cod. Campostrini, Biblioteca Civica di Verona)*. SANDRI, G. (ed) vol. II. Venezia: Deputazione di Storia Patria per le Venezie: Tipografia Antoniana, 1959. p. XXI.

³⁷⁰No momento havíamos citado a obra do professor Paolo Cammarosano sobre fontes escritas medievais, CAMMAROSANO, P. *Italia Medievale: Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: Carocci editore. 2005. (1ª edição: 1991)

quase 50 anos que separam tais redações tratou-se de um intervalo de maturação jurídica da comuna, expresso em sua complexidade na redação de 1276. Levando em consideração que, ao contrário de Bolonha, Verona não contou em seu território com universidades desde os primórdios do Período Comunal³⁷¹, tal maturação um pouco posterior em relação à documentação bolonhesa não nos parece improvável.

A segunda hipótese que levantamos diz respeito mais especificamente às condições políticas nas quais a comuna veronesa encontrava-se na época de produção dos estatutos de 1276, brevemente comentadas na introdução que abre nossa análise de tal redação. Mencionamos que em Verona os *Scala* acabavam de estabelecer-se como uma senhoria, mas com a especificidade de necessitar ainda do consenso do povo em questões estatutárias, ou seja, tratava-se de um momento historiograficamente considerado como de transição. Tendo em vista que entidades dirigentes comunais como os Anciãos e o Conselho Comunal, desta forma, interagiram com o novo senhor citadino na promulgação desses documentos, levantamos a suposição se tal caráter mais complexo, minucioso e descritivo dos estatutos de 1276 não seria uma forma de tentar estabelecer de modo marcado as prerrogativas que cambiam ao senhor e aquelas que deveriam continuar nas mãos dos órgãos governamentais comunais na nova realidade política na qual a comuna se encontrava. Tal hipótese explicaria o motivo de termos três vezes mais rubricas do que a redação de 1228 – criada num momento em que tal preocupação jurisdicional não existia – e, consequentemente, a divisão em livros da matéria para melhor organizá-la e acessá-la quando necessário.

Em relação ao assunto que nos interessa mais especificamente nessa pesquisa – o embaixador nesses documentos – quais seriam as repercussões dessas mudanças formais e políticas nas rubricas dedicadas a esse agente?

Passemos para a análise das rubricas sobre tal indivíduo nos estatutos comunais de 1276. A primeira menção à realização de embaixadas aparece na rubrica de número “XVIII. Sobre o salário que deve ter o *Podestà* e os seus *milites* quando cavalgarem em serviço da comuna de Verona”³⁷² do primeiro livro de tal redação estatutária. Nela encontramos a

³⁷¹ Sobre a criação das universidades no norte da Península Italiana e especialmente em Verona, vide: GILLI, P. “Les collèges de juristes en Italie centro-septentrionale au XVe siècle: autorité doctorale et contrôle social”, In: ATTAL, F; GARRIGUES, J; KOUAME, T; VITTU, J- P. (orgs) *Les universités en Europe du XIIIe siècle à nos jours. Espaces, modèles et fonctions*. Atas do colóquio internacional de Órleans, 16 a 17 de Outubro de 2003. Paris: Fayard, 2005, pp. 113-130.

³⁷² Na transcrição dessa e das outras rubricas desse estatuto mantivemos as observações e critérios do próprio Gino Sandri, que identifica por diferentes letras do alfabeto as intervenções feitas no manuscrito ao longo do tempo. “Liber I. Rubrica XVIII. De salario quod habere debet potestas et milites postestatis quando equitabunt in servicio communis Verone. *Et si potestas equitabit in servitio communis Verone et extra civitatem hospitatus fuerit, si fuerit in exercitu gnerali, debeat habere pro suo salario V. libr. Ver. Pro omni die, in quo hospitatus fuerit (a); in allis vero cavalcatis sive ambaxatis, habere debeat tres libr. Ver. In die, in quo hospitatus fuerit. Et si aliquis militum postestatis equitaret in servitium communis Verone per districtum*

previsão de que o *Podestà* e os seus soldados (*milites*) podiam partir em embaixada fora do distrito da cidade, recebendo para tanto 3 *solidos* veroneses a cada dia, no caso do *Podestà*, e os soldados quando partiam sem o *Podestà*, 20 *solidos* veroneses.

Ausente nos estatutos anteriormente analisados dessa comuna, tal rubrica sofre diversas intervenções em seu conteúdo pelo menos até o ano de 1280. Primeiro, temos a correção feita em 1277 de parte do texto da rubrica referente à remuneração recebida para a participação desses agentes em uma embaixada fora do distrito. O valor de 3 *solidos* por dia é substituído pela soma de 100 *solidos* para a duração total da missão.³⁷³ Em 1279, é feita uma adição formal à rubrica – a primeira correção tinha sido somente colocada no entrelinhas do texto – insistindo que esses agentes não recebessem nada mais além do previsto e de que o massário da comuna fosse vigilante no cumprimento de tal deliberação.³⁷⁴

Deparamo-nos aqui com uma expansão dos indivíduos que podiam fazer parte de uma embaixada organizada pela comuna de Verona, como vimos já nos estatutos de 1228, um empreendimento compósito, formado de diversos agentes fora o embaixador. Na rubrica em questão, não é de pouca relevância o início da previsão de que o *Podestà* participasse de uma embaixada, demonstrando um acréscimo da importância dada pelos *statutarii* a alguns desses envios desde a redação estatutária anterior.

Ainda em relação a figura do *Podestà* da comuna – no momento, um estrangeiro eleito pelo Conselho Comunal de Verona para ocupar tal cargo –, nas rubricas referentes ao seu processo de eleição encontramos informações importantes sobre o embaixador. Intitulada de “XXV. Sobre um notário bom e de leis que deve ser eleito com um *viator* e que deva ser enviado ao *Podestà* eleito”³⁷⁵, o texto dessa rubrica relata que era responsabilidade do

Verone, sine potestate, habere debeat pro suo salario XX. sol. si hospitatus fuerit. Et nullo modo vel ingenio percipere possint potestas vel milites eius ultra predictas quantitates. A)” Op. cit., p. 31.

³⁷³ Liber I. Rubrica XVIII. (a) in districtu Verone. Si vero extra districtum, habere debeat X. libr. pro unaquaque die. Si autem iverit pro aliqua ambaxata communis Verone, tunc percipere debeat pro qualibet die C. sol. a communi Verone. Agg. e cancell. Il testo da in aliis fino al punto fermo. Op. cit., p. 31.

³⁷⁴ A) Additum est in millesimo ducentesimo LXXVIII. VII. Ind. Et quod potestas et eius milites, nec aliqui de sua familia, nec etiam iudices communis Verone non possint neque debeant aliquid percipere nec habere a communi Verone pro salario de diebus, quibus non fuerint hospitati extra civitatem Verone, modo aliquo vel ingenio. Et quod massarii communis Verone non possint nec debeant facere aliquas soluciones de diebus quibus non fuerint hospitati extra civitatem Verone, etiam si sibi preceptum fieret per potestatem; et si aliquid solverent contra formam dicti statuti, in salario ipsorum massariorum debeat computari. Et quod massarii teneantur habere penes se dictum statutum per exemplum. Op. cit., p. 31.

³⁷⁵ Liber I, Rubrica XXV. De uno bono et legali notario cum uno viatore eligendo qui mitti debeat ad potestatem electum. Et quod unus bonus et legalis notarius pro ambaxatore, cum uno viatore communis Verone, mittatur ad illum, qui electus fuerit in regimine civitatis, ad denuntiandum ei ipsius electionem de recipiendo regimine civitatis Verone, secundum tenorem litterarum sibi missarum sini aliqua conditione et tenore. Et de hoc debeat respondere inter quatuor dies postquam ipsi denuntiatum fuerit, de qua responsione fiat publicum instrumentum. Quod, si infra predictum tempus non fecerit, seu recusaverit electionem de ipso factam recipere, nichil de suo salario habere debeat, et potestas teneatur alium facere eligi per gastaldiones, secundum formam precedentis poste, in potestatem et rectorem Verone. Et si dictus potestas responderit se dictum regimen Verone recepturum, quod iurare debeat in consilio publico sue civitatis, more solito congregato, presente ambaxatore de Verona predicto, de veniendo et suscipiendo regimen civitatis Verone, secundum tenorem

embaixador partir para outra comuna em embaixada para receber o *Podestà* estrangeiro escolhido para governar Verona e confirmar o seu aceite para o exercício de tal cargo. O embaixador eleito tinha direito que um *viator* da comuna o acompanhasse em dita expedição. Era esperado que ele estivesse presente também durante a realização do juramento do *Podestà* de que este bem serviria a comuna de Verona, feito no Conselho Público (*Consilio publico*) de sua cidade originária.

A eleição desse agente responsável por receber o futuro *Podestà* cabia aos Anciãos e ao atual *Podestà* da comuna, que deveriam escolher homens bons (*boni*) e precavidos (*providi*). De maneira mais específica, a rubrica ordena que um notário de lei (*legalis notarius*) seja escolhido nessa ocasião para ocupar a função de embaixador, tornando, desta forma, um pouco mais clara a lista de indivíduos que poderiam excutar tal tarefa.

Ainda sobre as rubricas relativas aos agentes do governo comunal de Verona provenientes de outras entidades políticas junto com o *Podestà* estrangeiro, na de número “XXXV. Sobre o mesmo”³⁷⁶ vemos a proibição de que embaixadores acompanhassem os juízes originários de outra comuna quando estes retornavam por conta própria para suas cidades, por motivos não ligados aos interesses de Verona.³⁷⁷

Repete-se na redação estatutária de 1276 e nas suas modificações até o ano de 1323 a rubrica dos estatutos de 1228 relativa ao envio de embaixadores aos locais onde os mercadores da cidade negociavam fora do distrito de Verona.³⁷⁸ Altera-se, todavia, o seu título para “CLXXV. Que se deva enviar embaixadores às cidades na ocasião dos mercados com o pretexto dos mercadores.” Em relação ao conteúdo de dita rubrica, o texto também sofre variações, com a adição da seguinte frase sobre a remuneração dos embaixadores nessas

litterarum missarum eidem, et de hoc appareat publicum instrumentum. Et tunc, quando ipse potestas Verone venturus erit ad regimen suscipiendum, debeant eligi, per potestatem et antianos communis Verone, quatuor boni et providi viri et unus notarius, quorum duo sint de gastaldionibus misteriorum Verone, qui debeant ire ad ipsum et eum conducere ad regimen civitatis Verone, et illud idem intelligatur de notario et viatore superius nominatis. Qui debent eligi per potestatem et antianos si commode et sine periculo ad ipsum potestatem poterunt ire secure; et si secure non poterunt ire, elligantur religiose persone, prout ipsi potestati et ancianis circa predicta et ad maiorem utilitatem communis videbitur expedire.” Op. cit., p. 34 – 35.

³⁷⁶A rubrica anterior à qual o título “*de eodem*” (sobre o mesmo assunto) faz referência intitula-se “*In quibus debeant esse contentii iudices communis Verone*”. (Em quanto devam ser contentados os juízes da comuna de Verona)

³⁷⁷“Liber I, Rubrica XXXV. De eodem. *Et curabo quod semper duo, ex iudicibus quatuor communis Verone, debeant assistere in civitate Verone, durante suo officio, nec aliquis predictorum quatuor possint recedere de Verona pro eundo domum suam sine licentia et parabola sibi concessa a potestate et consilio maiori (a). Cui vel quibus, licentia predicta concessa, non cencedatur terminus, pro eundo stando et redeundo, ultra quindecim dies vel alicui predictorum iudicum dari debeant ambaxatores nec expense pro communi Verone cum ad propria revertentur.(a). vel a domino Bartholomeo de la Scala capitaneo populi Verone. Gli statuti Veronesi del 1276 colle correzioni e le aggiunte fino al 1323 (cod. Campostrini, Biblioteca Civica di Verona) SANDRI, G. (ed), vol. II. Venezia: Deputazione di Storia Patria per le Venezie: Tipografia Antoniana, 1959. p. 42.*

³⁷⁸Fazemos referência à rubrica “CCXLVIII. De ambaxatoribus civitatibus mittendis” da legislação estatutária comuna veronesa de 1228.

ocasiões: “E que em razão dos mercados seja dado a eles, os embaixadores da comuna de Verona, o dinheiro de costume aos custos da comuna.”³⁷⁹

As proibições de que o embaixador recebesse dinheiro e presentes quando em missão também são reiteradas, inclusive as exceções feitas para víveres, cães e pássaros, e a punição de ter que pagar em dobro o que havia recebido caso descumprisse com o estabelecido pelo estatuto.³⁸⁰ O título de tal rubrica, entretanto, torna-se mais específico e preciso, sendo exclusivamente dedicado à figura do embaixador: “CLXXVI. Que os embaixadores não aceitem aquilo que é proibido.”³⁸¹

A distinção entre o termo *ambaxator* e *legatum* torna-se mais marcada nessa redação estatutária do que na anterior de 1228, com a remoção das prescrições sobre o embaixador de algumas rubricas nas quais este antes aparecia listado como um *legatum*. É o caso do estatuto de número “CLXXVIII. Sobre as despesas dos legados”, que tem o seu texto alterado de modo a excluir tal figura.³⁸² Essa identificação todavia, não desaparece totalmente dos estatutos de Verona, que apresentam na redação de 1276 o embaixador incluído na lista de agentes descritos na rubrica “CLXXXIII. Sobre os salários dos legados”.³⁸³ Em tal estatuto,

³⁷⁹“Liber I, Rubrica CLXXV. Ut teneat mittere ambaxatores civitatibus occasione mercatorum. Et teneat mittere ambaxatores ad civitates et loca ad que vel ad quas mercatores Verone, negotiationis causa, ire sunt consueti, infra tres menses ab introitu mei regiminis, ut provideant atque inquirent de tholoneis atque padagiis, et de intromissionibus rerum mercatorum Verone et eius districtus, et ad reducendum tholonea et pedagia ad veterem consuetudinem et fatiendum intromissiones relaxari, que facte essent contra rationem, si inde requisitus fuero a potestate mercatorum vel consulibus eorum. Et quod pro nundinis detur eis pro communi Verone ambaxatores, more solito, ad expensas communis.” SANDRI, G. *Gli Statuti Veronesi del 1276, colle correzioni e le aggiunte fino al 1323. cod. Campostrini*. Vol. 1. Verona, Biblioteca Civica di Verona, 1940. p. 139.

³⁸⁰Fazemos referência à rubrica “CCXXVI. De expensis non recipiendis, et donis” dos estatutos comunais de Verona de 1228.

³⁸¹“Liber I. Rubrica CLXXVI. Ne ambaxatores quod prohibitum est percipiant. Et si aliquis perrexerit in ambaxatam communis Verone non debeat pergere, stare ad expensas alicuius, si expensas habuerit a communi, nec accipere inde dona ab aliquo, nisi res ad manducandum et bibendum, vel aucellos seu canes. Et qui contra fecerit tenatur in duplum restituere totum illud quod habuerit a communi Verone pro ambaxata.” SANDRI, G. *Gli Statuti Veronesi del 1276, colle correzioni e le aggiunte fino al 1323. cod. Campostrini*. Vol. 1. Verona, Biblioteca Civica di Verona, 1940. p. 139.

³⁸²“Liber I. Rubrica CLXXVIII. De expensis legatorum. Item si alius fuerit ab istis, ipsum esse contentum faciam tam pro donis quam pro expensis, in XXVIII. Sol. Extra districtum Verone et in XX. Sol. In districtu Verone, in die eis concessis pro expensis.” *Ibid.*, p. 140.

³⁸³“Liber I. Rubrica CLXXXIII. De stipendiis legatorum. Et contentum esse faciam ambaxatorem et consulem et procuratorem, exstimatorem et cercatorem communis Verone, cum ierit in servicio communis Verone extra districtum, in XXVIII. Sol. Et in districtu XX. Sol. pro omni stipendio sibi et scutifferis eius, tam in equis quam in aliis rebus necessariis; vetura autem eis non solvatur de communi; et viatorem cum equo, in VII. Sol. pro omni stipendio, et si iverit ad pedem, in III. Sol. per districtum Verone. Si notarius in servitio communis Verone extra districtum communis Verone ierit, sine ambaxatore et consule, habeat omni die pro omnibus expensis XX. Sol. Verone; si vero iverit per districtum Verone solus vel eciam cum aliis, ubi lucrum non fecerit, habeat tantum x. Sol. Et veturam equi et non plus, et si fecerit lucrum, habeat tantum X. Sol. Et non veturam equi. Et si officiales communis Verone vadant in ambaxatas per districtum et extra districtum, nichil de superfluo restituere teneatur; set ipsum sicut alii ambaxatores possint percipere et habere, exceptis legatis communis Verone qui ultra provinciam Marchie et Lombardie proficiscerentur, quibus provideatur ante quam elligantur per potestatem et ancianos de congruo salario. Et quod si tabellio erit per plures villas recipiat pro rata expensas et vecturam equorum. Idem observetur de aliis officialibus et de aliis qui iverint pro communi Verone. Et ubi dicit de feudo viat[oris], dictum est quod possit percipere ultra suum feudum, pro die qualibet,

deparamo-nos com diversas informações já presentes na redação de 1228, como o pagamento de 29 *solidos* para que o embaixador partisse em missão, com a adição de elementos inéditos. Primeiro, o número de cavalos que tal agente podia portar consigo durante a embaixada. De acordo com o texto estatutário até três cavalos poderiam ser conduzidos por essa figura enquanto estivesse ao serviço de Verona, e caso ultrapassasse esse número, deveria pagar uma multa de 10 *solidos* para cada equino por cada dia. Em segundo lugar, adiciona-se ao conteúdo dessa rubrica um prazo no qual esses agentes deveriam ser pagos: até 8 dias após o seu retorno da embaixada designada.

A preocupação com os cavalos do embaixador aumenta substancialmente nessa redação estatutária se a compararmos aos estatutos anteriores da comuna de Verona. Além das indicações supramencionadas, a legislação estatutária de 1276 a 1323 apresenta uma rubrica independente e inteiramente dedicada aos cavalos que deviam conduzir os embaixadores. Intitulada “CLXXVIII. Sobre os cavalos que devem conduzir os embaixadores”, a rubrica versa que os embaixadores não podiam conduzir em embaixada os cavalos de outros indivíduos além daqueles que lhe pertenciam originalmente. Caso o embaixador não possuísse nenhum, podia pegar emprestado (*tenere pro conditione*) o cavalo de um amigo, e enquanto ele estivesse realizando a sua embaixada, tal amigo ou aliado era dispensado de realizar as cavalgadas exigidas pela comuna. Essa dispensa era condicionada à requisição de um documento escrito, realizado por um notário dos Anciãos, no qual se declarava que tal indivíduo havia tido o seu cavalo socilitado por um embaixador da comuna antes que esse partisse em embaixada.³⁸⁴

XVIII denarios pro donis. Et quod potestas teneatur facere fieri solutionem integram ambaxatoribus, consulibus, procuratoribus et aliis officialibus, notariis et viatoribus qui inveniunt et irent in servitio communis Verone, de toto eo quod habere debuerint a communi Verone predicta occasione, infra octo dies postquam redierint. Et predicta locum habeant ab introitu regiminis domini Andree Zeni potestatis Verone. Et qui contra fecerit puniatur in LX. Sol. Et reddat totum id quod plus acceperit. Et de hoc sit quilibet acusator, cuius medietas sit communis et alia medietas acusatoris. Et si notarius iverit ad villam aliquam pro pignorando aliquam personam, que villa distat a civitate Verone per XV. miliaria, habere debeat solutionem pro una die tantum, scilicet x. sol. et veturam equi, quamvis ibi steterit plus uno die, nisi iuxta de causa adesset propter quam factum ad quod iverit expedire non posset. Et illud idem intelligatur de viatore eunte ad equum. Verum si viator iverit ad pedem, ad villam que distat a civitate Verone per decem miliaria, pro pignorando aliquam personam, habere debeat solutionem de uno die tantum, in illa quantitate qua posta dicit, nisi iusta de causa adesset ut supra (a). Et quilibet qui iverit pro ambaxatore communis Verone, si iverit per districtum Verone teneatur ducere secum tres equos ad minus: quod si non fecerit componat pro banno communi Verone x. Sol. pro quolibet equo et qualibet die. Et de hoc quilibet sit acusator, medietas cuius banni sit communis, alia medietas acusatoris.” SANDRI, G. Gli Statuti Veronesi del 1276, colle correzioni e le aggiunte fino al 1323. cod. Campostrini. Vol. 1. Verona, Biblioteca Civica di Verona, 1940. p. 143.

³⁸⁴“Liber I. Rubrica CLXXVIII. De equis quos conducere debent ambaxatores. Item statuimus quod nullus ambaxator communis Verone possit ducere in ambaxatam, ultra suos equos, aliquem equum, qui teneatur pro conditione per aliquem de Verona vel eius districtu, salvo eo quod si ambaxator poterit invenire equum unum, qui teneatur pro conditione ab aliquo suo amico, qui ipsum equum vellit ei accommodare, quod illum equum possit ducere secum in ambaxatam; et ille qui commodaverit ambaxatori equum sit excusatus ab omnibus cavalcatis, donec ambaxator cui commodaverit equum steterit in illa ambaxata, faciendo scribi per notarium antianorum quod illum equum commodat tali ambaxatori ante quam ambaxator exeat civitatem. Et non possit

Essa deliberação pode ser lida como uma tentativa da comuna de controlar os seus gastos na execução de uma embaixada, mas, acreditamos que esse estatuto vai muito além de uma simples questão coercitiva. Trata-se também de uma preocupação da comuna com os meios materiais de realização da missão designada ao embaixador. No século XIII, o cavalo era o principal meio de locomoção no interior da Península Itálica, mesmo que para outras regiões a opção marítima já estivesse em franco crescimento. Dessa forma, ao buscar delimitar as origens e a quantidade de cavalos utilizados por um embaixador em missão, a comuna também almejava assegurar que os recursos com os quais provia esses agentes eram suficientes para o alcance de seu objetivo, pretendendo assim evitar, por exemplo, que essa figura passasse por privações por ter levado um número maior de animais do que o necessário previsto e provido pela comuna.

Essa questão relativa aos gastos continua na rubrica de número “CLXXX. Que ninguém parta em embaixada senão uma vez ao ano”, na qual se proíbia que alguém partisse em embaixada pela comuna de Verona mais de uma vez em um ano, a não ser que parecesse evidentemente útil para o *Podestà* e os Anciãos da comuna.³⁸⁵ Podemos pensar que tal restrição é imposta devido ao reconhecimento por parte dos *statutarii* de que uma embaixada exigia a realização de gastos elevados para a sua organização, e, desta forma, tratar-se-ia nessa rubrica de tentar contê-los e reduzi-los ao mínimo possível. Essa interpretação não exclui a possibilidade de que dito texto fosse também fruto de uma preocupação dos dirigentes comunais em impedir que certos indivíduos ocupassem sistematicamente tal função. Como notamos anteriormente, o embaixador, ao realizar uma missão fora da jurisdição da comuna, encontrava-se em uma posição de contato com outras entidades políticas da qual estava propício a tirar vantagens pessoais.

Essa pequena rubrica também apresenta-nos elementos interessantes para o questionamento que levantamos anteriormente acerca de quem tinha a jurisdição de enviar esses agentes na comuna veronesa. A exceção feita à restrição caso o *Podestà* e os Anciãos da comuna assim julgassem apropriado leva-nos a crer que tais entidades dirigentes eram as responsáveis por decidir quem partia ou não em embaixada, ou, no caso, ocupava a função de embaixador no momento de redação desses documentos. Somente por meio da leitura dessa

aliquis ambaxator ducere in ambaxatam de equis, qui tenentur conditionaliter pro communi Verone, ultra unum equum sibi commodatum in modum suprascriptum; et si plures uno duxerint, alii qui sunt plures uno, non excusentur propter hoc a cavalcatis; et ille qui commodaverit, preter primum qui commodaverit et fecerit scribi ut dictum est, solvat communi Verone pro banno, pro quolibet equo commodato, C. Sol. Et ille qui acceperit solvat communi Verone pro banno et quolibet equo C. Sol.” SANDRI, G. Gli Statuti Veronesi del 1276, colle correzioni e le aggiunte fino al 1323. cod. Campostrini. Vol. 1. Verona, Biblioteca Civica di Verona, 1940, p. 140.

³⁸⁵ “Liber I. Rubrica CLXXX. Ne aliquis vadat in [am]baxatam nisi semel in anno. Item nullus vadat in ambaxatam communis Verone sive pro communi Verone nisi semel in anno, nisi evidens utilitas videretur postestati communis Verone et antianis Verone.” *Ibid.*, p. 141.

rubrica não podemos excluir que privados ou outras entidades também tivessem a possibilidade de organizar esses envios no período, mas trata-se de mais um indício para o desenvolvimento de nossas reflexões.

Mais especificamente sobre os indivíduos que poderiam ocupar a posição de embaixador, a rubrica de número “CLXXXI Que nenhum banido da comuna de Verona seja enviado em legação”³⁸⁶ reitera o veto já existente em 1228 da participação dos condenados e punidos pela comuna das embaixadas organizadas pela cidade; a de título “CXXXII. Sobre os *extimatores* que devem ser ordenados”³⁸⁷, já do segundo livro dessa redação, a proibição dos *extimatores* de ocuparem o encargo de embaixadores; a nomeada de “I. Sobre os procuradores que devem ser ordenados”³⁸⁸, a interdição dos procuradores de exercitarem a tarefa; e, finalmente, a de “II. Sobre os *cercatores* que devem ser eleitos.”³⁸⁹, a censura dos *cercatores* de serem embaixadores.

Chama atenção nos estatutos comunais de 1276 a menção pela primeira vez na legislação estatutária dessa comuna de uma figura nomeada pelo termo espião (*spia*). Tal agente aparece no terceiro livro dessa redação estatutária, na rubrica de número “CXLVIII. Que qualquer espião deva ir ao local e a quem for enviado.”³⁹⁰ Por meio de seu texto,

³⁸⁶“Liber I. Rubrica CLXXXI. Quod nullus bannitus communis Verone mittatur in legatione. *Item quod nullus bannitus communis Verone Mittatur in legatione sive ambaxata communis Verone*”. *Op. Cit.*, p. 141.

³⁸⁷“Liber II. Rubrica CXXXII. De extimatoribus ordinandis. *Curabo quod duo homines, unus laycus et alius iudex, poni debeant pro communi Verone, qui debeant [facere] vendiciones, pro communi, de bonis debitorum, secundum ordinem scriptum in posta communis Verone, et interponere decretum et auctoritatem contractibus minorum, et teneantur confirmare contractus minorum et ecclesiarum, qui de iure essent confirmandi, eciam non completo instrumeto contractus, visa tamen imbreviatura; et hii non possint nec debeant interesse, tempore sui officii, consiliis potestatis et curie nec tallis, eo salvo quod possint esse publico consilio; et hii non possint neque debeant esse (a) ambaxatores et qui debeant providere vendicionibus et contractibus, qui ab ecclesiis deinceps fient, et qui debeant extimare terras volencium commutare vel emere vel vendere, usque ad unum campum et ab uno campo inferius, et is quis accepturus est a duabus partibus illius terre extimande habuerit; (...).*”*Op. cit.*, p. 360 – 361.

³⁸⁸“Liber IV. Rubrica I. De procuratoribus ordinandis. *Duo cernantur procuratores, silicet unus miles et unus iudex, quorum officium sit per medium annum, qui gerant officum procuratorem; et non intersint consillis potestatis et curie neque tallis, eo salvo quod possint esse publico consilio; et hii non possint esse publico consilio; et hii non possint nec esse debeant ambaxatores communis Verone; (...).* *Op. cit.*, p. 517.

³⁸⁹“Liber IV. Rubrica II. De cercatoribus elligendis. *Et predicti cercatores non debeant interesse consillis potestatis seu curie nec tallis faciendis; nec possint ire in ambaxatis pro communi Verone, set consilio publico possint interesse et alia attendere et observare, que in superiori posta continetur, que sic incipit: “Et non permitam meos cónsules” et cetera; (...).*” *Op. cit.*, p. 520 - 522

³⁹⁰“Liber III. Rubrica CXLVIII. Quod quelibet spia teneatur ire ad locum ad quem missus fuerit. *Item statuimus quod quelibet spia teneatur et debeat ire ad locum ad quem iussus fuerit ire per potestatem et ancianos qui pro tempore fuerint, vel per alium nuncium communis Verone et iludo quod fuerit ei iniunctum fideliter exercere et complere; quod si contra fecerit pro prima vice, stet ad catenam per unum diem et restituat precium quod inde habuerit, pro secunda autem vice, verberetur per civitatem et bulletur in fronte et masillis et post modum expelletur de civitate et districtu Verone. Et hoc statutum in scriptis detur potestati barateriorum, qui sacramentum teneatur facere illud poni in numero suorum ordinamentorum (a) et hec posta locum habeat ex quo fuerit confirmata in consilio maiori. Additum est in Millesimo ducentesimo LXXIº, XIIIº Inditionis; et qua solucio fieri debeat ipsis spiis ituris Mantuam vel ad Voltam, Cavrianam, vel ad alia loca districtus Mantue dentur et dari debeat XIII. Solid. IIII. Danar.; et spiis ituris pro unaquaque et uma ipsarum que steterit per unam diem post aliam, dentur III. Seu IIII. Danar. Ultra dictos XIII. Sold. IIII. Danar. Et spiis ituris Briciam vel Paduam vel Tridentum , dentur XXVI. Solid. VIII. Danar. Pro qualibet. Et spiis ituris*

percebemos que se tratava de um agente designado pelo *Podestà* e pelos Anciãos de Verona para partir para outras entidades políticas e realizar “fielmente” o que lhe havia sido mandado. Caso não cumprisse o que lhe havia sido confiado devia ser acorrentado por um dia, na primeira ocorrência, e se repetisse tal atitude, deveria ser expulso da cidade e do distrito da comuna. O espião recebia uma remuneração de acordo com o destino de seu envio, minuciosamente descrito no texto dessa rubrica. Por exemplo, os que partiam para Mantova, deviam receber 13 *solidos* e 4 *denarios*, e os diretos a Bérgamo, Cremona ou Ferrara, 33 *solidos* e 4 *denarios*.

É interessante notar que muitos dos destinos listados nessa rubrica são, no momento de redação desses estatutos, considerados inimigos da comuna de Verona. Diversas são as rubricas nessa versão estatutária que fazem referência, por exemplo, à vingança a ser exercida em relação à Mântua.³⁹¹ Podemos afirmar que tal figura não se trata de um sinônimo do embaixador nessa documentação devido à diferente remuneração prevista para esses agentes – vimos que o embaixador deveria receber 29 sólidos sem diferenças de destino –, à posição diversa das rubricas que tratam sobre uma figura e outra – nessa redação as rubricas dedicadas ao embaixador se concentram no seu primeiro livro “*sobre o ofício do Podestà, dos juízes e de outros oficiais da comuna de Verona*”, enquanto aquelas nas quais o espião aparece localizam-se no terceiro livro “*sobre as causas criminais*” – e às penas previstas divergentes caso não fosse cumprido o que foi mandado pelo *Podestà* e pelos Anciãos da comuna. Em relação ao embaixador encontramos somente previsões de multas que deveriam ser pagas por esses agentes, enquanto ao dissertar sobre o espião, os *statutarii* falam de acorrentamentos e até mesmo de expulsão da comuna.

Essas diferenças em relação ao embaixador, mais a listagem de destinatários que envolviam comunas inimigas de Verona no período, levam-nos a questionar se não estaríamos diante de uma figura semelhante a escolhida pelo “Senhor dos espiões”, encontrado nos estatutos bolonheses de 1288. Poucos são os elementos que a redação estatutária veronesa de 1276 fornece-nos ainda sobre esse problema.

*Mediolanum vel Parmam, vel Bononiam (b) Vallegium vel Pischeriam dentur X. solid. pro qualibet. Et spiis ituris Mediolanum vel Parmam, vel Bononiam vel Venecias dentur XL sold. Pro qualibet. Et spiis ituris Pergamum vel Cremonam vel Ferariam dentur XXXIII. Solid. IIII. Danar. Pro qualibet. Et spiis ituris Papiam dentur XL. Sold. IIII danar. Pro qualibet et qualibet vice. Et spiis euntibus ad alia loca et terras non nominatas superius fiat solucios secundum quod videbitur domino potestati et ancianis Verone. * A) CXLVIII. (a) Da et hec posta locum habeat ex quo fuerit etc. fino in fine, canc. vact. (b) Mediolanum vel Parmam vel Bononiam cancellato. A) Additum est in Millesimo CCCII^o. Et quod solutio fieri debeat ipsis spiis euntibus pro communi Verone ad aliqua loca, hoc modo, videlicet quod habere debeant a communi Verone, pro quolibet miliário, sex denar. Et non ultra.” Op. cit., p. 486 – 487.*

³⁹¹ Fazemos referência à rubricas como a de número “CCLXI. De morte domini iacobi iudicis de Calavena et de eius vindicta facienda” localizada no livro I dessa redação estatutária. Op. cit, p. 203 – 204.

Adições a esse estatuto feitas em 1297 incluíram rubricas referentes aos tratados de paz celebrados neste ano com a comuna de Mântua, nas quais deparamo-nos com menções à ação dos embaixadores. O estatuto celebrado sobre os “incêndios, furtos, roubos ou rapinas” apresenta-nos um *Podestà*, um Capitão geral e um notário como embaixadores da comuna de Verona, convocados, após as badaladas do sino da Igreja da comuna de Mântua ao Palácio antigo do *Podestà* mantuano. Neste local, de acordo com o texto do documento, esses indivíduos são recebidos pelos Anciãos, pelo capitão mantuano, os *vexillifers* de justiça e os chefes das sociedades da comuna. Uma vez reunidos, os embaixadores veroneses fazem a exposição de um documento chamado pelo estatuto de “*instrumentum publicum*” (instrumento público), cujo notário responsável pela redação é mencionado no texto estatutário, assim como as providências para sua autenticidade, tal qual a identificação das assinaturas nele presentes. O documento não é somente lido em voz alta, mas também visto por seus receptores.³⁹²

Mesmo que bastante pontual, a rubrica acima mencionada traz-nos algumas informações interessantes sobre protocolos seguidos pelos indivíduos escolhidos como

³⁹²Liber III. Divisão XVI. [c. 407] “statutum factum inter communia Mantue et Verone de commissoriis seu inculpatis homicidii aut furti aut incendii aut robarie aut rapine. *In nomine Christi. Die iouis vigesimo secundo augusti, millesimo ducentesimo nonagesimo septimo, indictione X, consilio generali communis Mantue, voce preconia, sonoque campane more solito congregato super palatio veteri communis Mantue, presente viro nobili domino domino Bardellono de Bonacolsis, capitaneo mantuano et dominis ancianis communis Mantue; ad quod preterea convocati interfuerunt vexilliferi et capita societatum et paraticorum Mantue. Exposita ambaxata comunis Verone pro parte dominorum Ugolini Iustiniani potestatis et Alberti de la Scala atque Bartholamei eius primogeniti capitaneorum generalium communis Verone per dominum Schenellam notarium, ambaxatorem eiudesdem communis, super negocio infrascripto et lectis litteris communis Verone super eodem negocio, nec non viso ac ibidem lecto quodam instrumento publico reformationis consiliorum, sapientum, ancianorum, gastaldionum et maioris communis Verone, scripto manu Omneboni notarii domini Uberti beccarii, expresse continente reformatum statutum et firmatum esse per commune Verone, auctoritate sui maioris Consilii, in hunc modum. Nos Ugolinus Iustinianus potestas, Albertus de la Scala et Bartholameus eius primogenitus, capitanei generales, consilium et commune civitatis Verone, pro communi bono, inter dominos potestatem, capitaneum et commune et homines Mantue, et nos, ut unionis, armoris federe augendo et conservando, providemus, firmamos, statuimus et ordinamus in posterum observandum, ut, si acciderit, quod absit, quod aliquis inventus seu inculpatus sit commisisse, in districtu Mantue, in factum vel tractatum contra honorem et statum dominorum potestatis capitanei et communis Mantue, aut inculpatus seu repertus sit commisisse in civitate et districtu Mantue homicidium in quamcumque personam, aut furtum, aut incedium, aut robariam aut rapinam in personam aliquam cuiuscumque sexu, et huiusmodi delictorum commissor vel commissores seu inculpati in civitatem Verone, aut districtum aufugerint seu poterint reperiri, quod potestas et commune Verone, requisiti per litteras seu nuncium potestatis, capitanei et communis Mantue teneantur et debeant eosdem delictorum perpetratores seu inculpatores capere et capi facere et captos transmittere sub fida custodia in forciam eorundem potestatis [c. 408], capitanei et communis Mantue, debite puniendos. Et quod hoc ponatur in libro statutorum communis Verone et pro statuto in posterum debeat observari, cum illud idem erga nos observandum de delinquentibus in Verona et districtu Verone, seu inculpatis de predictis delictis vel aliquo predictorum, potestas, capitaneus et commune Mantue provide duxerint statuendum. Et facta diligenter propositione et consilio postulato super predictis per nobilem virum dominum Lappum de Uberti, Mantue potestatem, cum voluntate dicti domini capitanei mantuani presentis ibidem, dominus Caçadragus domini Naymerii de Pegoloto concionando dixit et consuluit, quod secundum quod provisum, firmatum, statutum et ordinatum est per commune Verone, auctoritate sui maioris consilii, et ut visum et lectum superius continetur, ita et sub eadem forma per commune Mantue, auctoritate huius generalis consilii, provideri, firmari, statui et ordinari debeat e converso et per omnia fieri. (...)”SANDRI, G. *Gli Statuti Veronesi del 1276, colle correzioni e le aggiunte fino al 1323. cod. Campostrini*. Vol. 2. Verona, Biblioteca Civica di Verona, 1940. pp. 101 a 104.*

embaixadores enquanto estavam em missão. Esses portavam consigo documentos das entidades dirigentes comunais que os haviam enviado, compostos por um notário específico e munidos de atributos que deveriam garantir sua autenticidade e sua confiabilidade. Tal documento era apresentado em voz alta e submetido a verificação por seu receptor.

Da mesma natureza informativa são os estatutos que versam sobre os acordos de Verona e Bréscia. Redigida em 1298, a rubrica retrata uma congregação de embaixadores veroneses reunidos no palácio comunal de Bréscia, mencionando-os nominalmente e falando de suas respectivas ocupações. Trata-se de um doutor em leis (*legum doctor*), de notários diversos, e outros homens qualificados pelo texto como prudentes. Esses são recebidos por certos “homens sábios” (*sapientes*) enviados pelo *Podestà* e Capitão do povo de Bréscia, e uma vez juntos, esses indivíduos de ambas as partes redigiram as reformas (*reformationes*) estatutárias que seriam adicionadas às legislações estatutárias de ambas as comunas de comum acordo. O texto da rubrica narra tal operação como feita segundo “melhor parecesse” (*melius videretur*) a esses agentes para o bem comum de ambas comunas.³⁹³

A descrição de que os embaixadores da comuna podiam agir com tal autonomia – segundo o seu parecer – no momento de negociação e composição de algo tão importante como uma inserção estatutária recíproca não é um dado de pouca relevância. A concessão por parte do *Podestà* e dos Anciãos dessa prerrogativa a esses agentes é um sinal claro de que eles não representavam meras “cartas-vivas”, ou seja, não eram simples transmissores das

³⁹³“Liber IV. Divisão II. [c. 423] *In Christi nomine. Die lune quinto maii, in generali consilio communis Verone super sala palatii ipsius communis, loco et more solito, ad sonum campane congregato, presentibus sapientibus viris dominis Anthonio de Henzigeriis de Papia, iudice et generali delegato domini potestatis infrascripti, Conrado domini Gerardo de Guiciis de Ymora, iudice communis Verone ac nobili viro domino Baylardino de Nogarolis, Yrecho de Minerbio, Johanne de Monte áureo, iudicibus civibus Verone, testibus et aliis. In quo quidem consilio facta fuit scripta propositio, cuius scriptionis forma sub hac serie continetur. Die veneris secundo maii, millesimo duecentesimo nonagésimo octavo, XI in dictione, in capella, que est super palatii maiori communis Brixie, ubi convenerunt ambaxiatores communis Verone, videlicet prudentes viri domini Nicholaus quondam domini Bernardi de Altemanno legum doctor, Bonhomus de Gandulfis, Ognabenus de Pacingo, Bartholomeus de Çavarisio, Johannes quondam domini Libardi, Scinella notarius de Pigna et certi sapientes de civitate Brixie, de mandato dominorum potestatis et capitanei Populi Brixie ad ad examinandum infrascripta et reducendum in scriptis quod melius videretur eis pro utroque communi, concordantes fuerunt dicti ambaxiatores communis Verone et sapientes de Brixia cum eis, quod infrascripta pro bono et utilitate utriusque communis Brixie et Verone debeant firmari et reformari et ita servari per utrumque commune, silicet Brixiam et Veronam, et per rectores utriusque communis presentes futuros. Et quod reformationes, que inde fient, ponantur in statutis utriusque communis, videlicet quod omnes malefactores et quilibet malefactorum, qui comisisset aliquid de infrascriptis maleficiis a tempore pacis nuper facte per dominum Berardum Dei grati episcopum Brixie, cita que pax promulgata fuit in die annuntiationis beate Marie Virginis, qui fuit die martis septimo exeunte márcio mense marcii proxime preteriti, aut qui de cetero comitteret seu comitterent aliquid de infrascriptis maleficiis videlicet homicidium et robariam, incendium, raptum mulierum, falsum de falsa moneta, de falso testimonio, de falso instrumento, crimen assassinatus, crimens plagii, id est exportatio alicuius persone de loco ad locum, videlicet alterius filii vel servi, crimen prodicionis, silicet prodicionis persone et personarum, vel alicuius civitatis castris [c. 424] vel loci, crimen furti Brixia vel districtu, et ille talis malefactor fugeret seu iret ad civitatem Verone vel ad aliquam partem districtus Verone, quod potestas seu rector Verone presens et quilibet futurus teneatur illum talem malefactorem capere seu capi facere personaliter et illum remittere in forciam domini potestatis seu rectoris communis Brixie. Op. cit., p. 116 – 119.*

informações das entidades que os haviam designado para determinada missão. O texto da rubrica sugere que os embaixadores veroneses tinha uma capacidade de decisão jurídica vinculante plena dos agentes os quais representavam. A menção de que o deliberado nesse encontro deveria servir para os reitores presentes e futuros de ambas as comunas permite-nos tirar uma conclusão tão expressiva.

Analizados todos os elementos presentes nos estatutos de 1276 a 1323 sobre a figura do embaixador, é possível agora realizarmos a sistematização dessas informações, como já dito, uma etapa importante do estudo de cada legislação estatutária para facilitar o exercício de comparação entre elas.

Percebemos um aumento significativo da complexificação formal dos estatutos entre a redação de 1228 e a de 1276, que possui quase o triplo do número de rubricas – 896 – que a versão anterior, e é já dividida em livros organizados de forma mais ou menos temática. Levantamos hipóteses sobre os motivos de tal mudança, refletindo sobre questões relativas à maturidade jurídica da comuna e às especificidades que um regime considerado de transição poderia ter imprimido no processo de criação de um redação estatutária. Supomos que a necessidade de lidar com um senhor cujos estatutos requeriam o consenso do povo imprimiram nesses texto um caráter mais abrangente e minucioso em relação às questões citadinas.

O esforço realizado de inclusão de amplos aspectos do convívio citadino nas prescrições estatutárias pôde também ser sentido nas rubricas dedicadas ao embaixador, que tornam-se maiores e presentes nos 3 primeiros livros dessa redação. No que diz respeito ao seu conteúdo, vimos que em relação ao texto estatutário anterior, encontramos uma expansão dos indivíduos mencionados que podiam partir em embaixada no período, como o *Podestà* e seus soldados (*milites*), o Capitão do povo, entre outros.

Propriamente sobre o embaixador, percebemos uma maior especificidade das rubricas que dedicavam-se a sua figura na legislação estatutária de 1276 a 1323 do que nos estatutos de 1228. Muitas das antigas rubricas nas quais disposições sobre esse agente eram incluídas em meio a informações gerais tornam-se mais centradas na sua figura, incluindo até mesmo o termo *ambaxator* – em suas diferentes declinações – em seus títulos.

Observamos que a remuneração prevista para tal agente continua a mesma da redação anterior – 29 *solidos* fora do distrito da comuna –, com a exceção de que agora são previstos em texto estatutário os prazos para que tal pagamento fosse realizado – até 8 dias após o retorno da embaixada. Os estatutos de 1276 a 1323 apresentam-nos também novos elementos sobre os indivíduos que eram escolhidos para exercer o encargo de embaixador. Fala-se em homens bons (*boni viri*) e precavidos (*providi*), com recorrentes citações a indivíduos de

formação jurídica – deparamo-nos com as descrições de notários e doutores de lei – . Em relação à eleição desses agentes, levantamos mais dados que indicam o *Podestà* e os Anciãos da comuna como responsáveis pela designação dos embaixadores. Continuamos, todavia, com a impossibilidade já apresentada nos estatutos anteriores de inferir que fosse vetada a seleção dessas figuras por privados em tais documentos.

De totalmente novo, constatamos uma preocupação estatutária com os meios de locomoção do embaixador, especialmente o cavalo. São redigidas rubricas independentes completamente dedicadas aos cavalos do embaixador, nas quais lemos que esse podia levar consigo em embaixada até 3 equinos. Esses animais deviam pertencer originalmente ao embaixador, mas caso esse não possuísse nenhum cavalo, podia pedi-lo emprestado a um amigo/aliado, que tinha como recompensa da comuna a sua isenção de participar das cavalgadas obrigatórias de Verona.

Encontramos também elementos protocolares e cerimoniais não vistos nos estatutos anteriores, como menções a mecanismos de autenticidade dos documentos portados pelo embaixador e a maneira como eles deveriam ser expostos uma vez atingido o destino da embaixada. É possível ainda notar uma maior atenção por parte dos redatores estatutários com os custos da organização de um envio e uma preocupação mais sistemática em evitar que os indivíduos tomassem grande proveito das possibilidades oferecidas em se ocupar a posição de embaixador. É o que vemos nas prescrições proibindo a partida de uma mesma pessoa em tal função em um ano.

Foram especialmente fascinantes para as indagações dessa pesquisa, os exemplos encontrados de embaixadores de Verona agindo autonomamente em nome da comuna e estabelecendo acordos e reformas estatutárias que deveriam ser respeitadas pelas entidades dirigentes comunais presentes e futuras, de forma como parecesse-lhe melhor. Tais elementos fazem-nos refletir sobre a capacidade representativa desses indivíduos no período, sugerindo-nos a possibilidade dos embaixadores de tomarem decisões com teor jurídico vinculante.

Por último, detectamos uma outra novidade sobre o aparato diplomático da comuna veronesa na análise desses estatutos. Temos em dita redação a primeira menção da figura do espião na legislação estatutária de Verona. Trata-se aqui de um agente claramente diferente do embaixador, com punições mais severas do que esse caso não cumprisse o que lhe havia sido ordenado, cujas funções e atribuições não pudemos compreender plenamente só com a leitura dos estatutos de 1276 – 1323, fora o fato de que era enviado para fora da comuna veronesa, muitas vezes para entidades políticas inimigas da comuna.

Levantados esses postos sobre a questão das embaixadas na Legislação Estatutária Comunal de Verona redigida em 1276 e modificada até o ano de 1323, e vistas as

contribuições desse documento para o exercício proposto para essa pesquisa, passa-se a análise dos estatutos subsequentes, redigidos em 1327.

3. Os estatutos comunais de Verona de 1327.

Redigida para substituir os estatutos de 1323 – cujo núcleo original data de 1276, como vimos –, a legislação estatutária de Verona de 1327 é considerada “o ponto de chegada do processo de definição das relações entre a comuna e o senhor”,³⁹⁴ iniciado com os estatutos de 1276. Trata-se de uma redação estatutária que coloca no centro das instituições comunais a figura do senhor Cangrande I della Scala e seus descendentes, e representa, de acordo com Gian Maria Varanini, o momento de maturação do desenvolvimento burocrático e administrativo de Verona como senhoria.³⁹⁵ Por exemplo, a escolha do *Podestà* a partir dessa redação é de jurisdição plena do senhor e não mais do Conselho Comunal e torna-se também uma das suas prerrogativas a eleição de quase todos os oficiais da comuna.

As diferenças formais entre esses estatutos e a redação anterior são bastante significativas. Cria-se um sexto livro no qual são congregadas as rubricas referentes à milícia, ao *popolo* e aos assalariados. Desta forma, a organização formal de tal redação estatutária é a seguinte: Livro I – 295 rubricas – Sobre o ofício do *Podestà* e de sua família, dos seus juízes e de outros oficiais da comuna de Verona; Livro II – 174 rubricas – Sobre os litígios e a causas civis; Livro III – 170 rubricas – Sobre as causas criminais e os malefícios; Livro IV – 160 rubricas – Sobre o ofício dos procuradores; Livro V – 110 rubricas – sobre o ofício dos *dugali*³⁹⁶, *sorcerium*³⁹⁷ e *regularum*.³⁹⁸; Livro VI – 68 rubricas – Sobre a milícia, o *popolo* e os assalariados.³⁹⁹

São identificadas 16 mãos diferentes no manuscrito original que chegou até os dias de hoje, demonstrando uma constante intervenção nesses documentos após a sua promulgação em 1327 até pelo menos 1381.⁴⁰⁰ É também expressiva a quantidade de miniaturas e imagens presentes nessa redação em relação à precedente. Giordana Mariani Canova analisa tais figuras concluindo que “o programa iconográfico dos estatutos de 1327 constitui uma alegoria

³⁹⁴VARANINI, G.M. e BIANCHI, S.A. “Verona e i suoi statuti” In: *Statuti di Verona del 1327*. BIANCHI, S. A. e GRANUZZO, R. (eds). Roma: Jouvence. 1992. 2 volumes. Vol. 1. p. 37.

³⁹⁵ *Ibid.*, pp. 38 – 39.

³⁹⁶Ofício dedicado ao controle dos canais de água da cidade.

³⁹⁷Oficial responsável pela medição das terras e pelas questões referentes à transmissão da propriedade fundiária.

³⁹⁸Função responsável pelas questões relativas aos mosteiros situadas no interior da comuna.

³⁹⁹Respectivamente: “I – de officio potestatis eiusque familie, iudicum et aliorum officialium com[unis] Verone; “II: Delle “litibus et causis civilibus”; “III: De causis criminalibus et malleficiis”; “IV: De officio procuratorum”; “V: De officio dugaliorum, sorcium et regularum”; “VI: De milícia, popolo et stipendiariis”.

⁴⁰⁰BIANCHI, S. A. “Descrizione del codice” In: *Statuti di Verona del 1327*. BIANCHI, S. A. e GRANUZZO, R. (eds). Roma: Jouvence. 1992. 2 volumes. Vol. 1, p. 75.

do bom-governo, fundado na proteção divina, invocada pela virgem e pelo patrono da cidade, e na sabedoria do legislador.”⁴⁰¹ De acordo com a autora, tratava-se, por meio dessas imagens, de uma tentativa de afirmar o papel significativo assumido pela senhoria na comuna no momento de redação desses estatutos. Uma vontade de prestígio não só político e social, mas também cultural e artístico que se expressava especialmente no aparato jurídico citadino.⁴⁰²

Para a realização de nosso estudo, utilizamos a edição feita por Silvana Anna Bianchi e Rosalba Granuzzo dos estatutos de verona de 1327, incluindo as suas adições e modificações até o ano de 1388 – 89. Tal trabalho foi feito por meio da leitura do único manuscrito ainda existente dos três originais dessa legislação estatutária: o manuscrito 3036 da *Biblioteca Civica di Verona*, sobre o qual as autoras relatam minuciosamente o percurso histórico do documento e a sua transmissão até presente.⁴⁰³ As autoras informam-nos que se trata do último estatuto de Verona como comuna independente, pois em finais do século XIV tal comuna é absorvida pelo estado regional Visconteo.

Tendo em mente esse caráter marcadamente senhorial dos estatutos de 1327, passemos a análise de suas rubricas dedicadas ao embaixador. O primeiro aspecto que percebemos é que a polissemia do termo *ambaxata* não se reduz em relação às redações do século XIII e XIV aqui analisadas. Tal termo continua sendo utilizado como sinônimo de mensagem escrita, simples missão dentro da cidade e, por último, com sua acepção moderna de envio designado para fora da jurisdição da comuna.

Encontramos a rubrica já presente na redação de 1276 sobre a previsão de que o *Podestà* e os seus *milites* podiam partir em embaixada pela comuna de Verona e, para tanto, deviam receber, respectivamente, o primeiro 100 *solidos* e os segundos, 28 quando não estavam acompanhados pelo *Podestà*. O título dessa rubrica, a sua numeração e posição permanecem os mesmos “XVIII. Sobre o salário que deve ter o *Podestà* e os milites do *Podestà* quando cavalgarem em serviço da comuna”⁴⁰⁴, mas é interessante notar que o valor atribuído aos *milites* aumenta em 8 *solidos* em relação à redação anterior dos estatutos.

⁴⁰¹CANOVA, G. M. “Le miniature” In: *Statuti di Verona del 1327*. BIANCHI, S. A. e GRANUZZO, R. (eds). Roma: Jouvence. 1992. 2 volumes. Vol. 1, p. 83.

⁴⁰²*Ibid.*, p. 83.

⁴⁰³BIANCHI, S. A. “La storia del codice” In: *Statuti di Verona del 1327*. BIANCHI, Silvana Anna e GRANUZZO, Rosalba (editoras). 2 volumes. Vol. 1. Roma: Jouvence. 1992. p. 104.

⁴⁰⁴“Liber I. Rubrica XVIII. *De salario quod habere debet potestas et milites potestatis quando equitabunt in servicio comunis Verone. Et si potestas equitabit in servicio Veronae et extra civitatem hospitatus fuerit, si fuerit in exercitu generali, debeat habere pro suo salario V libras Veronenses pro omni die in quo hospitatus fuerit in districtu Verone; si vero extra districtum, habere debeat decem libras pro unaquaque die; si autem pro aliqua ambaxata comunis Verone, tunc percipere debeat pro qualibet die C solidos a comuni Verone. Et si aliquis militum equitaret in servicio comunis Verone per districtum Verone sine potestate, habere debeat pro suo salario XX solidos si hospitatus fuerit, et extra districtum XXVIII solidos in die si hospitatus fuerit. Et nullo modo vel ingenio percipere possit potestas vel eius milites nec aliqui de sua familia nec etiam iudices comunis Verone non possint nec debeant aliquid percipere nec habere a comuni Verone pro suo salario de*

Nesses estatutos ser um embaixador continua sendo uma tarefa ou função, que não necessariamente tornava o indivíduo que a ocupava um oficial da comuna. Diversos são os agentes que podiam exercer o encargo também nos estatutos de 1327 a 1391. Primeiro, encontramos novamente a menção a notários exercendo a função de embaixador e a sua participação no acompanhamento do *Podestà* escolhido pelo senhor da comuna.⁴⁰⁵ Tal rubrica reitera que esse agente precisava ser testemunha do juramento desse no Conselho Público de sua cidade de origem, e outros aspectos já vistos com minúcia na análise dos estatutos de 1276 a 1323, com exceção de um detalhe bastante interessante para nossas indagações sobre o embaixador: adiciona-se a figura do senhor da cidade – chamado de *domini vicari* (senhor vicário) nesses estatutos em virtude de um dos títulos que possuía Cangrande I⁴⁰⁶ – como um dos responsáveis no processo de escolha desses agentes. Mencionam-se ainda os papéis dos Anciãos e do *Podestà*, mas os redatores estatutários fazem questão de reforçar de que essas eleições deviam ser feitas de acordo com a vontade do atual senhor de Verona (*Et predictae electiones fiant de voluntate dicti domini vicarii*).

Todas as proibições existentes em relação à possibilidade dos cônsules, dos *extimatores* e dos *cercatores* desaparecem em ditos estatutos, mantendo-se todavia, o veto

diebus quibus non fuerint hospitati extra civitatem Verone modo aliquo vel ingenio. Et quod massarii comunis Verone non possint nec debeant facere aliquas solutiones de diebus quibus non fuerint hospitati extra civitatem Verone, eciam si sibi preceptum fuerit per potestatem; et si aliqui solverent contra formam dicti statuti, in salario massariorum debeat computari. Et quod massarii teneantur habere penes se dictum statutum per exemplum.” Op. cit., p. 140.

⁴⁰⁵“Liber I. Rubrica XXV. De uno bono et legali notario cum uno viatore eligendo, qui mitti debeant ad potestatem electum. *Et quod unus bonus et legalis notarius pro ambaxatore cum uno viatore communis Verone, mittatur ad illum qui electus fuerit in regimine civitatis Verone ad denunciandum ei ipsius electionem de recipiendo regimine civitatis Verone secundum tenorem litterarum sibi missarum sine aliqua conditione et tenore. Et de hoc debeat respondere infra quatuor dies postquam ipsi denunciatum fuerit, de qua responsione fiat publicum instrumentum. Quod si infra predictum tempus non fecerit seu recusaverit electionem de ipso factam recipere, nichil de suo salario habeat, et quod sit in arbitrio domini vicarii alium eligere. Et si dictus potestas responderit se dictum regimen Verone recepturum, quod iurare debeat in consilio publico sue civitatis more solito congregato vel civitatis in qua reperiretur esse in officio vel alia iusta de causa, presente ambaxatore de Verona predicto, de veniendo et suscipiendo regimen civitatis Verone, secundum tenorem litterarum missarum eidem, et de hoc appareat publicum instrumentum. Et tunc, quando ipse potestas Verone venturus erit ad regimen suscipiendum, debeant eligi, per potestatem et ancianos comunis Verone, quatuor boni et providi viri et unus notarius qui debeant ire ad ipsum et eum conducere ad regimen civitatis Verone. Et illud idem intelligatur de notario et viatore superius nominatis, qui debent eligi per potestatem et ancianos si comode et sine periculo ad ipsum potestatem poterunt ire secure; et si secure non poterunt ire, elligantur religiose persone prout domino vicario seu ipsi potestati et ancianis circa predicta et ad maiorem utilitatem comunis videbitur expedire. Et predictae electiones fiant de voluntate dicti domini vicarii.” Op. cit., p. 143 – 144.*

⁴⁰⁶Cangrande I recebeu o título de Vicário Imperial de Ludovico, o Bávaro, sob as cidades de Verona, Vicenza, Feltre e Ceneda. Tal vicariado, todavia, não significava a dependência de suas decisões em questões estatutária em relação ao Império. Exemplo disso é o fato do *Scaligero*, em razão da recusa imperial de conceder-lhe um desejado vicariado também sobre Padova, ter em sua nova redação estatutária – a de 1327 – incluído integralmente todas as constituições anti-clericais dos Papas Alexandre IV e Clemente IV, não aprovadas pelo Sacro-Império. VARANINI, G.M.e BIANCHI, S.A. “Verona e I suoi statuti” In: *Statuti di Verona del 1327*. BIANCHI, S. A. e GRANUZZO, R. (eds). Roma: Jouvence. 1992. 2 volumes. Vol. 1. p. 13.

imposto aos procuradores da comuna.⁴⁰⁷ O mesmo acontece com a rubrica que dissertava sobre a impossibilidade do mesmo agente de partir como embaixador em um mesmo ano, o que nos faz acreditar que, em relação aos estatutos anteriores, vemos uma expansão dos indivíduos que podiam ocupar tal função de acordo com os estatutos de 1327. Tal medida pode ter sido tomada, de modo a, de fato, tornar a seleção desse agente uma atribuição completamente ao arbítrio dos *Scaligeri*.

O envio de embaixadores com o propósito de negociar pedágios e impostos cobrados aos mercadores da comuna de Verona fora de seu distrito também aparece de forma semelhante a dos estatutos de 1276 a 1323 na redação estatutária de 1327, com uma nuância significativa: removem-se as responsabilidades desses envios das competências do *Podestà*, escrevendo-se o texto da rubrica completamente na terceira pessoa do singular.⁴⁰⁸ Por se tratar de uma rubrica inserida em um livro que tem como cláusula inicial as prerrogativas, juramentos e jurisdição do senhor Cangrande I e seus descendentes, é possível afirmar que o discurso impessoal utilizado no texto faz referência a essas figuras, ainda mais se levarmos em consideração o conteúdo da rubrica anteriormente analisada, na qual o processo de eleição do embaixador para a recepção do futuro *Podestà* da comuna também era confiada ao senhor vicário.

A remuneração prevista ao embaixador para partir em uma embaixada da comuna altera-se significativamente nos estatutos comunais de 1327. De acordo com a rubrica de número CCVI relativa ao salário do embaixador e de outros enviados da comuna de Verona, é previsto o pagamento de 50 *solidos* por dia que o embaixador estivesse ao serviço da cidade fora da jurisdição da comuna, mas dentro da Lombardia⁴⁰⁹ e da Marca Trevisana, e 2 *venetos grossos* enquanto estivesse dentro do distrito veronês.⁴¹⁰ Caso partisse para fora da Lombardia

⁴⁰⁷“Liber IV, Rubrica I – De officio procuratorum et iudice appellationum x librarum et abinde inferius et aliis diversis capitulis. *Duo elligantur procuratores comunis Verone, scilicet unus millex et unus iudex, quorum officium sit per médium annum, qui gerant officium procurationis et non intersint consiliis potestatis curie neque tallis nec esse debeant ambaxatores comunis Verone.*” *Statuti di Verona del 1327*. BIANCHI, S. A. e GRANUZZO, R. (eds). 2 volumes. Vol. 2. Roma: Jouvence. 1992. p. 539.

⁴⁰⁸“Liber I, Rubrica CCIII – Ut teneat mittere ambaxatores civitatum occasione mercatorum. *Et teneat mittere ambaxatores ad civitates et loca ad que vel ad quas mercatores Verone negociationis cause ire sunt consueti infra tres menses ab introito mei regiminis, ut provideant atque inquirant de tholoneis atque pedagiis et de intromissionibus mercatorum Verone et eius districtus ad reducendum tholonea et pedagia ad veterem consuetudinem. Et faciam intromissiones relaxari que facte essent contra rationem, si inde requisitus fuero a potestate mercatorum vel consulibus eorum. Et quod pro nundinis dentur eis pro comuni Verone ambaxatores more solito ad expensas comunis.*” *Statuti di Verona del 1327*. BIANCHI, S. A. e GRANUZZO, R. (eds). 2 volumes. Vol. 1. Roma: Jouvence. 1992. p. 229

⁴⁰⁹Por “Lombardia” no período entendia-se todo o norte da Itália e não a província administrativa que recebe esse nome contemporaneamente.

⁴¹⁰ Liber I, Rubrica CCVI – De stipendiis seu salariis legatorum seu ambaxatorum et notariorum et viatorum euncium in servicio comunis Verone. *Statuimus quod ambaxatoribus euntibus in servicio comunis Verone ad civitates alias seu loca Lombardie vel Marchie Tarvisine dentur L solidis pro singulis diebus quibus equitaverint et eciam pro singulis diebus quibus steterint in servicio comunis Verone occasione legationis sibi imposite pro omni suo stipendio equorum et servitorum et omnibus aliis suis expensis; si vero dicti*

e da Marca Trevisana, deveria receber um salário estipulado pelo senhor vicário ou pelo *Podestà*. Tais valores deviam cobrir todas as suas despesas, as de seus servidores e as feitas com os seus cavalos. Se pensarmos que na redação anterior tais indivíduos deviam receber 29 *solidos* para as mesmas missões, percebemos que agora o embaixador recebe quase o dobro para o exercício de sua função. Além desse aumento significativo de remuneração, a rubrica apresenta de novidade a informação de que caso tal agente sofresse algum dano durante o seu envio, as suas perdas seriam restituídas a cargo da comuna uma vez que esse retornasse à Verona.

Em relação aos cavalos desse personagem, é interessante notar que as rubricas independentes dedicadas a esses personagens tem o seu conteúdo completamente modificado nessa redação. Primeiro, incluí-se na rubrica acima mencionada sobre o salário dos embaixadores a previsão de que eles podiam conduzir consigo três cavalos e de que deviam ser pagos em até 8 dias após o seu retorno à cidade, antes parte de uma rubrica independente.⁴¹¹ As possibilidades de que esses agentes pegassem esses animais emprestados de um terceiro continua como rubrica independente, mas essa agora discrimina que esse podia pegar um único *equum ab armis*, ou seja, um cavalo de armas, ou um cavalo de guerra deveria ser incluído entre as montarias designadas ao embaixador quando esse partia em

ambaxatores iverint per districtum Verone, recipiant similiter pro singulis diebus duodecim Venetos grossos. Item notariis qui mittuntur extra districtum comunis Verone in servicio dicti comunis dentur similiter pro singulis diebus duodecim Veneti grossi; si vero iverint per districtum . dentur similiter eis pro singulis diebus sex Veneti grossi pro omnibus eorum expensis. Item viatoribus qui iverint cum equo extra districtum in servicio comunis Verone dentur similiter pro singulis diebus quatuor veneti grossi, si autem iverint per districtum cum equo in servicio dicti comunis, dentur eis similiter pro singulis diebus VII solidi, et si iverint sine equo per dictum districtum, dentur eis similiter pro quolibet die V solidi. Salvo quod si aliqui ambaxatores vel notarii iverint in servicio comunis Verone extra provinciam Lombardie et Marchie Tarvisine, provideatur eis de stipendio arbitrio domini vicarii seu domini potestatis. Item quilibet ambaxiator qui iret extra districtum in servicio comunis Verone teneatur secum ad minus ducere tres equos; quod si non fecerit, non debeat percipere a comuni pro stipendio nisi novem Venetos grossos pro singulis diebus. Et potestas teneatur facere fieri solutionem integram ambaxatoribus qui iverint in servicio comunis Verone de totó eo quod habere debuerint occasione predicta infra octo die ex quo re//dierint. Et si quo casu dicti ambaxatores paterentur vel incurerent aliquod dampnum in equis vel aliis rebus suis in dicta ambaxata seu occasione dicte ambaxate, quod potestas Verone sacramenti vinculo teneatur et debeat facere eisdem restitui dictum dampnum pro comuni Verone.” Statuti di Verona del 1327. BIANCHI, S. A. e GRANUZZO, R. (eds). 2 volumes. Vol. 1. Roma: Jouvence. 1992. p. 230

⁴¹¹Fazemos referência à seguinte rubrica dos estatutos de 1276 – 1323: “Liber I, Rubrica CLXXVIII. De equis quos conducere debent ambaxatores. *Item statuimus quod nullus ambaxator communis Verone possit ducere in ambaxatam, ultra suos equos, aliquem equum, qui teneatur pro conditione per aliquem de Verona vel eius districtu, salvo eo quod si ambaxator poterit invenire equum unum, qui teneatur pro conditione ab aliquo suo amico, qui ipsum equum vellit ei accommodare, quod illum equum possit ducere secum in ambaxatam; et ille qui commodaverit ambaxatori equum sit excusatus ab omnibus cavalcatis, donec ambaxator cui commodaverit equum steterit in illa ambaxata, faciendo scribi per notarium antianorum quod illum equum commodat tali ambaxatori ante quam ambaxator exeat civitatem. Et non possit aliquis ambaxator ducere in ambaxatam de equis, qui tenentur conditionaliter pro communi Verone, ultra unum equum sibi commodatum in modum suprascriptum; et si plures uno duxerint, alii qui sunt plures uno, non excusentur propter hoc a cavalcatis; et ille qui commodaverit, preter primum qui commodaverit et fecerit scribi ut dictum est, solvat communi Verone pro banno, pro quolibet equo commodato, C. Sol. Et ille qui acceperit solvat communi Verone pro banno et quolibet equo C. Sol.” SANDRI, G. *Gli Statuti Veronesi del 1276, colle correzioni e le aggiunte fino al 1323. cod. Campostrini*. Vol. 1. Verona, Biblioteca Civica di Verona, 1940, p. 140.*

embaixada.⁴¹² Esse indício pode ser interpretado como uma nova preocupação introduzida nesses estatutos – além das já mencionadas na análise da redação de 1276 - 1323 em relação aos meios de locomoção dessas figuras e de execução de sua missão – sobre a segurança dos embaixadores em embaixada. Dissertamos longamente sobre os riscos envolvidos em tais empreendimentos na análise sobre os cavalos desses agentes no estatutos imediatamente anteriores a esse, e, por essa razão, não nos parece absurdo supor o receio dos redatores desses documentos de que os componentes de uma embaixada podiam, eventualmente, encontrar-se em situações de combate.

Em tal redação estatutária, encontramos também incluídos os diversos pactos e tratados de paz feitos por Verona e outras comunas da península. Trata-se dos textos já comentados na análise da versão anterior dos estatutos, com a repetição de todos os elementos que fizeram-nos argumentar da capacidade do embaixador de tomar decisões com teor jurídico vinculante pela comuna veronesa.⁴¹³

Em relação ao espião, as informações sobre a sua figura que havíamos encontrado na rubrica dedicada à partida dessa figura nos estatutos de 1276 – 1323 continuam essencialmente as mesmas, com exceção da inclusão do nome do senhor vicário como aquele responsável por indicar aonde esse personagem deveria ir e qual seria a pena que esse sofreria

⁴¹²“Liber I, Rubrica CCVII – Quod cuilibet ambaxatori sit licitum ducere unum equum ab armis sibi comodatum ab aliquo qui tenet eum pro conditione comunis Verone et plures cum licencia potestatis et de pena contrafaciendum. Item ordinamus quod quilibet ambaxiator possit ducere unum equum ab armis qui sibi fuerit comodatus ab aliquo qui tenet eum pro conditione comunis Verone et plures cum licencia potestatis, et non aliter sine dicta licencia possit ducere ultra unum. Et qui contrafecerit, tam comodans quam comodatarius dicti equi, puniatur in C. solidis.”*Statuti di Verona del 1327*. BIANCHI, S. A. e GRANUZZO, R. (eds). 2 volumes. Vol. 1. Roma: Jouvence. 1992, p. 230.

⁴¹³“Tenor capitulorum provisorum per dominum Mastinum de la Scala et dominum Pinamontem de Bonaconsis árbitros, secundum formam pacis comunium Verone et Mantue, talis est: (...) T) Item quod arbiter veronenses vel cui commiserit et unus de notariis Verone ad hoc electus per arbitrum predictum vel cui commiserit debeat stare Mantue cum arbitro Mantue vele o cui commiserit, cum notariis Mantue ad hoc electis, super palacio novo comunis Mantue, X diebus omnibus duobus mensibus, habendo arbiter Verone vel cui commiserit et unus notarius ambaxatam a comuni Verone ut alii ambaxatores, faciendo et reddendo iura cuilibet et terminando secundum formam suprascriptam. (...) U) Et e converso, quod arbiter Mantue vel cui commiserit et unus de notariis Mantuanis ad hoc electus per arbitrum predictum vel cui commiserit debeat stare Verone cum arbitro Veronensi vele o cui commiserit, cum notariis Verone ad hoc electis, super palacio comunis Verone, decem diebus omnibus duobus mensibus, habendo arbiter Mantuanus vel cui commiserit et unus notarius Mantuanus ambaxatam a comuni Mantue ut alii ambaxatores comunis Mantue, faciendo et reddendo iura cuilibet et terminando secundum formam suprascriptam”. E “In nomine Christi. Die iovis vigesimo secundo augusti, millesimo ducentesimo nonagesimo septimo, indicione decima, consilio generali comunis Mantue voce preconia sonoque campane more solito congregato, super palacio veteri comunis Mantue, presente viro nobili domino Bardellono de Bonacolsis capitaneo Mantuano et dominis ancianis comunis Mantue, ad quod pretereá consilium convocati interfuerunt vexilliferi et capita societatum et paraticorum Mantue. Exposita ambaxata comunis Verone pro parte dominorum Ugolini iustiniani potestatis et Alberti de la Scala atque Bartholomei eius primogeniti capitaneorum generalium et comunis Verone per dominum Schenellam notarium ambaxatorem eiusdem comunis super negocio infrascripto, et lectis litteris comunis Verone super eodem negocio, necnon viso ac ibidem lecto quodam instrumento publico reformationis consiliorum sapientum, ancianorum, gastaldionum et maioris comunis Verone, scripto manu Omneboni notarii domini Uberti beccarii, expresse continenet reformatum, statutum et firmatum esse per comune Verone, auctoritate sui maioris consilii, in hunc modum: (...) Ibid., p. 715 e 717.

caso reincidisse em não obedecer as suas ordens.⁴¹⁴ São reiteradas as previsões relativas ao acorrentamento e à sua expulsão da comuna.

Em traços gerais, as informações dedicadas ao embaixador nessa redação estatutária são bastante reduzidas em relação à redação de 1276 – 1323. Muitos dos aspectos formais e protocolares citados – como a necessidade de portar um *instrumentum* público escrito por um notário dos Anciões, – são removidos desse estatuto, juntamente com as prescrições sobre quais as características esperadas dos possíveis personagens escolhidos – antes tínhamos a referências aos indivíduos bons (*boni*) e providos (*providi*) –.

Como podemos explicar essa diminuição considerável de prescrições sobre tal agente com a concomitante valorização de sua função nessa documentação – vimos que a remuneração do embaixador quase duplica e que são inseridas garantias relativas a sua segurança e ao reembolso de suas eventuais perdas – ?

Acreditamos que, como no caso analisado das redações estatutárias bolonhesas do século XIV, as condições políticas de Verona no momento de criação desse texto ajudem-nos a compreender essa aparente contradição. Vimos na introdução do estudo dessa redação estatutária que trata-se de estatutos feitos no momento de consolidação do papel dos Scala como senhores da comuna de Verona, ou seja, de um tempo no qual muitos dos compromissos feitos com os diversos setores citadinos e com as entidades dirigentes comunais para obtenção do necessário *consensus populi* em matéria legislativa não se faziam mais tão obrigatórios tendo em vista a posição desses senhores.

O desequilíbrio favorável ao senhorio nessa relação permitiu a Cangrande I e aos seus descendentes de incluírem em suas prerrogativas à nomeação de boa parte das magistraturas e das funções comunais e, como demonstra nossa análise dessa redação, o mesmo ocorreu em relação ao embaixador. Tendo em vista esse maior controle do senhor da comuna sobre tal função em relação ao estatuto anterior, podemos supor que a remoção de prescrições minuciosas sobre esse agente fizessem parte de uma tentativa de delegar ao seu livre arbítrio a escolha de quem deveria ocupar tal encargo. Ter decidido manter, todavia, as rubricas referentes à remuneração, às formas de deslocamento e às medidas de segurança pode ser interpretado como uma forma de oferecer garantias àqueles que eram nomeados como embaixadores de que os riscos que estes correriam participando de uma embaixada seriam

⁴¹⁴Liber III, Rubrica CXVIII – Quod quelibet spia teneatur ire ad locum ad quem missus fuerit et de pena contrafacientis. *Item statuimus quod quelibet spia teneatur et debeat ire ad locum ad quem mittetur per dominum vicarium seu dominum potestatem pro comuni Verone vel eius nuncios, et illud quod fuerit et iniunctum fideliter exercere et complere, nisi iusta // et rationabili causa remanserit. Et si contrafecerit, pro prima vice debeat stare ad catenam capitelli per unam diem et restituat precium quod inde habuerit, pro secunda autem vice verberetur circa capitellum et post modum expellatur de civitate et districtu Verone sine reversione, et pro tertia vice puniatur arbitrio domini vicarii seu potestatis. Op. cit., p. 500.*

recompensados com o valor de um documento público consolidado e considerado legítimo, como eram os estatutos comunais nessa primeira metade do século XIV.

Com essa hipótese, podemos ler a redução das prescrições estatutárias sobre o embaixador não como uma perda de interesse sobre a questão por parte dos *statutarii*, mas sim como um indicativo da relação que tais rubricas tinham com o regime político da comuna, que, como assinalamos acima, passava por um momento no qual pormenorizar todos os aspectos relativos à função em texto estatutário seria uma forma de reduzir o arbítrio dos agentes no poder – no caso, a senhoria dos Scala – sobre ela, o que não era interessante na perspectiva de um regime senhorial que necessitava dos embaixadores até mesmo mais do que nos momentos em que exercia uma política de composição. As remunerações duplicadas e as novas preocupações relativas à segurança foram indícios estatutários que nos levantaram tal suspeita de maior necessidade dessas figuras.

Finalizada a análise dos estatutos comunais de 1327 – 1391, passamos agora para um comentário do momento de produção dos estatutos de 1393, conhecidos por marcarem o início do processo de desmantelamento da comuna de Verona.

4. Os estatutos comunais de Verona de 1393.

O final dos anos 80 do século XIII em Verona são conhecidos como o período de decadência da senhoria *Scaligera* e de perda da autonomia política da comuna. Tratou-se de um momento no qual essa foi absorvida pelo estado-territorial dos Visconti, e viu, de acordo com Gian Maria Varanini, pela primeira vez em mais de 300 anos de comuna autônoma, a transferência do seu centro de decisões para fora do território sob a sua jurisdição, mais especificamente, para a cidade de Milão.⁴¹⁵

Sob a dominação de Giangaleazzo Visconti, parte do território da comuna de Verona foi desmembrado em centros políticos menores sob a jurisdição do senhor milanês e, especialmente relevante para os interesses dessa pesquisa, o seu estatuto foi radicalmente modificado. Em 1393, Giangaleazzo promoveu uma reforma estatutária na qual revogou a existência do livro dos estatutos de 1327 a 1391 dedicado à milícias, numa iniciativa de desmilitarização da comuna, instaurou o fechamento do *Studium generale* de Verona e a obrigação dos súditos dos Visconti de frequentarem os *Studium* de Pavia.⁴¹⁶

⁴¹⁵VARANINI, G. M. “Lo statuto del 1399. Nota introduttiva.” In: CIARALLI, A; VARANINI, G. M. (eds) *Lo statuto dei giudici e degli avvocati di Verona*. Verona: Ordine degli avvocati di Verona. 2009. pp. 21 – 47. p. 21.

⁴¹⁶*Ibid.*, pp. 22 – 24.

Exemplo significativo dessa submissão da comuna é o fato de que tal redação estatutária não foi nem mesmo redigida no território veronês, sendo os *statutarii* da cidade de Pavia os agentes aos quais os Visconti confiaram tal operação.⁴¹⁷ Nas palavras de Varanini: “uma época era de fato chegada ao seu fim”.⁴¹⁸

Mesmo tratando-se de um estatuto que foge às delimitações metodológicas desse trabalho de estudar somente a legislação estatutária produzida por Verona enquanto essa podia ainda ser considerada uma comuna, buscamos entrar em contato com tal redação estatutária para tentar compreender de forma mais completa as delimitações acerca do embaixador nesse tipo documental. Infelizmente, os estatutos de 1393 encontram-se ainda em sua forma manuscrita, localizados na *Biblioteca Comunale di Verona*. Devido a preocupações em relação à preservação do suporte material desses documentos por parte do arquivo, não fomos capazes de consultá-los *in loco*. Tivemos notícia que em 2001, Elena Marozzi realizou a transcrição dos dois primeiros livros dessa legislação, mas novamente, por leis de acesso a monografias de estudantes ainda não publicadas, fomos incapazes de ler tal trabalho.⁴¹⁹

Desta forma, resta-nos somente prosseguir com a sistematização da análise diacrônica de todos os estatutos de Verona até aqui estudados.

5. Sistematização da análise diacrônica dos estatutos comunais de Verona.

O primeiro ponto que podemos levantar da análise da documentação estatutária veronesa é que em todas as redações aqui estudadas ser um embaixador tratava-se de uma função ou tarefa temporária. O indivíduo selecionado para ocupar tal atribuição não necessariamente fazia parte do organograma das magistraturas comunais e nem mesmo precisava ser um oficial. Vimos que juízes, notários, doutos em leis constavam entre os diversos indivíduos aos quais tal atribuição poderia ser confiada.

Apesar de tratar-se de uma função ocupada por diversos agentes de Verona, observamos em nosso estudo que a certos segmentos da comuna veronesa era vedada o exercício da tarefa de embaixador. Eram eles os *extimatores*, procuradores, *cercatores*, côsules, qualquer criminoso ou banido na redação de 1227. Tal proibição, todavia, é paulatinamente atenuada

⁴¹⁷VARANINI, G.M.e BIANCHI, S.A. “Statuti comunali e Signoria: Verona e gli Scaligeri ” In: *Statuti di Verona del 1327*. BIANCHI, S. A. e GRANUZZO, R. (eds). Roma: Jouvence. 1992. 2 volumes. Vol. 1. p. 58.

⁴¹⁸ *Ibid.*, p. 61.

⁴¹⁹Fazemos aqui referência ao trabalho intitulado “MAROZZI, E. *Per l’edizione degli Statuti viscontei di Verona del 1393. Trascrizione del primo e del secondo libro e studio introduttivo*, tesi di laurea, Università di Trento, Facoltà di Lettere e Filosofia, corso di laurea in Lingue e Letterature straniere e moderne, relatore G.M. Varanini, a.a. 1999-2000.”

ao longo do recorte cronológico estabelecido nessa pesquisa, com a remoção da interdição feita a figuras como os *cercatores*. Esse movimento é acompanhado da adição das características esperadas das pessoas eleitas como embaixadores nos estatutos – principalmente na redação de 1276 a 1323 – e com a remoção do veto de que o mesmo agente partissem em embaixada mais do que duas vezes ao ano – estatutos de 1327 –, assim como podemos visualizar na tabela de abaixo:

Tabela 6: Critérios de seleção dos embaixadores em Verona.

Ano	
1228	<ul style="list-style-type: none"> • Menção a juízes que ocupavam tal função. • Veto aos <i>extimatores</i>, os procuradores, <i>cercatores</i>, cônsules, criminosos ou <i>bannitis</i> de ocuparem tal encargo.
1276 – 1323	<ul style="list-style-type: none"> • Deviam ser escolhidos indivíduos com as características de bons (<i>boni</i>) e precavidos (<i>providi</i>) e prudentes. • Referência a notários e doutores em leis escolhidos como embaixadores. • Veto aos <i>extimatores</i>, procurados, <i>cercatores</i> e aos criminosos ou <i>bannitis</i> de ocupar tal encargo. Desaparece a previsão de que os cônsules também eram proibidos de serem embaixadores.
1327 – 1391	<ul style="list-style-type: none"> • Veto aos procuradores e criminosos de exercer tal função. Remoção das restrições impostas aos <i>extimatores</i> e <i>cercatores</i> de serem embaixadores. Remoção do impedimento de que um mesmo agente partisse em embaixada mais do que duas vezes em um mesmo ano. • Referência a notários e doutores em leis escolhidos como embaixadores. • Remoção das características específicas que deveriam ter esses agentes. Atribuição dessas ao arbítrio do senhor da comuna.

Observamos assim a preferência por indivíduos com formação jurídica, detentores de características gerais de difícil definição para o historiador, como bons, precavidos e prudentes. Interpretamos a remoção das proibições a certos agentes de ocuparem o encargo de embaixador e da restrição de que o mesmo indivíduo partisse com essa função mais do que duas vezes ao ano como um aumento da necessidade de envio desses indivíduos em nome da comuna veronesa, que não podia ser mais tão estrita em relação ao pessoal escolhido.

Em relação a quem era responsável pela eleição dos embaixadores, observamos um movimento semelhante àquele percebido no estudo da legislação bolonhesa, isto é, de

modificação do personagem ao qual tal incumbência cabia a cada vez que a comuna de Verona passava por uma mudança de regime político, como podemos ver na seguinte tabela:

Tabela 7 : Jurisdição sobre a escolha dos embaixadores veroneses

Ano	Responsável pela escolha
1228	Reitor da comuna
1276 - 1323	Conselho dos Anciãos e Podestà atual da cidade
1327 - 1391	O senhor da comuna

Tal movimento é também percebido em relação à topografia das rubricas, que, assim como no caso de Bolonha, são mais detalhadas e numerosas nos momentos de comuna popular ou de transição do que nas épocas em que essa encontra-se em um regime senhorial ou pertencente a um estado territorial. Esquematizamos essas informações na tabela de número 8 de modo a tornar essa percepção mais clara.

Tabela 8 : Localização das rubricas nos estatutos veroneses

Ano	Liber I	Liber II	Liber III	Liber IV	Liber V	Liber VI
1228	Sem separação em livros. IV,XXXIII,CXXVIII,CXXX,CXLIII, CCVIII,CCXII, CCXVI, CCXXIX, CCXLVIII.					
1276 - 1323	XVIII, XXV, XXV, CXXXII, CLXXIV, CLXXV, CLXXVIII, CLXXXI e CLXXXIII.	CXXXII	CXLVIII, [407]	I, [423]		Inexistente nessa redação
1327 - 1391	XVIII, XXV, CCIII, CCVI e CCVII			I		

Esses aspectos permitem-nos refletir sobre a importância dada a tal atribuição pelos diferentes grupos em disputa pelo poder em Verona no período, uma vez que a menor descrição e delimitação da função é acompanhada de uma valorização expressiva do embaixador. Percebemos um crescimento substancial da remuneração desse agente, que dobra

nos estatutos do século XIV aqui estudados. O mesmo ocorre em relação às montarias desse agente, com a discriminação até mesmo da qualidade dos cavalos que deviam portar nos estatutos de 1327 a 1391, que introduzem preocupações quanto à possibilidade de combate durante a embaixada. Tais elementos tornam-se mais nítidos na tabela de número 9 desse texto:

Tabela 9: Remuneração e os cavalos dos embaixadores veroneses

Ano	Nº de Cavalos	<i>Solidi</i>	Outras informações
1228		<u>Fora da comuna:</u> 29 <i>solidos</i> <u>Dentro da comuna:</u> 20 <i>solidos</i> .	
1276 - 1323	Até 3 cavalos. Possibilidade de pegar emprestado esses animais.	29 <i>solidos</i> .	Tais valores deveriam ser pagos até o 8º dia após o retorno desse agente da embaixada designada.
1327 - 1391	Até 3 cavalos. Possibilidade de pegar emprestado esses animais. Um dentre eles deveria ser um cavalo de guerra.	<u>Dentro da Lombardia e da Marca Trevisana</u> – 50 <i>solidos</i> . <u>Dentro da jurisdição da comuna</u> – 2 <i>venetos grossos</i> . <u>Fora dessas regiões:</u> a ser estipulado pelo senhor.	Tais valores deveriam ser pagos até o 8º dia após o retorno desse agente da embaixada designada. Restituição das perdas ocorridas durante a viagem uma vez de volta à Verona.

O mesmo processo de incremento dos rendimentos e montarias do embaixador e de maior garantia nos estatutos de que esses pagamentos efetivamente ocorressem é acompanhado de uma atenção crescente por parte dos *statutarii* com a prevenção de possíveis desvios de conduta dessas figuras durante a realização de suas embaixadas. Na tabela abaixo sistematizamos as proibições e tentativas de desencorajamento de atividades que poderiam distanciar esse agente da boa realização de sua missão.

Tabela 10: proibições e controle de conduta do embaixador em Verona

Ano	Proibições e multas
1228	• Proibido de receber doações e de ter suas despesas pagas por terceiros, com exceção de coisas para beber, comer, além de

	pássaros e cães. Caso não obedecesse, multa de pagar o dobro do que recebeu.
1276 - 1323	<ul style="list-style-type: none"> • Proibido de receber doações e de ter suas as suas despesas pagas por terceiros, com exceção de coisas para beber, comer, além de pássaros e cães. Caso não obedecesse, multa de pagar o dobro do que recebeu. • Proibido de acompanhar juízes originários de outras comunas por motivos não ligados aos interesses de Verona.
1327 - 1391	<ul style="list-style-type: none"> • Proibido de receber doações e de ter suas as suas despesas pagas por terceiros, com exceção de coisas para beber, comer, além de pássaros e cães. Caso não obedecesse, multa de pagar o dobro do que recebeu. • Proibido de acompanhar juízes originários de outras comunas por motivos não ligados aos interesses de Verona.

Deparamo-nos em nossa leitura dos estatutos produzidos a partir de finais do século XIII com elementos que nos permitem pensar que esses agentes tinham uma capacidade de decisão com teor jurídico vinculante em relação às entidades políticas que os haviam enviado. Vimos como embaixadores mandados pela comuna foram capazes, segundo o texto estatutário, de deliberar sobre modificações na legislação estatutária veronesa junto aos enviados de outras comunas segundo “parecia-lhes melhor”. Tais mudanças são declaradas como efetivas tanto imediatamente quanto em relação ao futuro, e são reiteradas em todas as redações estatutárias analisadas após 1276, o que reforça nossa impressão.

Em relação aos protocolos seguidos pelo embaixador em missão e aos documentos que esses deviam portar consigo durante a realização de sua embaixada, percebemos um processo de delimitação e descrição desses na documentação estatutária veronesa pleno de reveses. Nos estatutos de 1276, encontramos tratados incluídos no texto estatutário nos quais a questão da confiabilidade e da autenticidade é bastante elaborada e pormenorizada, mas estes elementos são removidos nas redações posteriores. Esses indícios associados à remoção das características esperadas desses agentes nos estatutos de 1327 fizeram-nos refletir sobre como em questões estatutárias o processo de delimitação e afirmação da figura do embaixador não pode ser visto como linear. Assim como no caso bolonhês, as legislações estatutárias de

Verona do século XIII mostraram-se mais minuciosas sobre a questão do que suas redações do século XIV.

Por último, é possível mencionar que no processo de valorização do embaixador e de elementos do aparato diplomático da comuna veronesa, encontramos a referência à figura do espião, distinto de forma bastante clara do embaixador e dos mensageiros da comuna, com remunerações específicas segundo o destino e em contato com os inimigos de Verona. Tal figura aparece pela primeira vez nos estatutos de 1276 e as penas caso desobedecesse às ordens que lhe eram dadas superavam muito em rigor em relação às previstas ao embaixador. Em 1327, a jurisdição de escolha desses agentes passa para os senhores de *Scala*, que incidem ainda mais sobre as punições referentes à desobediência dos espiões.

Sistematizados esses pontos, podemos passar ao capítulo de número 5 dessa dissertação, na qual trabalharemos com as duas últimas comunas selecionadas para esse exercício: Ferrara e Modena.

Capítulo 5: As rubricas sobre os embaixadores nos estatutos comunais de Ferrara e Modena

No capítulo de número 3 desse trabalho, ao declararmos que a análise da documentação das comunas selecionadas para nossa pesquisa seria dividida em capítulos independentes, dissemos que apresentaríamos as cidades de Ferrara e Modena em uma única unidade devido a uma série de motivos que aqui explicaremos de forma mais pormenorizada.

Em primeiro lugar, ambas as comunas estiveram de forma bastante precoce sob o domínio do mesmo senhorio, os marqueses de Este. Ferrara, pelo menos desde os anos de 1208, era considerada um dos principais redutos de poder da família e esteve sob a sua dominação formal até fins do século XVI. A sua presença em Modena, a partir de 1288, foi bem mais conturbada, com momentos de revolta e expulsão dos marqueses, mas ainda bastante expressiva, tornando-se mais tarde a sede do ducado atribuído à família em 1452.⁴²⁰

A dominação de uma senhoria comum ao território de ambas comunas teve impactos expressivos na sua legislação estatutária. Vimos no capítulo de número 2 dessa dissertação que Obizzo II tentou impor os estatutos comunais de Ferrara em Modena sem sucesso, sendo obrigado a manter um *corpus* estatutário modenês independente para acalmar os ânimos dentro da comuna. Porém, isso não o impediu de interferir grandemente nesses documentos e de conferir-lhes alguns atributos bastante semelhantes aos de Ferrara, como veremos a seguir na análise pormenorizada desses estatutos. Durante o estudo desses textos, também percebemos que apesar de sua existência autônoma, os estatutos de Ferrara e Modena produzidos sob a jurisdição dos marqueses de Este eram armazenados juntos, e assim permaneceram na sua transposição para os fundos e séries dos arquivos modernos que sediaram tal documentação após o final da Idade Média. Tivemos tal suspeita devido a presença e catalogação de estatutos de Ferrara em arquivos de Modena, e vice-versa, e de perdas comuns de documentação estatutária temporalmente concomitante de ambas as cidades em incêndios e acidentes ocorridos nesses arquivos. Desta forma, possivelmente os marqueses de Este teriam feito com que os estatutos dessas realidades políticas circulassem de maneira conjunta.

Essa suspeita de difusão contígua levanta uma série de indagações: eram os estatutos de Modena e Ferrara levados em consideração como conjunto nas questões sobre as quais legislavam? Em caso de contradição entre os dois textos, qual seria considerado prevalente? Seria o mais ligado à localidade no qual a questão ocorria? Quais os objetivos dos marqueses

⁴²⁰CHIAPPINI, L. *Gli Estensi: mille anni di storia*. Ferrara: Corbo, 2001. p. 109.

em fazer tal operação, e mais interessante, como essa teria sido recebida por aqueles cidadãos modenenses que haviam se revoltado para manter a sua legislação autônoma?

Para responder a essas indagações seria necessário uma comparação minuciosa dos estatutos produzidos por essas comunas com os atos judiciais e outros documentos fruto das atividades regulamentadas pela legislação estatutária de modo a ver se, de fato, esses textos levavam em consideração o conjunto dos estatutos em suas resoluções ou se davam preferência à determinada redação. Infelizmente, não pudemos fazer tal operação por ela exigir a análise de um novo *corpus* documental que foge expressivamente aos limites de nossa pesquisa. Só percebemos essa possível circulação conjunta nos momentos finais de análise desses estatutos e, uma vez que não encontramos bibliografia específica sobre esses documentos na qual há qualquer menção sobre a questão, somos obrigados a deixar nossas indagações em aberto para serem resolvidas em uma pesquisa futura.

Ainda sobre os motivos de apresentarmos os estatutos produzidos em Ferrara e Modena em um mesmo capítulo, levamos também em consideração as perdas documentais significativas anteriormente citadas. Pouca é a disponibilidade de legislação estatutária dessas duas comunas, o que não as impede, todavia, de fornecer interessantes contribuições para nossas reflexões aqui em razão das intensas relações e contatos que ambas tinham com Bolonha e Verona. Por exemplo, Ferrara, em virtude de diversos tratados celebrados com Verona, adotou a mesma moeda utilizada nessa comuna e em outras da região do atual Veneto, como veremos na análise dos estatutos dessa cidade.

Estudar essas duas realidades políticas no mesmo capítulo, todavia, não quer dizer que pretendemos aqui afirmar que essas duas comunas eram homogêneas. Levaremos em consideração o percurso político e histórico individual de cada uma delas, assim como fizemos com Bolonha e Verona, mas, tendo sempre em mente que ambas estiveram sob um senhorio comum, até mesmo para refletir se a influência de um mesmo senhor com igual jurisdição sobre os dois territórios influenciou de alguma maneira as rubricas de seus estatutos dedicadas ao embaixador. Teriam elas um conteúdo semelhante?

Posto isso, procedemos com o estudo da primeira dessas duas comunas: Ferrara.

1. Ferrara

A história documental de Ferrara é marcada pelo fogo. Dois incêndios – um em 1335, no qual se queimou ou perdeu-se boa parte dos documentos da *Camera degli Atti*, e outro em 1944, fruto de um bombardeio do local no qual se encontrava instalado provisoriamente o *Archivio legatizio* – foram responsáveis pela destruição maciça da documentação da cidade

relativa à Idade Média.⁴²¹ Desta forma, de todos os estatutos comunais produzidos pela comuna – 1230 a 1242, 1287, 1320, 1394, 1420, 1456 – restaram somente os de 1287, 1394 (somente dois livros) e os de 1456.⁴²²

O mais antigo e único estatuto produzido pela comuna de Ferrara que passou por um processo de publicação foi o de 1287/1288.⁴²³ É com ele que aqui começamos a análise da legislação estatutária redigida por essa cidade.

1.1. Os estatutos de Ferrara de 1287/ 1288

Promulgados no momento de consolidação da tomada de poder em Ferrara da facção Guelfa, ou filo-eclesiástica, os estatutos de 1287/1288 foram redigidos por mando do senhor Obizzo II de Este.⁴²⁴ Submetida formalmente ao papado, Ferrara apresentava-se no Período Comunal como um caso singular entre as cidades do norte da Península Itálica por ter eleito para si um senhor já no século XIII, algo que só se difundiria na região pelo menos um século mais tarde.⁴²⁵

Apesar dessa submissão formal à Santa Sé, a comuna passava na época por um relativo abandono tanto por parte do Sacro-Império quanto do próprio Papado, ambos interessados em cidades que se demonstravam mais problemáticas nas disputas de poder do momento, como Milão.⁴²⁶ Para estudiosos como Laderchi, esse relativo abandono é que seria a causa da excepcionalidade política de Ferrara em possuir um senhor, o que, por sua vez, imprimiria peculiaridades na legislação estatutária produzida por tal comuna, como a existência de rubricas relativas ao domínio desse personagem.

⁴²¹CENCETTI, G. *Statuta Ferrariae anno MCCLXXXVII*. Serie: Monumenti, Vol. III. Modena: Società Tipografica Editrice Modenese. 1955. p. 5.

⁴²²*Ibid.*, LV e LVI.

⁴²³De acordo com Laderchi, os primeiros estatutos produzidos pela cidade de Ferrara datam do ano de 1208. LADERCHI, C. C. *Statuti di Ferrara dell'ano 1288*. Monumenti storici pertinenti alle provincie della Romagna, série I, tomo II, vol. I. Bolonha: Tipografia Regia. 1864. p. XXXI. Tal opinião é debatida pelo professor Giorgio Cencetti, que considera errônea a suposição do conde e falso o manuscrito de 1208. O autor, faz referência a indícios de uma produção estatutária ferrarese pelo menos desde os anos de 1195, atribuída a Salinguerra e Alberto Alamanno, mas não em um código único e sistematizado. CENCETTI, G. *Statuta Ferrariae anno MCCLXXXVII*. Serie: Monumenti, Vol. III. Modena: Società Tipografica Editrice Modenese. 1955. pp. XVI e XXV. Ambos os autores, no momento de escrito de suas edições, não tinham ainda conhecimentos dos fragmentos epigráficos da legislação estatutária ferrarese de 1173 encontradas nos final da década de 60 por Franceschini. FRANCESCHINI, A. *I frammenti epigrafici degli statuti di ferrara del 1173 venuti in luci nella cattedrale*. Ferrara: Deputazione Provinciale Ferrarese di Storia Patria, 1969.

⁴²⁴LADERCHI, C. C. *Statuti di Ferrara dell'ano 1288*. Monumenti storici pertinenti alle provincie della Romagna, série I, tomo II, vol. I. Bolonha: Tipografia Regia. 1864. p. XXXIV.

⁴²⁵Sobre o processo de escolha de um senhor cidadão em Ferrara, Laderchi argumenta: “Pode-se concluir que, para atribuir-se a senhoria de Ferrara era necessário a ocorrência desses três elementos: a nomeação do último senhor, ou a qualidade de seu herdeiro, a aprovação pontifícia e a aclamação popular.” *Ibid.*, p. XXXIII e XLV.

⁴²⁶*Ibid.*, p. XVI.

Todavia, essa hipótese do relativo abandono ferrarês como responsável pela excepcionalidade política da comuna é hoje bastante refutada. Diversos autores tentam situar nas relações das facções citadinas com as suas famílias dirigentes os motivos da adoção de uma senhoria em Ferrara em um momento tão precoce. É o caso de Giorgio Cencetti, que argumenta a completa identificação dos interesses da parte Guelfa com a figura de seu “dirigente universal” – então, os Este – como motivo da sua não oposição até mesmo à investidura perpétua de Obizzo II e à transmissibilidade dinástica de seu poder em um primeiro momento.⁴²⁷ Associado a isso, os Este ainda tinha fortes relações com representantes da parte Guelfa em muitas das comunas próximas à cidade, como Bolonha, Modena e Padova, capazes de apoiá-los, caso necessário, na sua ascensão ao poder.⁴²⁸

De toda forma, o cerne dos estatutos de 1287 é: consolidar e apresentar reformas estruturais que transferiam à pessoa do Senhor as prerrogativas comunaes que residiam nos conselhos e nas assembleias citadinas.⁴²⁹ Por exemplo, o *Podestà* de Ferrara é paulatinamente privado de sua autoridade e prestígio, sendo submetido à autoridade de Obizzo II, e as associações das artes são abolidas e os seus estatutos são revogados.⁴³⁰

Em 1864 o conde Camillo Laderchi, professor de direito da Universidade de Ferrara, produziu pela primeira vez uma edição parcial dos estatutos de 1287/1288, a partir de um manuscrito autêntico datado pelo autor de 1288, que se encontrava depositado na *Biblioteca Ducale di Modena*. Até então, havia-se tido notícia de sua existência somente por meio de comentários feitos de alguns dos seus trechos na obra de Ludovico Antonio Muratori.⁴³¹

Apenas parte desses estatutos foi editada pelo professor da Universidade de Ferrara, que faleceu antes de completar o seu trabalho. Somente quase 100 anos após a sua edição parcial é que tais documentos foram completamente publicados, sob os cuidados do professor

⁴²⁷Nas palavras do autor “*Questo perché in Ferrara la parte era raccolta compatta intorno al nome del capo universalmente riconosciuto, al punto che gli interessi di lui venivano identificati con quelli della fazione, e quindi i maggiori di essa non sentivano il bisogno di premunirsi contro l’istaurazione di una tirannide, ancora più temibile in quanto perpetuata nella forma della successione dinastica, giacché in essa ravvisavano soltanto una possibilità di consolidare il proprio successo*”. CENCETTI, G. *Statuta Ferrariae anno MCCLXXXVII*. Serie: Monumenti, Vol. III. Modena: Società Tipografica Editrice Modenese. 1955. pp. LXXIX e LXXX.

⁴²⁸“*In effetti la cosa ha quasi il sapore di un colpo di stato attuato dalla parte guelfa, forte ma non del tutto sicura di sé, col favore del ‘popolo’ (almeno in gran parte), poggiano sul prestigio del morto Azzo e più ancora su quell’ “azione di forze esterne”, nella quale in ogni caso possiamo identificare uno dei più efficaci strumenti di affermazione del nuovo ordinamento politico.*” *Ibid.*, pp. LXXXI e LXXXII.

⁴²⁹*Ibid.*, p. LXXXVIII.

⁴³⁰*Ibid.*, pp. LXXXII e XC.

⁴³¹Trata-se da obra: *Antiquitates italicæ mediæ ævi, sive Dissertationes de moribus, ritibus, religione, regimine, magistratibus, legibus, studiis literarum, artibus, lingua, militia, nummis, principibus, libertate, servitute, foederibus, aliisque faciem & mores Italici populi referentibus post declinationem Rom. Imp. ad annum usque 1500. Omnia illustrantur, et confirmantur ingenti copia diplomatum et chartarum veterum, nunc primum ex archivis Italiae depromptarum, additis etiam nummis, chronicis, aliisque monumentis numquam antea editis. Palatinis Mediol. sociis editionem curantibus, Mediolani, ex typographia Societatis Palatinae in regia curia, 1738-1742, 6 v.*

Giorgio Cencetti, que além de realizar um minucioso estudo dessa redação estatutária, questionou também a datação feita por Laderchi. De acordo com Cencetti, seria mais provável que a reforma estatutária proposta por Obizzo II de uma possível redação anterior – datada de 1264 ou de 1283 e destruída nos incêndios ocorridos nos arquivos da comuna – tivesse terminado nos anos de 1287, e não em 1288 como supunha Laderchi.⁴³² Tal redação conteria adições e reformas datadas pelo menos até 1319, momento no qual, em razão de disputas internas da comuna de Ferrara, os marqueses de Este conseguem restaurar a sua senhoria e para isso promulgam novos estatutos, os de 1320.⁴³³

Composto por 164 fólios em gótico cursivo do século XIII, o manuscrito original dos estatutos de 1287 possui um índice explicativo de suas seis partes, ou livros. A primeira versa sobre o *Domínio e a jurisdição do senhor Marquês (Obizzo II de Este)*, a segunda sobre o *Ofício e o comando do Podestà e de outros oficiais, e dos próprios ofícios* e a terceira sobre *os juízes e a ordem jurisdicional*. A quarta parte disserta sobre *os malefícios e o juramento do juiz incumbido dos males*, a quinta sobre *as barragens e o ofício de construtor de barragens e sobre as vias e pontes etc. etc.* e a sexta, finalmente, sobre *os estatutos feitos contra os hereges e outros antigos estatutos feitos e que deverão ser feitos*.⁴³⁴

A divisão das rubricas que compõe esses estatutos ocorre de forma assimétrica entre os livros, contendo o primeiro, 17 rubricas, o segundo, 408, o terceiro, 43, o quarto, 78, o quinto, 216 e o último, 91. Temporalmente, essas cobrem um intervalo que vai de 1219 a 1319. Num primeiro momento, pode-se já dizer que a definição dos oficiais e da realização de seus ofícios na comuna de Ferrara ocupa quase a metade do documento, sendo, dessa forma, um assunto de grande preocupação para os redatores dessa legislação. Vejamos a questão do embaixador em tais estatutos.

As menções às embaixadas na legislação estatutária comunal ferrarense de 1287.

Assim como na análise da documentação estatutária das outras duas comunas até agora mencionadas nessa dissertação, iniciamos o estudo dos estatutos de Ferrara com o

⁴³²CENCETTI, G. *Statuta Ferrariae anno MCCLXXXVII*. Serie: Monumenti, Vol. III. Modena: Società Tipografica Editrice Modenese. 1955. pp. XLIX – LII.

⁴³³Boa parte dessa redação estatutária também foi perdida no incêndio de 1385, restando hoje somente dois de seus livros. Cencetti estima que tal estatuto tinha o dobro do tamanho de sua versão anterior. *Ibid.*, pp. LV e LXVI.

⁴³⁴*1º de dominio et jurisdictione domini Marchionis – 2º de officio et regimine potestatis et aliorum officialium, et ipsorum offitiiis – 3º de judiciis et judiciorum ordine – 4º de malefitiis et de sacramento judicis ad maleficia deputati – 5º de ageribus et agerum offitio et de viis et pontibus etc. etc. – 6º de statutis factis contra haereticos et aliis statutis veteribus factis e fiendis*. LADERCHI, C. C. *Statuti di Ferrara dell'ano 1288*. Monumenti storici pertinenti alle provincie della Romagna, série I, tomo II, vol. I. Bolonha: Tipografia Regia. 1864. p. XXXIII.

levantamento dos sentidos atribuídos ao vocábulo *ambaxata* (embaixada) nesses textos e com a enumeração dos diversos agentes responsáveis por elas nessa legislação estatutária. Desta forma, novamente não tomamos como pressuposto inicial de análise o termo *ambaxator* (embaixador) para designar o agente que nos interessa, deixando a própria documentação fornecer-nos o quadro lexicológico de nossa pesquisa sobre essa comuna.

Da leitura geral dos estatutos de 1287, depreendemos que *ambaxata* aparece nesses estatutos também como uma palavra dotada de grande polissemia. Primeiro, temos a utilização do termo como sinônimo de simples mensagem escrita transmitida dentro da jurisdição da comuna, normalmente por um oficial denominado de *precones* nesses documentos. Trata-se de um indivíduo associado aos trombadores e proferidores dos *bannos* do *Podestà* da comuna, uma magistratura ampla e eleita em números substanciais, bastante semelhante, seja pelo seu juramento, atribuições e até mesmo pelo uniforme que deveria usar, à figura do nuncio comunal em Bolonha e ao *viator* veronês.⁴³⁵

Em segundo lugar, encontramos a palavra *ambaxata* utilizada com a acepção mais próxima àquela que o termo possui atualmente: de missão organizada para fora da cidade e do distrito de Ferrara para outras entidades políticas, como outras comunas, o Papado, o Sacro-Império Romano-Germânico, entre outros.

No sentido que aqui nos interessa, ou seja, de missão fora da jurisdição da comuna de Ferrara em direção à outra entidade política, as *ambaxate* (embaixadas) aparecem primeiro em meios às restrições impostas por Obizzo II à cidade de Ferrara. Nas rubricas de número II⁴³⁶,

⁴³⁵Há nesse segundo livro dos estatutos uma quantidade expressiva de rubricas sobre a função do *precone* – [CCLXXX]. *Sacramentum preconum*; CCLXXXI. *De Securitate prestanda a preconibus de suo officio exercendo*; CCLXXXII. *Quod precones non faciant ambaxatas in villis, nisi eas habeant in scriptis et quod notarii nichil accipiant de dictis ambasatis dandis vel scribendis*; CCLXXXIII. *De pena precones advocantis in palacio comunis vel procuracionem recipientis*; CCLXXXIII. *Quod precones habitant a porta Turris Nove supra, rubrica*; CCLXXXV. *Quod unus iudex debet deputari super preconibus inquirendis et puniendis*; nas quais torna-se patente o caráter geral e bastante simplório de suas *ambaxatae* em relação as do embaixador. É o que vemos por exemplo, na rubrica “CCLXXXVII. *De sallario preconis qui sonat campanam. Statuimus quod preco qui sonat campanam habere debeat pro suo salario quolibet médio anno quatuordecim libras ferrarinorum veterum, quod salarium potestas teneatur sibi facere dare infra duos menses, postquam regimen assumpserit.*” CENCETTI, G. *Statuta Ferrariae anno MCCLXXXVII*. Serie: Monumenti, Vol. III. Modena: Società Tipografica Editrice Modenese. 1955. p. 157.

⁴³⁶“Liber I. Rubrica II. De preceptis observandis ab omnibus civibus Ferrarie a domino marchione factis, et manutenendo et defendendo eum. *Iuro obedire et observare omnia et singula precepta domini Obizonis marchionis Estensis quotquot michi facta fuerint per se, vel per nuncium, vel scripturam ad suam voluntatem et intellectum. Et specialiter manutenere ipsum et defendere in omni suo honore et statu contra omnem personam et hominem. Et illos homines et singulos, quos pro amicis habebit, serviam ad suam voluntatem et pro amicis habebo et tenebo. Et eos omnes et singulos toto meo posse ofendam et inimicabo ad suam voluntatem et intellectum, qui erunt inimici domini marchionis vel sunt. Nec cum ipsis vel cum aliquo alio, pro eis vel eorum occasione, aliquem tractatum per me vel alium habebo; nec litteras vel ambaxatam aliquam recipiam ab eis, nec eis mittam. Et si aliquam ambaxatam aut litteram michi miserint, nuntium vel litteram quam michi miserint quam primum potero presentabo, consignabo et revelabo domino marchioni*”Ibid., p.8.

XI⁴³⁷, XIII⁴³⁸ e XVI⁴³⁹ do livro de número I – citadas aqui juntas devido a similaridade do conteúdo de seus textos – encontramos o veto, entre outras coisas, de que qualquer cidadão da comuna enviasse ou recebesse embaixadas dos inimigos de Ferrara sem a expressa autorização do marquês de Este, comprovada por duas ou três testemunhas. Caso esses cidadãos tivessem tido contato ou até mesmo notícia de embaixadas dos adversários do marquês, esses eram obrigados a relatar o ocorrido na primeira oportunidade que tivessem. As penas impostas sobre os que infringiam tal proibição era da natureza mais severa encontrada entre as punições desse estatuto: o transgressor que fosse do sexo masculino deveria ser decapitado ou morto sem maior especificação, e o de sexo feminino, queimado vivo.

Tal veto é presente em quase todos os juramentos das magistraturas comunais ferrarenses, localizadas no segundo livro dos estatutos de 1287, e é na rubrica relativa ao *Podestà* que nos deparamos com as primeiras menções aos agentes responsáveis pela

⁴³⁷“Liber I. Rubrica XI. Statuta facta per nobilem virum dominum Obiçonem marchionem Estensem. [XI.n] De eodem. *Item quod nulla persona civis vel forenses dicat aliquam ambaxatam alicui de Ferraria et districtu ex parte alicuius inimicorum domini marchionis et comunis Ferrarie, vel ex parte eorum aliquas litteras defferat; qui contra fecerit si fuerit masculus personaliter puniatur perdendo personam, si mulier comburatur. Et quicumque fuerit in regimine civitatis Ferrarie teneatur talem punire, incontinenti cum sibi iniunctum fuerit per dominum marchionem vel ex parte sua mandatum. Et quicumque ceperit eum qui ambaxatam dixisset, vel litteras tullisset ex parte alicuius inimicorum domini marchionis et comunis Ferrarie centum libras. Et pro qualibet femina quinquaginta libras ferrariorum.*” *Op.cit.*, p. 18.

⁴³⁸“[XIII.a] De eodem (statuta facta per nobilem virum dominum Obiçonem marchionem Estensem). *In primis statuit et ordinavit et precepit dominus Obiço Estensis Marchio, voluntate consilii et sapientium civitatis Ferrarie, quod nullus de civitate et eius districtu debeat recipere vel mittere aliquas litteras, nuntium vel ambaxatam, nec aliquod tractatum, colloquium vel parlamentum habere debeat per se vel per alium sub aliquo ingenio cum inimicis domini marchionis vel cum aliquo alio fautore ipsorum vel qui sibi adhereat, sine licentia et voluntate domini marchionis expressa, data in presentia duorum vel trium testium bonorum hominum. Et si quis contra fecerit, si haberi poterit decapitetur et omnia sua bona publicentur, quorum meditas deveniat in comuni et alia in domino marchione.* e “[XIII.c] De eodem *Item ordinavit et precepit quod nullus debeat mittere vel recipere nuntium vel litteras vel ambaxatam alicui inimico domini marchionis sine licentia data predicto modo. Et si quis receperit aliquem nuncium vel litteram vel ambaxatam, teneatur ipsum nuntium representere et consignare domino marchioni incontinenti vel alicui qui esset loco eius, antequam ipsas litteras aperiat. Et si quis contra fecerit, si fuerit milles puniatur in centum libris ferrariorum, si fuerit pedes puniatur in quinquaginta libris ferrariorum et plus arbítrio domini marchionis.*” *Op. cit.*, pp. 24 – 25.

⁴³⁹“[XVI.a] De eodem (Quod dominus marchio possit eligere potestatem). *Quoniam peccata malorum hominum expedit esse nota, iusta sanctionem legalem, ideoque presenti statuto duximus decernendum, quod quelibet persona stans sive habitans in civitate Ferrarie vel districtu teneatur et debeat incontinenti cum sciverit vel intellexerit, aliquid tractari sive dici per quemcumque, propter quod posset mutari, corrumpi vel di minui dominium sive iurisdictio, quod et quam habet dominus marchio in civitate Ferrarie vel districtu, eidem manifestare bona fide omni occasione cessante; litteram quoque, nuncium vel ambaxatam nem audeat mittere alicui bannito vel alias inimico domini marchionis, nec etiam recipere ab eodem, aut secum ferre, recipere nec habere modo aliquo colloquium vel tractatum qui posset nocere quomodolibet ipsi domino marchioni: si quis autem fecerit seu etiam facere presumpserit vel attentaverit tantummodo contra predicta vel aliquod predictorum, capite puniatur. Simili manque pena pletatur ille qui admiserit seu qui auditum prebebit alicui sibi dissenti, suo motu vel alieno aut etiam motu proprio ipsius audentis et intelligendis eundem, aliqua verba que possent in aliquo detrudere honori, império sive iurisdictioni dicti domini marchionis, nisi incontinenti sibi representaverit personaliter, si eidem possibile fuerit, ipsum talia dicentem et refferentem, aut exposuerit seriatim talem tractatum et alia sibi dicta prefato domino marchioni, quo casu minime puniatur. Que omnia et singula supradicta statuimus observari et custodiri inviolabiliter et precise sub dicta pena secundum voluntatem, intentionem, declarationem et arbitrium domini marchionis. Et per presens statutum omnibus et per omnia volumus derogari. Et quod bona eorum omnia publicentur et comuni Ferrarie applicentur et sempre dicto comuni maneant applicata.*” *Op. cit.*, pp.28 – 29.

execução dessas embaixadas. Sem numeração específica⁴⁴⁰, em tal rubrica encontramos um personagem denominado de *ambaxator* (embaixador), enviado nesse trecho ao *Podestà* de outras comunas para a entrega de certos bens. Essa figura é mencionada, por exemplo, partindo para Veneza com o *Podestà* da comuna de Ferrara para a negociação de tratados, e nesse segundo livro, levantamos 6 rubricas completamente dedicadas a sua função.

Antes de analisar minuciosamente o seu texto, é necessário dizer que nenhuma dessas rubricas constitui um juramento independente, nem encontramos o embaixador mencionado nas diferentes enumerações das magistraturas comunais presentes nesses primeiros dois livros da legislação estatutária ferrarense. Isso leva-nos a crer que esse personagem não era um oficial comunal e que no caso de Ferrara, assim como nas demais comunais analisadas até aqui, tratava-se de um encargo ou função.

Intitulada de “LXXXXXI. Sobre os embaixadores”, a primeira rubrica desse grupo revela-nos que as missões confiadas a esses agentes deveriam ser-lhes entregue por escrito pelo *Podestà* da comuna.⁴⁴¹ A cada quatro embaixadores enviados, um entre eles obrigatoriamente deveria ser um juiz, de acordo com o texto da rubrica subsequente.⁴⁴² Encontramos aí já um indício sobre o tipo de indivíduo que podia ocupar tal papel: aqueles com formação jurídica e que já ocupavam uma magistratura comunal tinham um lugar privilegiado no processo de escolha do embaixador, mas não necessariamente todos os embaixadores deveriam ter essa formação e ocupação. A rubrica que segue esse trecho dos estatutos de Ferrara deixa esse ponto ainda mais claro. De número “LXXXVI.a. Sobre o

⁴⁴⁰ “*Ego iuro ad sancta Dei evangelia manutenere, deffendere et conservare inclitum et magnificum virum dominum Obizonem marchionem Estensem perpetuum dominum civitatis Ferrarie et districtus et suos filios in omnibus suis honoribus, iurisdictionibus, consuetudinibus, privilegiis et tenutis. Et bene regere populum Ferrarie et Ferrarienses de civitate et burgis et de episcopatu et districtu. Et pacem foris et intus tenere et extra, bona Ferrarie recuperare ad arbitrium domini marchionis et invenire, homines civitatis Ferrarie et districtus in unitate tenere. Et iura sancte Romane Ecclesie et rationes et bonas consuetudines Ferariensium episcopatus et iurisdictiones civitatis et comunis Ferrarie manutenere, deffendere et conservare studebo. Et manutenere et conservare omnia privilegia et concessionis data et concessa comuni Ferrarie et Ecclesie sive episcopatus ferariensi et, que recuperanda fuerint, recuperare et observare et facere observari. Et dabo operam ut bona Ferrarie amissa vel que perdita fuerint recuperentur. Et si fuerit manifestum michi potestati quod per tres vices inter litteras et preconos vel per ambaxatores mandatum fuerit alicui potestati alicuius civitatis, quod faciat rationem alicui civi Ferrarie, et non decerit vel potestas suo tempore obmiserit, ego potestas tenere de bonis hominum dicte civitatis dare in solutum ei, qui non potuerit ius habere in illa civitate. Et si invenero quod alicui civi Ferrarie sit data licentia accipiendi et auferendi de bonis hominum illius civitatis, in qua rationem habere non poterat, illa licentiam et parabolam, quam invenero datam per antecessores et concessão, eis conservabo, nec eis datam licentiam et parabolam auferam, nisi de eorum voluntate processerit, vel nisi de voluntate consilii.*” *Op. cit.*, p. 33.

⁴⁴¹ “*Liber II. Rubrica LXXXXVI. De ambaxatoribus. Statuimus quod potestas teneatur precise ambaxatam in scriptis dare seu dari facere cuilibet ambaxatori, quem ad aliquas partes pro comuni ferrarie destinabit.*” *Op. cit.*, p. 81.

⁴⁴² “*Liber II. Rubrica [LXXXVI.a.] De eodem. Statuimus quod quando mittuntur quatuor ambaxatores, unus ex eis sit iudex.*” *Op. cit.*, p. 81.

mesmo”⁴⁴³, nela vemos que os juízes e os *milites* que possuíam os seus próprios cavalos podiam partir em embaixada pela comuna. O mesmo é previsto aos *pedites* e aos tabeliões de Ferrara, mas desses não é cobrada a posse de um cavalo para o exercício de tal função.

Ainda nessa mesma rubrica, observamos que a escolha de um embaixador tratava-se de um processo de eleição, cujos parâmetros e procedimentos, todavia, não são claros no texto do excerto. Além disso, há a menção da necessidade dos agentes eleitos de proferirem um juramento (*sacramento*) diretamente ao *Podestà*, de que, entre outras coisas, possuíam os cavalos que alegavam ter para terem sido selecionados, no caso daqueles indivíduos dos quais os estatutos cobravam tal requisito.

Dentre as 6 passagens dedicadas ao embaixador, a mais longa delas diz respeito a sua remuneração. Intitulada de “LXXXXVII. Sobre o *feudum* dos embaixadores”, essa rubrica disserta que o embaixador, enquanto estivesse dentro do distrito da cidade, deveria receber 9 *solidos* de Ferrara para cada dia em missão, e quando verdadeiramente partisse para fora da jurisdição da cidade, ganharia 18 *solidos* de Ferrara por cada dia de duração da embaixada e deveria conduzir consigo três cavalos. Dentre as diversas magistraturas e personagens que ocupavam a função de embaixador – como vimos acima, vários eram os agentes que podiam ser eleitos para tal tarefa – o estatuto faz diferença em relação à remuneração e à quantidade de cavalos dos notários citadinos quando esses eram embaixadores por Ferrara. Dentro do distrito da comuna, esses deveriam receber 6 *solidos* ferrarenses, e fora da jurisdição comunal, 12 *solidos* quando partiam com 2 cavalos. O texto prevê a realização de embaixadas por navios, e nesses casos, concede ao embaixador os mesmos 3 cavalos e ao notário somente 1.⁴⁴⁴

Todos os valores acima mencionados são válidos somente para as embaixadas realizadas até a distância de duas *dietas* – unidade de medição pouco especificada no texto da rubrica – fora da jurisdição da comuna de Ferrara. Para envios além desse intervalo espacial, o

⁴⁴³ “Liber II. Rubrica [LXXXXVI.b.] De eodem. *Statuimus quod nullus vada in ambaxariam, nisi continue habeat et teneat equum proprium in stabulo, qui decenter equitare possit ad çornatam, exceptis tabellionibus qui non teneantur. Et post electionem ambaxatorum potestas teneatur sacramento expressim inquirere ab ipsis ambaxatoribus, si habet quilibet eorum suum proprium equum, cum quo possit ire in ipsa ambaxaria decenter ut superius dictum est; et, si non habuerit, careat ambaxaria. Et hoc intelligimus in militibus et iudicibus tantum: pedites tamens possint ire in ambaxariam, quamvis non habeant proprium, ut dictum est.*” *Op. cit.*, p. 81.

⁴⁴⁴ “Liber II. Rubrica LXXXXVII. De feudo ambaxatorum. *In ambaxatoribus pro comuni Ferrarie portantibus ambaxatas, circa eorum sallaria sic duximus statuendum. Si ambaxator iverit pro comuni in districtu Ferrarie, habeat per diem tantum, nomine salarii, novem soldos ferrarinorum. Si notarius iverit pro comuni in districtu Ferrarie, habeat pro qualibet die tantum sex soldos ferrarinorum. Si vero ambaxator extra districtum Ferrarie portaverit ambaxatam, pro qualibet die decem et octo soldos ferrarinorum tantum habeat a comuni, et pro dicto sallario tres equos ducere teneatur. Si autem notarius extra districtum Ferrarie fuerit ambaxator cum duobus equis, duodecim soldos per diem habeat a comuni. Idem intelligatur si ambaxator sive notarius per navim portaverit ambaxatam, dummodo ambaxator tres et notarius unum secum duxerint servientes.*” *Op. cit.*, p. 82.

embaixador deveria receber 7 *soldos* imperiais (*imperialium*) por dia em missão e os notários 14 *solidos* de Ferrara, não sendo essa diferença de remuneração em relação à distância aplicável caso a embaixada fosse realizada por meio de navios. Outra exceção é feita para as embaixadas destinadas à cúria papal, ao Imperador e a algum rei, nas quais era prevista para o embaixador a quantia de 30 *solidos* de Ferrara por dia e para o notário 20 *solidos* ferrarenses.⁴⁴⁵ Uma única ressalva é feita: em relação às missões destinadas à Veneza, que não tem nenhuma especificação de valor.⁴⁴⁶

Por meio da rubrica seguinte, numerada de “LXXXXVIII. A que são obrigados os embaixadores”, percebemos que uma vez eleito como embaixador para a realização de uma embaixada em nome da comuna de Ferrara e do marquês de Este, tal indivíduo era obrigado a realizar tal missão. A única isenção prevista pelo texto estatutário é àqueles que declarassem impedimento físico, que, todavia, deveria ser comprovado por um médico de confiança das entidades dirigentes comunais para ser aceito. Os que não obedecessem nem conseguissem comprovar tal condição, deveriam pagar uma multa de 100 *soldos* de Ferrara por cada ocorrência.⁴⁴⁷ Assim como nas prescrições do caráter obrigatório de uma embaixada encontradas em nossa análise dos estatutos de Bolonha e de Verona, podemos pensar que tal resolução é um indício dos perigos envolvidos na participação de uma embaixada e da consciência dos indivíduos do ônus gerado por tais empreitadas, que distanciavam os eleitos como embaixadores por longos períodos de tempo dos seus afazeres na cidade. Por isso a necessidade reiterada das entidades dirigentes comunais de obrigarem os seus cidadãos a aceitar a tarefa.

A última dessas rubricas dedicadas exclusivamente ao embaixador, “LXXXXVIII. Quem satisfaça aos embaixadores” especifica que os valores mencionados nas rubricas anteriormente analisados deveriam ser pagos em até 8 dias após o retorno dos embaixadores de suas missões.⁴⁴⁸ Cabia ao *Podestà*, de acordo com o texto, zelar sobre a execução desses

⁴⁴⁵“Liber II. Rubrica LXXXVII. De Feudo ambaxatorum. (continuação) “*Et hoc intelligimus in portantibus ambaxatas usque ad terminum duarum dietarum computandarum a civitate Ferrarie, ut pro qualibet dieta illarum duarum dietarum triginta milliaia numerentur. Ultra vero duas dietas ambaxator septem soldos imperialium per diem tantum recipiat a comuni, notarius vero solummodo quatuordecim soldos ferrarinorum per diem habeat a comuni; nisi per navim ire contingerit: tunc enim quantecumque sint diete, nichil ultra decem et octo soldos ambaxator, et notarius duodecim soldos percipiat a comuni, exceptis ambaxatoribus ituris ad curiam domini pape, domini imperatoris, domini regis, quibus nomine feudi concedimus triginta soldos ferrarinorum per diem; notariis vero viginti soldos per diem concedimus a comuni.*” *Op. cit.*, p. 82.

⁴⁴⁶“(…) *Et in hoc non intelligatur ambaxata de Venecii.*” *Op. cit.*, p. 82.

⁴⁴⁷“Liber II. Rubrica LXXXVII. Quod ambaxatore compellantur. “*Statuimus quod ambaxatores, qui de cetero eligentur ad aliquod iter seu ad aliquam ambaxatam faciendam pro domino marchione et comuni Ferrarie, precise compellantur ire ad faciendam ipsam ambaxatam, nulla eorum excusatione audita, nisi fuerit excusatio corporalis impedimenti, que approbetur per medicum fide dignum, in banno centum soldorum ferrarinorum pro qualibet vice et pro quolibet contra faciente; et nichilominus compellatur ad iter.*” *Op. cit.*, p. 83.

⁴⁴⁸“Liber II, Rubrica LXXXXVIII. Quod satisfiat ambaxatoribus. *Item statuimus quod teneatur precise potestas cum sapientibus providere unde ambaxatoribus, cum venerint de eorum ambaxatis, satisfacere debeat de eo*

pagamentos, um indício que, associado aos dados já levantados sobre o papel dessa magistratura no processo de escolha desses agentes e sobre a necessidade de permissão do senhor de Ferrara para a execução dessas missões, permite-nos refletir sobre quem tinha a jurisdição de organizar uma embaixada e enviar embaixadores na comuna de Ferrara nessa segunda metade do século XIII. Parece-nos que os estatutos de Ferrara deixam claro que essa era uma atribuição do *Podestà* supervisionado pelo marquês de Este.

As menções indiretas a esse agente em rubricas dedicadas a outros problemas – obtidas por meio da leitura completa dessa legislação – são também de grande contribuição para os nossos questionamentos sobre o embaixador. Primeiro, encontramos na rubrica “LXXXVII. Sobre os cavalos que deverão ser restituídos àqueles que partirem em serviço da comuna” a previsão de que os cavalos que se feriam durante a realização de uma embaixada em nome da comuna de Ferrara e que por isso, tornavam-se inúteis – seja pela perda de um olho ou por morte do animal propriamente – deveriam ser restituídos às despesas da própria comuna.⁴⁴⁹ Tratava-se de uma garantia aos agentes escolhidos para a função de que havia uma tentativa por parte da comuna de diminuição dos prejuízos ocasionados pela realização compulsória das missões designadas pelas entidades dirigentes comunais. Vimos que a posse de um cavalo era um dos critérios para que determinadas categorias da população de Ferrara – os juízes e os *milites* – pudessem ser eleitos como embaixadores, e por isso, acreditamos ser pertinente a leitura dessa rubrica por esse viés.

Deparamo-nos com privilégios concedidos a essa função também em meio a essas menções indiretas. Na rubrica “CCCVI. Sobre os peixes do rio Po que não devem ser removidos de Ferrara e de seu distrito”, observamos que junto ao *Podestà*, os embaixadores estavam entre os únicos agentes aos quais era permitido carregar peixes para fora do distrito e da cidade de Ferrara, sem necessidade de uma licença prévia.⁴⁵⁰ O mesmo ocorria em relação a outros bens alimentícios e à carne de diversos animais – porcos, vacas, bois, cabras, galinhas, patos, gansos e etc – como podemos visualizar na rubrica “CCCII. Que nenhuma

quod remanserint ad habendum. Et hoc teneatur facere infra octo dies, postquam dicti ambaxatores venerint.
Op. cit., p. 83.

⁴⁴⁹Liber II. Rubrica LXXXVII. De equis emendandis illis qui iverint in servicio comunis. *Statuimus quod si aliquis, qui iverit in servitio comunis pro ambaxata aliqua, equus moriatur vel crus aut crura frangantur, vel oculum perdiderit, vel infusus fuerit, vel aliquo alio modo magagnaretur, ita quod inutilis fieret, debeat eidem pro comune Ferarie emendari, dummodo predicta videantur ipsi equo accidissee solummodo ex causa itineris, quod fecerit pro comuni.*” *Op. cit.*, p. 75.

⁴⁵⁰“Liber II. Rubrica [CCCVI.] De piscibus Padi non extrahendis extra Ferrariam et districtum. (...) *Et potestas sive ambaxatores in colloquiis secum possint pisces et victualia portare, que oportuna fuerint pro illa ambaxaria.* (...)” *Op. cit.*, p. 166.

carne seja extraída da cidade de Ferrara”⁴⁵¹, na qual é determinado que os embaixadores podiam portar consigo em missão qualquer bem alimentício que julgassem oportuno.

Já no terceiro livro dos estatutos comunais ferrarenses de 1287, encontramos uma série de transcrições dos tratados estabelecidos entre Ferrara e outras comunas do período – principalmente Veneza, cidade com a qual Ferrara possui o maior número de pactos mencionados nessa legislação – nos quais são citados diversos embaixadores enviados pela cidade. É interessante notar que essas figuras, além de serem identificadas nominalmente – Cita-se no documento um Margarido e Alberto de Aldegeriis – , também são caracterizadas com categorias bastantes semelhantes às encontradas nas qualidades esperadas dos embaixadores nos estatutos comunais de Bolonha e Verona temporalmente contemporâneos aos estatutos de Ferrara de 1288. Em um tratado estabelecido com Veneza datado de 1273 sobre a captura e o encarceramento dos cidadãos de ambas as comunas em seus respectivos territórios, esses agentes são descritos como “prudentes e discretos” (*prudentes et discretos*).⁴⁵² A eles é atribuída a capacidade de prometer ao Conselho geral de Veneza (*generali consilio Venetiarum*) que o *Podestà*, o marquês e os homens de Ferrara fariam estatutos perpétuos sobre questões relativas à captura de criminosos provenientes de ambas as cidades.⁴⁵³

As condições descritas no tratado e o caráter de validade perpétua das questões decididas e juradas pelos embaixadores ferrarenses em Veneza, colocam a questão do nível de representação desses agentes dos indivíduos que os haviam enviado – no caso, o marquês, o

⁴⁵¹ “Liber II. Rubrica CCCII. Quod nulle carnes extrahantur de civitate Ferrarie. *Satuimus quod nemo audeat extrahere de civitate Ferrarie et districtu carnes porcinas, vacinas, bovinas, castratinas, vivas neque mortuas, capones, galinas, pullos, anseres, anates neque ova aut aliqua alia victualia his similia nascencia in civitate Ferrarie et districtu. Qui contra fecerit penas illas substineat, que in alio statuto continentur supra posito in hoc libro sub rubrica De victualibus non conducendis extra districtum Ferrarie. Ab hiis excipimus forenses, qui habent amiseros in districtu Ferrarie et scholares pro suo victu tantum aut qui irent in servitio Terre Sancte, quibus de voluntate maioris consilii licentia concedatur; et teneatur potestas facere consilium quociens super hoc fuerit requisitus, salvo quod potestas et ambaxatores, quando ipse potestas et ambaxatores vadunt in servitium comunis Ferrarie, possint portare victualia oportuna.*” *Op. cit.*, p. 200.

⁴⁵² “Liber III. Rubrica XXXXI. Carta citadancie facta Alberto Turclo et aliis infrascriptis de Ficarolo. (...) *Cum inter magnificum virum dominum Laurentium Teupolum ducem et comune Venetiarum ex una parte, et egregium virum dominum marchionem Estensem et comune Ferrarie ex altera questiones et contraverise plures forent exorte, tam occasione datiorum quam aliarum plurium occasionum, tandem post plures missiones et requisitiones hinc inde factas miserunt Venecias ipse dictus Marchio, potestas et comune et homines Ferrarie prudentes et discretos viros dominos Margaritum et Albertum de Aldegeriis iudices in eorum ambaxatores (...).*” *Op. cit.*, p. 235.

⁴⁵³ “*Item predicti domini Margaritus et Albertus Sindici, actores et procutores ipsius domini marchionis, potestatis et comunis Ferrarie et pro ipsis promiserunt per stipulationem sollempnem, cum expensis et obligatione bonorum eiusdem domini marchionis potestatis et comunis Ferrarie, antedicto domino duci recipienti nomine et vice comunis Venetiarum, quod dictus dominus marchio, potestas, comune et homines Ferrarie facient perpetuum et inrevocabile statutum ei ita observabunt, quod si aliqua persona ducatus Venetiarum fuerit capta Ferrarie vel in eius districtu pro aliqua offensione, accusatione, denuntiatione, vel aliqua alia causa, non debeat nec possit mitti in carcerem malefactorum neque in porticum aut in alium locum ad ipsum carcerem pertinentem, nec possit tormentari nec incepari nec inferiari, nec similia fieri contra eam, possit tamen aliter teneri sub custodia compententi.* (...)” *Op. cit.*, p.235.

Podestà e os sábios (*sapientes*) da comuna. O texto de tal tratado leva-nos a entender que Margarido e Aldaberto de Aldegeriis representavam plenamente as entidades dirigentes de Ferrara e que suas decisões tinham capacidade jurídica vinculante. O tratado menciona a inclusão de tais deliberações no próprio texto estatutário da comuna ferrarense e, por meio da leitura dos outros textos presentes nesse terceiro livro dos estatutos de Ferrara de 1287, percebemos que não se trata de um caso isolado. Em outros pactos feitos em relação ao sal veneziano vendido em Ferrara⁴⁵⁴, aos grãos comerciados entre essas entidade políticas⁴⁵⁵, entre outros, as mesmas capacidades dos embaixadores enviados por ambas as cidades são reiteradas.

Todas as menções às embaixadas e aos embaixadores nessa legislação estão circunscritas aos seus três primeiros livros. Não encontramos mais nenhuma informação nas outras três partes que compõem essa documentação, dedicadas, como vimos na introdução à análise dos estatutos de 1287, aos malefícios e aos juízes encarregados de seu julgamento – livro IV – à conservação dos campos e das obras públicas – livro V – e, finalmente, aos estatutos anti-heréticos criados pelo Papa – livro VI –.

Infelizmente, os dois livros que restam da legislação estatutária cronologicamente consecutiva a essa – os estatutos de 1394 – não apresentam nenhuma rubrica na qual encontramos informações sobre o embaixador. Trata-se de dois exemplares dedicados aos maléfícios e aos danos causados na cidade, equivalentes de certa forma ao livro IV da legislação estatutária que acabamos de analisar. Por não termos encontrando nenhuma informação nesses estatutos que contribua para nossas indagações nessa pesquisa, preferimos até mesmo eliminar um comentário sobre o contexto político da comuna no momento de redação dessa legislação ou outros pontos pertinentes a sua criação. Desta forma, resta-nos somente prosseguir com nossa análise, passando para o estudo dos estatutos produzidos na comuna de Modena.

2. Modena.

Assim como no caso de Ferrara, Modena esteve em finais do século XIII sob a dominação da senhoria dos marqueses de Este. Obizzo II recebeu a cidade de uma das

⁴⁵⁴“Liber III. Rubrica [XXXXI.c] sem título. “(...) *promittentes sindici et ambaxatores predicti nomine et vice predictorum et modo quo supra antedicto duci recipienti ut supra, quod per ipsum dominum marchionem potestatem vel comune Ferrarie de quolibet centenário salis Clugie tolletur pro datio libras novem venetorum parvorum ad denarios grossos et non plus; de quolibet modio salis maris, denarios venectos grossos duodecim, et non plus (...)*” *Op. cit.*, pp. 237-238.

⁴⁵⁵[XXXXI. d.] sem título. *Op. cit.*, pp. 239 – 240.

facções que a dividiam, conhecida como os *Aigoni Intrisei*, de natureza filoesclesiástica, a qual buscava, após uma breve vitória em relação aos seus grupos rivais, a manutenção de seu poder em Modena. O marquês de Este era um grande defensor do partido Guelfo nos territórios que hoje correspondem à região da Emília-Romanha e, por tal motivo, de acordo com Carmen Vicini, a melhor solução encontrada para manter a frágil posição de predominância estabelecida pelo grupo filoeclesiástico modenês e prevenir de forma mais definitiva a transformação de Modena em uma cidade Gibelina foi a de ceder a comuna à jurisdição do marquês.⁴⁵⁶

Todavia, tal concessão não foi feita de forma priva de atritos entre Obizzo II e diversos setores citadinos modeneses. Como vimos no exemplo citado no segundo capítulo desta dissertação, a tentativa do marquês de impor os estatutos comunais de Ferrara em Modena, pretendendo assim revogar completamente os textos estatutários existentes em tal cidade, foi rechaçada pelos cidadãos da comuna, que exigiam a manutenção de um texto independente modenês. Obizzo interfere grandemente nesses estatutos, mas acata as reivindicações feitas.

Infelizmente, nenhum dos estatutos redigidos pela comuna de Modena durante o século XIII – tanto os anteriores a dominação estense quanto os emitidos por Obizzo II – chegou aos dias de hoje, o que nos obriga a iniciar nossa análise com as redações produzidas por tal cidade já no século XIV. Começamos pelos estatutos de 1306 – 1307.

2.1. Os estatutos comunais modeneses de 1306- 1307.

Os estatutos comunais de 1306 – 1307 são considerados historiograficamente o fruto legislativo de uma revolta popular em Modena, que culminou na expulsão do marquês Azzo VIII de Este da comuna e no decreto do fim da senhoria Estense sob os modeneses. De acordo com Carmen Vicini, as razões de tal insatisfação e revolta são múltiplas. Aqui não as abordaremos de modo minucioso devido aos objetivos específicos de nossa pesquisa, mas é possível elencar os motivos expostos pela autora: discórdias domésticas; descontentamento das classes populares com os custos de uma paz interna que havia durado bem pouco; modificações das relações do novo marquês – Obizzo II faleceu em 1293 e na senhoria dos Este foi sucedido por Azzo – com os grupos modeneses que haviam cedido o poder sobre Modena à sua família; insucessos políticos e militares resultantes em perdas territoriais

⁴⁵⁶ VICINI, C. *La caduta del dominio Estense a Modena e la nuova costituzione democratica del Comune (1306 – 1307)*. Modena: Società Tipographica modenese, 1922. pp. XIII e XIV.

tradicionais à comuna; coalizões internas formadas contra ele provocadas pela sua ambição e pelas suas intrigas; entre outros.⁴⁵⁷

De importante para nossa reflexão sobre os embaixadores é a compreensão de que se tratava de um *corpus* estatutário bastante incomum em relação a estatutos contemporâneos a esse produzidos por outras comunas do norte da península. Conservado no *Archivio Storico di Modena*, o seu codice é conhecido como “*Respublica Mutinensis*” (República de Modena), numa tentativa de enfatizar o caráter popular deste documento – como já mencionado, composto após a expulsão à força e o decreto da decadência do marquês Azzo VIII de Este – e, também, por tal texto conter uma expressiva quantidade de rubricas de caráter antimagnático.⁴⁵⁸ Mencionamos que a legislação estatutária de 1306 – 1307 é diferente de todos os estatutos até aqui analisados pois os seus elementos formais são bastante específicos. Primeiro, este não é dividido em livros e rubricas. As deliberações presentes na legislação modenese são repartidas pelas datas de sua promulgação, acompanhadas de glosas laterais não numeradas que discriminam os assuntos principais de tais estatutos. De acordo com o seu editor, Emilio Paolo Vicini, essas glosas são contemporâneas e da mesma mão que o texto principal, exercendo um papel semelhante ao das rubricas em estatutos de outras localidades.⁴⁵⁹

Esse procedimento escolhido pelos *statutarii* modeneses apresenta algumas vantagens para nossa pesquisa em relação aos outros documentos estudados até aqui. Primeiro, sabemos com precisão a data de inclusão de cada uma das deliberações no texto estatutário da comuna, o que nos permite observar tanto a ordem na qual essa redação foi estabelecida, quanto refletir sobre as questões consideradas prioritárias pelo Conselho geral do povo e da comuna de Modena (*Conscilio generali populi et comunis Mutine*). Em segundo lugar, a datação específica das deliberações pode ajudar-nos a compreender se existem modificações nesse mesmo estatuto das questões relativas ao embaixador ao longo do período de vigência dessa documentação.

Descritas essas questões formais, passamos à análise do texto. Ao contrário das comunas até aqui analisadas, na documentação modenese o termo *ambaxatam* aparece de modo bem menos polissêmico. Ao falar de serviços internos prestados à cidade, os redatores desses textos utilizam o vocábulo *mandata* (comissão, ordem), empregando a palavra *ambaxata* quando buscavam dissertar sobre as mensagens escritas entregues pelos núncios a

⁴⁵⁷*Op. cit.*, pp. XVII – XXXVII.

⁴⁵⁸*Op. cit.*, p. XX.

⁴⁵⁹“*Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.*” *Corpus Statutorum Italicorum*, nº 14, vol. 1 e 2. Vol. 1. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. p. VIII.

qualquer indivíduo escolhido pelo Conselho ou quando versavam sobre as missões destinadas ao exterior das fronteiras da comuna.

Ambaxate com essa segunda acepção eram terminantemente proibidas de serem realizadas e organizadas tendo como destinatário os marqueses de Este e qualquer outro inimigo da comuna de Modena, sem a licença expressão do *Podestà*, do Capitão e dos defensores da cidade, como consta na deliberação do dia 26 de Março de 1306.⁴⁶⁰ Também de acordo com o texto estatutário, a mesma pessoa não poderia partir em mais de duas embaixadas durante o governo do mesmo *Podestà*, com algumas exceções pontuais, como no caso da deliberação de 23 de Agosto de 1306.⁴⁶¹

O substantivo *ambaxator* aparece já nas primeiras páginas dessa redação. Trata-se de uma deliberação datada do Domingo, dia 6 de Fevereiro de 1306, na qual se apresenta uma glosa intitulada “Sobre os embaixadores concedidos aos senhores de Sala”.⁴⁶² De acordo com o texto, a comuna e o povo de Modena prometem conceder aos cidadãos modenenses, os senhores Gruoni e Gentilino de Sala, dois embaixadores às custas da cidade para negociar

⁴⁶⁰“Die vigesimo sexto martii. Glosa: De pena mittentis vel recipients litteras vel nuncios a marchioness vel aliis. *In primis, providerunt, ordinaverunt et decreverunt quod persona terrigena vel forensis civitatis Mutine vel districtus cuiuscumque conditionis existat, de cetero audeat vel presumat litteram aliquam vel nuntium vel ambaxatam mittere domino Aconi marchioni Estensi vel aliuci de domo Extensi, tam naturalibus quam legitimis, clericis vel laicis, nec aliuci de consiliariis vel curialibus vel familiaribus vel factoribus presentibus vel futuris dicti domini marchionis vel aliucius supradictorum, nec alicui Ferrariensi in civitate Ferrarie commoranti, nec etiam recipere litteras, nuntios vel ambaxatam alicuius predictorum, vel ex parte ipsorum vel alicuius eorum, nec parlamentum, colloquium, tractatum, iuramentum vel conspirationem recipere, habere vel inire per se vel alium, tacite vel expresse, cum predictis vel aliquo eorum seu cum aliqua alia singular persona, collegio, loco vel universitate rebelli vel inimica comunis et populi Mutine vel eis adherentibus et complicibus, absque licentia domini potestatis, capitanei et defensorum populi Mutine qui nunc sunt vel in futurum pro tempore erunt in civitate Mutine, pena mille libr. si fuerit potens, si vero popularis quingentarum libr. et plus. Tam realiter quam personaliter, etiam usque ad ultimum suplicium, inspecta qualitate facti et personarum, arbitrio domini potestatis, capitanei et defensorum: salvo quod, si aliqua persona, cui presentaretur vel mitteretur ex parte predictorum vel aliucius eorum aliqua littera, nuntius vel ambaxata, eodem die vel sequenti si fuerit in civitate vel burgis, si vero in districtu infra tertiam diem, si alibi extra districtum quam citius poterit, sine fraude ipsam presentaverit, denunciaverit vel notificaverit domino potestati, capitaneo et defensoribus comunis et populi Mutine, quod occasione predicta penam vel gravamen non patiatur nec ei inferri possit per dominum potestatem, capitaneum et comune Mutine. Op. cit., pp. 91 – 92.*

⁴⁶¹“Die martis XXIII mensis augusti. Glosa: VII. Quod massarius possit solvisse ambaxatoribus qui iverunt in Romagnam et Bononiam et in expensis ponere. *Item, si placet dicto consilio, quod massarius comunis Mutine possit solvisse ambaxatoribus qui iverunt ad dominum Legatum in Romaniola et notario qui ivit cum dictis ambaxatoribus et sex ambaxatoribus et notario qui iverunt ad civitatem Bononie. Et quod dictas quantitates peccunie possit ponere in expensis comunis Mutine sine sui preiudicio et gravamine. Et eciam domino Bommartino de Cremona qui de presenti mense ivit ad dictum dominum Legatum pro factis comunis, mandato dominorum defensorum, et non obstante statuto quod loquitur quod quis non possit habere ultra duos ambaxatas tempore eiusdem potestatis. Op. cit., p. 261.*

⁴⁶²“Die dominicio sexto february. (...) *Item, quod dominis Gruoni de Sala et Gentilino, pro eis et omnibus de ipsorum progenie et eorum familiaribus, concedantur et dentur per populum et comune Mutine duo ambaxatores, expensis dicti comunis, ad eorum liberam voluntatem, ituri ad civitatem Bononie ad rogandum dominum potestatem, capitaneum, antianos et cōsules, populli defensores et preconselem notariorum eiusdem civitatis quod predicti domini de Sala, amore comunis et populli Mutine, debeant extrahi et cancelari de banis et condemnationibus in quibus sunt in civitate predicta.*” *Op. cit., pp. 14 – 15.*

com as entidades dirigentes de Bolonha as condenações impostas a eles e a sua família pelos bolonheses.

Escolhemos iniciar nosso estudo sobre Modena com esse excerto devido à riqueza de elementos que ele oferece para nossas indagações de pesquisa. Primeiro, encontramos um indivíduo denominado de *ambaxator*, responsável por partir para fora da jurisdição da comuna – no caso específico, para Bolonha – para tratar sobre as condenações de cidadãos modenenses. Apesar de se tratar de uma questão de interesse restrito à família dos de Sala, o texto nos informa que tanto a designação quanto as despesas feitas por esses agentes estavam a cargo da comuna e do povo de Modena, levantando perguntas sobre a jurisdição da escolha de embaixadores e o grau de representação dessas figuras na comuna. Somente as entidades dirigentes comunais – nesse momento, o Capitão do Povo, o *Podestà* e o Conselho – podiam nomear os agentes chamados de *ambaxatores* pela documentação? Tendo sido eleitos pela comuna, mas lidando com questões de privados, eles representavam toda a cidade ou somente os indivíduos diretamente interessados nas suas ações diante da entidade política que os recebia?

A comparação com o conjunto de rubricas nas quais essa figura é mencionada na documentação foi bastante reveladora sobre essas indagações acerca de quem tinha a jurisdição de nomear esses agentes, e qual era o seu nível de representação. Deparamo-nos com a criação de rubricas sobre o embaixador e o envio de embaixadas quase que semanalmente nas deliberações do Conselho Comunal ocorridas nos dois anos de redação desses estatutos – de 1306 a 1307.⁴⁶³ Em todas essas rubricas, sem exceção, cabe às entidades dirigente comunais a decisão de conceder embaixadores para a resolução de determinada questão fora da jurisdição da comuna, sejam eles requisitados por um indivíduo específico para lidar com um problema circunscrito ou eleitos para negociar tratados gerais de paz com outras comunas. É o que encontramos, por exemplo, na rubrica supramencionada do dia 6 de Fevereiro de 1306, na qual o Capitão do Povo e os sábios da comuna de Modena – eleitos no número de 10 por cada porta da cidade – respondem ao pedido feito a eles por privados de enviarem embaixadores para a liberação de um parente dos requisitantes, e em rubricas como a “Sobre um embaixador que deve ser enviado à Pádua para o senhor Nicolao Matarello” da

⁴⁶³Encontramos rubricas dedicadas ao embaixador nas deliberações dos dias 6 de Fevereiro de 1306, 9 de Março de 1306, 26 de Março de 1306, 29 de Março de 1306, 9 de Abril de 1306, 13 de Abril de 1306, 29 de Abril de 1306, 15 de Maio de 1306, 2 de Junho de 1306, 15 de Junho de 1306, 28 de Junho de 1306, 2 de Julho de 1306, 13 de Julho de 1306, 2 de Agosto de 1306, 12 de Agosto de 1306, 15 de Agosto de 1306, 16 de Agosto de 1306, 23 de Agosto de 1306, 5 de Setembro de 1306, 13 de Setembro de 1306, 23 de Setembro de 1306, 28 de Setembro de 1306, 30 de Setembro de 1306, 7 de Outubro de 1306, 16 de Outubro de 1306, 25 de Outubro de 1306, 13 de Novembro de 1306, 16 de Novembro de 1306, 23 de Novembro de 1306, 24 de Novembro de 1306, 27 de Novembro de 1306, 6 de Dezembro de 1306, 10 de Dezembro de 1306, 19 de Dezembro de 1306, 9 de Janeiro de 1307, 10 de Fevereiro de 1307, 19 de Fevereiro de 1307, 23 de Fevereiro de 1307 e 20 de Março de 1307.

deliberação de 9 de Abril de 1306, na qual embaixadores são selecionados por essas entidades dirigentes para o acompanhamento de magistraturas modeneseas recém-eleitas, provenientes de outras cidades.⁴⁶⁴

Além da escolha dos embaixadores, cabia também ao *Podestà*, ao Capitão e aos defensores do povo de Modena o fornecimento de instruções e direções a esses agentes.⁴⁶⁵ Essas embaixadas deviam ser apresentadas por escrito e expostas oralmente pelos embaixadores quando esses agentes chegavam ao seu destino.⁴⁶⁶

No que diz respeito à questão acima levantada do grau de representação dos embaixadores em relação a outros agentes enviados, como os mensageiros portadores de cartas, a descrição da aplicação de represálias à comuna de Cremona na deliberação do dia 22 de Agosto de 1306 apresenta alguns elementos interessantes. Em seu texto, encontramos o estabelecimento de uma hierarquia de procedimentos referentes à represália bastante semelhante ao caso de represália na comuna Bolonha em 1376 estudado nessa pesquisa, ou seja, que antes do envio do embaixador e da declaração dessa situação eram enviados mensageiros portando cartas da comuna modenese exigindo retratação.⁴⁶⁷ Tal procedimento

⁴⁶⁴“Die nono aprilis. Rubrica: De ambaxatore mittendo Paduam pro domino Nicolao Matarello. *Item, si placet dicto consilio quod unus ambaxator expensis comunis et ad salarium contentum in statutis comunis mittatur ad civitatem Padue ad requirendum et precandum comune Padue et universitatem scolarium, et prout aliter fuerit necessarium ex parte comunis Mutine, quod eis placeat, precibus et amore comunis Mutine, dare et concedere licentiam sapienti viro domino Nicolao de Matarellis professori legum standi Mutine per totum mensem aprilis ad complendum officium defensoris libertatis populi Mutine, in quo fuit electus, et quod iurare et exercere compulsus fuit per dominum capitaneum populi Mutine, cum presentia dicti domini Nicolai dicto populo et comuni utilis et necessaria censeatur, et quod massarius generalis comunis possit et teneatur facere solutionem dicto ambaxatori de avere comunis libere et impune.*” *Op. cit.*, p. 117.

⁴⁶⁵ “Die vigesimo quarto mensis novembris. Glosa: IIº Quod duo ambaxatores mittantur ad civitatem Bononie. *Item, providerunt quod solempnis ambaxata per solempnes ambaxatores ex parte comunis Mutine comuni Bononie transmittatur ad dicendum et respondendum ambaxate relate per ambaxatores comunis Bononie in consilio generali comunis et populi Mutine die iovis vigesimo quarto presentis novembris et ultra ad dicendum et exponendum ex parte comunis et populi Mutine illud totum quod dictis ambaxatoribus commissum fuerit per dominos potestatem, capitaneum et defensores populi Mutine in ambaxata predicta referenda.* Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, nº 14, vol. 1 e 2. Vol. 2. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. p. 71.

⁴⁶⁶“Die martis sexto mensis decembris. Glosa Iº Ambaxata comunis Bononie. *Consilium populi civitatis Mutine fecit nobilis et potens miles dominus Bartholinus de Foliano honorabilis capitaneus populi civitatis Mutine in palacio populi, ad sonum campane et voce preconum, more solito congregari, in quo, de consciencia et voluntate sedecim defensorum populi, proposuit infrascripta, super quibus consilium postulavit. In primis, quid placet dicto consilio providere et firmare super ambaxata nuper et in presenti consilio relata per ambaxatores de Bononia, cuius ambaxate per ipsos ambaxatores in scriptis presentate et oretenus explicate tenor talis est.*” *Ibid.*, pp. 85 e 86.

⁴⁶⁷“De veneris duodecimo mensis augusti. Glosa: Petitio Nicolay Montecli et fratrum. *Vobis et coram vobis domino capitaneo et sedecim defensoribus libertatis populi civitatis Mutine dicit et proponit Nicholaus filius quondam domini Montecli, pro se et frate suo Iacobo et nepote suo Bonifacio et heredibus quondam dicti domini Montecli, quod ipse dominus Monteclus, iam est longum tempus, fuit spoliatus et derobatus in civitate Cremone per quondam dominum Melium de Comitibus civem Cremone de infrascriptis rebus: in primis, unam peciam viridis de çalaono; item, unam peciam de blaueto de zalaono, quarum quelibet erat de quadraginta brachiis; (...). Et quia potestas Cremone, consilium et comune ipsius civitatis et ipse civitas cessaverunt et adhuc cessant in faciendo et fieri faciendo restitutionem de dictis rebus vel extimatione ipsarum dicto quondam domino Monteclo vel predictis eius heredibus et ea de causa pluries et pluries potestas et capitaneus civitatis Cremone qui tunc erant, anciani, consilium et comune civitatis eiusdem requisiti fuerint, tam per litteras quam*

sugere-nos que tal agente possuía uma margem de ação mais expressiva do que uma simples “carta-viva”, que expressava estritamente a vontade das entidades dirigentes que o haviam enviado. Todavia, ao contrário do dito no estudo da legislação bolonhesa, parece-nos que há em Modena uma preocupação maior do que em Bolonha em limitar essa certa liberdade dessas figuras de tempos em tempos. Na deliberação do dia 19 de Fevereiro de 1307⁴⁶⁸, apela-se que as instruções dadas por escrito sejam seguidas à risca e ameaçam-se de penas e multas os embaixadores que desacatarem essa ordem sem tê-lo feito para, de fato, adicionar algo pertinente a sua missão.

O embaixador aparece nessa documentação como uma tarefa ou função, não uma magistratura comunal. A deliberação do dia 23 de Setembro de 1306⁴⁶⁹ versa sobre a proibição de que qualquer indivíduo ocupe duas magistraturas da comuna ao mesmo tempo e explicita que a função de embaixador, entre outras mencionadas, não se aplica a esse tipo de sanção, deixando claro, assim, que se tratava de uma atividade compreendida como diferente das que tornavam outros indivíduos oficiais comunais.

Desta forma, essa figura difere-se nessa documentação de forma substancial da magistratura conhecida como *nuncius comunis* (núncio da comuna) – assim como nos

per ambaxatores ex parte potestatis et capitanei qui tunc erant, consilii et comunis Mutine quod de dictis rebus vel extimatione ipsarum deberent facere seu fieri facere restitutionem dicto domino Monteclo et ei ius reddere de predictis contra dictum dominum Melium et eius bona secundum quod in talibus postulat ordo iuris; et quia predicti potestas et capitaneus, consilium et comune Cremone cessaverunt et adhuc cessant in observandis et adimplendis predictis et ea de causa represalie, tam ex forma statutorum comunis Mutine quam iure comunis, licite et secundum ius possint et debeant concedi contra personas et bona comunis Cremone et singularium personarum civitatis Cremone et eius districtus, petit dictus Nicholaus, pro se et predictis, quatenus vobis placeat inter vos firmare et ad consilium populi ponere ibique facere reformari quod dicte represalie concedantur dicto Nicholao pro se et predictis et eis uti possit contra persona, res et bona comunis Cremone et singularium personarum civitatis eiusdem et eciam districtus usque in quantitates predictas et expensarum factarum et faciendarum predicta de causa et dampnorum et interesse predictorum; et quod presens petitio admittatur et approbetur et in ea procedatur secundum formam ipsius.” Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, nº 14, vol. 1 e 2. Vol. 1. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. pp. 236, 237 e 238.

⁴⁶⁸“Die dominica decimanona mensis februarii. Item, facto partito per dictum dominum vicarium dicto modo super secunda provisione sive posta, que loquitur de duobus ambaxatoribus mittendis ad civitatem Regii, placuit ponentibus fabas albas, qui fuerunt ducenti octuaginta octo, quod duo ambaxatores mittantur et mitti debeant per comune mutine ad civitatem Regii secundum quod in posta continetur, dando et inponendo dictis ambaxatoribus modum et formam ambaxate quam dicere et exponere debuerint in ipsa civitate Regii, ultra quam non habeant potestatem aliquid dicendi, sub certa pena eis per dominum capitaneum inponenda, nisi ea que crediderint expedire circha ambaxatam eis inponendam; et quod massarius generalis comunis Mutine, sine sui preiudicio et gravamine, possit, teneatur et debeat solvere et satisfacere dictis ambaxatoribus de peccunia et avere comunis Mutine. Fabe nigre posite in contrarium fuerunt novem. Approbata per approbatores.” Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, nº 14, vol. 1 e 2. Vol. 2. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. p. 210.

⁴⁶⁹“Die veneris vigesimo tercio mensis septembris. Glosa: Quibus satisfieri possit de avere comunis non obstante quod habeant duo officia. Cum in statutis Mutine contineatur, quod nemo possit habere duo officia et ministeria seu facta uno et eodem tempore de quibus recipiat sallaria a comuni, si placet dicto consilio quod ambaxatores, capitanei, custodes castrorum et portarum, illi qui syndicant dominum potestatem et capitaneum qui faciunt rationem, massarius generalis et ambaxatores comunis non intelligantur esse de illis personis quibus dictum statutum tangat.” Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, nº 14, vol. 1 e 2. Vol. 1. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. p. 323.

estatutos estudados de Bolonha, Verona e Ferrara – responsável por diversas funções menores, caracterizado e uniformizado de forma distinta do embaixador. É o que podemos perceber por meio da leitura das deliberações dos dias 16 de Setembro de 1306⁴⁷⁰, na qual os núncios da comuna são responsáveis pela abertura e fechamento do palácio do *Podestà*, tanto de dia quanto de noite, e a do dia 27 de Fevereiro de 1306⁴⁷¹, na qual são mencionados os seus capuzes vermelhos e as diferentes insígnias que nele deveriam usar dependendo do oficial ao qual serviam.

Apesar da qualificação como tarefa, tratava-se de uma função de caráter obrigatório àqueles escolhidos como embaixadores da comuna de Modena, com sanções pecuniárias previstas nos estatutos para aqueles que recusassem a embaixada. Inicialmente, os estatutos de 1306-1307 preveem uma multa de 100 *solidos* de Modena, mas uma deliberação de 7 de Outubro de 1306 torna possível o aumento desse valor até a soma de 200 *libras* modenenses.⁴⁷² Um indicativo de que a situação de inadimplência em relação a essa obrigação de partir em embaixada devia ser bastante recorrente no período.

O número de embaixadores presentes em um envio variava substancialmente nas diversas deliberações sobre essa figura nesse estatuto. Primeiro, a deliberação de 6 de Fevereiro de 1306 discrimina o uso de 2 indivíduos⁴⁷³, a de 9 de Março do mesmo ano, 6

⁴⁷⁰“Die veneris sextodecimo mensis septembris. Glosa: IIII.º Quod quatuor nunci debeant servire d. potestati et capitaneo et de eorum salario. Item, si placet dicto consilio quattuor nuncii comunis debeant custodire palacia comunis et populi Mutine et servire dominis potestati, capitaneo et suis familiis de die et de nocte et claudere et aperire palacia et alia facere que fuerint neccessaria pro eorum officiis exercendis, ad salarium quod consilio placuerit; et quod massarius comunis Mutine, qui nunc est vel pro tempore fuerit, possit et debeat eis facere solutionem predictam sine sui preiudicio et gravamine; et quod massarius nunciorum teneantur eos eligere et domini potestas et capitaneus et sue familie possint eos compellere predicta facere.” *Op. cit.*, p. 311.

⁴⁷¹“Die iovis .XVII. mensis februarii. Glosa: De ellectione nuntiorum. Item, providerunt dicti sapientes quod in dicto consilio eligantur ad brevia centum nuntii qui tenenatur facere ambaxatas et eorum officium exercere secundum formam statutorum loquentium de eorum officiis, ambaxatis et relationibus et nichil acipere debeant ultra formam contentam in dictis statutis, et nullam insigniam habere debeant super capelinis rubeis ipsorum. Item, elligantur in dicto consilio duodecim nuncii qui sint specialiter et maxime deputati ad officium domini capitanei, in quorum capelinis sint et esse debeant insignia de armis populi Mutine. Et dictorum nunciorum omnium officium duret usque ad kallendas ianuarii, ab inde vero in antea duret per annum secundum formam statutorum.” *Op. cit.*, p. 31.

⁴⁷²“Die veneris predicta septimo mensis octubris. Glosa: Quod certi recusantes ire in ambaxata Fregnani possint condemnari in CC libr. Cum preceptum sit ambaxatoribus electis ad eundum ad terras Fregnani pro certa ambaxata eis imposita per dominos potestatem, vicarium domini capitanei et defensores populi, et certi recusent ire in dicta ambaxata et condemnari non possint nisi in centum sol. Mutin. pro precepto spreto, quid placet dicto consilio providere et ordinare quod condemnari possint recusantes in ducentis libris Mutine, non obstante aliquo statuto in contrarium loquente.” *Op. cit.*, p. 8.

⁴⁷³“Die dominico sexto februari. Glosa: De ambaxatoribus concessis dominis de Sala. Item, quod dominis Gruoni de Sala et Gentilino, pro eis et omnibus de ipsorum progenie et eorum familiaribus, concedantur et dentur per popullum et comune Mutine duo ambaxatores, expensis dicti comunis, ad eorum liberam voluntatem, ituri ad civitatem Bononie ad rogandum dominum potestatem, capitaneum, antianos et consules, populli defensores et preconsumem notariorum eiusdem civitatis quod predicti domini de Sala, amore comunis et populli Mutine, debeant extrahi et cancelari de banis et condemnationibus in quibus sunt in civitate predicta. Non obstantibus etc. Testes Petrus Conçetus et Petrus Teça banitores comunis Mutine.” *Op. cit.*, pp. 14 – 15.

embaixadores⁴⁷⁴ e a de 13 de Novembro de 1306, 4 dessas figuras.⁴⁷⁵ O número de 2 embaixadores reaparece na deliberação do dia 2 de Junho⁴⁷⁶, assim como o envio de 6 desses agentes nos dias 23 de Agosto⁴⁷⁷ e 7 de Outubro do mesmo ano⁴⁷⁸.

As menções ao número de embaixadores que compunham uma embaixada revelam-nos também as características esperadas dos indivíduos selecionados para tal tarefa. A supramencionada deliberação do dia 2 de Junho versa sobre a escolha de peritos em direito (*iurisperitii*), indivíduos de conhecimento legal (*legalis*) e sábios (*sapientes*) para o exercício da função de embaixador. No dia 28 do mesmo mês, menciona-se a necessidade de um embaixador possuir a característica de precavido (*providum*)⁴⁷⁹, e na deliberação do dia 16 de

⁴⁷⁴“Die nono mensis martii. In primis, cum hoc sit quod occasione page sessaginta peditum qui misi fuerunt ad custodiam castri Finalis cum uno capitaneo, viginti peditum qui iverunt ad custodiam Nonantule, duorum custodum cum uno capitaneo qui iverunt ad custodiam Sollarie, sex balisteriorum qui misi fuere ad custodiam turium de Canolis et Sancti Martini et pro ambaxatoribus qui iverunt Bononiam qui fuerunt sex, et pro certis laboreriis portarum civitatis et etiam castri finalis; (...).” *Op. cit.*, pp. 57 e 58.

⁴⁷⁵“Die domenico tercio decimo mensis novembris. Glosa: IIº super facto Fregnani. (...) Qui omnes in comuni concordia providerunt et deliberaverunt quod eligantur quatuor ambaxatores boni et discreti qui ire debeant in Fregnanum et habere debeant Manfredinum Rastaldum et alios et ab eis scire et exquirere si venire volunt ad mandata dominorum potestatis, capitanei, defensorum comunis et populi Mutine. Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, nº 14, vol. 1 e 2. Vol. 2. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. pp. 48 – 49.

⁴⁷⁶“Die iovis secundo iunii. Glosa: Quod ambaxatores dirigantur Parmam, Cremonam et Lucam et eis solvatur. Item, si placet dicto consilio quod duo ambaxatores iurisperitii cum uno sindaco transmittantur pro comuni Mutine ad civitatem Parme et Cremona occasione represaliarum et alius ambaxator legalis et sapiens ad civitatem Luce occasione robarie facte in Alpibus et quod massarius comunis possit libere et teneatur de pecunia comunis solutionem facere super dictis.” Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, nº 14, vol. 1 e 2. Vol. 1. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. p. 170.

⁴⁷⁷“Die martis XXIII mensis augusti. Glosa: VII. Quod massarius possit solvisse ambaxatoribus qui iverunt in Romagnam et Bononiam et in expensis ponere. Item, si placet dicto consilio, quod massarius comunis Mutine possit solvisse ambaxatoribus qui iverunt ad dominum Legatum in Romaniola et notario qui ivit cum dictis ambaxatoribus et sex ambaxatoribus et notario qui iverunt ad civitatem Bononie. Et quod dictas quantitates peccunie possit ponere in expensis comunis Mutine sine sui preiuditio et gravamine. Et eciam domino Bommartino de Cremona qui de presenti mense ivit ad dictum dominum Legatum pro factis comunis, mandato dominorum defensorum, et non obstante statuto quod loquitur quod quis non possit habere ultra duos ambaxiatis tempore eiusdem potestatis. *Ibid.*, p. 261.

⁴⁷⁸“Die veneris septimo mensis octubris. Glosa: IIIº De ambaxatoribus mictendis in Fregnanum. Item, providerunt quod cum provisum fuerit per quamplures sapientes electos per ipsos defensores tam de potentibus quam de populo civitatis Mutine ad providendum et deliberandum super bono et pacifico statu districtus Mutine et specialiter Fregnani et eciam super novitatibus que nunc occurrunt in districtu Mutine occasione Luchensium et Florentinorum qui videntur venire et veniunt in districtum Mutine, quod sex ambaxatores et unus notarius debeant ire in districtum Fregnani ad conferendum de concordia Fregnani cum Guidinello de Montecuculo et Manfredino Rastaldo, ac eciam ad dicendum et protestandum ex parte comunis Mutine dictis Luchensibus et aliis forensibus dictarum vicitatum quod non stente nec veniant in districtu Mutine;” Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, nº 14, vol. 1 e 2. Vol. 2. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. p. 3.

⁴⁷⁹“Die vigesimo octavo mensis iunii. Glosa: Quod ambaxatores concedantur pro liberatione prestibiteri Amorini. Vobis dominis potestati, capitaneo et defensoribus populi Mutine supplicat cum devotione dominus Aymericus de Pulinago, qui est de populo Mutine, quatenus honore vestri et populi Mutine velit mittere expensis comunis Mutine unum providum ambaxatorem reverendo patri domino Legato ad supplicandum eidem domino quod ipse veli, precibus, gratia et amore populi et comunis Mutine, mittere a se ipso duos sapientes et honestos fratres aut aliquem vel aliquos de suis familiaribus marchioni Estensi et domino episcopo Ferrariensi, quod ipsi, gratia et amore dicti domini Legati, relaxent et relaxari faciant dompnium Amorinum suum filium qui indebite et sine causa in carceribus dicti marchionis detinetur, faciendo hec firmari in consilio populi, et quod massarius generalis comunis possit libere et teneatur de pecunia dicti comunis solutiones

Outubro a qualidade de discreto (*discretum*).⁴⁸⁰ E por último, encontramos o termo bons (*boni*) na deliberação de 13 de Novembro de 1306.⁴⁸¹

Em uma deliberação do dia 29 de março, lemos a menção a frades minoritas e pregadores utilizados pela comuna de Modena como embaixadores para a negociação de prisioneiros com a cidade de Ferrara.⁴⁸² O emprego de frades com tal finalidade não é circunscrito a tal deliberação, reaparecendo em rubricas promulgadas nos dias 9⁴⁸³ e 29 de Abril⁴⁸⁴, na qual dois frades eleitos para negociar a liberação de prisioneiros modenenses em Ferrara são chamados pelo termo *ambaxatores*.

facere occurrentes pro predictorum executione.” Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, n° 14, vol. 1 e 2. Vol. 1. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. p. 194.

⁴⁸⁰“Die dominico sextodecimo mensis octubris. Glosa: II° Quod represalie inter comune Mutine et comune Parme suspendantur hinc ad kalendas novembris. *Item, quid placet dicto consilio providere et firmare super infrascriptis litteris missis comuni Mutine per potestatem, capitaneum, ançianos, primicirios, consilium et comune civitatis Parme, quarum tenor talis est. Nobilibus et potentis viris dominis Iohanino de Sancto Vitale potestati, Guidoni de Anghinolfis vicario nobilis militis domini Bartholini de Foliano capitanei civitatis Mutine, sedecim defensoribus comunis, consilio et comuni civitatis eiusdem, comes Bernadinus de Conio potestas, Franciscus de Anguxolis capitaneus societatis et populi Parme, ançiani, primicirii, consilium et comune civitatis eiusdem salutem et prosperos ad vota successus Audita et intellecta ambaxata nobis exposita per providum et discretum virum dominum Paxinum de Coltre ambaxatorem vestrum ex parte vestra, qui a nobis peciit ut suspenderemus represalias datas et concessas quibusdam civibus Parme contra comune et homines mutine, habita super predicta ambaxata deliberatione sapientum, ita duximus breviter respondendum, quia desiderantes habere concordiam vobiscum, quam nostri maiores sempre habuerunt, et volentes tollere omnem materiam discordiarum, deliberavimus suspendere dictas represalias et ipsas suspendimus hinc ad kallendas novembris proxime venturas;*” Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, n° 14, vol. 1 e 2. Vol. 2. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. pp. 12 – 13.

⁴⁸¹ “Die domenico tercio decimo mensis novembris. Glosa: II° super facto Fregnani. *Cum alias in consilio populi extiterit reformatum super facto Fregnani, quod remaneret in dominos potestatem, capitaneum et defensores populi qui penes se habere deberent dominum Manfredinum de Saxolo et alios sapientes quo secum habere vellent qui providere et deliberare deberent super predictis, et quicquid per ipsos provisum et deliberatum esset ad simile consilium populi reduceretur et secundum quod tunc dicto consilio placeret procederetur et fieret in predictis. Qui omnes in comuni concordia providerunt et deliberaverunt quod eligantur quatuor ambaxatores boni et discreti qui ire debeant in Fregnanum et habere debeant Manfredinum Rastaldum et alios et ab eis scire et exquirere si venire volunt ad mandata dominorum potestais, capitanei, defensorum comunis et populi Mutine.*” *Ibid.*, pp. 48 – 49.

⁴⁸² “Die vigesimo nono martii. A vobis dominis capitaneo et defensoribus populi Mutine petit dominus Raynerius archipresbiter plebis de Trebio, quatenus vobis placeat proponere et firmari facere in consilio populi quod massarius generalis comunis possit et debeat de omni pecunia comunis Mutine Libere dare et solvere eidem tres libr. et decem sol. mut., quas solvit de sua propria pecúnia pro comuni Mutine fratribus Predicatoribus et Minoribus qui primo iverunt Ferrariam causa tractandi relaxationem seu scambium carceratorum civitatis Mutine pro honore et utilitate dicti comunis. “Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, n° 14, vol. 1 e 2. Vol. 1. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. pp. 102 – 103.

⁴⁸³“Die nono aprilis. *Item, quid placet dicto consilio providere super petitione infrascripta, tenor cuius talis est: Supplicat ser Aymericus de Pullinago civis Mutine, qui est de populo Mutine, quatenus amore Dei et gracia cleri Mutinensis et pro substatione dicti ser Aymerici lumine oculorum carentes vobis placeat proponere et firmari facere in consilio populi quod ipse possit licite et impune cum licentia vestri mittere duos fratres religiosos expensis comunis quos duxeritis eligendos ad marchionem Estensem, qui dompnum Amorinum sacerdotem suum filium in carceribus crudelibus tenet alligatum, ad procurandum verbis et opere quibus instruxeritis eos penes dictum marchionem qui ipsum dompnum Amorinum velit, ut promisit et convenit, relaxare, et quod massarius comunis possit et teneatur de avere comunis solvere et satisfacere dictis ambaxatoribus secundum quod dicti defensores duxerint declarandum libere et impune.* *Ibid.*, p. 116 – 117.

⁴⁸⁴“Die vigesimo nono aprilis. Rubrica: Quod restituatur certa quantitas pecunie certi singularibus personis. *Supplicat vobis dominis potestati, capitaneo et defensoribus populi Mutine dominus Bonadamus de Boschettis archipresbiter de Curtili et dominus Symon de Boschettis de Rubiano, quatenus vobis placeat approbare et ad consilium populi proponere et reformari facere, consideratis laboribus et expensis suis et periculo personarum*

Por último, entre as informações sobre os indivíduos utilizados para exercer a função de embaixador, deparamo-nos com a deliberação do dia 10 de Dezembro de 1306, na qual se afirma que metade dos embaixadores escolhidos para a realização de uma embaixada deviam pertencer aos setores nobiliárquicos (*nobilibus*) e magnáticos (*magnatibus*) da população da comuna de Modena e a outra composta pelos “melhores entre os populares” (*melioribus popularibus*).⁴⁸⁵

Em relação aos valores que deveriam receber os indivíduos nomeados como embaixadores pelos dias em que estivessem em missão, esse estatuto, devido a sua forma de registrar temporalmente as rubricas, apresenta somas diversas ao longo do 1 ano e meio no qual esse texto foi redigido. Percebemos uma constante tentativa de atualização e incremento da quantidade de *solidi* e cavalos destinados a esses agentes nesse período, com a criação de reformas e emendas às deliberações anteriores de modo a poder criar exceções ao que foi dito e elevar esse montante. Começamos com o valor de 1 *libra* de Modena por dia na deliberação do dia 9 de Março de 1306⁴⁸⁶, depois de 21 *solidos* por dia até o montante de 8

suarum in quo fuerunt, quod massarius generalis comunis Mutine de pecunia comunis det et restituat eis quatuor libr. et decem sol. mut. quos dederunt et expendiderunt in frate Benvenuto de ordine Minorum et socio et in famulis ipsorum pridie quando predicti fratres iverunt et missi fuerunt pro comuni Mutine Ferrariam pro faciendo scontrum et cambium carceratorum, et hoc cum dominis de Savignano sit iam satisfactum de suis expensis sine preiudicio dicti massarii.” Op. cit., pp. 142 – 143.

⁴⁸⁵“Die sabati decimo mensis decembris. Glosa: Quod duo ambaxatores mittantur ad dominum Legatum pro pace tractanda inter ipsum et Bononienses. Item, providerunt et deliberaverunt dicti domini defensores, una cum sapientibus predictis, super ambaxata relata per ambaxatores comunis Bononie, licet remaneret in provisione et deliberatione eorum, et quod quicquid per ipsos provisum et factum esset super predictis, valeret et teneret et esset firum quod ad consilium populi proponatur. Quid placet ipsi consilio providere et deliberare quod quatuor ambaxatores, duo de nobilibus et magnatibus et duo de melioribus popularibus, mittantur ad dominum Legatum pro pace tractanda et componenda iuxta posse inter dictum dominum Legatum et comune Bononie, ducendo quilibet ex dictis ambaxatoribus cum eo quatuor equos ad sallarium viginti octo solidorum Mutine pro quolibet eorum et qualibet die, et quod massarius generalis comunis Mutine, sine sui preiudicio et gravamine, possit et debeat solvere et satisfacere dictis ambaxatoribus de pecunia et avere comunis Mutine.” Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, nº 14, vol. 1 e 2. Vol. 2. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. p. 90.

⁴⁸⁶“Die nono mensis martii. In primis, cum hoc sit quod occasione page sessaginta peditum qui misi fuerunt ad custodiam castri Finalis cum uno capitaneo, viginti peditum qui iverunt ad custodiam Nonantule, duorum custodum cum uno capitaneo qui iverunt ad custodiam Sollarie, sex balisteriorum qui misi fuere ad custodiam turium de Canolis et Sancti Martini et pro ambaxatoribus qui iverunt Bononiam qui fuerunt sex, et pro certis laboreriis portarum civitatis et etiam castri Finalis; que expense sunt infrascripte: in primis centum octoaginta libr. mut. Pro dictis sessaginta custodibus castri Finalis pro uno mense; item sex libr. mut, pro capitaneo dictorum custodum pro uno mense; item decem et octo libr. dictis sex balisteriis qui iverunt ad dictas tures pro uno mense; item triginta libr. mut. Pro dictis viginti custodibus de Nonantula pro quindecim diebus; item duodecim libr. mut. Pro dictis duobus custodibus qui iverunt Sollariam et uno capitaneo cum eis pro uno mense; item viginti quatuor libr. mut. Pro. Sex milliariis lapidum, novem modiorum calcine, duodecim modiorum de sablone, sex sestariis pro conducendis dictis lapidibus, calcina et operibus magistrorum qui misi fuerunt ad castrum Finalis pro dicto opere faciendo. Item vigintiquatuor libr. mut pro sex ambaxatoribus qui nuper iverunt Bononiam pro quatuor diebus; Item quinquaginta sex libr. et sex sol. mut. Pro laboreriis portarum civitatis Mutine. Et quod predictis de causis oporteret habere pecuniam in comuni Mutine et dicta pecunia munito accepta fuerit occasione faciendi solutiones predictas a certis hominibus civitatis Mutine, que pecunia ad presens oportet restitui; quid placet consilio providere et reformare quod massarius generalis comunis Mutine ponat predictos denarios in introito et expensis comunis et quod dictis mutuatoribus debeat satisfieri de predictis denariis acceptis occasionibus supradictis de primis denariis qui venerint in comuni de

libras e 8 *solidos* na deliberação de 13 de Julho de 1306⁴⁸⁷ e o mesmo valor na de 7 de Outubro desse ano.⁴⁸⁸ Na já acima mencionada deliberação de 10 de Dezembro de 1306 são indicados os valores de 28 *solidos* por dia e determinados o número de 4 cavalos para cada um dos embaixadores que compõem o envio – o texto prevê a partida de 4 embaixadores nessa rubrica –, ou seja, uma embaixada composta de 16 desses equinos. Por último, o maior valor previsto para o pagamento desses agentes nessa redação estatutária pode ser obtido na leitura da disposição do dia 19 de Dezembro de 1306, na qual se versa sobre a remuneração de 100 libras de Modena.⁴⁸⁹

Essas modificações nos valores são acompanhadas de uma reiteração incessante de que o Massário da comuna estava autorizado e devia remunerar os embaixadores que partiam em missão. Encontramos essa mesma informação expressa e reforçada nas deliberações dos dias 9 de Abril de 1306⁴⁹⁰, 18 de Abril⁴⁹¹, 15 de Maio⁴⁹², de 15 de Junho⁴⁹³, 28 de Junho⁴⁹⁴, 2 de

daciis comunis Mutine.” Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, nº 14, vol. 1 e 2. Vol. 1. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. pp. 57 – 58.

⁴⁸⁷“Die tertio decimo iulii. Glosa: De solution ambaxatorum de Raço. *Item, quod massarius generalis comunis potuerit libere solvisse dominis Francisco de la Mirandola et Bartholomeo de Buschitis, qui iverunt et steterunt pro ambaxatoribus comunis ad parlamentum factum apud Razolum quatuor diebus, octo libras et octo soldos mut., ad rationem viginti unius sol. mut. pro quolibet eorum et quolibet die.*” *Ibid.*, p. 212.

⁴⁸⁸“Die veneris septimo mensis octubris. Glosa: IIIº De ambaxatoribus mictendis in Fregnanum. *Item, providerunt quod cum provisum fuerit per quamplures sapientes electos per ipsos defensores tam de pontetibus quam de populo civitatis Mutine ad providendum et deliberandum super bono et pacifico statu districtus Mutine et specialiter Fregnani et eciam super novitatibus que nunc occurrunt in districtu Mutine occasione Luchensium et Florentinorum qui videntur venire et veniunt in districtum Mutine, quod sex ambaxatores et unus notarius debeant ire in districtum Fregnani ad conferendum de concordia Fregnani cum Guidinello de Montecuculo et Manfredino Rastaldo, ac eciam ad dicendum et protestandum ex parte comunis Mutine dictis Luchensibus et aliis forensibus dictarum vicitatum quod non stente nec veniant in districtu Mutine; et eciam duodecim capitanei de pontetibus et populo Mutine, occasione novitatum predictarum, mittantur et ire debeant expensis comunis Mutine ad partes superiores et inferiores districtus civitatis predictae ad sallaria viginti unius sol. Mutin. Pro quolibet dictorum ambaxatorum et pro quolibet die quo steterint in ambaxata predicta (...)*” Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, nº 14, vol. 1 e 2. Vol. 2. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. p. 3.

⁴⁸⁹“Die Lune decimo nono mensis decembris. Glosa: Vº Quod massarius possit solvisse ambaxatoribus qui iverunt Regium et Mantuam. *Item, quod massarius generalis comunis Mutine, sine sui preiudicio et gravamine, possit solvere et solvisse de peccunia et avere comuni Mutine ser Bartholameo de Riciis notario ambaxatoris comunis Mutine qui ivit pro comuni Mutine ad civitatem Regii, occasione certorum dacioprum et pedagogorum que dicuntur facta esse et imposita super merchadandiis que conducuntur et decetero conducentur Mantua Mutinam per districtum Regii, usque in quantitatem quadraginta et octo sol. Mut. pro solutione quatuor dierum, et quatuordecim sol. Mut. in alia parte pro certis expensis scripturarum factarum per ipsum ser Bartholamenum in dicta civitate Regii de precepto defensorum, non obstante statuto quod liquitur “Quod nullus possit ire ultra quam in duas ambaxatas comunis tempore unius eiusdem postestatis”; et dominis Guillelmo de Occulis et Guillelmo de Carobio ambaxatoribus comunis Mutine, qui iverunt pro comuni ad civitatem Mantue occasione novitatum factarum per capitaneum et comune Mantue peregrino de Malclavellis, Iohanni de Montibus et Gilio de Benedictis detentis in civitate Mantue cum suis merchationibus occasione unius condemnationis centum libr. Mutine facte in Octobonum Bachini de Mantua secundum formam statutorum comunis.*” *Ibid.*, p. 105.

⁴⁹⁰“Die nono aprilis. Glosa: Quod concedatur unus ambaxator pro relaxatione presbiteri Amorini. *Item, quid placet dicto consilio providere super petitione infrascripta, tenor cuius talis est: Supplicat ser Aymericus de Pullinago civis Mutine, qui est de populo Mutine, quatenus amore Dei et gracia cleri Mutinensis et pro substentatione dicti ser Aymerici lumine oculorum carentes vobis placeat proponere et firmari facere in consilio populi quod ipse possit licite et impune cum licentia vestri mittere duos fratres religiosos expensis comunis quos duxeritis eligendos ad marchionem Estensem, qui dompnum Amorinum sacerdotem suum filium in carceribus crudelibus tenet alligatum, ad procurandum verbis et opere quibus instruxeritis eos penes dictum*

Julho⁴⁹⁵, 13 de Julho⁴⁹⁶, 14 de Agosto⁴⁹⁷, 5 de Setembro⁴⁹⁸, 13 de Setembro⁴⁹⁹, 7 de Outubro⁵⁰⁰, 25 de Outubro⁵⁰¹, 23 de Novembro⁵⁰², 9 de Janeiro de 1307⁵⁰³, 10 de Fevereiro de

marchionem qui ipsum dompnum Amorum vellet, ut promisit et convenit, relaxare, et quod massarius comunis possit et teneatur de avere comunis solvere et satisfacere dictis ambaxatoribus secundum quod dicti defensores duxerint declarandum libere et impune.” *Respublica Mutinensis (1306 – 1307)* a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, n° 14, vol. 1 e 2. Vol. 1. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. pp. 116 – 117.

⁴⁹¹“Die decimo octavo aprilis. Quod satisfiat ambaxatoribus et notariis ituris Bononiam pro comuni Mutine. *Item, si placet dicto consilio quod massarius generalis comunis Mutine possit et teneatur de avere comunis dare et solvere libere et impune ambaxatoribus et notariis ituris in proximo pro comuni Mutine et negociis ipsius comunis ad civitatem Bononie id quod habere debent secundum formam statutorum, quorum nomina intelligantur expressa et declarata in posta presenti et reformatione sequenda.*” *Ibid.*, p. 129.

⁴⁹²“Die quintodecimo maii. Rubrica: De expensis facti et faciendis pro ambaxatoribus. *In primis, si placet dicto consilio quod massarius generalis comunis Mutine possit et teneatur sine preiudicio sui et suorum notariorum solvere et solvisse de pecunia et avere comunis Mutine ambaxatoribus et notariis qui iverunt et ire debent ad civitates Bononie, Regii, Parme et Cremone in servitio comunis Mutine, et etiam Mantuam et Veronam pro comuni Mutine in servitio comunis Regii, et etiam sindico comunis qui ivit ad vicarium comitis Romandiole, id quo habere debent secundum formam statutorum comunis, qui omnes iverunt seu ire debent secundum reformationem consilii octingentorum.*” *Ibid.*, p. 152.

⁴⁹³“Eodem die quintodecimo iunii. Glosa: Quod ambaxator mittetur Bononiam pro facto comunis Sancti Cesarii. *In reformatione cuius consilii, facto partito per dictum dominum vicarium cum fabis albis et nigris, placuit ponentibus fabas albas, qui fuerunt ducenti viginti duo, quod super dicta prima posta comunis et hominum Sancti Cesarii procedatur hoc modo, videlicet: quod pro comuni Mutine et expensis ipsius comunis mittatur comuni Bononie unus sapiens ambaxator ad exponendum iniquitatem et iniuriam que fit et infertur predictis de Sancto Cesario et innocentiam eorum et instandum et procurandum cum effectu, si poterit, quod ipsi non banniantur et quod desistatur a turbationibus et violentiis que eis cotidie inferruntur; et si banniti sunt, quod banna eis data tollantur et cancellentur et ad dicendum et procurandum omnia et singula que congoverit expedire pro executione predictorum. Et si contigerit quod vota ipsius ambaxatoris impleantur, bene quidem; alias de responsione ei facienda per comune Bononia fiat propositio in consilio populi Mutine, et, secundum quod dicto consilio placuerit, procedatur ulterius. Et quod massarius comunis Mutine possit libere et teneatur de pecunia dicti comunis ipsi ambaxatori facere solutionem. Fabe nigre in contrarium posite fuerunt nulle. Approvata per examinadores.*” *Ibid.*, p. 182.

⁴⁹⁴“Die vigesimo octavo mensis iunii. Glosa: Quod ambaxatores concedantur pro liberatione presbiteri Amorum. *Vobis dominis potestati, capitaneo et defensoribus populi Mutine supplicat cum devotione dominus Aymericus de Pulinago, qui est de populo Mutine, quatenus honore vestri et populi Mutine velit mittere expensis comunis Mutine unum providum ambaxatorem reverendo patri domino Legato ad supplicandum eidem domino quod ipse veli, precibus, gratia et amore populi et comunis Mutine, mittere a se ipso duos sapientes et honestos fratres aut aliquem vel aliquos de suis familiaribus marchioni Estensi et domino episcopo Ferrariensi, quod ipsi, gratia et amore dicti domini Legati, relaxent et relaxari faciant dompnum Amorum suum filium qui indebite et sine causa in carceribus dicti marchionis detinetur, faciendo hec firmari in consilio populi, et quod massarius generalis comunis possit libere et teneatur de pecunia dicti comunis solutiones facere occurrentes pro predictorum executione.*” *Ibid.*, p. 194.

⁴⁹⁵“Die secundo mensis iulii. Glosa: De Pecunia invenianda pro necessitatibus comunis. *Item, cum apud massarium generalem comunis Mutine non inveniatur pecunia ac etiam non sint redditus comunis qui ad presens sint ad terminum, et necessaria sit pecunia comuni Mutine causa solvendi custodibus Finalis et aliorum castrorum, quid placet dicto consilio providere unde debeat haberi pecunia dictis de causis, et etiam causa solvendo spiis, ambaxatoribus, notariis et nuntiis comunis, et per quos debeant mitti, et etiam pro habendis duobus nuntiis, expensis dicti comunis, necessariis ad officium defensorum, et quantum possit in hiis expendi et per quos.*” *Ibid.*, p. 199.

⁴⁹⁶“Die tertio decimo iulii. Glosa: Quod liceat defensoribus expendere C soldos quolibet mense ultra XXV libras ordinatas. *Item, quod massarius generalis comunis potuerit libere et impune expendisse et solvisse, ultra quantitatem vigintiquinque lib. Mut. quam ei, mandato defensorum populi, licet singulis mensibus expendere, sex lib. et decem et septem sol. mut. in ambaxatoribus, spiis et nuntiis; et etiam quod possit libere et teneatur solvere et expendere dicta de causa, mandato defensorum populi, illam quantitatem pecunie, ultra vigintiquinque lib. singulis mensibus concessas, quam consilium populi duxerit expremendam.*” *Ibid.*, p. 213.

⁴⁹⁷“Die dominico quartodecimo mensis augusti. Glosa: Quod massarius possit solvisse certas expensas factas et defensores suo tempore possint expendere abhinc in antea XXV lib. Mutine. *Cum hoc sit quod expensita sit quantitas peccunie quam expendere possunt defensores populi Mutine quolibet mense in notariis, spiis et nunciis transmittendis ad civitatem Bononie, Ferarie, Mantue et Verone et ad dominum Legatum in Romaniola et ad alias partes ad quas mitti necessarium visum fuit dictis defensoribus. Et cum continue necessarium sit, propter diversas et varias novitates occurrentes in civitatibus et locis predictis, quod notarii, nuncii et spie*

1307⁵⁰⁴, 19 de Fevereiro de 1307⁵⁰⁵ e no dia 23 de Fevereiro do mesmo ano⁵⁰⁶. Esses elementos levam-nos a refletir se tais pagamentos não eram constantemente negligenciados na comuna, e, por isso, precisavam desse reforço contínuo.

mittantur ad loca predicta, proponunt, si placet dicto consilio, providere et firmare quod dicti defensores possint expendere illam quantitatem peccunie que fuerit necessaria in dictis notariis, nunciis et spiis transmittendis ad loca predicta et alio quo fuerit neccessarium. Et quod massarius generalis possit licite et impune solvere et solvisse et satisfacere dictis notariis, nunciis et spiis de peccunia et avere comunis et eciam quod dictus massarius possit solvere massario laboreriorum illam quantitatem pecunie quam ipse expendit in faciendo reaptari foveas (...).” Op. cit., p. 244.

⁴⁹⁸“Die Lune quinto mensis septembris. Glosa: VI^o Quod massarius possit solvere et solvisse certas expensas usque in X. libr. et quod possit dare certam quantitatem peccunie massario laboreriorum. *Item, quod massarius generalis comunis Mutine, sine sui et suorum notariorum preiudicio et gravamine, possit libere et impune solvere et solvisse notariis et nunciis missis per defensores mensis augusti usque in quantitatem decem libr. mut., ultra illam quantitatem viginti quinque libr. quam expendere poterant dicti defensores in ambaxatoribus, notariis et spiis secundum reformationem consilii populi. Et quod ipse massarius generalis comunis Mutine licite et impune possit et debeat dare et solvere, de peccunia et avere comunis Mutine, massario laboreriorum comunis peccuniam sufficientem pro expensis factis et faciendis per ipsum massarium laboreriorum in faciendo cooperiri palacia comunis et in aliis iustis et necessariis comunis.” Op. cit., p. 299.*

⁴⁹⁹“Die martis terciodecimo mensis septembris. Glosa: II^o Quod massarius possit solvere et solvisse ambaxatoribus, notariis et spiis peccuniam neccessariam in predictis. *Item, si placet dicto consilio quod massarius generalis comunis Mutine, sine sui et suorum notariorum preiudicio et gravamine, possit solvere et solvisse de peccunia et avere comunis Mutine ambaxatoribus, spiis, nunciis et notariis qui iverunt seu ibunt, serviverunt seu serviente comuni Mutine, de eorum precepto et volutante, in iustis et necessariis causis, usque ad quantitatem neccessariam in predictis vel aliter sicut consilio placuerit.” Op. cit., p. 305.*

⁵⁰⁰“Die veneris septimo mensis octubris. Glosa III^o De peccunia inveniendi in comuni Mutine que est VI libr. *Item, providerunt et in concordia fuerunt dicti domini defensores quod ad dictum consilium proponatur et in ipso consilio reformetur: Quid placet dicto consilio providere et ordinare de habendis VI libr. mutin. pro solvendis debitis comunis Mutine hactenus per alios defensores factis et solvendis expensis futurorum custodum et capitaneorum castrorum comunis Mutine, et eciam aliis expensis faciendis et factis in sallaria dominorum potestatis et capitanei et beroariorum ipsorum, ac etiam ambaxatoribus, spiis, custodibus nocturnis et portarum civitatis Mutine et aliis officialibus comunis Mutine et in aliis expensis neccessariis in comuni usque ad kallendas januarii proximi, bene et diligenter visis et examinatis per sedecim infrascriptos sapientes ad hoc specialiter assumptos per defensores predictos, secundum quamdam reformationem de hoc factam per dictos defensores cum capitaneis artium et vigintiquinque sapientibus per portam ad hoc specialiter vocatis per defensores predictos, et omnibus existentibus de predictis in concordia nemine discrepante.” Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, n^o 14, vol. 1 e 2. Vol. 2. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. p. 4.*

⁵⁰¹“Die martis vigesimo quinto mensis octubris. Glosa: Quod licencia data comuni Luche per comune Mutine sit cassa. (...) *Et quod massarius generalis comunis Mutine, sine sui et suorum notariorum preiudicio et gravamine, debeat et possit solvere et satisfacere de peccunnia et avere comunis ambaxatoribus predictis qui ibunt ad dictam civitatem Luche pro predictis. Ibid., pp. 15 – 16.*

⁵⁰²“Die mercurii vigesimo tercio mensis novembris. Glosa: VI quod massarius possit solvisse ambaxatoribus qui iverunt in Fregnanum et alias expensas. *Item, quid placet dicto consilio quod massarius generalis comunis Mutine, sine sui preiudicio et gravamine, possit solvisse et solvere de peccunia comunis Mutine ambaxatoribus qui iverunt in Fregnanum causa concordie tractande et quod redirent ad mandata comunis Mutine prout alias reformatum fuit in consilio populi.” Ibid., p. 67.*

⁵⁰³“Die lune nono mensis ianuarii. Glosa: De uno ambaxatore mittendo ad civitatem Senarum pro certis prestationibus faciendis. (...) *et quod massarius generalis comunis Mutine, sine sui preiudicio et gravamine, possit et debeat solvere et satisfacere dictis ambaxatoribus et notariis de peccunia et avere comunis Mutine.” Ibid., p. 132.*

⁵⁰⁴“Glosa: Quod duo ambaxatores concedantur comuni Parme. (...) *et quod massarius generalis comunis Mutine, sine sui preiudicio et gravamine, possit, teneatur et debeat solvere et satisfacere dictis ambaxatoribus de pecunia et avere comunis Mutine. Fabe nigre posite in contrarium fuerunt quinqueginta quinque. Approbata per approbatores.” Ibid., p. 201.*

⁵⁰⁵“Die dominica decimanona mensis februarii. Glosa: II^o Quod duo ambaxatores mittantur ad civitatem Regii ad supplicandum de bono statu. (...) *et quod massarius generalis comunis Mutine, sine sui preiudicio et gravamine, possit, teneatur et debeat solvere et satisfacere dictis ambaxatoribus de peccunia et avere comunis Mutine. Fabe nigre posite in contrarium fuerunt novem. Approbata per approbatores. Ibid., p. 210.*

Interpretamos essas recorrentes renovações como um sinal da grande necessidade de envio desses agentes em um período de turbulência política, resultante da tentativa de reconfiguração do regime político da comuna, e da importância atribuída ao exercício de tal tarefa por parte das entidades dirigentes comunais. Essa impressão torna-se patente na leitura da deliberação do dia 9 de Março de 1306, na qual o pagamento dos 6 embaixadores modenenses enviados de, como vimos acima, 24 *libras* de Modena pelos seus 4 dias de participação em uma embaixada consta como uma das prioridades da comuna, que permite ao Massário retirar esse montante dos primeiros *solidi* arrecadados na cidade com a cobrança do *Dazio*^{507, 508}.

Assim como os estatutos produzidos em Bolonha, Verona e Ferrara abordados nessa pesquisa, a legislação estatutária modenense de 1306 – 1307 também faz menção a uma figura denominada de espião (*spia*). Cronologicamente ela primeiro aparece na deliberação do dia 17 de Fevereiro de 1306, que nos informa a necessidade de eleição de dois homens considerados “bons” (*bonos*) e “honestos” (*probos*) pelos defensores do povo de Modena para que esses exercessem o papel de espiões.⁵⁰⁹No dia 26 do mesmo mês e ano, uma rubrica intitulada “Sobre os espiões do Massário” é escrita versando sobre a reserva de 10 *libras* de Modena

⁵⁰⁶“Die iovis vicesimo tercio mensis februaryii. (...) et quod massarius generalis comunis Mutine, sine sui preiudicio et gravamine, possit teneatur et debeat solvere et satisfacere dictis ambaxatoribus de peccunia et avere comunis Mutine. Fabe nigre posite in contrarium fuerunt septem. Approbata per approbatores.” *Op. cit.*, p. 216.

⁵⁰⁷Trata-se de um imposto cobrado por qualquer tipo de bem e viver que provinha de fora da jurisdição da comuna ou em alguns casos, dos produtos comercializados dentro da própria comuna. FLORA, F.; CALDERINI, A.; LUZZATTO, G. REPACI, F. A.; RATTI, A. M.; DE NOVELLIS, L. “DAZIO e DOGANA” in: *Enciclopedia Treccani*. Versão online consultada no dia 25/06/2015.

⁵⁰⁸“Die nono mensis martii. In primis, cum hoc sit quod occasione page sessaginta peditum qui misi fuerunt ad custodiam castris Finalis cum uno capitaneo, viginti peditum qui iverunt ad custodiam Nonantule, duorum custodum cum uno capitaneo qui iverunt ad custodiam Sollarie, sex balisteriorum qui misi fuere ad custodiam turium de Canolis et Sancti Martini et pro ambaxatoribus qui iverunt Bononiam qui fuerunt sex, et pro certis laboreriis portarum civitatis et etiam castris Finalis; que expense sunt infrascripte: in primis centum octoaginta libr. mut. Pro dictis sessaginta custodibus castris Finalis pro uno mense; item sex libr. mut, pro capitaneo dictorum custodum pro uno mense; item decem et octo libr. dictis sex balisteriis qui iverunt ad dictas tures pro uno mense; item triginta libr. mut. Pro dictis viginti custodibus de Nonantula pro quindecim diebus; item duodecim libr. mut. Pro dictis duobus custodibus qui iverunt Sollariam et uno capitaneo cum eis pro uno mense; item viginti quatuor libr. mut. Pro. Sex milliariis lapidum, novem modiorum calcine, duodecim modiorum de sablone, sex sestariis pro conducendis dictis lapidibus, calcina et operibus magistrorum qui misi fuerunt ad castrum Finalis pro dicto opere faciundo. Item vigintiquatuor libr. mut pro sex ambaxatoribus qui nuper iverunt Bononiam pro quatuor diebus; Item quinquaginta sex libr. et sex sol. mut. Pro laboreriis portarum civitatis Mutine. Et quod predictis de causis oporteret habere pecuniam in comuni Mutine et dicta pecunia munito accepta fuerit occasione faciendi solutiones predictas a certis hominibus civitatis Mutine, que pecunia ad presens oportet restitui; quid placet consilio providere et reformare quod massarius generalis comunis Mutine ponat predictos denarios in introito et expensis comunis et quod dictis mutuatoribus debeat satisfieri de predictis denariis acceptis occasionibus supradictis de primis denariis qui venerint in comuni de daciis comunis Mutine.” *Repubblica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.* *Corpus Statutorum Italicorum*, nº 14, vol. 1 e 2. Vol. 1. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. pp. 57 – 58.

⁵⁰⁹“Die Iovis .XVII. mensis februaryi. Item, quod dicti defensores populli Mutine debeant eligere duos bonos et probos homines qui debeant superesse spiis.” *Ibid.*, p. 41.

todos os meses para a designação de espiões a serem enviados a serviço da comuna a qualquer lugar desejado pelo *Podestà*, o Capitão e os defensores de dita cidade.⁵¹⁰

A utilização de espiões pela comuna de Modena e a sua previsão em texto estatutário não é uma novidade dessa redação. A deliberação do dia 13 de Abril de 1306 apresenta uma rubrica na qual se faz menção a um “*usum spiarum*” (costume dos espiões) ao dissertar sobre o a possibilidade de ultrapassar o valor costumeiramente pago a esses agentes. Fala-se de 25 libras de Modena para o pagamento de um grupo de diferentes agentes compostos por embaixadores, mensageiros, espiões e guardiões das portas e dos muros das cidades, tornando clara a sua compreensão como um agente diferente daquilo que os *statutarii* entendiam por embaixador.⁵¹¹ O mesmo ocorre no dia 2 de Julho de 1306⁵¹², no qual se enfatiza no Conselho Geral a presença do espião entre um grupo de indivíduos cujos pagamentos eram prioritários para a comuna, e é reforçado nas deliberações de 2⁵¹³ e 23 de Agosto de 1306.⁵¹⁴

⁵¹⁰“Die sabati vigesimo sexto februarii. Glosa: De spiis Massarii. *Item, quod ipse massarius generalis possit et debeat, de precepto dictorum dominorum potestatis, capitanei et dictorum defensorum, expendere de pecunia dicti comunis, quolibet mense, decem libr. mut. Et ultra, sicut videbitur dicto consilio populli, si fuerit neccessarium, pro nunciis et spiis mitendis in servitium dicti comunis precepto dictorum dominorum potestatis, capitanei et defensorum in loci ubi voluerint.*” *Op. cit.*, p. 45.

⁵¹¹“Die tertio decimo aprilis. Rubrica: Quod singuli mensibus possint expendi .XXV. libras in spiis, ambaxatoribus, custodibus porte Sancti Lazari et bitifredorum. *In primis, quod domini potestas, capitaneus et defensores populi presentes et qui pro tempore fuerint usque ad kalendas iulii proximi venturi possint facere expendi de avere comunis Mutine in spiis, nunciis et ambaxatoribus mittendis pro factis et negociis comunis Mutine que plerumque emergunt de novo et emergere possunt et desiderant celleritatem et etiam pro solvendis custodibus positis et ponendis ad custodiam porte Sancti Lazari et bitifredorum positorum ad circulas civitatis vel burgorum Mutine pro custodia civitatis usque ad illam quantitatem que dicto consilio videbitur convenire, cum quantitas pecunie alias reformata expendi pro spiis non videatur sufficere ad usum spiarum.*” *Op. cit.*, pp. 125 – 126.

⁵¹²“Die secundo mensis iulii. Glosa: De pecunia invenienda pro necessitatibus comunis. *Item, cum apud massarium generalem comunis Mutine non inveniatur pecunia ac etiam non sint redditus comunis qui ad presens sint ad terminum, et necessaria sit pecunia comuni Mutine causa solvendi custodibus Finalis et aliorum castrorum, quid placet dicto consilio providere unde debeat haberi pecunia dictis de causis, et etiam causa solvendo spiis, ambaxatoribus, notariis et nuntiis comunis, et per quos debeant mitti, et etiam pro habendis duobus nuntiis, expensis dicti comunis, necessariis ad officium defensorum, et quantum possit in hiis expendi et per quos.*” *Op. cit.*, p. 199.

⁵¹³“Die martis secundo mensis augusti. *In reformatione cuius consilii, facto partito per dictum dominum vicarium cum fabis albis et nigris datis consiliariis in dicto consilio existentibus per bamptitores comunis Mutine et postea restitutis eisdem bamptitoribus per dictos consiliarios et numeratis per duos bonos homines et legales in presencia dicti consilii, placuit ponentibus fabas albas, qui fuerunt centum octuaginta, quod procedatur et fiat secundum quod in dicta reformatione continetur cum hac additione: quod massarius generalis comunis Mutine de prima peccunia que deveniet in comuni teneatur et debeat dictis tuschanis licite et impune restituere et reddere dictam quantitatem peccunie et de remuneratione et domo dictorum denariorum eis satisfacere ad libitum et voluntatem domini capitanei et defensorum populi; salvo quod dicti domini defensores in spiis et aliis neccessariis pro comuni possint expendere de denariis qui devenient in comuni quod decens et conveniens fuerit, non obstante presenti reformatione. Fabe nigre posite in contrarium fuerunt viginti due. Approbata per approbatores.*” *Op. cit.*, p. 228.

⁵¹⁴“Die martis XXIII mensis augusti. Glosa: Qualiter satisfieri debeat Tuschanis de V libr. Mut. quos mutuaverunt comunis. *Cum hoc sit quod accepte sint mutuo quingente libre Mutine a Tuscanis mutantibus in civitate Mutine causa solvendi custodibus castrorum Finalis, Nonantule et turrium de Canolis et Sancti Martini et reformatum fuerit quod dictum debitum solvi deberet de redditibus comunis Mutine et quod de dictis redditibus non posset expendi, nisi primo soluto dicto debito, excepto quam in spiis et aliis rebus*

Os estatutos de 1306-1307 informam-nos de casos nos quais as vestes utilizadas por esses agentes eram pagas pela comuna. Na deliberação do dia 28 de Outubro de 1306, deparamo-nos com a concessão de 4 *libras* e 9 *solidos* de Modena do Conselho Comunal para o pagamento de vestes de cor marrom do espião que entregava cartas ao castelo de Bragantino.⁵¹⁵

Terminada a análise das deliberações e rubricas dedicadas aos embaixadores nos estatutos comunais de Modena de 1306 – 1307, passemos agora para uma breve sistematização dos dados encontrados nesses documentos para estabelecer o ponto inicial de nosso estudo diacrônico da comuna.

Deparamo-nos nessa redação estatutária com um indivíduo denominado de embaixador, responsável por partir para fora da jurisdição de Modena, selecionado, remunerado e instruído pelas entidades dirigentes comunais – o *Podestà*, o Capitão, e os defensores da comuna –. Essa figura podia representar interesses de indivíduos específicos ou do Conselho Geral de Modena, mas, em ambos os casos, era prerrogativa dos dirigentes acima mencionados a sua escolha e a concessão da permissão de que partissem da comuna. As deliberações analisadas nas quais cidadãos requisitavam ao Conselho o envio de embaixadores para a libertação de seus parentes cativos foram indícios que nos permitiram chegar a essa conclusão.

Considerado hierarquicamente superior a um simples mensageiro nessa documentação, o embaixador não era visto como um oficial ou uma magistratura da comuna. Diversos eram os indivíduos que podiam ocupar tal função. Segundo o texto estatutário, pessoas como juristas, peritos em direito, pertencentes aos melhores entre o *Popolo* e os magnatas, e até mesmo frades minoritas e pregadores eram empregados como embaixadores por Modena. Características como sábios, bons, precavidos e discretos eram esperadas das pessoas selecionadas.

Tratava-se de uma tarefa de caráter obrigatório aos agentes escolhidos para exercê-la, com uma sanção prevista de 100 *libras* de Modena a quem a recusasse. O estatuto previa que

necessariis, et neccessarium fuerit quod redditus mensis expenderentur in salariis potestatis et capitanei et in aliis pluribus tam laboreriis quam aliis neccessariis causis et sic de dictis reditibus dictum debitum solvi non possit, quid placet dicto consilio providere deliberare et firmare unde possit solvi dictum debitum Tuschanorum.” Op. cit., p. 256.

⁵¹⁵“Die veneris vigesimo octavo mensis octubris. Glosa: II. Quod massarius possit solvere vestes spie Braghentini et capitanei qui iverunt in plebatu Trebii. Item, providerunt quod massarius generalis comunis Mutine, sine sui et suorum notariorum preiudicio et gravamine, possit et debeat solvere et solvisse, de peccunia et avere comunis Mutine, in vestibus brunelli, spie qui portavit bonas literas castri Braghentini quatuor libr. et novem sol. mut., et etiam quod dictus massarius possit dicto modo solvisse decem libr. et quindecim sol. mut. domino Bonifacio de Livignano et Guidocto de Guerixiis capitaneis transmissis in plebatum Trebii per domino defensores populi pro eorum salario pro decem diebus, ad rationem decem sol. mut. pro quolibet eorum et quolibet die.” Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, nº 14, vol. 1 e 2. Vol. 1. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932. p. 20.

tal multa fosse aumentada em casos específicos. Além disso, era considerada uma atividade de grande importância pela comuna, sendo o pagamento de embaixadores incluído entre aqueles considerados prioritários nas deliberações desse estatuto. Deparamo-nos com reiterados apelos de que o Massário da comuna remunerasse esses agentes mesmo quando esse tipo de gasto ultrapassava o previsto anteriormente pelo Conselho da comuna. O valor desses salários varia substancialmente ao longo do estatuto e há também a delimitação do número de montarias que essa figura deveria portar em missão – 4 cavalos.

A quantidade de embaixadores participantes de uma embaixada era bastante variada segundo cada envio – 2, 4 e 6 agentes mencionados –, todavia, uma pessoa não podia partir em mais de duas embaixadas durante o governo do mesmo *Podestà*. O texto estatutário, entretanto, apresenta possibilidades de que exceções fossem feitas a essa regra.

Esse estatuto também nos fornece indicações sobre os procedimentos e cerimoniais desses agentes. As embaixadas que conduziam deviam ter seus objetivos transportados por escrito e apresentados oralmente aos seus destinatários. Os embaixadores tinham uma certa liberdade em relação ao conteúdo dos seus envios, com a condição – sob pena de sanção e multa – de que qualquer coisa que fizessem foi proveitoso para a comuna.

Por último, discriminamos deliberações sobre a figura de um espião (*spia*) da comuna, um agente diferente do embaixador para os redatores desse estatuto, responsável pela exploração de informações de outras localidades fora da comuna de Modena. Tal agente recebia também um salário estipulado pelos estatutos e encontramos referências ao pagamento das vestes que usava. Poucas são as informações precisas sobre esse agente fora o já mencionado anteriormente.

Passemos agora para o estatuto da próxima redação estatutária de Modena que chegou até os nossos dias: os estatutos de 1327.

2.2. Os estatutos comunais modenenses de 1327 – 1420.

A situação de governo estabelecida com a revolta de 1306 não perdurou por muito tempo. Logo após a promulgação dos estatutos acima estudados, Modena foi invadida pelas forças imperiais, e esteve sobre o controle do vicário imperial Francisco Pico della Mirandola, caçado e expulso da cidade com a ajuda de Bolonha em 1312. No mesmo ano, a comuna foi oferecida pelos representantes de sua facção gibelina à dominação da senhoria dos Bonacolsi

de Mântua.⁵¹⁶ Esses, por sua vez, perderam o poder sobre Modena no ano de 1326, e após a sua expulsão definitiva da comuna, instaurou-se no território um governo sob alto patronato da Igreja. É desse período que data a promulgação dos estatutos de 1327, criados com o propósito de apaziguar os ânimos de uma entidade política que havia sofrido em menos de duas décadas intensas modificações políticas. As pretensões expressas na criação de tal texto estatutário, todavia, pouco duraram. Os *Podestà* instituídos pela Santa Sé acabaram filiando-se ao partido imperial com a invasão do Imperador Ludovico, o Bávaro, em Modena no ano de 1328. Uma vez instaurado o vicariado de Ettore da Panico – antes *Podestà* com anuência do Papa na comuna – a legislação estatutária recém-promulgada de 1327 passa por intensas modificações de modo a adequar-se a nova realidade política.⁵¹⁷

Tal sistema permanece até 1336, quando Modena é cedida pelo vicário imperial de novo ao domínio dos Este. Esses não destroem o texto do estatutos então vigentes, mas interferem grandemente em sua redação de modo a escamotear os elementos desse *corpus* estatutário que não correspondiam aos seus desígnios políticos. Por exemplo, adicionou-se ao texto novos proêmios ricamente adornados e dedicados ao marquês Obizzo e Nicolau de Este.⁵¹⁸ Devido a essa reforma expressiva é que esse estatuto é mais conhecido por suas características senhoriais do que por sua origem popular.

De acordo com Emilio Paolo Vicini, atribui-se principalmente a essa reforma estatutária a responsabilidade pela perda dos estatutos redigidos pela comuna durante o século XIII.⁵¹⁹ Ao contrário das redações estatutárias de outras cidades que analisamos até aqui nessa pesquisa, o texto desses estatutos não insistia nem previa a preservação dos manuscritos de versões anteriores dessa legislação, e talvez seja por isso que, suspeitamos, o autor defenda a responsabilidade de tal reforma na não conservação de tais documentos.

Esses estatutos foram editados uma única vez, em 1863, pelo marquês Cesare Campori, baseando-se em dois dos três manuscritos originais desses textos que chegaram até os dias de hoje e encontram-se depositados junto ao *Archivio Storico Comunale di Modena*. É por meio dessa edição que analisaremos essa legislação estatutária nessa pesquisa.

Ao contrário dos estatutos modenenses anteriormente analisados, a redação estatutária de 1327 é dividida em 7 livros. O primeiro deles trata-se de um livro dedicado à administração e à milícia, o segundo versa sobre a agricultura, as artes e a indústria, e o terceiro sobre os juízos. O quarto livro aborda os malefícios, o quinto os trabalhos sobre as águas e as estradas,

⁵¹⁶ VICINI, P. E. *Respublica Mutinensis: 1306 – 1307*. Milão: Hopli. 1929. p. XI.

⁵¹⁷ CAMPORI, C. “Del governo a commune in Modena secondo gli statute ed altri documenti sincroni”. In: *Statuta civitatis Mutine anno 1327 reformata*. Monumenti di Storia Patria delle Province Modenesi. Serie degli Statuti. Tomo I. Parma: Pietro Fiaccadori. 1863. p. XCVII.

⁵¹⁸ *Ibid.*, p. XII.

⁵¹⁹ VICINI, P. E. *Respublica Mutinensis: 1306 – 1307*. Milão: Hopli. 1929. p. VIII.

e o sexto é composto pelas rubricas sobre a fábrica de São Geminiano. O último livro é dedicado aos estatutos novíssimos, no qual são incluídos as reformas e adições de novas rubricas a esse *corpus* estatutário.⁵²⁰ Trata-se de um documento que teve uma longa vigência no território modenês, sendo somente substituído em 1420, após a supressão de outra revolta popular pelos marqueses de Este.⁵²¹

Na introdução de sua edição desses documentos, Cesare Campori faz um apanhado das principais informações disponíveis sobre a comuna de Modena nos estatutos de 1327. São 200 páginas nas quais o autor menciona o *Podestà*, os conselhos da cidade, as diversas magistraturas nelas contidas, a administração da justiça e outras informações bastante amplas. Entre os assuntos abordados, Campori realiza também uma pequena sistematização do conteúdo das rubricas dedicadas ao embaixador nessa redação estatutária modenese. Tomaremos esses comentários como ponto de partida em nossa análise desses agentes nesse texto, expandindo-os e aprofundando-os com a leitura da documentação.

O termo *ambaxata* aparece pela primeira vez em meio ao juramento do *Podestà*. Trata-se da rubrica de número IV dedicada ao séquito e aos cavalos desse agente.⁵²² Nela vemos que o *Podestà* e os membros de seu séquito – juízes, notários, *milites* e outros tipos de magistrados – podiam somente partir em embaixada fora da jurisdição da comuna modenese com a permissão de duas partes dos Anciãos do povo de Modena.

A primeira menção aos embaixadores (*ambaxatores*) é encontrada na rubrica de número XCV do primeiro livro desse estatuto, “Sobre as partidas dos oficiais, embaixadores, dos

⁵²⁰CAMPORI, C. “Del governo a commune in Modena secondo gli statute ed altri documenti sincroni”. In: *Statuta civitatis Mutine anno 1327 reformata*. Monumenti di Storia Patria delle Province Modenesi. Serie degli Statuti. Tomo I. Parma: Pietro Fiacadori. 1863. p. XII.

⁵²¹FOLIN, M. “Il governo degli spazi urbani negli statuti cittadini di area estense” In: DONDARINI, R.; VARANINI, G.M. e VENTICELLI, M. (orgs) *Signori, regimi signorili e statuti nel tardo medioevo*. Bolonha: Pàtron, 2003, pp. 337-366. p. 338.

⁵²²“Liber I, Rubrica IV. De familia potestatis et equis. *Potestas Mutine secum ducere debeat et tenere toto tempore sui regiminis quatuor bonos iudices et peritos et duos bonos milites unus quorum militum sit bene literatus et ad expensas ipsius Potestatis quilibet suorum iudicum, annis XXX majores et ad expensas ipsius Potestatis octo servientes et octo equos ad minus, quorum quatuor sint de armis, et venire debeat et esse in civitate dictus Potestas cum tota sua familia per octo dies ante introitum sui regiminis, in quibus octo diebus habeat ipse Potestas plenam jurisdictionem facere jurare omnes et singulos officiales electos et alios loco eorum qui renuntiaverint vel expresse non potuerint eligi et jurare facere secundum formam statuti Communis Mutine, et stare debeat continue ipse Potestas, iudices et milites ad regimen civitatis Mutine faciendum in civitate Mutine et districtu usque ad tempus sui regiminis completum nec alios possint loco ipsorum subrogare vel poenere vel camibare, salvo quod ipse potestas et quilibet de suis iudicibus predictis, et militibus possit ire, et stare extra civitatem Mutine, et districtum pro suis negotiis faciendis per decem dies tantum et non ultra sive una vice, sive pluribus iverit cum licentia duarum partium ancianorum populi, et facto partito ad fabas, et non aliter nec alio aliquo modo possit tum quilibet predictorum ire in ambaxata sive andata pro Comuni secundum formam et statutorum et provisionum et reformationum consiliorum, et possit etiam ipse Potestas mittere milites, vel iudices suos et quemlibet eorum per totum districtum Mutine pro maleficiis et malefactoribus Communis Mutine et debitoribus et eorum bonis perseguendis, capiendis et inquirendis et pro negotiis Communis quoties et quando ipsi potestati utile videbitur”. CAMPORI, C. *Statuta civitatis Mutine anno 1327 reformata*. Monumenti di Storia Patria delle Province Modenesi. Serie degli Statuti. Tomo I. Parma: Pietro Fiacadori. 1863. pp 10 e 11.*

núncios e dos espiões que devem ser escritas por um dos notários dos senhores ou dos Anciãos e dos defensores”.⁵²³ A rubrica informa que todas embaixadas realizadas pelos embaixadores da comuna deveriam ser escritas em um livro específico designado para esses envios. Trata-se no texto de um exemplar diverso daquele apontado para a escrita das partidas dos oficiais, o que confirma a permanência da consideração do embaixador como uma tarefa nos estatutos de Modena, como vimos na análise da redação de 1306 – 1307. Esse notário designado deveria escrever o dia específico no qual a embaixada ocorreu, a quantia que deveria ser paga a esses agentes – descontando já eventuais multas que esses deviam à comuna –, e os seus nomes. Esse procedimento é indicado no texto estatutário como obrigatório para que os embaixadores, as magistraturas e ofícios indicados na rubrica recebessem os seus pagamentos, e trata-se de uma inovação protocolar em relação aos documentos anteriormente analisados dessa comuna.

Esses estatutos apresentam a mesma diferença marcada entre a figura do *nuntius comunis* e o *ambaxator comunis* que a documentação produzida no momento de revolta popular em Modena. Vemos em meio a rubrica CLI do livro 1 o *nuntius* como aquele personagem responsável pelo anúncio dos condenados e banidos da comuna.⁵²⁴ Na rubrica

⁵²³“Liber I. Rubrica XCV. De scribendis andatis officialium, ambaxatorum, nunciorum et spiarum per unum ex notariis dominorum sive ancianorum et defensorum. *Item ordinaverunt quod omnes andate officialium Comunis, ambaxatorum, nunciorum et spiarum et omnium aliarum personarum que aliquid percipere debuerunt a Comuni Mutine aliqua occzione et quacumque de causa habere debent, debeant scribi per unum ex notariis dominorum ancianorum tantum ad hoc specialiter deputatis, tantum in uno libro per se, cronicam officialis cujuslibet scilicet officiales ordinarios per se et per extraordinarios per se et ambaxatorum per se et andata omnium qui iverint per episcopatum per se, et spiarum per se, et andata nunciorum per se et nomina aliarum personarum per se ponendo diem qua scripserit et numerum peccunie quam quis percipere et habere debebit a Comuni dimittendo tantum spatium penes nomen cujuslibet qui aliquid habere debebit a Comuni quod ibi fieri possit instrumentum solutionis et canzellatum per notarium massarii generalis Comunis Mutine, seu per notarium massarii blave Comunis, et de predictis fiat unus liber tantum, et massarius generalis Comunis Mutine et massarius blave Comunis non possint facere solutionem alicui nisi invenerint eum scriptum in dicto libro, et notarii massarii facta solutione incontinenti teneantur et debeant ipsam solutionem scribere in uno libro juxta nomen ejus cui fit solutio in formam publicam et ipsius nomina canzellare et dictos libros finito offitio per dictos notarios designare massario generali qui tunc fuerit et dicti massarii suis successoribus dictos libros designare teneantur.” Op. cit., p. 82.*

⁵²⁴“Liber I, Rubrica CLI. De officio nunciorum Comunis et eorum salario. *Nuncii Comunis Mutine debeant esse centum, quorum viginti tenere debeant equos pro Comuni Mutine toto tempore sui offitii, et eligantur quolibet anno ad brevia in consilio generali Comunis Mutine infra octo dies mensis januarii (vel alio modo secundum quod placuerit dominis vicariis, Potestatis, et duodecim sapientibus) et duret eorum officium per unum annum et habere debeant a comuni (capellinas quas portare debeant continuo in capite sub pena quinque solidorum Mutine pro qualibet vice) infulas vermiliis: et nullus possit esse nuncius Comunis qui non sit civis et continuus habitator Mutine et burgorum, nec aliquis qui sit scutifer, vassallus vel servus vel qui sit in banno Comuni, et si aliquis sit in banno receperit dictum offitium, et exercuerit contra aliquod predictorum cassetur ab officio et condempnetur in centum solidos Mutine. Et porte quilibet nuncius infulas rubeas in capite (cum insigniis dominorum marchionum), per palatium e civitatem et burgos continue, et mazam ligneam sine pena in manu ut cognoscantur; nec vadat in zopellis: et quilibet qui contrafecerit solvat pro banno quinque solidos mutinenses, et quilibet possit accusare et habeat medietatem. Et venire debeant nuncii ad palatium Comunis ad sonum campane, si fuerint in civitate vel burgis, nec inde se separare sine licentia Potestatis, vel ejus judicis, vel militis (vel aliorum officialium Comunis Mutine), et qui contrafecerit solvat pro banno quinque solidos mutinenses pro qualiet vice, medietas sit accusantis. Qui nuncii jurare debeant coram Potestate Mutine (et notariis camare) (...) Qui etiam nuncii teneantur per civitatem dare banna hominibussi eis preceptum fuerit a*

acima citada, ele também é discriminado como diverso do embaixador, tendo os seus afazeres registrados em um livro diferente pelos notários das entidades dirigentes comunais.

A constante insistência de que essa figura deveria receber o que lhe havia sido prometido pelo Mássario da comuna, presente nos estatutos de 1306 – 1307, é também repetida nessa legislação estatutária, como podemos ver nas rubricas XCVII “Sobre o pagamento por requisição a qualquer um”⁵²⁵ e CIII “Que cada e toda pessoa que servir à Comuna deva ser paga”⁵²⁶ do livro I, nas quais é presente essa informação.

Os principais dados acerca do embaixador apresentam-se em uma rubrica específica dedicada a esse agente nesse primeiro livro dos estatutos de Modena de 1327. Trata-se da rubrica de número CX “Sobre os embaixadores”, na qual encontramos a deliberação de que para os negócios comunais, nenhum embaixador poderia ser eleito senão os que fossem escolhidos pelos reitores, pelos Anciãos e pelos 9 sábios. Mantém-se, desta forma, a prerrogativa apresentada pelos estatutos de 1306 – 1307 das entidades dirigentes comunais na escolha dessas figuras. De novidade, vemos a regulamentação do número de embaixadores utilizados para a composição de uma embaixada para fora da jurisdição da comuna nessa legislação estatutária. Somente dois embaixadores podiam partir em um envio, com raras exceções julgadas pelas entidades dirigentes comunais.⁵²⁷

Há a permanência das deliberações aqui já exploradas dos estatutos de 1306 – 1307 sobre a possibilidade de privados também requisitarem embaixadores da comuna para a resolução de problemas que afetavam mais diretamente suas famílias, mas modificam-se as informações sobre quem deveria arcar com o custo desses agentes. De acordo com o texto da

Potestate vel ab aliquo officiali Comunis Mutine (...). Et si aliquis nuntius iverit pro aliqua personna capienda habeat, et habere debeat nuntius pro quolibet homine quem ceperit in civitate Mutine, vel burgis unum solidum mutinensem (...). Op. cit., pp. 146 – 151.

⁵²⁵“Liber I, Rubrica XCVII. De solutione per ordinem cuilibet. *Teneatur massarius generalis Comunis Mutine solvere per ordinem cuilibet persone que iverit pro Comuni expensis Comunis a die reversionis ordine computato, et etiam cuilibet alie persone que aliquid licite habere debet a Comuni aliqua occasione videlicet ambaxatoribus per se et intra se, officialibus per se, capitaneis locorum et castrorum Comunis Mutine per se, custodibus per se, et nunciis per se*”. *Op. cit.*, p. 83.

⁵²⁶“Liber I, Rubrica CIII. De solvendo omnibus et singulis personis que serviverunt Comuni. *Ordinatum est quod massarius generalis Comunis Mutine de avere Comunis Mutine sine omni tenore teneatur et debeat solvere omnibus et satisfacere omnibus officialibus ordinariis et extraordinariis Comunis Mutine, ambaxiatoribus, capitaneis et guardis castrorum et omnibus aliis personis que serviverunt Comuni Mutine tempore sui massaritici totum illud quod habere debuerint a Comuni pro suo officio seu premio vel salario vel expensis. Et hoc facere fieri teneatur Potestas antequam de suo regimine exeat. Et de hoc etiam teneatur massarius: quod si non fecerit de suo solvere teneatur. Et si Potestas, ita ut dictum est, solvi non fecerit in totum, circatores ejus in totum teneantur ipsum condemnare conquerenti in eo quod habere debeant a Comuni.*” *Op. cit.*, p. 85.

⁵²⁷“Liber I, Rubrica CX. De ambaxatoribus. *Pro negociis Comunis non mittantur aliqui ambaxiatores pro Comuni nisi secundum quod placuerit rectori, ancianis et novem sapientibus. Item quod non mittantur pro Comuni ultra duos ambaxiatores pro qualibet vice nisi secundum quod placuerit supradictis regiminibus. (...).*” *Op. cit.*, p. 90.

rubrica supramencionada, agora cabem aos próprios requerentes o custeio das despesas do envio mobilizado em seu favor.⁵²⁸

Reitera-se nesse estatuto que as instruções dos embaixadores deviam ser portadas por escrito e providas pelo *Podestà* da comuna, mas tornam-se mais estritas as tentativas de controle das capacidades de ação desses agentes. O texto da rubrica especifica que essas figuras não podiam proceder além de suas intruções ou algo delas omitir. Um aspecto interessante, além dessa questão de uma maior restrição em relação ao texto estatutário modenês, é adicionado nos estatutos de 1327 sobre o documento dessas instruções. Menciona-se a utilização de “*cartam testatam*” na confecção desse texto, ou seja, um tipo de papel oficial provido de elementos que certificavam a sua validade.⁵²⁹

Caso partissem para outra região fora da jurisdição da comuna, mas que não fosse propriamente uma cidade, podiam levar consigo 3 cavalos para toda a embaixada. Esse número transformava-se em 3 cavalos por embaixador presente quando o destino da missão era uma cidade de fato. A questão do destinatário também interferia no pagamento que esses agentes deveriam receber. A rubrica CX especifica que quando enviados ao Papa, ao Imperador e a qualquer outro rei, os embaixadores deveriam receber um salário determinado de acordo com a vontade dos sábios da comuna.⁵³⁰

Ainda na rubrica de número CX, deparamo-nos com as primeiras características apresentadas pela legislação estatutária de Modena de 1327 sobre os indivíduos que ocupavam a função de embaixador. Além das questões relativas ao destinatário do envio, a procedência dos indivíduos eleitos para a realização da tarefa também interferia grandemente no salário que deveriam receber, uma novidade dessa redação em relação aos estatutos anteriores. Mantém-se a indicação da utilização de nobres e populares, especificando que os juízes escolhidos que pertencessem ao povo (*popolo*) e estivessem inscritos no colégio dos juízes deveriam receber 40 *solidos* de Modena. Qualquer outro popular selecionado tinha direito a somente 25 *solidos* de Modena. Um nobre escolhido como embaixador tinha o valor

⁵²⁸“Liber I, Rubrica CX. De ambaxatoribus. (...) *Item quod pro facto alicujus singularis persone non debeant ire aliqui ambaxatores nisi expensis eorum qui eos postulaverint.*” *Op. cit.*, p. 90.

⁵²⁹“Liber I, Rubrica CX. De ambaxatoribus. (...) *Et Potestas teneatur dare, et dari facere per cartam testatam in scriptis ambaxatoribus Comunis Mutine, qui ad aliquem locum mitterentur pro Comuni Mutine totam eorum ambaxatam ad hoc ut ambaxatores non possint ultra procedere vel dimittere quod in ambaxata contineatur. Et ambaxatores teneantur ambaxatam quam citius poterunt expedire et domum redire.*” *Op. cit.*, p. 91.

⁵³⁰“Liber I, Rubrica CX. De ambaxatoribus. (...) *Et si ambaxatores iverint pro Comuni Mutine ad aliquod parlamentum vel alibi extra districtum Mutine, et non iverint ad aliquam civitatem possint ducere tres equos tantum. Si vero iverint ad aliquam civitatem possint ducere tres equos ad plus pro quolibet ambaxatore si plures fuerint ambaxatores de Mutina simul.*(...) *Additum est huic statuto et quod ambaxatores, et alie persone que iverint pro factis Comunis debeant recipere solutionem a Comuni et massarius Comunis teneatur ei solvere id quod continetur in statuto dicti massarii quod loquitur de predictis. Et si aliqui ambaxatores ituri essent vel iverint pro Comuni ad curiam Pape vel Imperatoris seu Regis vel alibi antequam eligantur ordinetur salarium eorum ad voluntatem sapientium ad hoc habendorum.*” *Op. cit.*, p. 91.

de 3 *libras* por cada dia em missão e por cada cavalo que levasse consigo previsto como sua remuneração.⁵³¹ Trata-se dos valores mais elevados por dia previstos na documentação estatutária da comuna até aqui analisada.

Apesar do aumento da remuneração destinada ao embaixador, não encontramos nesses estatutos a previsão de que esses agentes deveriam ser pagos de forma prioritária, como vimos nos estatutos de 1306 – 1307.

O caráter compulsório da embaixada designada é também confirmado nessa mesma rubrica, com exceções feitas àqueles que apresentavam justificativas justas e impedimentos reais. O mesmo indivíduo não podia partir em duas embaixadas durante o governo do mesmo *Podestà*⁵³², previsão já presente na redação anterior.

Nos estatutos de 1327 deparamo-nos também com referências à figura do espião já assinalada nos estatutos de 1306 - 1307. Primeiro, na rubrica acima mencionada, pertencente ao livro I e numerada de XCV, na qual, como o embaixador, esse agente também possui um livro específico no qual todas as suas missões são escritas por extenso por um notário do *Podestà* da comuna. O texto da rubrica não nos informa se tal documento devia ficar em segredo, uma vez composto, um elemento que recoloca a questão que levantamos ao encontrar referências a esse indivíduo nos estatutos de Bolonha: pertenciam eles de fato à dimensão do segredo como a compreendemos contemporaneamente? Além dessa rubrica, a legislação estatutária de 1327 - 1420 apresenta a informação de que tais agentes, agora com o domínio estense restabelecido na cidade, deveriam ser escolhidos e estar ao serviço do reitor de Modena.⁵³³

Todas as informações referentes ao embaixador nessa redação estatutária estão concentradas em seu primeiro livro e tratam-se somente das rubricas que lemos e estudamos até aqui. Podemos perceber a nítida redução da quantidade de deliberações e das informações disponíveis no texto estatutário sobre esse agente, aspectos que podemos melhor comentar com a sistematização dos dados até aqui encontrados nos estatutos de 1327 – 1420.

⁵³¹“Liber I, Rubrica CX. De ambaxatoribus. (...) *Statuimus quod ambaxatores et alie persone que iverint pro factis Comunis debeant recipere solummodo a Comuni et massario Comunis seu thesaurerio domini Regis, unus popularis judex qui sit scriptus in collegio judicum quadraginta solidos Mutine, et alius popularis qui non sit judex vigintiquinque solidos Mutine, et nobilis sive potens tres libras Mutine, pro quolibet et qualibet die quotienscumque equos duxerit, et massarius sive thesaurerius teneatur eis solvere dicta salaria antequam dicti ambaxatores exeant civitate pena vigintiquinque librarum Mutine.*” *Op. cit.*, p. 91.

⁵³²“Liber I, Rubrica CX. De ambaxatoribus. *Et non debeat quis compelli ire in aliqua ambaxata nisi semel ejusdem tempore Potestatis et tunc non compellatur modo aliquo, si juraverit se habere justam excusationem vel justum impedimentum tunc nec possit aliquis habere ultra duas ambaxatas tempore ejusdem Potestatis.*” *Op. cit.*, p. 91.

⁵³³“Liber I. Rubrica CCVII. De spiiis et nunciis mittendis ad utilitatem Potestatis et ancianorum. *Item statutum est quod rector cum consilio defensorum populi Mutine possit mittere spias, et nuncios ad suam voluntatem pro factis seu utilitatibus Comunis et dicte societatis de concordia defensorum quot et quando ei placuerit. Et massarius teneatur eis solvere de avere Comunis ad voluntatem rectoris et ancianorum.*” *Op. cit.*, p. 196.

No processo de retorno de Modena à jurisdição do marquês de Este, vemos algumas mudanças significativas em relação à regulamentação estatutária da função do embaixador. Primeiro, os embaixadores solicitados por privados deixam de ser remunerados pela comuna, que mantém, todavia, a jurisdição das entidades dirigentes comunais – que respondiam diretamente ao senhor estense – na nomeação desses indivíduos.

As informações sobre as pessoas escolhidas para ocuparem tal função também mudam na reinclusão de Modena à senhoria estense. Mantém-se as referências à utilização de juízes e às diferentes proveniências dos embaixadores, seja do popolo, que da nobreza, mas não vemos mais as deliberações sobre o uso de frades mendicantes e pregadores como embaixadores na legislação estatutária. Também desaparecem as características específicas previstas na redação anterior – precavido (*providum*), discreto (*discretum*) e bom (*bonum*) – deixando-nos mais no escuro em relação aos agentes escolhidos para exercer a tarefa. Assim como em nossas análises de outros estatutos que mostravam a transição de um regime de comuna popular para um regime senhorial, nas quais esse desaparecimento dos pormenores sobre o embaixador era também característico, hipotetizamos que tais silêncios façam parte de uma tentativa de deixar ao arbítrio do Senhor a escolha mais livre desse personagem. Em Modena, vimos que depois da reinstauração dos Este, o Reitor da comuna passa a ter a principal prerrogativa de escolha desses agentes e essa magistratura, por sua vez, respondia diretamente ao marquês.

A possibilidade de ação dessas figuras, já bastante restrita nos estatutos de 1306 – 1307, torna-se ainda mais cerceada na perspectiva estatutária. Vimos que a redação de 1327 insiste que os embaixadores sigam suas instruções, removendo a previsão de que esses podiam agir além dessas recomendações caso considerassem fazer algo proveitoso para a comuna.

Ainda sobre as diferenças desses estatutos com a sua versão anterior de 1306 – 1307 em relação ao embaixador, percebemos uma tentativa dos marqueses de Este de também fixar o número de agentes presentes em uma embaixada, antes bastante livre. Estipula-se que somente 2 indivíduos deveriam partir em missão e que somente em casos raros e julgados minuciosamente pelo Conselho essa quantidade poderia ser alterada.

O mesmo ocorre em relação à remuneração dos embaixadores. Apesar de termos números ainda bastante variados, que levam em consideração a distância da embaixada e a qualidade dos agentes escolhidos, há uma maior organicidade desses dados. Trata-se também dos valores mais elevados por dia encontrados nessa legislação, o que permite-nos pensar numa valorização do serviço desses agentes para a comuna entre as duas redações estatutárias modenenses aqui vistas. Entretanto, remove-se a ordem de alta prioridade do pagamento desses

agentes, que nos estatutos de 1306 – 1307 deviam ser pagos com os primeiros solidos obtidos com a arrecadação do dazio na comuna.

Em questões protocolares, vemos a introdução de um registro específico para as embaixadas realizadas em nome da comuna, que deveriam ser anotadas em um livro designado para tal fim por um notário do Podestà, e da utilização de papéis específicos – *cartam testatam* – com elementos que garantiam a sua validade oficial na confecção das intruções entregues ao embaixador.

Infelizmente, as únicas redações estatutárias produzidas em Modena que passaram por algum processo de publicação foram as de 1306 – 1307 e 1327 – 1420. Fomos incapazes, por questões acesso e de preparação, de ter acesso aos demais estatutos da cidade, que encontram-se ainda em versão manuscrita, com problemas sérios de conservação e leitura, oriundos dos diferentes incêndios e acidentes já aqui mencionados que atingiram os arquivos nos quais tal documentação era guardada.⁵³⁴ Posto isso, resta-nos somente proceder com a sistematização geral dos dados encontrados dos estatutos modenese aqui estudados.

2.3. Sistematização do estudo diacrônico dos estatutos comunais de Modena e Ferrara.

Em razão de nosso interesse em verificar se a matéria referente ao embaixador nos estatutos de Modena e de Ferrara são semelhantes, uma vez que ambas encontravam-se sob o domínio dos marqueses de Este, decidimos sistematizar a análise diacrônica realizada nessas duas comunas de forma conjunta. Vimos que no caso de Ferrara, somente uma de suas redações estatutárias existentes aos quais tivemos contato apresentou elementos interessantes para nossa pesquisa, um motivo a mais para descrever essa realidade política junto à Modena.

Como no caso de todos os outros estatutos estudados aqui, deparamo-nos com um indivíduo intitulado de embaixador (*ambaxiator ou ambaxator*), responsável pela realização de embaixadas fora do distrito da comuna. Esse agente não podia ser considerado um oficial tanto em Modena quanto em Ferrara. De fato, a legislação estatutária modenese apresentou os exemplos mais claros desse entendimento por parte dos *statutarii*, nos quais vimos que um oficial não podia ocupar dois ofícios ou funções para a comuna, e que exercer o papel de embaixador constava na lista de atividades às quais tal regra não se aplicava.

O caráter obrigatório de tal tarefa àqueles escolhidos para exercer a função é reiterado em todas as redações, tanto as modenese quanto a de Ferrara, estudadas nesse capítulo. O incremento das punições aos que recusassem uma embaixada designada de 100 para 200

⁵³⁴Fazemos aqui referência aos manuscritos do *Statuta Mutine reformata*, 1420 que possuem provisos e adições até 1495, localizados em *Archivio Storico Comunale di Modena, Camera Segreta*, reg. 11.

solidos em *Modena* indicou-nos que esses casos de inadimplência possivelmente eram bastante comuns. No contexto ferrarês, vimos a menção aos mesmos 100 *solidos*.

O mesmo indivíduo não podia partir em mais de duas embaixadas durante o governo do mesmo *Podestà* tanto nos estatutos de Modena de 1306 – 1307, quanto nos de 1327 – 1420. Menções são feitas no próprio texto de que exceções específicas a essa regra poderiam ser feitas, mas essas tornam-se mais raras e mais estritas com a segunda redação, caracterizada pela retomada da presença estense na comuna.

Em relação aos agentes responsáveis pela designação e instrução dos embaixadores, encontramos as seguintes informações, sistematizadas nas duas tabelas abaixo.

Tabela 11 : Responsáveis pela escolha dos embaixadores

Ano	Responsável pela escolha.	
	Modena	Ferrara
1287/1288		<i>Podestà</i> , com o consentimento do senhor
1306 - 1307	Capitão do Povo, <i>Podestà</i> e Conselho Comunal	
1327 - 1420	Reitor, Anciãos e os 9 sábios – tutelados pelo senhor	

Tabela 12: Responsáveis pelas instruções dos embaixadores.

Ano	Responsável pelas instruções.	
	Modena	Ferrara
1287/1288		<i>Podestà</i>
1306 - 1307	<i>Podestà</i> , Capitão do Povo e os defensores de Povo.	
1327	<i>Podestà</i>	

Por meio das tabelas acima podemos perceber que o direito de escolha e de orientação do embaixador permaneceu em toda a legislação analisada uma prerrogativa das entidades dirigentes comunais. Os estatutos modenese demonstraram que mesmo quando esse indivíduo agia em benefício de privados com interesses específicos, a decisão sobre quando

partiria e quem exerceria tal função continuava recaindo sob a comuna. Percebemos, todavia, que o mesmo não podia ser dito sobre os responsáveis pela remuneração desses personagens. Quando um embaixador partia nessas expedições organizadas com fins privados, ele devia ser financiado pelo dinheiro dos interessados diretamente, a partir da redação de 1327 – 1420, mesmo se as suas ordens não eram dadas por eles.

Tais instruções deviam ser entregues por escrito a esses agentes e o embaixador também era aconselhado a expô-las oralmente. Notamos entre os dois estatutos produzidos pela comuna modenese aqui analisados um aumento das tentativas de restrição à margem de ação dos embaixadores com previsões mais duras sobre a impossibilidade que algo fosse dito além das instruções dadas a essas figuras. Apesar do embaixador ser considerado superior em grau de representação do que uma simples “carta-viva”, deparamo-nos na documentação modenese com cláusulas muito mais restritivas à ação desse agente do que em outras legislações aqui estudadas. Os estatutos de 1307 exortavam que os embaixadores deviam seguir à risca as instruções fornecidas, agindo de forma diversa só quando fosse estritamente vantajoso para a comuna, uma restrição que torna-se mais severa com a redação de 1327. Nesse sentido, vemos aqui uma diferença expressiva da documentação modenese em relação aos estatutos comunais de Ferrara de 1287/1288. Neles vimos exemplos de valor jurídico vinculante das ações de embaixadores que agiam, de acordo com o texto, segundo parecia-lhes melhor.

Tal discrepância é bastante interessante, especialmente se levarmos em consideração que ambas as redações estatutárias acima mencionadas, nas quais o estatuto do embaixador varia grandemente, são promulgadas em um momento no qual tanto Ferrara quanto Modena encontravam-se sob a jurisdição da mesma senhoria. Por que os Este teriam dado mais liberdade aos embaixadores de Ferrara do que aqueles de Modena? Pensando nas condições políticas específicas de cada comuna, levantamos algumas hipóteses. Como vimos na reconstituição aqui feita do percurso histórico modenense, essa comuna mostrou-se bastante agitada politicamente desde a primeira tentativa de dominação estense no território em 1288, não sendo poucos os episódios de revolta popular contra as medidas tomadas pelos marqueses. Desta forma, não nos parece pouco plausível pensar que havia uma preocupação maior dos senhores em restringir todas as possibilidades de ação política independente – entre elas, a organização de embaixadas e o envio de embaixadores – em Modena do que em Ferrara, que demonstrava-se um reduto mais estável de poder da família. Inclusive, essa última foi durante todo o Período Comunal a sede dos marqueses de Este e do seu senhorio territorial.

Em relação às características esperadas daqueles escolhidos como embaixadores, observamos um movimento de diminuição das deliberações estatutárias sobre o assunto, um processo que hipotetizamos ser devido à busca em um regime senhorial de deixar um espaço mais amplo para o arbítrio do senhor da comuna. Os estatutos das comunas aqui analisadas que apresentam mais pormenores sobre esse agente são aqueles de finais do século XIII e inícios do século XIV, permitindo-nos também refletir como o processo de definição do embaixador não é progressivo e linear, um aspecto que já assinalamos no estudo da documentação de Bolonha e Verona. A tabela abaixo permite a visualização mais clara o que acabamos de afirmar.

Tabela 13: características do embaixador.

Ano	Indivíduos escolhidos e características	
	Modena	Ferrara
1287/1288		<ul style="list-style-type: none"> • Juízes • <i>Milites</i> que tinham os seus próprios cavalos e <i>pedites</i> • Notários • Homens precavidos (<i>prudentes</i>) e discretos.
1306 - 1307	<ul style="list-style-type: none"> • Peritos em Direito (<i>iurisperitii</i>); pessoas com conhecimentos legais (<i>legalis</i>); Sábios (<i>sapientes</i>). • Frades Minoritas e Pregadores • Precavido (<i>providum</i>), discreto (<i>discretum</i>) e bons (<i>boni</i>) • Metade do número de embaixadores escolhidos entre os setores nobiliárquicos (<i>nobilibus</i>) e magnáticos (<i>magnatibus</i>) da população da comuna de Modena e a outra composta pelos “melhores entre os populares” (<i>melioribus popularibus</i>). 	
1327	<ul style="list-style-type: none"> • Juízes e outros indivíduos pertencentes ao <i>popolo</i> de Modena; nobres 	

Os dados mencionados sobre os casos de menor liberdade dos embaixadores em Modena em comparação com Ferrara, associados à questão apenas citada das características desses agentes nos estatutos, autorizam-nos a defender também para o caso das comunas

estudadas nesse capítulo o ponto levantado na análise dos estatutos de Bolonha sobre a forte relação entre a função do embaixador e os movimentos políticos comunais.

A remuneração dessa figura é bastante variada nos estatutos analisados, tendo como elemento comum a sua progressão cronológica, ou seja, quanto mais recente a deliberação ou rubrica, maior é o valor estabelecido para o pagamento desses agentes. Além disso, encontramos nos estatutos de 1306 – 1307 ordens do Conselho Comunal de que a remuneração dos embaixadores estava entre as despesas com pessoal prioritárias de Modena. Uma espécie de privilégio que nos revela a importância atribuída à função e a grande necessidade desses envios para as entidades dirigentes comunais. A tabela de número 14 a seguir, é uma sistematização pormenorizada desses dados.

Tabela 14: Remuneração e cavalos

Ano	Remuneração e cavalos do embaixador e de seus associados	
	Modena	Ferrara
1287/1288		<p><u>Dentro da cidade:</u> 9 <i>solidos</i> de Ferrara/ dia.</p> <p><u>Fora da cidade:</u> 18 <i>solidos</i> /dia</p> <p><u>Notários:</u> 6 <i>solidos</i>/dia. 12 quando portavam 2 cavalos.</p> <p><u>Além de 2 dietas da cidade:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Embaixador:</u> 7 <i>solidos</i> imperiais/dia • <u>Notários:</u> 14 <i>solidos</i> de Ferrara <p><u>Destinada à cúria papal:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Embaixador:</u> 30 <i>solidos</i> de Ferrara/dia • <u>Notários:</u> 20 <i>solidos</i> de Ferrara.
1306 - 1307	<p><u>Março de 1306:</u> 1 <i>libra</i> de Modena por dia;</p> <p><u>Julho de 1306:</u> 21 <i>solidos</i> por dia/ montante de 8 <i>libras</i> e 8 <i>solidos</i>.</p> <p><u>Dezembro de 1306:</u> 28 <i>solidos</i> por dia/ 4 cavalos por embaixador presente na embaixada.</p> <p><u>Dezembro de 1306:</u> 100 <i>libras</i></p>	
1327	<u>Embaixada destinada a uma outra cidade:</u> 3 cavalos por embaixador	

	<p>presente no envio.</p> <p><u>Embaixada fora da jurisdição de Modena mas não para outra cidade:</u> 3 cavalos para todo o envio.</p> <p><u>Enviado à cúria papal, ao Império ou a algum rei:</u> salário de acordo com a vontade dos sábios da comuna.</p> <p><u>Juízes pertencentes ao <i>popolo</i>:</u> 40 <i>solidos</i> de Modena. Qualquer outro indivíduo de mesma colocação social: 25 <i>solidos</i> de Modena.</p> <p><u>Nobres:</u> 3 <i>libras</i> de Modena por cavalo e por dia de missão.</p>	
--	--	--

Deparamo-nos pela primeira vez dentre todos os documentos analisados nessa pesquisa com características oferecidas pelo texto estatutário daqueles agentes nomeados de espíões (*spia*), designados a investigar os diversos assuntos para a sua comuna de origem fora da jurisdição dessa entidade política. Os estatutos de Modena fornecem qualidades como bons (*bonos*) e honestos (*probos*) esperadas das figuras que exerciam essa tarefa. Não há referência como em Bolonha e Verona a um “Senhor dos espíões” (*Dominus spiarum*) responsável por esse indivíduo, ao contrário, os próprios defensores de Modena apresentam-se como aqueles aos quais cabia selecionar os espíões da cidade. Nessa mesma documentação, visualizamos a primeira menção ao valor de pagamento desses agentes: 10 *libras* de Modena. Em 1327, adiciona-se um elemento protocolar bastante interessante: a necessidade de que os espíões enviados pela comuna fossem listados em um livro específico sob a responsabilidade de um notário da comuna selecionado pelo *Podestà*. A ausência de referências à obrigação ou não de manter esse documento escondido reavivaram nossas indagações colocadas na análise da documentação bolonhesa sobre o pertencimento desse indivíduo à dimensão do segredo como nós a compreendemos modernamente.

Concluimos assim a análise da documentação das últimas duas comunas selecionadas para nossa pesquisa: Ferrara e Modena. Resta agora comparar todos as informações presentes nas quatro comunas analisadas nesse estudo, realizando a parte sincrônica da metodologia delimitada para a execução dessa pesquisa. Esse será o objetivo do próximo e último capítulo dessa dissertação, o de número 6.

Capítulo 6. Análise sincrônica dos estatutos das comunas selecionadas e Apontamentos finais

Finalizado o exercício de análise diacrônica das comunas de Bolonha, Verona, Ferrara e Modena, e sistematizadas todas as informações acerca do embaixador comunal em cada um dos estatutos comunais disponíveis dessas cidades, cabe agora comparar esses dados e realizar, finalmente, a parte sincrônica da metodologia determinada para a execução desse trabalho e exposta com mais minúcia no primeiro capítulo dessa dissertação.

Tal exercício sincrônico será facilitado pelas tabelas que produzimos ao final da leitura das diferentes redações estatutárias de cada comuna selecionada para essa pesquisa. Procederemos em tal comparação de forma cronológica, ou seja, por meio do confronto das informações obtidas sobre o embaixador nos estatutos produzidos e vigentes contemporaneamente nessas comunas. Essa abordagem cronológica, todavia, será flexível, já que as datas de produção desses documentos em Bolonha, Verona, Ferrara e Modena não correspondem umas às outras com perfeita exatidão, variando em alguns anos.

Será também objeto de comparação o percurso das rubricas dedicadas ao embaixador nas redações estatutárias produzidas entre os séculos XIII e XV como um todo, de modo a visualizar se as informações sobre a função, a topografia das rubricas e principalmente, as mudanças que nessas ocorrem dependendo do regime político da comuna são comuns a todas as realidades políticas escolhidas em nosso estudo. A execução de tal etapa da análise permitir-nos-á iniciar os apontamentos finais desse trabalho.

Posto isso, podemos começar com as observações de cunho geral sobre nossa pesquisa. Vimos que em todas as realidades geográficas analisadas e ao longo de todo o período cronológico desse estudo – do século XIII a XV – ser embaixador era considerado uma função ou tarefa, que não necessariamente era exercida por oficiais da comuna, nem constituía uma magistratura do organograma comunal nas comunas de Bolonha, Verona, Ferrara e Modena. Os exemplos mais claros, nesse sentido, foram os dos estatutos de Modena de 1306 – 1307, que, como observamos no tópico 2.2 do capítulo 5 desse texto, apresentava o exercício da função de embaixador, entre outras atividades, como algo que não deveria ser entendido como vetado quando se falava que a mesma pessoa não podia cumprir dois ofícios para a comuna.

O fato de não se tratar de um oficial comunal, todavia, não impedia que a tarefa fosse considerada de grande importância para as entidades dirigentes comunais. Em nossa pesquisa, todos os estatutos de Verona, Ferrara e Modena explorados demonstravam desde suas primeiras redações o caráter obrigatório de aceitar a embaixada por aquele que fosse

escolhido como embaixador, com penas e sanções previstas para quem recusasse uma missão sem uma boa justificativa que se tornaram mais severas a cada redação estatutária. Também vimos esse processo de aumento de rigor na documentação bolonhesa, entretanto, Bolonha apresentou um ponto de partida excepcional no conjunto de estatutos abordados em nossa investigação. Como pudemos observar na tabela de número 5 dessa dissertação, aceitar o encargo de embaixador era na comuna opcional, com vetos de que as pessoas fossem forçadas a partir em embaixada nos estatutos de 1245 -1267. Somente na primeira metade do século XIV a função tornou-se obrigatória na cidade.

Além das previsões sobre a obrigatoriedade dos envios, havia também preferências e restrições específicas em relação aos indivíduos que poderiam ocupar tal encargo. A tabela abaixo demonstra pormenorizadamente tal informação.

Tabela 15: Agentes escolhidos como embaixadores e os proibidos de exercer o ofício.

Ano	Características dos embaixadores e proibições de exercício da função			
	Bolonha	Verona	Ferrara	Modena
1228		<ul style="list-style-type: none"> • Juízes. • <u>Veto</u>: <i>extimatores</i>, os procuradores, <i>cercatores</i>, cônsules, criminosos ou <i>bannitis</i>. 		
1245 -1267	<ul style="list-style-type: none"> • Juízes, oficiais da cúria do <i>Podestà</i>. • Homens bons de digna fé • <u>Veto</u>: pessoas que receberam dinheiro dos inimigos de Bolonha; fizeram juramentos sem permissão; estrangeiros sem residência de 10 anos na cidade. 			
1276		<ul style="list-style-type: none"> • Indivíduos bons (<i>boni</i>) e precavidos (<i>providi</i>) e prudentes. • Referência a notários e doutores em leis escolhidos como embaixadores. • <u>Veto</u>: <i>extimatores</i>, procurados, <i>cercatores</i> e criminosos ou <i>bannitis</i>. 		

		<ul style="list-style-type: none"> • Desaparece a previsão de que os cônsules também eram proibidos de ser embaixadores. 		
1288	Doutores em leis, membros do <i>Studium</i> de Bolonha.		<ul style="list-style-type: none"> • Juízes; <i>milites</i>; tabeliões e notários. • Homens prudentes e discretos. 	
1306-1307				<ul style="list-style-type: none"> • Peritos em Direito (<i>iurisperitii</i>); pessoas com conhecimentos legais (<i>legalis</i>); Sábios (<i>sapientes</i>). • Frades Minoritas e Pregadores • Precavido (<i>providum</i>), discreto (<i>discretum</i>) e bons (<i>boni</i>) • Metade do número de embaixadores escolhidos entre os setores nobiliárquicos (<i>nobilibus</i>) e magnáticos (<i>magnatibus</i>) da população da comuna de Modena e a outra composta pelos “melhores entre os populares” (<i>melioribus popularibus</i>).
1327		<ul style="list-style-type: none"> • <u>Veto</u>: procuradores e criminosos. • notários e doutores em leis escolhidos como embaixadores. • Remoção das características específicas que 		Juízes e outros indivíduos pertencentes ao <i>popolo</i> de Modena; nobres

		deveriam ter esses agentes. • Atribuição dessas ao arbítrio do senhor da comuna.		
1335	Juízes, advogados e doutores em leis.			
1376	Candidatos idôneos com preparação jurídica. Uso de membros do <i>Studium</i> de Bolonha.			
1393				
1454	Segundo a vontade dos dirigentes da cidade. Referência a pessoas de formação jurídica.			

Notamos que a preferência a indivíduos de formação jurídica é uma constante em todas as redações estatutárias mencionadas acima. Ao pensarmos nas características dos embaixadores nos estatutos, observamos um processo comum às realidades políticas aqui estudadas de diminuição cronológica da quantidade de informações presentes na matéria estatutária sobre o embaixador. Esse movimento de menor precisão sobre essa figura nesses textos era acompanhado de uma constante transferência da jurisdição sobre a escolha e do embaixador a cada modificação e agitação políticas em Bolonha, Verona, Ferrara e Modena, como podemos ver na sistematização abaixo.

Tabela 16: Encarregados da escolha do embaixador

Ano	Bolonha	Verona	Ferrara	Modena
1228		Reitor da comuna		
1245 - 1267	Conselho Comunal			
1276		Conselho dos Anciãos e <i>Podestà</i> atual da cidade.		
1288	Conselho Comunal e do Povo		<i>Podestà</i> sob a tutela do Senhor.	
1306-1307				<i>Podestà</i> , do Capitão e dos defensores da cidade.
1327		O senhor da comuna		Reitores, Anciãos e 9

				sábios sob a tutela do Senhor.
1335	Cônsules e Anciãos da comuna.			
1376	Anciãos da comuna.			
1393				
1454	Legado ou governador responsável pela cidade.			

Apesar da constante modificação, deparamo-nos com um aspecto comum: cabia sempre as entidades dirigentes comunais a escolha dos embaixadores, mesmo quando esses eram selecionados para resolver questões específicas de cidadãos privados da comuna. A investigação dos estatutos produzidos em Modena elucidou de maneira mais contundente esse aspecto, ao informa-nos que mesmo quando o pagamento das despesas desses indivíduos recaía sobre os privados que tinham algum interesse específico para resolver, a prerrogativa de eleição dos embaixadores permanecia nas mãos dos responsáveis pela comuna.

Não só o processo de escolha passava por essa constante tentativa de manutenção da jurisdição do grupo político sob o encargo do embaixador, mas também a responsabilidade daqueles que deveriam instruir e ordenar esse agente era alvo de repetidas mudanças nas comunas analisadas, como podemos observar abaixo.

Tabela 17: Responsáveis pelas instruções do embaixador.

Ano	Bolonha	Verona	Ferrara	Modena
1228		Não informado		
1245 - 1267	<i>Podestà</i>			
1276		<i>Podestà e Anciãos da comuna.</i>		
1288	Não informado		<i>Podestà</i>	
1306-1307				<i>Podestà, ao Capitão e aos defensores do povo de Modena.</i>
1327		O senhor da comuna.		
1335	Não informado			

1376	Anciãos da comuna			
1393				
1454	Não informado			

A sistematização desses dados e a exploração do contexto político das comunas selecionadas para nosso estudo no momento de redação de cada um desses estatutos permitiu-nos obter resultados interessantes para o nosso questionamento referente à relação entre as rubricas dedicadas ao embaixador e os movimentos políticos das comunas analisadas – uma das indagações principais desse estudo. Percebemos que as partes referentes a esses agentes nos estatutos alteravam-se sistematicamente a cada modificação de regime político no interior das comunas de Bolonha, Verona, Ferrara e Modena. Observamos principalmente que os momentos nos quais o *popolo* tinha uma participação mais expressiva no governo comunal, ou nas situações nas quais um determinado senhor dependia grandemente do apoio deste, como no caso dos estatutos de Verona de 1276, eram marcados por uma quantidade superior de prescrições sobre o embaixador e uma maior minuciosidade dessas rubricas do que em outras realidades políticas, como os regimes senhoriais considerados plenos.

Fomos capazes de estabelecer a mesma relação no que diz respeito à topografia das rubricas nas comunas analisadas, pelo menos nas redações estatutárias que eram divididas em livros. Além de conterem mais informações e mais rubricas sobre o embaixador, os estatutos emanados em regimes comunais de caráter mais popular tinham a matéria mais distribuída ao longo dos exemplares que compunha o seu *corpus* estatutário. A tabela de número 3 da análise diacrônica de Bolonha e a 8 de Verona tornam bastante explícita essa questão.

Tal constatação permite-nos considerar o reconhecimento por parte dos redatores dos estatutos e das entidades políticas responsáveis pela sistematização desses textos do caráter estratégico e da função do embaixador no período. Além disso, percebemos na realização desse exercício que havia uma preocupação sistemática sobre o grau de representação desse indivíduo. Vimos que em Bolonha, Verona e Ferrara os embaixadores possuíam uma capacidade de tomar decisões com caráter jurídico vinculante para as entidades que os haviam enviado, e eram indivíduos com mais poder de ação do que um simples mensageiro ou transportador de cartas. Nesse sentido, a documentação de Modena demonstrou maiores reservas em relação à liberdade desse agente, mesmo estando essa comuna sob a mesma jurisdição senhorial do que Ferrara. Todavia, explicamos essa discrepância refletindo sobre as circunstâncias políticas específicas da comuna modenense, e levantando a hipótese de que os

Este teriam dado um tratamento diferente à questão em Modena e Ferrara buscando conter e evitar as muitas rebeliões e revoltas da primeira.

A leitura pormenorizada das redações de Bolonha, Verona, Modena e Ferrara possibilitaram-nos também visualizar como o processo de desenvolvimento e normatização da função de embaixador não se deu de forma linear, como levava-nos a crer os pressupostos tradicionais da Diplomacia como invenção da modernidade. As redações dos séculos XII e XIII mostraram-se mais preocupadas com a definição do embaixador do que as suas versões mais próximas aos célebres séculos XIV e XV das embaixadas permanentes, algo que já comentamos na conclusão da análise diacrônica de Bolonha.

Concomitante a esse movimento de diminuição das prescrições sobre o embaixador em texto estatutário, a análise diacrônica de cada uma dessas comunas demonstrou um processo paulatino de valorização do embaixador a cada redação estatutária produzida por essas entidades políticas, que pudemos perceber por meio de elementos como a remuneração desse agente.

Tabela 18: Remuneração do embaixador

Ano	Bolonha	Verona	Ferrara	Modena
1228		<ul style="list-style-type: none"> • <u>Fora da comuna:</u> 29 <i>solidos</i> • <u>Dentro da comuna:</u> 20 <i>solidos</i>. 		
1245 - 1267	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Fora do distrito:</u> 12 <i>solidi</i> bolonheses por dia • <u>Para o condado:</u> 2 <i>solidi</i>, 3 se pertencesse à cúria. • <u>Questões especiais:</u> 1 cavalo – 6 <i>solidi</i>; 2 cavalos – 10 <i>solidi</i> 			
1276		29 <i>solidos</i> .		
1288	<ul style="list-style-type: none"> • De acordo com o nº de cavalos: 2 – 18 <i>solidi</i>/dia; 3 – 24 <i>solidi</i>/dia; 4 – 30 <i>solidi</i>. 		<ul style="list-style-type: none"> • Até duas <i>dietas</i>: <u>No distrito:</u> 8 <i>solidos</i>/ dia • <u>Fora da comuna:</u> 18 <i>solidos</i>/ dia • Além de duas <i>dietas</i>: 7 <i>solidos</i> 	

			imperais • Destinadas à cúria papal, ao Imperador e a algum rei: 30 <i>solidos</i> de Ferrara	
1306 - 1307				<u>Março de 1306</u> : 1 <i>libra</i> de Modena por dia; <u>Julho de 1306</u> : 21 <i>solidos</i> por dia/ montante de 8 <i>libras</i> e 8 <i>solidos</i> . <u>Dezembro de 1306</u> : 28 <i>solidos</i> por dia. <u>Dezembro de 1306</u> : 100 <i>libras</i>
1327		<ul style="list-style-type: none"> • <u>Dentro da Lombardia e da Marca Trevisana</u> – 50 <i>solidos</i>. • <u>Dentro da jurisdição da comuna</u> – 2 <i>venetos grossos</i>. • <u>Fora dessas regiões</u>: a ser estipulado pelo senhor. 		<u>Enviado à cúria papal, ao Império ou a algum rei</u> : salário de acordo com a vontade dos sábios da comuna. <u>Juízes pertencentes ao popolo</u> : 40 <i>solidos</i> de Modena. Qualquer outro indivíduo de mesma colocação social: 25 <i>solidos</i> de Modena. <u>Nobres</u> : 3 <i>libras</i> de Modena por cavalo e por dia de missão.
1335	Até 40 <i>solidi</i> de Bolonha			
1376	Não informado			
1393				
1454	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Fora do distrito</u>: 20 <i>solidi</i> por cavalo (até 100 <i>solidi</i>) • <u>Dentro do distrito</u>: 15 <i>solidi</i> por cavalo (até 75 <i>solidi</i>) 			

Apesar dos problemas em se lidar com essas diferentes unidades monetárias ao longo de um arco cronológico de quase três séculos, percebemos que em Bolonha, Verona, Modena e Ferrara a remuneração designada ao embaixador cresceu substancialmente a cada estatuto

produzido, não sofrendo reveses como as encontradas em relação às características dos embaixadores nesses documentos. Mesmo se não podemos tomar somente o aumento numérico como um indício dessa valorização temporal, devido a questões ligadas à inflação e outras variáveis que não autorizam a interpretação absoluta desses montantes, se levados em consideração conjuntamente com outros fatores, esses dados podem ser utilizados para defender esse processo de incremento. É o que podemos fazer com outra informação comum a todas as análises dessas comunas: o número de cavalos.

Tabela 19: número de cavalos previstos para o embaixador.

Ano	Bolonha	Verona	Ferrara	Modena
1228		Não informado		
1245-1267	• 3 cavalos			
1276		Até 3 cavalos. Possibilidade de pegar emprestado esses animais.		
1288	Até 4 cavalos		3 cavalos	
1306-1307				4 cavalos por embaixador presente na embaixada.
1327		<ul style="list-style-type: none"> • Até 3 cavalos. • Possibilidade de pegar emprestado esses animais. • Um dentre eles deveria ser um cavalo de guerra. 		<u>Embaixada destinada a uma outra cidade: 3 cavalos por embaixador presente no envio.</u> <u>Embaixada fora da jurisdição de Modena mas não para outra cidade: 3 cavalos para todo o envio.</u>
1335	Não informado			
1376	Não informado			
1393				
1454	5 cavalos por embaixador			

Não é só a quantidade desses animais que varia, mas até mesmo o espaço dedicado a essas montarias nos estatutos passa por um gradativo incremento. Vimos a presença de rubricas independentes dedicadas aos cavalos do embaixador nas redações bolonhesas a partir de 1288 e em todas as veronesas a contar de 1276, assim como a criação de previsões sobre a restituição desses animais mortos em missão, a estimativa de seus valores e as condições de sua obtenção nessas comunas. Até mesmo a qualidade desses cavalos era alvo de

regulamentação estatutária. Mulas e jumentos não poderiam ser utilizados, e, encontramos na documentação de Verona a menção à necessidade de portar consigo em missão pelo menos um cavalo de guerra, fruto provavelmente de uma preocupação da comuna com os riscos de possíveis confrontos durante o percurso até o destino da embaixada.

Além das previsões estatutárias em relação às montarias do embaixador, os privilégios concedidos àqueles que ocupavam tal função também se tornam mais numerosos e abrangentes nas redações analisadas em nossa dissertação. A leitura dos estatutos demonstrou que uma das preocupações principais dos diferentes *statutarii* era garantir ao embaixador a manutenção de seus negócios e assuntos na sua comuna de origem enquanto estava em missão. Novamente, sistematizamos esses dados em uma tabela para a sua melhor compreensão.

Tabela 20: Privilégios dos embaixadores.

Ano	Bolonha	Verona	Ferrara	Modena
1228		Podiam ser remunerados sem aviso prévio ao <i>Podestà</i> .		
1245 - 1267	Portar armas proibidas dentro da cidade			
1276				
1288	Portar armas proibidas dentro da cidade; ter representantes legais para resolver suas questões enquanto estavam ausentes		Portar víveres para fora do distrito da comuna sem prévia autorização.	
1306-1307				O seu pagamento era uma das prioridades da comuna. Remuneração podia ser retirada dos primeiros <i>solidi</i> arrecadados na cidade com a cobrança do <i>Dazio</i>
1327				
1335	Portar armas proibidas dentro da cidade; ter representantes legais para			

	resolver suas questões enquanto estavam ausentes. Causas nas quais ele ocupava o papel de advogado, tutor ou curador ante do envio deviam ser tratadas de forma diferente enquanto estava em missão.			
1376	Portar armas proibidas dentro da cidade; ter representantes legais para resolver suas questões enquanto estavam ausentes. Causas nas quais ele ocupava o papel de advogado, tutor ou curador ante do envio deviam ser tratadas de forma diferente enquanto estava em missão.			
1393				
1454	Portar armas proibidas dentro da cidade; ter representantes legais para resolver suas questões enquanto estavam ausentes. Causas nas quais ele ocupava o papel de advogado, tutor ou curador ante do envio deviam ser tratadas de forma diferente enquanto estava em missão. Não pagavam pedágios ou outras taxas de locomoção.			

Remuneração, número de cavalos e privilégios não são os únicos indícios de nossa defesa de maior valorização da função no decorrer dos estatutos de Bolonha, Verona, Ferrara e Modena. Também as questões protocolares em torno da atividade do embaixador e da autenticidade dos documentos os quais este portava tornam-se mais complexas. Notamos isso de modo bastante nítido na tabela seguinte.

Tabela 21: questões protocolares a serem seguidas pelo embaixador

Ano	Bolonha	Verona	Ferrara	Modena
1228		Não mencionado		
1245-1267	Portar a embaixada por escrito.			
1276		<ul style="list-style-type: none"> • Portar a embaixada por escrito. • Assinaturas identificadas para averiguar autenticidade. • Documento lido em voz alta. 		
1288	<ul style="list-style-type: none"> • Portar a embaixada por escrito. • Necessidade de sigilo da comuna. • Juramentos ao <i>Podestà</i> e ao Capitão do Povo. 		<ul style="list-style-type: none"> • Portar a embaixada por escrito. • Juramento ao <i>Podestà</i> antes de partir. 	
1306-1307				<ul style="list-style-type: none"> • Portar a embaixada por escrito e apresentá-la oralmente.
1327				<ul style="list-style-type: none"> • Tinham os seus nomes escritos em um livro específico feito pelo notário do Podestà. • Portar a embaixada por escrito em “<i>carta testata</i>” e apresentá-la oralmente.
1335	<ul style="list-style-type: none"> • Portar a embaixada por escrito. • Necessidade de sigilo da comuna. 			
1376	<ul style="list-style-type: none"> • Portar a embaixada por escrito. • Necessidade de sigilo da comuna, custodiado pelos frades mendicantes. • Necessidade do sigilo do <i>vexillifer</i> de Justiça. • Necessidade do sigilo dos Anciãos. 			

	• Juramentos aos Anciãos.			
1393				
1454				

Como resultado não esperado de nossa pesquisa, deparamo-nos com prescrições estatutárias dedicadas a um agente denominado de espião (*spia*), que tinha como atribuição comum listada no conjunto dos estatutos estudados a investigação dos assuntos e das novidades interessantes para sua comuna em todas as partes e carregar cartas para fora da jurisdição comunal, e constam como um dos únicos agentes ao qual é permitido a interação com os inimigos declarados da comuna. O número de rubricas e informações disponíveis sobre essa figura crescem exponencialmente nos estatutos a partir de finais do século XIII. Apesar de tal figura não ter sido central em nossas investigações, a tabela abaixo exemplifica esse ponto.

Tabela 22: informações disponíveis sobre o espião

Ano	Bolonha	Verona	Ferrara	Modena
1228				
1245 - 1267				
1276		<ul style="list-style-type: none"> • Punições mais severas caso não cumprisse com as suas ordens do que qualquer outro tipo de enviado. (acorrentamento e expulsão) • Valores de pagamento fornecidos segundo o destino. 		
1288	Únicos autorizados a interagir com os inimigos da comuna sem licença prévia.			
1306 - 1307				<ul style="list-style-type: none"> • Homens honestos e bons escolhidos pelos defensores de Modena para exercer esse papel. • 10 libras de Modena para o

				pagamento desses agentes. Vestes pagas pela comuna. • Seu pagamento como assunto prioritário.
1327		<ul style="list-style-type: none"> • Punições mais severas caso não cumprisse com as suas ordens do que qualquer outro tipo de enviado. (acorrentamento e expulsão) • Valores de pagamento fornecidos segundo o destino. 		<ul style="list-style-type: none"> • Tinham os seus nomes escritos em um livro específico feito pelo notário do Podestà. • Escolhidos e a serviço do reitor de Modena.
1335	Nomeação de um “Senhor dos espiões” responsável por esses agentes.			
1376	Direito do Senhor dos espiões em torturar e encarcerar espiões de outras comunas.			
1393				
1454	O Senhor dos espiões torna-se o responsável por todos os estrangeiros que entram na comuna.			

Em um primeiro momento, essas menções ao espião geraram a nossa curiosidade pelo fato de prescrições e delimitações sobre um agente que pertence a uma dimensão da Diplomacia normalmente atribuída ao segredo aparecerem já em um período tão precoce em documentos de caráter público. Além disso, surpreendeu-nos o fato de termos encontrado referências nos estatutos a procedimentos formais nos quais a identidade desses indivíduos era registrada em documentos de caráter público, como vimos nas prescrições dos estatutos de Modena de 1327, nas quais um notário do *Podestà* tinha um livro com o nome de todos esses agentes. Esses elementos levam-nos até mesmo a questionar se de fato esse agente pertencia à

dimensão do segredo no período e se essa esfera do oculto constituía-se mesmo como imaginamos.

Nos desenvolvimentos finais dessa pesquisa, chamou ainda nossa atenção o fato de que a legislação estatutária italiana, ao permitir que tal agente não sofresse as penas aplicadas ao resto da população ao interagir com os inimigos da comuna, criava um espaço de exceção jurídica específico para o espião, nos quais os procedimentos judiciais relativos a esse agente constituíam uma espécie de foro próprio. Nossas inquietações sobre o assunto permanecem ainda em aberto e, por isso, decidimos explorar tal figura em um futuro doutorado.

Referências Bibliográficas.

Manuscritos.

Statuti del 1376. Archivio di Stato di Bologna, fundo: Comune-Governo, série: statuti, número 46.

Statuti del 1454. Archivio di Stato di Bologna, fundo: Comune-Governo, série: statuti, número 51.

Edições da documentação analisada.

BONCOPAGNO DA SIGNA. *Cedrus*. Versão online em latim do projeto *Scrineum* da Università degli studi di Pavia. <http://scrineum.unipv.it/wight/cedrus.htm>

CAMPORI, C. *Statuta civitatis Mutine anno 1327 reformata*. Monumenti di Storia Patria delle Province Modenesi. Serie degli Statuti. Tomo I. Parma: Pietro Fiaccadori. 1863.

CENCETTI, G. *Statuta Ferrariae anno MCCLXXXVII*. Serie: Monumenti, Vol. III. Modena: Società Tipografica Editrice Modenese. 1955.

COMPAGNOLA, B. (ed). *Liber juris civilis urbis Veronae ex bibliothecae capitularis ejusdem civitatis autographo Codice, quem wilielmus Calbus Notarius Anno Domini MCCXXVIII scripsit*. Verona: Pietro Antonio Berno. 1728.

FASOLI, G; SELLA, P. *Statuti di Bologna dell'anno 1288*. Vol. 1 e 2. Roma: Biblioteca Apostolica Vaticana. 1937.

LADERCHI, C. C. *Statuti di Ferrara dell'ano 1288*. Monumenti storici pertinenti alle provincie della Romagna, série I, tomo II, vol. I. Bolonha: Tipografia Regia. 1864.

“Lo statuto del comune di Bologna del 1335 a cura di BUDRIESI, A. L. T.” *Collezione Fonti per la Storia dell'Italia Medievale. Serie Antiquitates, n° 28*. Vol 1 e 2. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 2008.

“Respublica Mutinensis (1306 – 1307) a cura di Emilio Paolo Vicini.” *Corpus Statutorum Italicorum*, n° 14, vol. 1 e 2. Ulrico Hopli editore: Milão, 1932.

SANDRI, G. *Gli Statuti Veronesi del 1276, colle correzioni e le aggiunte fino al 1323. cod. Campostrini*. Vol. 1. Verona, Biblioteca Civica di Verona, 1940.

“Statuti di Bologna dall’anno 1245 all’anno 1267” editi da Luigi Frati. *Collezione dei Monumenti storici pertinenti alle provincie della Romagna. Serie prima – Statuti*. Tomo I – III. Bologna: Regia Tipografia. 1869.

Statuti di Verona del 1327. BIANCHI, S. A. e GRANUZZO, R. (eds). Roma: Jouvence. 1992. 2 volumes.

VENTICELLI, M. *Metodologie elettroniche per l’edizione di fonti: lo statuto del comune di Bologna dell’anno 1376*. Tesi di dottorato in storia e Informatica. Volume I e II. Coordinatore e relatore: Francesca Bocchi. 1998 – 1999.

Obras de refêrencia.

BOBBIO, N; MATTEUCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Trad. VARIALLE, C. Et al. Brasília: Editora da UNB, 2004.

GIANSANTE, M. “I fondi archivistici.” In: Archivio di Stato di Bologna e Sezione di Imola. Bolonha: Betagamma editrice. 2008. pp. 23 – 82.

NIERMEYER, J. F. ; KIEFT, C. Van de. *Mediae Latinitatis Lexicon Minus*. Lexique latin médiéval. Boston: Brill, 2002.

Bibliografia.

ALBINI, G. “Introduzione” in: ALBINI, G. (org) *Le scritture del comune – Amministrazione e Memoria nelle città dei secoli XII e XIII*. Milão: Scriptorium, 1998.

ALTHOFF, G. *Family, friends and Followers : political and social bonds in Medieval Europe*. Cambridge : Cambridge University Press. 2009.

ANGELINI, S. *La Diplomazia comunale a Perugia nei secoli XIII e XIV*. Firenze: Leo S. Olschki Editore. 1965.

ARISTÓTELES. *Poética*. versão online em italiano fornecida gratuitamente pela Universidade degli studi di Catania no site http://www.lex.unict.it/didattica/materiale09/fildiritto_rg/lezioni/aristotele.pdf

ARTIFONI, E. “Boncompagno da Signa, i maestri di retorica e le città comunali nella prima metà del Duecento”. In: BALDINI, M. (org). *Il pensiero e l’opera di Boncompagno da Signa*. Atti del primo convegno nazionale (Signa, 23 – 24 Febbraio 2001). Signa: Allegri, 2002. pp. 23 – 36.

ASCHERI, M. *I diritti del Medioevo Italiano – Secoli XI – XV*. Roma: Carocci, 2000.

_____ “Statuti e consuetudini tra storia e storiografia”. In: DONDARINI, R; VARANINI, G. M; VENTICELLI, M. *Signori, regimi signorili e statuti nel tardo medioevo*. Bolonha: Pàtron Editore, 2003.

_____ “Formes du droit dans l’Italie communale : les statuts” In: *Médiévales*, N°39, 2000. pp. 137-152.

BOESCH GAJANO, S. (org.). *Raccolte di Vite di Santi dal XIII al XVIII secolo. Strutture, messaggi, fruizioni*. Brindisi: Schena Editore, 1990.

BRAUDEL, F. “Pour ou contre une psychologie scientifique”, *Annales, Économie, Sociétés, Civilisations*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales. Vol. 18, n°1, 1963. pp. 119-132.

BUDRIESI, A. L. T. “ Gli statuti di Bologna e la normativa statutaria dell’Emilia Romagna tra XII e XVI secolo”, in: *Mélanges de l’École française de Rome - Moyen Âge* [online], Roma, número 126-2, 2014. Consultado dia 10 de Dezembro de 2014.

BURCKHARDT, J. *The Civilization of the Renaissance in Italy*. Tradução de S. G. C. Middlemore. Oxford: Phaidon Press, 1878. (1860).

CAMMAROSANO, P. *Italia Medievale: Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: Carocci editore. 2005. (1ª edição: 1991)

_____ “Lettre d’ambassade et initiative personnelle des ambassadeurs (XIII-XV)” in: *L’Épistolaire Politique II. Authentiques et autographes (VI^e – XVI^e s.)*. Colloque international de l’Université de Paris IV: Paris- Sorbonne. 27, 28 de janeiro de 2012. (mimeo)

_____ “I libri iurium e la memoria storica delle città comunali”. *Il senso della storia nella cultura medievale italiana (1100-1350)*, Quattordicesimo convegno di studi del Centro italiano di studi di storia ed arte, 14-17 de Maio de 1993. Pistoia, 1995.

CAMPORI, C. “Del governo a commune in Modena secondo gli statuti ed altri documenti sincroni”. In: *Statuta civitatis Mutine anno 1327 reformata*. Monumenti di Storia Patria delle Province Modenesi. Serie degli Statuti. Tomo I. Parma: Pietro Fiaccadori. 1863.

CHIAPPINI, L. *Gli Estensi: mille anni di storia*. Ferrara: Corbo, 2001.

DONDARINI, R. *Gli Statuti di Bologna del 1288*. Una ricerca storica in chiave attuale. Bolonha: Istituto Regionale di Studi sociali e politici “Alcide De Gasperi”, 2005.

DUBOIS, J. e LEMEITRE, J-L. *Sources et méthodes de l’hagiographie médiévale*. Paris: Les Éditions du CERF, 2007.

DURANTI, T. “La diplomazia bassomedievale in Italia.” In: Reti Medievali- Repertório. 2009. http://www.rm.unina.it/repertorio/rm_duranti.html

FAINI, E. “Alle origini della memoria comunale”, *Quellen und Forschungen aus italienischen Archiven und Bibliotheken Herausgegeben vom Deutschen Historischen Institut in Rom*. N° 88, 2008. Roma: Instituto Histórica Alemão de Roma. pp. 61 – 81.

FASOLI, G. “Bologna nell’età medievale (1115 – 1506). In: *Storia di Bologna* a cura di Antonio Ferri e Giancarlo Roversi. Bolonha: Edizioni ALFA Bologna, 1978. pp. 127 – 196. p. 180.

_____ “Gli statuti di Bologna nell’edizione di L. frati e la loro formazione”. *AMR*, Bolonha, Vol. I, pp. 36 – 60, 1936.

_____ “Un fossile nel vocabolario istituzionale bolognese del Duecento”, *Studi storici in onore di Ottorino Bertolini*, Pisa, Vol I., pp. 325-335, 1972.

FIORELLI, P. “Accorso” . Dizionario Biografico degli Italiani, Vol 1, In: Enciclopedia Treccani. Milão, 1960.

FOLIN, M. “Il governo degli spazi urbani negli statuti cittadini di area estense” In: DONDARINI, R.; VARANINI, G.M. e VENTICELLI, M. (orgs) *Signori, regimi signorili e statuti nel tardo medioevo*. Bolonha: Pàtron, 2003, pp. 337-366.

FEBVRE, L. “Contre l’histoire diplomatique en soi. Histoire ou politique? Deux méditations: 1930, 1945”, *Combats pour l’histoire*. Paris: Librairie Armand Colin, 1953.

FELLER, L. *Les Abruzzes médiévales. Territoire, économie et société en Italie Centrale du XIe au XIIIe siècle*. Roma :Bibliothèque de l’École Française , 1998.

FRANCESCHINI, A. *I frammenti epigrafici degli statuti di ferrara del 1173 venuti in luce nella cattedrale*. Deputazione Provinciale Ferrarese di Storia Patria: Ferrara, 1969.

GENET, J. P. *La genèse de l’Etat moderne. Culture et société politique en Angleterre*. Paris : PUF, 2003.

GERTH, H.H. e WRIGHT MILLS, C. (orgs), *Max Weber: Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1967.

GILLI. P. “La fonction d’ambassadeur dans les traits juridiques italiens du XVe siècle: l’impossible représentation”. *MEFRM*. N° 121, 2009. pp. 173- 187

_____ “Ambassades et ambassadeurs dans la législation statutaire italienne (XIIIe-XIVe siècle)” In: *Les écrits relatifs à l’ambassadeur et à l’art de négocier de la fin du Moyen Age à la fin du XVIIIe siècle*. Seminário internacional de pesquisa organizado pela Ecole française de Rome, a Université Roma Tre, a Ecole pratique des hautes études e o Institut historique allemand de Paris. Paris. 14 de junho 2008. (mimeo).

_____*Cidades e Sociedades Urbanas na Itália Medieval (séculos XII-XIV).*
Campinas: editora da UNICAMP. 2011.

_____"Les collèges de juristes en Italie centro-septentrionale au XVe siècle: autorité doctorale et contrôle social", In: ATTAL, F; GARRIGUES, J; KOUAME, T; VITTU, J- P. (orgs) *Les universités en Europe du XIIIe siècle à nos jours. Espaces, modèles et fonctions.* Atas do colóquio internacional de Órleans, 16 a 17 de Outubro de 2003. Paris: Fayard, 2005, pp. 113-130.

GOLDIN, D. *B come Boncompagno: tradizione e invenzione di Boncompagno da Signa.* Pádua: Centro Stampa di Palazzo Maldura, 1988.

GRILLO, P. *Milano in età comunale (1183- 1276). Istituzioni, società, economia.* Spoleto: Fondazione CISAM. 2001.

_____"Alle origini della diplomazia comunale : amicizia e concordia nei rapporti fra i comuni italiani nell'epoca della Lega Lombarda" In: I. Lori Sanfilippo, A. Rigon. (orgs). *Parole e realtà dell'amicizia medievale.* Atti del Premio internazionale Ascoli Piceno. 3. Serie. Roma: Istituto storico italiano per il Medioevo, 2012. pp. 157-168

KELLER, H. "Gli statuti dell'Italia settentrionale come testimonianza e fonte per il processo di affermazione della scrittura nei secoli XII e XIII" In: ALBINI, G. (org) *Le scritture del comune – Amministrazione e Memoria nelle città dei secoli XII e XIII.* Milão: Scriptorium, 1998. pp. 60 - 92

LAZZARINI, I. "L'informazione politico-diplomatica nell'età della pace di Lodi: raccolta, selezione, trasmissione. Spunti di ricerca dal carteggio Milano-Mantova nella prima età sforzesca (1450-1466)". *Nuova rivista storica*, V. 83, n° 2, 1999, pp. 247 – 280.

_____*Amicizia e potere. Reti politiche e sociali nell'Italia medievale,* Milão: Bruno Mondadori, 2010. pp. 20 – 23.

Les relations diplomatiques au moyen âge. Formes et enjeux. Actes du XL^e Congrès de la SHMESP (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris : Publications de la Sorbonne, 2011.

MANFRO, L. “L’ordinamento giuridico veronese. Pluralità di fonti normative e loro evoluzione” in *I reati di falso tra statutaria Veronese e il diritto comune*. Monografia defendida na Facoltà di giurisprudenza da Università degli studi di Padova para obtenção do título de bacharel em Direito. 1996. Disponível online: <http://www.enricopantalone.com/LOrdinamentogiuridicoveronese.pdf>

MATTINGLY, G. *Renaissance Diplomacy*. Nova York: Courier Dover Publications, 1988.

_____ “The First Resident Embassies: Mediaeval Italian Origins of Modern Diplomacy” *Speculum*, Vol. 12, Nº. 4, São Francisco: Medieval Academy of America Outubro de 1937. pp. 423-439.

MENANT, F. *L’italie des communes (1100-1350)*. Paris: Éditions Belin. 2005.

MIATELLO, A. P. *Santos e Pregadores nas cidades medievais italianas – retóricas cívica e hagiografia*. Belo Horizonte: fino traço, 2013.

MILANI, G. *I comuni italiani. Secoli XII- XIV*. Roma: Editora Laterza. 2005.

MOEGLIN, J-M. “Heurs et malheurs de la négociation du Moyen Âge à l’époque moderne”. In: MALLOL, M. T. F; MOEGLIN, J-M, PÈQUIGNOT, S., MARTINEZ, M.S. (orgs.) *Négocier au Moyen Âge. Actas del Coloquio celebrado en Barcelona los días 14, 15 y 16 de Octubre de 2004*. Barcelona:Consejo Superior De investigaciones científicas, 2005. pp. 2 – 24

MUZZARELLI, M. G. “Statuti cittadini medievali.” In: COSSETTO, M. (org) “Lo statuto di Bolzano del 1437”, *StoriaE*, nº 3, 2003, ano I. Disponível online no site: <http://www.emscuola.org/labdocstoria/storiae/Dossier/Dossier03/indice.htm>

NELSON, J. L. "The role of gifts in early medieval diplomatic relations", in: Le relazioni internazionali nell'Alto Medioevo, Atti della LVIII settimana del Centro di Studi Sull’Alto Medioevo di Spoleto, 8- 12 de Abril de 2010. Spoleto: Fondazione Cisam, 2011. pp. 225 – 252.

ORTALLI, G. “L'outil normatif et sa durée. Le droit statutaire dans l' Italie de tradition communale”, *Cahiers de recherches médiévales*, 4 | 1997. Disponibilizado online no dia 15 de Janeiro de 2007. <http://crm.revues.org/951>

QUELLER, D. “Representative institutions and law”, in: *Medieval Diplomacy and the Fourth Crusade*. Londres: Variorum Reprints, 1980. pp. 373 – 388.

_____. *The office of ambassador in the middle ages*. Princeton, Nova jersey: Princeton University Press: 1967.

REUMONT, A. Von. *Della diplomazia italiana dal secolo XIII al XVI*, Florença: Barbera, Bianchi, e comp., 1855.

ROSENWEIN, B., “Problems and Methods in the History of Emotions, Passions in Context” in: *Journal of the History and Philosophy of the Emotions*, Nº 1, Volume 1, 2010. Disponível online em http://www.passionsincontext.de/uploads/media/01_Rosenwein.pdf

ROSSINI, E. “La signoria scaligera dopo Cangrande (1329-87)”, in *Verona e il suo territorio*, tomo III, vol. 1, Verona: Ceneda editore, 1975.

SALVATORI, E. “I giuramenti collettivi di pace e alleanza nell'Italia comunale” In: *Legislazione e prassi istituzionale nell'Europa medievale (secoli XI-XVI)*. Nápoles: GISEM-LIGUORI. 2002. Artigo consultado em sua versão online no site <http://eprints.adm.unipi.it/708/1/giuramenti.htm#18>

SBRICCOLI, M. *L'interpretazione dello statuto: contributo allo studio della funzione dei giuristi nell'età comunale*. Milão: Dott. A. Giuffrè editore, 1969.

STORTI STORCHI, C. “Apunti sugli statuti lombardi.” In: PUCCI, S. (org) *Gli statuti Cittadini – Criteri di edizione, Elaborazione informatica. Atti delle giornate di studio 20 -21 Maggio 1989*. Roma: Ferentino, 1991.

_____. “Appunti in tema di ‘potestas condendi statuta’”, in: CHITTOLINI, G e WILLOWEIT, D. (orgs) *Statuti città e territori in Italia e Germania tra medioevo ed età moderna*. Bolonha: il Mulino, 1991

TORELLI, P. “Il bando [nei comuni medievali italiani] in: In: ALBINI, G. (org) *Le scritture del comune – Amministrazione e Memoria nelle città dei secoli XII e XIII*. Milão: Scriptorium, 1998. pp. 118 – 129.

VARANINI, G. M. “Istituzioni società e politica nel Veneto dal comune alla signoria (secolo XIII- 1329)” in: CASTAGNETTI, A. e VARANINI, G. M, *Il Veneto nel Medioevo. Dai comuni cittadini al predominio scaligero nella Marca*, Verona: Banca popolare di Verona, 1991.

_____ “Lo statuto del 1399. Nota introduttiva.” In: CIARALLI, A; VARANINI, G. M. (eds) *Lo statuto dei giudici e degli avvocati di Verona*. Verona: Ordine degli avvocati di Verona. 2009. pp. 21 – 47.

VICINI, C. *La caduta del dominio Estense a Modena e la nuova costituzione democratica del Comune (1306 – 1307)*. Modena: Società Tipographica modenese, 1922.

WATKINS, J. “Toward a New Diplomatic History of Medieval and Early Modern Europe”. *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, Vol. 38, N°1, Mineápolis: Duke University Press, 2008. pp. 1-14.